



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SILVIO REDON

**A APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO  
SOCIAL BRASILEIRO**

---

Londrina  
2023

SILVIO REDON

**A APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO  
SOCIAL BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Christine Santos de Campos

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S587a Redon, Silvio.

A apreensão da "questão social" pelo Serviço Social brasileiro / Silvio Redon.  
- Londrina, 2023.  
291 f. : il.

Orientador: Eliane Christine Santos de Campos.

Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. "Questão social" - Tese. 2. Serviço Social brasileiro - Tese. 3. Sociedade capitalista - Tese. 4. Teoria marxiana - Tese. I. Christine Santos de Campos, Eliane. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

SILVIO REDON

**A APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO SOCIAL  
BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Christine Santos de Campos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima da Silva Grave Ortiz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Gonçalves de Souza  
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mabel Mascarenhas Torres  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jolinda Alves de Moraes  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 06 de junho de 2023.

Londrina  
2023

## AGRADECIMENTOS

Foram anos desafiadores e de trabalho intenso. Desde há muito ouvia o quão cansativo e solitário é o processo de doutoramento, mas jamais poderia imaginar que as dificuldades deste percurso poderiam ser agravadas por uma pandemia em escala mundial. Uma nova realidade se impôs, marcada pelo isolamento social forçado; pela corrida para a criação de uma nova vacina em tempo recorde, possível pelo acúmulo do desenvolvimento tecnológico e do conhecimento de décadas; pelo aumento do acirramento das condições de vida da população pobre, um dos temas a que venho me dedicando; pelo negacionismo científico e a subestimação do vírus; pelas centenas de milhares de mortes; pelo sofrimento; pelo medo.

Apesar de tudo, particularmente, houveram momentos alegres, de confiança e de esperança; nem tudo é absolutamente ruim. Felizmente, ao contrário de muitos, não senti a perda de pessoas próximas e não convivi com a angústia deste risco. Pude dar conforto aos que passaram por isso e compreender como certas situações podem alterar nossa percepção sobre tudo, sobre coisas e pessoas que estamos tão acostumados em nosso cotidiano, quando tudo é ameaçado.

Essa tese foi possível com a presença e o incentivo de muitas pessoas. Meus maiores agradecimentos à minha família por me apoiar e acreditar nos meus sonhos, por ser meu ponto de apoio e ter me permitido arriscar e enfrentar tantos desafios de forma segura. Pais, irmãos, avó, tia; meu mais sincero obrigado. Obrigado por estarem comigo!

Doutora Eliane Christine, minha orientada e parceira de anos, me acompanhando, me questionando e me incentivando desde o mestrado, sempre acessível e solícita. Você foi muito importante nesse caminho e sempre serei grato por me estimular a ir além, a ir em busca de mais conhecimento. Meu agradecimento aos professores que gentilmente aceitaram compor a banca de qualificação, que em muito contribuíram para enriquece-lo com suas observações e sugestões, e de defesa deste trabalho: Prof.<sup>a</sup> Dra. Fátima Grave, Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiane Gonçalves de Souza, Prof.<sup>a</sup> Dra. Mabel Mascarenhas (quem acompanha meus estudos desde o Mestrado), Prof.<sup>a</sup> Dra. Jolinda Alves de Moraes e aos Professores Doutores Marcelo Braz e Ronaldo Gaspar. Também aos professores suplentes: Prof.<sup>a</sup> Dra. Líria Maria Bettiol e Prof. Dr. Jeferson Anibal Gonzalez.

A todos os professores do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade de Londrina pelas trocas de ideias, pelos debates e momentos ricos em sala de aula. Também aos colegas estudantes que dividiram muitos momentos de indecisões e de incertezas, mas também de muita confiança e

luta. Essa instituição, na qual fui aluno por 10 anos, foi onde vivenciei importantes experiências que marcam profundamente minha vida. Aos autores do Serviço Social que nos proporcionam tantos aprendizados e pelo comprometimento com a profissão.

Aos meus amigos de “boteco *online*” no período mais angustiante do isolamento social, quando a solidão rondava, querendo se impor: Líria Bettiol, Fábio Lanza, Luciana Freitas, Rogério Boratim, Evelyn Faquin e Jeferson Gonzalez. Sempre guardarei todos os nossos momentos de forma muito carinhosa. Também não poderia esquecer de mencionar meus *presentes* que esse período pandêmico me trouxe: Ana Beatriz, *my sweet teacher*, e Eduardo Zani, o Preto. Nossas noites de *divã*, nossas reuniões particulares semanais que se estendiam pela madrugada adentro, regadas a muito amor e vinho, em que nossos medos, sonhos e expectativas eram conversados de forma tão verdadeira, foram ocasiões que levarei para sempre no coração. Aos meus adoráveis Isabela Peruzzo e Lucas Rocha pelos momentos de alegria e descontração, pelo companheirismo e pela amizade sincera, por me permitirem estar em suas vidas de uma forma tão gentil e carinhosa.

Tantos outros que estão presentes e participam da minha vida de uma forma muito particular, cujas presenças sempre me rememoram lembranças únicas e especiais: Rauni Alves (um dos meus maiores incentivadores), Tiago Dal’ Aqua (um dos amigos mais especiais que tenho), Jaqueline Santos, William Gomes, Bruno Arruda, Leonardo, que estão há anos fazendo parte de quem eu sou. Agradeço a cada um de vocês por serem essas pessoas incríveis.

À CAPES, pela bolsa de doutorado que viabilizou a pesquisa.

“O movimento se esgotou em vão manifestações. Todos reconheceram que o julgamento era um pretexto; a Guarda Nacional só precisou de um teste, a visão das figuras que mais se destacaram nos grupos. Sob esse aspecto, todo aquele que ama seu país e as leis, todo aquele que possui alguma coisa, todo aquele que tem esposa e filhos, julgou do que se tratava. As questões políticas desapareceram. A *questão social* permaneceu inteiramente isolada”.

*Le Temp's, Journal des Progès.  
Paris, Mercredi, 22 Décembre 1830.  
N° 432 – 2° Année de Publication.*

REDON, Silvio. **A apreensão da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro**. 2023. p. 291. Tese de Doutorado em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

## RESUMO

A presente tese objetiva analisar como o Serviço Social brasileiro constrói teoricamente a noção de “questão social” a partir da influência e do debate originados pela teoria social crítica de Karl Marx, nos anos 1980, evidenciando quais os elementos nucleares elegidos pelos intelectuais da categoria profissional para estruturar o termo, cujo significado condensa os impactos do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do domínio de sua correspondente relação social de produção que se apresentam na realidade da sociedade burguesa, sendo ainda requerida como a justificativa para o surgimento do profissional assistente social. Parte do pressuposto que há uma particularidade na abordagem da “questão social” pelos autores quando da interpretação e definição dos elementos que julgam mais elucidativos para o seu entendimento. À medida que foi imprescindível, a discussão mais ampla de tais estudiosos, tidos como referências desta área do conhecimento, foi considerada para evitar equívoco analítico ou retirada de contexto. Alvo de divergências teóricas e disputas políticas, a compreensão sócio-histórica dos fundamentos da “questão social” significa o conhecimento da estrutura social e reflete o compromisso ético e político dos profissionais de Serviço Social junto à classe trabalhadora, o qual deriva da compreensão do significado social da profissão na reprodução das antagônicas relações sociais de produção. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipologia exploratória, com uso de revisão bibliográfica e pesquisa bibliográfica, recorrendo especificamente aos títulos de Marilda Villela Yamamoto e José Paulo Netto. Foi necessário percorrer alguns títulos da obra marxiana, sobretudo o Livro I d’*O Capital*. Os resultados demonstram que não há divergência quanto à perspectiva teórica adotada, mas sim, existe uma particularização entre os intelectuais, principalmente em relação ao que se refere aos fatores essenciais que marcam a gênese e a vigência da “questão social” e seu conteúdo. Também destacamos, a partir da leitura de parte da obra marxiana, a necessidade de considerar a alteração da composição do capital, ou o uso da tecnologia sob o comando do capital, como um fator central que molda a realidade e que constitui a “questão social”, visto sua capacidade em aprofundar a relação social e propiciar o poder necessário para o controle do tempo.

**Palavras-chave:** “Questão social”. Serviço Social brasileiro. Sociedade capitalista. Teoria marxiana.

REDON, Silvio. **The apprehension of the “social issue” by the Brazilian Social Work.** 2023. p. 291. Thesis of Doctored in Social Work (Post-Graduation Program in Social Work and Social Policy) – Londrina State University, Londrina, 2023.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyse how the Brazilian Social Work theoretically constructs the notion of "social issue" from the influence and debate originated by the critical social theory of Karl Marx, in the 1980s, showing which are the core elements chosen by the intellectuals of the professional category to structure the term, whose meaning condenses the impacts of the development of the capitalist mode of production and of the domain of its corresponding social production relationship and that present themselves in the reality of bourgeois society, being still required as the justification for the emergence of the professional social worker. It starts from the presuppositions that there is a particularity in the approach of the “social issue” by the authors when interpreting and definition of elements that they think more elucidative for their understanding. As it was essential, the broader discussion of such scholars, considered as references in this area of knowledge, was considered to avoid analytical misunderstanding or removal of context. Subject of theoretical divergences and political disputes, the socio-historical comprehension of the fundamentals of the “social issue” means the knowledge of the social structure and reflects the ethical and political commitment of Social Work professionals with the working class, which derives from the understanding of the meaning of the profession in the reproduction of antagonistic social relations of production. It is characterized as research of a qualitative nature, of exploratory typology, with the use of bibliographic review and bibliographical research, using specifically the titles of Marilda Villela Iamamoto and José Paulo Netto. It was necessary to go throughout some titles of Marxian Work, especially the Book I of *The Capital*. The results demonstrate that there is no divergence regarding the theoretical perspective adopted, but yes, there is a particularization among intellectuals, mainly in relation to what refers to the essential factors that mark the genesis and validity of the “social issue” and its content. We also highlight the necessity, from the reading of part of the Marxian Work, to consider the alteration of the composition of capital, or the use of technology under the command of capital, as a central factor that forges the reality and the “social issue”, given its ability in deepening the social relation and provide the necessary power to control the time.

**Key-words:** “Social Issue”. Brazilian Social Work. Capitalist society. Marxian Theory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>PARTE I – A APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: ANÁLISE ESTRUTURAL DE SEUS ELEMENTOS TEÓRICOS EXPRESSOS NA LITERATURA ACADÊMICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS GERAIS QUE ORBITAM SUA SIGNIFICAÇÃO</b> .....	41
<b>CAPÍTULO 1 – O PROTAGONISMO DE MARILDA IAMAMOTO: A LUTA DE CLASSES COMO ELEMENTO NUCLEAR DO CONCEITO DE “QUESTÃO SOCIAL”</b> .....	43
1.1 O CLÁSSICO: RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	44
1.2 A VIGÊNCIA DAS IDEIAS DOS ANOS 1980: RENOVAÇÃO E CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL – ENSAIOS CRÍTICOS.....	77
<b>CAPÍTULO 2 – UMA INFLEXÃO NO PENSAMENTO DE M. IAMAMOTO E A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ PAULO NETTO: A RIQUEZA DA ELABORAÇÃO TEÓRICA DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO</b> .....	91
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	91
2.2 A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO – REVISTA TEMPORALIS.....	99
2.3 TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL. PARA ALÉM DOS LIMITES DO SERVIÇO SOCIAL.....	104
2.4 SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: CAPITAL FINANCEIRO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL – O RETORNO À PROFISSÃO.....	116
2.5 A IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ PAULO NETTO: A EXPLORAÇÃO NO CENTRO DA SOCIEDADE BURGUESA.....	133
2.6 CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA DA PROFISSÃO DADA PELO MOVIMENTO DO CAPITAL GLOBAL.....	133
2.7 CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA “QUESTÃO SOCIAL” .....	139

**PARTE II – OS COMPONENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA “QUESTÃO SOCIAL” À LUZ DA TEORIA MARXIANA: A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A EXPLORAÇÃO E A LUTA DE CLASSES.....145**

**CAPÍTULO 1 – MARX E O CAPÍTULO XXIII: A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, EXPOSTA EM *O CAPITAL*, COMO LEI POPULACIONAL ESPECÍFICA DA SOCIEDADE BURGUESA.....146**

- 1.1 A EXTRAORDINÁRIA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO SOCIAL SOB O COMANDO DO CAPITAL: O USO DA MAQUINARIA E A PRESCINDIBILIDADE DO TRABALHO HUMANO, CONFORME ANÁLISE MARXIANA.....149
  - 1.1.1 A Acumulação Capitalista: Descrição e Considerações Sobre o Primeiro Modelo.....151
  - 1.1.2 A Acumulação Capitalista: Descrição e Considerações Sobre o Segundo Modelo.....168

**CAPÍTULO 2 - OUTROS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA “QUESTÃO SOCIAL”. A *EXPLORAÇÃO EXPONENCIADA* E A LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE BURGUESA (A CONSCIÊNCIA DE CLASSE) .....192**

- 2.1 A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO: MAIS-VALIA COMO NOÇÃO DE MAIS-TEMPO E A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA JORNADA DE TRABALHO.....193
  - 2.1.1 Sobre o Trabalho: Princípios Gerais do Trabalho como Condição da Existência Humana e o Trabalho Particularizado na Sociedade Burguesa. Desdobramentos Gerais das Distintas Compreensões de Trabalho Para o Homem.....194
  - 2.1.2 Trabalho e Tempo de Trabalho. Mais-valia Absoluta e Mais-valia Relativa: Definições e Análise Sob os Distintos Modelos de Acumulação Capitalista.....206
- 2.2 CLASSES E LUTA DE CLASSES. ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA CONJUNTURA INGLESA APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS HISTÓRICOS: O CAPITAL, A MAQUINARIA, A CLASSE TRABALHADORA E O TEMPO.....222
  - 2.2.1 O Contexto Social do Trabalho no Século XIX. Diferentes Perspectivas da Luta de Classes sob Distintas Configurações do Modo de Produção Capitalista: a Luta em Torno da Jornada de Trabalho e a Disputa Pelo Tempo de Trabalho.....223

2.2.2	A Revolução Industrial e a Classe Trabalhadora. Definição e Formação de Classe Trabalhadora e da Luta de Classes. A Consciência de Classe .....	233
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	247
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	260
	<b>APÊNDICES</b> .....	269
	Apêndice A – Tecnologia, Capital, Trabalho e “Questão social” .....	270
	<b>ANEXOS</b> .....	282
	Anexo A – Jornal <i>La Quotidienne</i> , França, 1831. Jornal <i>Le Temp's</i> , França, 1830.....	283

## INTRODUÇÃO

*Pergunta: Tem filhos?*

*Resposta: Não. Tinha dois, mas estão mortos, graças a Deus!*

*Pergunta: Expressa satisfação pela morte de seus filhos?*

*Resposta: Sim. Agradeço a Deus por isso. Estou livre do peso de sustentá-los, e eles, pobres criaturas, estão livres dos problemas desta vida mortal<sup>1</sup>.*

O longo processo de transição entre o feudalismo e o capitalismo, enquanto modos de produção distintos no que se reporta à forma mesma de produção e reprodução e, portanto, das relações sociais, produziu uma incrível transformação da vida humana. Foi configurado pelo confronto entre as rígidas relações sociais de produção feudal e as nascentes e expansivas forças produtivas capitalistas que já não mais podiam ser contidas nos limites de uma conformação de raízes medievais, então obsoleta. Superadas as limitações de apropriação e transformação da natureza que marcam a história primitiva da civilização, a ideia de que um mundo de riqueza e abundância para todos fosse possível encontrou seus limites quando o homem passou a produzir para acumular<sup>2</sup>, no sentido estritamente individual, e condenando, para esse fim, outros homens à subjugação. Esse fato é exponenciado a partir do final do século XVIII com a intensificação da *exploração do trabalho assalariado possibilitada pelo crescente desenvolvimento e incorporação da tecnologia*. Eis o contexto da Revolução Industrial, cuja citação destacada na abertura dessa introdução evidencia o quão dramáticas se tornaram as condições de vida da população.

O professor Hobsbawn (2018a) contextualiza as grandes transformações mundiais a partir do que ele chamou de “dupla revolução”: a Revolução Industrial inglesa<sup>3</sup>, cujo período de industrialização inicial é datado por volta da década de 1780, e a Revolução Francesa, contemporânea à primeira, que derrubou a mais poderosa monarquia absolutista

---

<sup>1</sup> *Reports from Assistant Hand-Loom Weaver's Commissioners*, Parte II, p. 232, 1840 apud Huberman (1982, p. 189). Esse documento faz parte de uma série de publicações parlamentares sobre os problemas gerados com a redução da demanda por mão-de-obra entre os tecelões de tear manual no sudoeste da Inglaterra. Publicado pela Câmara dos Comuns, Londres, 1840.

<sup>2</sup> A ideia de acumulação nestes termos não é inerente à natureza humana, mas construída histórica e socialmente pelo homem. De fato, no surgimento da civilização, “a produção, acumulação e distribuição de bens materiais constituíam uma atividade movida por necessidades e pelo objetivo humano básico de criar reservas protetoras para fazer frente a situações de carências pessoais e coletivas” (PEREIRA, 2016, p. 21).

<sup>3</sup> Parece não haver uma precisão sobre o termo Revolução Industrial. Enquanto que E. Hobsbawn (2018a, p. 58) indica que ele foi inventado por socialistas franceses e ingleses por volta do ano de 1820, em analogia à revolução política na França, a edição de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada pela Boitempo Editorial, traz na sua Introdução, em nota dos editores ao pé da página, que “Engels foi um dos pioneiros no emprego da expressão revolução industrial e há autores que chegam mesmo a atribuir-lhe sua paternidade” (ENGELS, 2010, p. 45). A conclusão é que o fato já existia antes do termo.

européia em 1789 e foi responsável por destruir as suas bases de sustentação e os remanescentes do feudalismo. Nesse momento, e nesse recorte geográfico, as condições econômicas e sociais já se encontravam suficientemente preparadas para triunfarem e revolucionar toda a Europa: “Se a *economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica*, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa” (HOBSBAWN, 2018a, p. 97, grifo meu). Essencialmente, é a partir das mudanças desencadeadas pela primeira grande revolução considerada pelo autor que a realidade social vai ser remodelada e de onde emanará os fundamentos da “questão social”: a base produtiva real da sociedade, sua infraestrutura que, em última instância<sup>4</sup>, determina a história e sobre a qual as formas de consciência social irão gravitar e com ela manter estreito intercâmbio.

A divisão da sociedade em classes sociais distintas não é algo exclusivo do domínio do capital, mas antecede esse momento histórico; lembremo-nos do que nos informa o Manifesto Comunista, de que historicamente essa é uma característica que remonta a tempos longínquos: “Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres das corporações, aprendizes, companheiros, servos; e, em cada uma dessas classes, outras gradações particulares” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40). Portanto, os interesses conflitantes e as desigualdades perpassam a vida dos indivíduos em diferentes estágios da civilização e, assim, a diferença entre ricos e pobres se coloca muito antes à nossa época. E uma pobreza profunda: havia mendigos por todo continente europeu, como Inglaterra, Holanda e Suíça. Em seu belíssimo ensaio *História da riqueza do homem*, originalmente publicado em 1936, Huberman (1982, p. 107-108) aponta que, em 1630, um quarto da população parisiense era composta por mendigos, miseráveis e desabrigados, e o número na parte rural era assustadoramente igual. Mas as origens dessa tamanha miséria estavam no insuficiente desenvolvimento das forças produtivas e/ou sua eliminação ou, ainda, externas ao mundo da produção, como incidentes climáticos e demais catástrofes naturais<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> E aqui nos afastamos do determinismo econômico a que é condenada a concepção materialista da história, como já foi esclarecido por Engels em carta à Joseph Bloch, de setembro de 1890: “[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa fase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nela participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converte-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante” (ENGELS, s/d, p. 284).

<sup>5</sup> Um exemplo desse agudo sofrimento do povo foi a Peste Negra, que, entre 1348 e 1350, que dizimou cerca de 20 milhões de pessoas em toda Europa, um terço da população do continente, ocasionado uma “escassez de mão

Contudo, a pobreza iria ser redimensionada muito em breve em seus fundamentos, intensidade e generalização. Se foi com a Revolução na França, e a eliminação do feudalismo, que o burguês “conquistara o direito de comprar e vender o que lhe agradasse, como, quando, e onde quisesse” (HUBERMAN, 1982, p. 163), introduzindo um sistema social diferente baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo de obter *lucro*, cem anos antes desse episódio a burguesia inglesa já alcançara o poder político que correspondia ao seu poder econômico, conjugando as exigências<sup>6</sup> requeridas para a Revolução Industrial, mesmo sem grandes inventos e refinamento intelectual.

[...] as condições adequadas já estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o *lucro privado* e o *desenvolvimento econômico* tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. [...] A política já estava engatada ao lucro. [...]. No geral, (...) *o dinheiro não só falava como governava* (HOBSBAWM, 2018a, p. 63-64, grifo meu).

Em 1776, o senhor James Watts inventava a máquina à força do vapor marcando, segundo Huberman (1982, p. 183-184), o nascimento em grande escala do sistema fabril<sup>7</sup>, cuja organização em larga proporção e a divisão do trabalho aumentaram de forma expressiva a produção: “as mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso”. A nova sociedade estabelecida ultrapassou as condições e os condicionantes do período pré-industrial, superando todas as limitações que, de alguma forma, impunham limites à produção e reprodução social da vida material e espiritual. Recorrendo novamente a Hobsbawm (2018a), a “revolução industrial explodiu”:

[Isso] Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2018a, p. 59).

---

de obra” (TRINDADE, 2011, p. 22), o que resultou diretamente no aumento do valor da força de trabalho do camponês. Alguns números apresentados por Huberman (1982) sobre essa mortandade impressionam: em Florença, houve 100 mil mortes; Londres cerca de 200 por dia e Paris 800. Em certos países, como França, Inglaterra, Países-Baixos e Alemanha, entre um terço e metade da população foi dizimada. Esse autor também aponta as devastadoras guerras como uma “explicação dessa miséria generalizada entre as massas”, pontuando como exemplo a Guerra dos Trinta Anos na Alemanha (1618-1648), em que “cerca de dois terços da população total desapareceram, [e] a miséria dos que sobreviveram era extremamente grande” (HUBERMAN, 1982, p. 107).

<sup>6</sup> Consultar Hobsbawm (2018a), capítulo 2 – *A Revolução Industrial*, p. 57-97.

<sup>7</sup> Embora Engels (2010) aponte a invenção da *jenny*, construída em 1764 pelo tecelão James Hargreaves, no Lancashire do Norte, como a primeira invenção que transformou de forma profunda a vida dos trabalhadores. Os vários progressos na mecanização da fição são registrados na Inglaterra a partir de 1738.

É nesse panorama histórico, no qual se projeta a Revolução Industrial, que se inicia a história da “classe operária”. Segundo Engels (2010, p. 45), o principal resultado dessa revolução foi o “proletariado”. E é sobre essa “classe real e estável da população” (ENGELS, 2010, p. 60), à medida que “a indústria e o comércio se desenvolvem nas grandes cidades de modo mais completo, é exatamente nelas que emergem, de forma mais nítida e clara, as consequências de um tal desenvolvimento sobre o proletariado” (ENGELS, 2010, p. 65, grifo meu). A Inglaterra se tornava um paraíso para poucos; era chegada a era da dominação da classe burguesa, cujas origens remontam ao século XI, quando do florescimento do comércio e, com ele, o progresso das cidades. A intensificação da indústria inglesa significou, nas palavras de Engels (2010, p. 50, grifo no original): “a vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual”: as consequências, segundo o autor, foram o desenvolvimento do comércio e da indústria, a conquista de mercados e o crescimento das riquezas e capitais nacionais e, por outro lado, o crescimento mais rápido do proletariado, da destruição da propriedade e da segurança do trabalho, da degradação moral e todo tipo de problemas sociais e agitação política. *Estava estabelecido o paradoxo da sociedade capitalista:*

Se um marciano tivesse caído naquela ocupada ilha da Inglaterra teria considerado loucos todos os habitantes da Terra. Pois teria visto de um lado a grande massa do povo trabalhando duramente, voltando à noite para os miseráveis e doentes buracos onde moravam, que não serviam nem para porcos; de outro lado, algumas pessoas que nunca sujaram as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas, e viviam como reis, cada qual num palácio individual (HUBERMAN, 1982, p. 188).

Assim, o *pauperismo*<sup>8</sup> é considerado um produto tipicamente inglês – e não poderia ser diferente, pois, como já apontado, o proletariado é resultado direto da Revolução Industrial inglesa e o pauperismo oficial<sup>9</sup> é “[...] a parte da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência, a venda da força de trabalho, e que vegeta graças à caridade pública (MARX, 1984a, p. 216), em seus diversos matizes, além de todo processo de pauperização por qual passa o conjunto da classe trabalhadora. A produção e propagação de uma intensa pobreza

---

<sup>8</sup> De acordo Hobsbawn (2018a, p. 19), algumas palavras foram inventadas ou ganharam seus significados modernos no período de 1789-1948, recorte temporal detalhadamente explorado pelo autor em A Era das Revoluções. Dentre tais palavras: “classe média”; “classe trabalhadora”; “capitalismo”; “socialismo”; “greve”; “pauperismo”.

<sup>9</sup> O pauperismo não se refere estritamente à condição de vida da classe trabalhadora e que reflete sua intensa pobreza na mesma medida em que produz seu oposto, a riqueza privadamente acumulada pelo capitalista. Trata-se de um contingente populacional que compõe a classe trabalhadora e que expressa a lei geral da acumulação capitalista. Marx chegou a apontar a estatística numérica do que denominou de “indigentes” que viviam na Inglaterra na segunda metade do século XIX (MARX, 1984a, p. 216).

se colocava pelas mesmas razões em que se projetava o aumento da capacidade produtiva do trabalho e da exploração: *o progresso*, assertiva expressa na Lei Geral da Acumulação Capitalista formulada por K. Marx, se estabelecia em uma sociedade em que tal *exploração* da força de trabalho possibilitava a acumulação da riqueza socialmente produzida e privadamente apossada, vincando profundamente a organização social e cindindo os interesses de classe. Portanto, um dos elementos que constituem o pauperismo é a forma de organização que envolve o trabalho social (assalariado) e o modo de apropriação de seus resultados (privado), mas também a forma pela qual a sociabilidade burguesa capitalista conduz o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, voltada para a valorização e acumulação de capital.

No prefácio de *Artisans and Machinery*, Gaskell (1836) aponta que um milhão de seres humanos estavam literalmente morrendo de fome na Grã-Bretanha e que este número estivera a aumentar constantemente. As extenuantes e longas jornadas de trabalho nas fábricas e as condições de vida dos trabalhadores nos bairros ingleses foram denunciadas de forma contundente por Engels (2010). Uma inquietante multidão de miseráveis se tornou alvo dos literatos do século XIX, em um incômodo relato dos resultados de uma industrialização e urbanização extremamente desordenados e que incidiam de forma agressiva sobre a vida do proletariado (BRESCIANI, 1982). Embora em *Tempos Difíceis*, C. Dickens (2014) nos leve a uma cidade fictícia, Coketown em nada perde para as sombrias Londres e Manchester<sup>10</sup>. Naquela cidade, os trabalhadores são vistos e chamados apenas por *Mãos*, cujas funções se limitavam a operar as máquinas, destituídos quase que por completo de sua condição de humanos.

O pauperismo se estabelece na cena cotidiana da Inglaterra como resultante das transformações ocorridas a partir do final do século XVIII, em que convergem a incessante alteração da composição do capital para a valorização e a consolidação do *capital* enquanto relação social caracterizada pela sua essência exploradora sobre a força de trabalho assalariada, possibilitando a acumulação. Em certo momento passa a ser designado de “questão social”; e mesmo que se apresentasse com outra denominação, expressava a incógnita da realidade social, da concomitante, e incômoda, expansão da pobreza aguda em um contexto de intensificação da

---

<sup>10</sup> E, de fato, as descrições das cidades feitas pelos autores em muito se aproximam. Coketown “era uma cidade de tijolos vermelhos, ou de tijolos que seriam vermelhos caso as cinzas e a fumaça permitissem; mas, no estado das coisas de então, era uma cidade de vermelhos e negros antinaturais, com o rosto pintado de um selvagem. Era uma cidade de máquinas e chaminés altas, pelas quais se arrastavam perenes e intermináveis serpentes de fumaça que nunca de desenrolavam de todo” (DICKENS, 2014, p. 37). Engels não conteve a admiração diante da imponência de Londres vista do Tâmis; mas bastou aportar na cidade para atestar suas condições nos “bairros de má fama”: “Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos” (ENGELS, 2010, p. 70).

produção nunca sonhado antes: “Relacionado diretamente ao que denominavam ‘estágio industrial’, o problema social, ou a *questão inglesa*, colocava indagações relativas à natureza das transformações inerentes à industrialização” (BRESCIANI, 1982, p. 94, grifo no original).

Os vários diagnósticos da *questão inglesa*, independentemente de desembocarem numa avaliação otimista ou pessimista, definem a concentração populacional, as grandes cidades, o sistema de fábrica e a Lei dos Pobres como elementos constitutivos do “novo mundo industrial” (BRESCIANI, 1982, p. 94, grifo no original).

A designação acima não é equivocada, embora restritiva visto que o problema do pauperismo se alastrava para além dos limites da ilha. Ponto importante de anotação é que o *social*, de “questão social”, apresenta duas particularidades que não devem ser desconsideradas. Uma, que esse social não se refere ao conjunto da sociedade, mas a uma parcela específica da população: às massas pobres e miseráveis que, de certa forma, têm comprometidos o seu pleno desenvolvimento enquanto seres humanos e o exercício da vida social, apartados das condições necessárias para tal. Esse social, por não se referir ao conjunto social, escamoteia, de fato, sua real composição: a *classe operária*. Outro aspecto é que, ao desvendarmos essa mistificação, compreendemos o caráter eminentemente *político* desse social. Embora o uso do termo “questão social” encubra o operariado, o seu protagonismo político, materializado nas lutas e protestos na primeira metade do século XIX, não puderam ser contidos. Assim, o estudo do termo não deve ser desvinculado da atuação política do operariado, cujas ações impuseram e elevaram as sequelas do desenvolvimento capitalista à esfera pública da sociedade. Tanto é, que o termo é cunhado quando as lutas sociais atingem certa maturidade.

Não obstante, embora a expansão da indústria algodoeira e da economia industrial dominada pelo algodão zombasse de tudo o que a mais romântica das imaginações poderia ter anteriormente concebido sob qualquer circunstância, seu progresso estava longe de ser tranquilo, e por volta da década de 1830 e início da de 1840 gerava grandes problemas de crescimento, para não mencionarmos a agitação revolucionária sem paralelo em qualquer outro período da história britânica recente. (HOBSBAWN, 2018a, p. 74).

A década de 1830 marca uma inflexão para a classe trabalhadora, sua tomada de consciência. Superadas as formas espontâneas e desordenadas de levantes, as massas se tornaram ameaça real de uma possível alteração substancial da sociedade, conjugando, assim, suas condições objetivas de vida e de trabalho com sua maturação subjetiva. A essa altura, os

trabalhadores já se ordenavam nos partidos políticos e sindicatos, uma das suas formas mais antigas de organização que lentamente evoluiu das organizações de jornaleiros<sup>11</sup>, sobrevivendo mesmo com a castração de suas armas, como a greve e o piquete, e se tornando, a passos largos após a Revolução Industrial, como pontua Huberman (1982, p. 206), “no meio mais poderoso que têm os trabalhadores para obter o que desejam – um melhor padrão de vida”.

Segundo Hobsbawn, “[...] entre 1815 e 1848, nenhum observador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era *assustadora*. E já em 1840 esses observadores eram muitos e advertiam que *tal situação piorava cada vez mais*” (HOBSBAWN, 2018a, p. 320, grifo meu). O profundo pauperismo era alvo das mais variadas construções teóricas por estudiosos e políticos, indo de um extremo a outro, evidenciando como este pauperismo e toda a discussão que o circundava gerava controvérsias. Importante frisar que todo esse período é o da decomposição da economia clássica, cuja decadência ideológica atingiria o ápice a partir dos influxos do ano de 1848. Como nos esclarece Lukács (1981, p. 110), “esta [a decadência ideológica] tem início quando a burguesia domina o poder político e a luta de classe entre ela e o proletariado se coloca no centro do cenário histórico”. A clareza dos fundamentos do pauperismo só viria em 1867, com a publicação do primeiro volume d’*O Capital*, de Karl Marx, cujas análises do movimento da estrutura produtiva da sociedade capitalista, e sua relação social correspondente, descortinou os mecanismos de produção e reprodução dessa inédita pobreza. Entretanto, ainda paira certa imprecisão e dúvida sobre o tema, persiste a disputa de divergentes perspectivas teóricas e posicionamentos políticos conflitantes na realidade em que atuam os assistentes sociais<sup>12</sup>.

Todo o interesse e motivação pelo assunto se refere a um, ainda breve, percurso como pesquisador. Como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Serviço Social, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), o intuito foi compreender a efetividade e o impacto do Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR/Londrina) para os sujeitos que recebiam tal benefício social, tidos como os mais pobres dentre os acompanhados pelos assistentes sociais: a proximidade com essa população foi oportunizada pelo estágio<sup>13</sup> em

---

<sup>11</sup> À época, o aprendiz de algum ofício mantinha estreita relação com o mestre que o iria ensinar sobre determinando ramo. Era um acordo sério entre a criança, o pai e o mestre. Após o período de aprendizado, o aprendiz aprovado, caso tivesse recursos, poderiam abrir sua própria oficina; caso não possuísse tais meios, podia tornar-se jornaleiro, trabalhando com o mesmo mestre, ou com outro caso conseguisse emprego, e receber um salário (HUBERMAN, 1982, p. 63).

<sup>12</sup> Robert Castel e Pierre Rosanvallon são dois exemplos de teóricos que frequentemente comparecem ao debate do Serviço Social sobre a “questão social”, ou *nova questão social*. Para uma introdução ao assunto: Pastorini (2010); Pimentel (2012), que apresentam uma análise mais extensa sobre os autores. Também Netto (2011a); Yamamoto (2015).

<sup>13</sup> O estágio foi realizado no CRAS Centro B, no município de Londrina, Paraná, no período de 19/09/2014 a 27/01/2016, totalizando 1926 horas.

um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Dentre as constatações: apesar do efeito positivo na renda dessas famílias, a seleção desses beneficiários acontecia de forma condicionada e focalizada na extrema pobreza devido às determinações do programa e à insuficiência de recursos, sendo necessário o crivo do profissional; a confirmação do aumento da demanda por trabalhadores que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho e cuja renda, por vezes, se limitava à informalidade e; a requisição do benefício também pelos trabalhadores ativos, o que sugere que nesses tempos de insana ofensiva do capital nem mesmo o trabalho formal é uma garantia de que as necessidades da vida sejam contempladas. Foi também nesse espaço, a partir da vivência com assistentes sociais, que alguns questionamentos acerca da atuação profissional surgiu e despertou a necessidade de compreensões mais profundas: essa rica experiência se desdobrou no interesse pelo mestrado.

A dissertação, intitulada *A concepção de pobreza do assistente social e as implicações para o exercício profissional*<sup>14</sup>, teve como objetivo identificar as implicações da concepção de pobreza formada pelos assistentes sociais<sup>15</sup> para o exercício profissional. Partimos do pressuposto de que há, minimamente, duas prováveis concepções de pobreza que norteiam o trabalho do assistente social: uma decorrente da ideia de pobreza enquanto expressão da “questão social”, debate presente na formação acadêmica do curso de Serviço Social, e outra a partir do que está posto nos marcos regulatórios da Política de Assistência Social, vinculada ao Estado, como instância empregatícia de maior presença no Brasil, sendo, portanto, uma perspectiva neoliberal e cujas formulações se estreitam à presença dos organismos internacionais que se forjam enquanto indutores de ações e políticas voltadas ao alívio da pobreza nos países em desenvolvimento. A pobreza foi tomada como um dos elementos presentes na realidade analisada pelos profissionais para estabelecerem estratégias de intervenção junto à população: não se constitui, pois, como mero pano de fundo do exercício profissional, mas atravessa as dimensões analítica e interventiva da profissão. Apenas para sinalizarmos algumas constatações: as variadas concepções de pobreza dos Sujeitos da pesquisa

---

<sup>14</sup> A dissertação de mestrado foi defendida em banca, em julho de 2019, pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, sob orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Eliane Christine Santos de Campos. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, respeitando as orientações e exigências da Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O parecer favorável à pesquisa está em anexo no trabalho. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000226928>.

<sup>15</sup> A título de esclarecimento: a pesquisa de campo foi realizada com profissionais de Serviço Social atuantes nos CRAS. À época da pesquisa de mestrado, havia um universo de 48 assistentes sociais atuando nos 10 CRAS que abrangem todas as regiões do município citado. Nos valendo de um perfil, com dados referentes a nome; formação; formação continuada; modalidade de ensino; instituição de ensino superior; ano de formação; cargo ocupado; regime de trabalho; ano de ingresso na Prefeitura Municipal de Londrina; local de trabalho e tempo de trabalho no atual local, foram selecionados 15 profissionais, dos quais 11 concederam a entrevista.

expressaram um caráter multidimensional de sua compreensão, tanto de *determinantes*, como de *manifestações*. Em grande parte, a relação social e o modo de produção apareceram como principais fundamentos da pobreza, mas sempre atrelados a outros fatores, como o não acesso a bens e serviços e à falta do que se convencionou chamar de capital humano; os trabalhadores não estariam instrumentalizados suficientemente para responderem às demandas do mercado, numa visão individualista da questão. Outra concepção de pobreza é identificada a partir da concentração de renda, geradora da desigualdade social, cujas soluções estariam na ampliação das políticas sociais públicas e distribuição de renda: aqui o exercício profissional do assistente social se movimenta na busca de garantias de direitos sociais. Outro Sujeito diz que a pobreza é uma doença determinada, principalmente, pela subjetividade das pessoas que não se veem como detentoras de direitos e são apáticos politicamente: na sua atuação, provoca para que a população seja mais participante das decisões coletivas, mas diz que a vitimização é um entrave para isso. Outra concepção entende a pobreza como resultado da exploração do modo de produção, mas afirma que ela é agravada pelas relações sociais brasileiras, pelo “nosso jeitinho”: mas com isso, tensiona a população atendida sobre, por exemplo, mentir ou omitir sobre as informações constantes no Cadastro Único, defendendo que a pobreza não é apenas o ter, mas também o ser. Tais compreensões acerca da pobreza, emolduradas por uma visão imediatista da questão, se demonstrou um fator limitante do comprometimento ético e político dos profissionais para com os trabalhadores, vistos muitas vezes destituídos de classe social e entendidos apenas como “beneficiários” ou “usuários” da Política de Assistência Social. Entendemos que esse panorama também é posto pelos limites profissionais que são impostos pelas determinações institucionais e pela dinamicidade cotidiana do trabalho.

Durante o processo da pesquisa de mestrado o tema “questão social” apareceu não como um assunto transversal ou de importância secundária, mas como um dos fatores essenciais para a compreensão do objeto de pesquisa então analisado, tanto no que se refere à temática da pobreza enquanto uma de suas expressões, como para o entendimento da profissão, nos reportando tanto aos determinantes sócio-históricos da sua emergência como, também, ao seu exercício profissional. A coleta de dados junto aos assistentes sociais dos CRAS e toda a revisão teórica necessária para o enriquecimento e comprometimento com a pesquisa suscitaram alguns questionamentos pertinentes. Contudo, diferentemente da experiência vivenciada na pesquisa de mestrado, a escolha foi pelo debate teórico da “questão social”. Primeiro, esclarecemos que a pesquisa de mestrado, englobando os dois grandes eixos analíticos, pobreza e exercício profissional, não visava aferir os conhecimentos teóricos dos profissionais sobre a “questão social”. Mas fato é que o tema apareceu nas respostas dos profissionais entrevistados, claro que

sem surpresas. Contudo, ela foi notadamente citada de forma superficial, despontando mais como um assunto obrigatoriamente debatido no curso de Serviço Social do que algo a partir do qual se possa problematizar e compreender a realidade da população trabalhadora por eles atendida e, em escala global, a sociedade em que vivemos: a pesquisa de campo revelou certa fragilidade de compreensão sobre a “questão social”, que foi referida para justificar a existência da pobreza como sua expressão, mas não para elucidar a contradição inerente da acumulação de riqueza e pobreza no capitalismo a partir do *incessante e poderoso desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob o comando do capital* e da *intensa exploração do trabalho assalariado*. É como se a “questão social” se desvinculasse de seus elementos constituintes, característicos da sociedade burguesa, sendo requerida para explicar o surgimento da profissão e resumindo-se genericamente nos problemas sociais, sendo reduzida por suas expressões e de forma independente de uma origem comum.

Também durante a revisão da bibliografia realizada para a elaboração da dissertação de mestrado foi constatada uma *particularização* na apreensão da “questão social” pelo Serviço Social. Isso se deve, entendemos, à possibilidade de cada autor dissecá-la teoricamente e propor uma análise a partir de uma distinção e eleição de elementos que julgue mais importante para sua elucidação, refletindo uma opção individual de organização do conhecimento mediante a autonomia intelectual de cada estudioso; portanto, *não buscamos propor uma espécie de consenso acadêmico*, mas não podemos ignorar o fato de que, se por um lado isso pode contribuir para fomentar reflexões e discussões, por outro lado tal particularização, imersa em uma mar de outras perspectivas teórico-metodológicas, pode complexificar, ou até mesmo diluir, o processo de compreensão da “questão social”, frente ao qual os assistentes sociais em formação adotam uma posição passiva e de assimilação quase que mecânica, sem questionamentos, novas investigações, proposições e debates. A partir dessa constatação, uma série de questionamentos surgiram sobre esse assunto e que nortearam esta tese: quais os elementos presentes na teoria marxiana que sustentam a emergência da “questão social”? Podemos considerar que esses elementos são contemplados pelo Serviço Social? Quais são os autores que discutem a temática e que são referências fundamentais para a formação profissional do assistente social? Quais os elementos considerados destoantes nas conceituações elaboradas e difundidas por tais autores? Há particularidades entre a produção teórica de Marx e as interpretações dos intelectuais do Serviço Social em relação aos determinantes e o significado da “questão social”?

Para além da compreensão da formação do pauperismo, que passaria a ser entendido como “questão social”, e o desvelamento de seus fundamentos a partir da teoria

marxiana, se coloca a sua relação com o Serviço Social. Não se nega a centralidade da “questão social” para a emergência da profissão, que deve ser compreendida sob uma análise mais ampla da sociedade burguesa. É a partir de suas expressões, da luta da classe trabalhadora e da ação burguesa frente às reivindicações sociais, através do Estado, que se torna possível a institucionalização do Serviço Social. Há outros elementos, portanto, para se pensar a possibilidade da profissão, postos para além de, unicamente, a “questão social” em si mesma; fatores políticos e sociais que convergiram na intervenção do Estado burguês através das políticas sociais para seu enfrentamento numa dada conjuntura histórica. Assim, a “questão social” não é, *exclusivamente*, a condição fundante do Serviço Social, haja visto a necessária presença estatal e sua forma interventiva canônica, *mas constitui seu pilar central*.

A pesquisa objetivou contribuir para a construção de um debate consistente acerca da “questão social”, considerando o seu papel de destaque no processo formativo do assistente social decorrente de todo o acúmulo teórico construído a partir da década de 1980 e presente na elaboração das Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, nos anos 1990, em que os Núcleos de Fundamentação se articulam em “[...] um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABESS, 1996, p. 64), traduzindo-se “[...] como um dos polos-chaves da formação e do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 59). Há, parafraseando Netto (2010), certa aceitação pela categoria profissional sobre a ligação entre Serviço Social e “questão social” datada dessa última década; mas a inquietação está em que “*O verdadeiro problema consiste na determinação rigorosa do conteúdo, da pluricausalidade e das refrações da ‘questão social’ [...]*”. (NETTO, 2010, p. 12, grifo no original). A disputa teórica parecia ter encontrado um limite quando da formulação das Diretrizes Curriculares, em que a “questão social” foi posta de forma que os fundamentos conservadores foram erradicados pelo domínio teórico de concepção crítica, projetando uma hegemonia profissional quase que “*ideal*” (NETTO, 2010, p. 14, grifo no original). Mas com a ideologia neoliberal e suas consequências em diversos quadrantes da vida social, a corrida pelo domínio da noção retornou: não mais se coloca a sua naturalização, mas a sua “*desistorização*” (a partir de sua desvinculação com a lei geral da acumulação capitalista, a tornando transistórica) e sua “*semiologização*” (sua separação da base material da sociedade, a ligando a ideia de “contrato social”) (NETTO, 2010, p. 15, grifo no original).

Esta pesquisa se projetou como forma de resistência à invasão dessas leituras deturpadas e que deslocam o debate da “questão social” de seus componentes estruturais e

inerentes, que advogam a defesa de um Estado interventor e certa humanização do capital por meio da mera distribuição de renda para sua solução, além de infundadas abordagens que individualizam as condições de vida da maioria da população. A defesa é que muitas discussões no Serviço Social, como a compreensão crítica do evoluir da sociedade capitalista e as consequências desse desenvolvimento; a gênese da profissão, considerando a luta de classes, a iniciativa burguesa e a presença do Estado e; a atuação profissional, polarizada por interesses distintos e conflitantes, gravitam e/ou derivam do conhecimento sobre a “questão social”. Além disso, o que se constata atualmente é um grande declínio do padrão de vida da classe trabalhadora em contexto mundial de pandemia de COVID-19, provocado pelo aumento do desemprego e da expansão e agravamento da pobreza (REDON; SANTOS, 2021a), em que a compreensão teórica se estabelece como uma exigência para entender a realidade da sociedade burguesa e, particularmente, para a atuação do assistente social. O debate da “questão social” e suas expressões se faz necessário e se torna emblemático no momento em que se celebra os 40 anos da publicação dos estudos singulares de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho no *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

Essa tese visou, tão e somente, evidenciar as concepções de “questão social” desenvolvidas e presentes na produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro, identificando os principais elementos que a constitui e a estrutura, segundo autores que se dedicam ao seu entendimento. Considerando a centralidade da “questão social” para a profissão e partindo das múltiplas indagações citadas como justificativa, o objeto de pesquisa ficou assim definido: *a apreensão da “questão social” pelos pensadores do Serviço Social brasileiro e que está expressa na produção do conhecimento da área, tomando como referência o pensamento dos professores Marilda Yamamoto e José P. Netto*. O nosso problema de pesquisa foi delimitado em: *quais os elementos nucleares elegidos pelos intelectuais do Serviço Social brasileiro, a partir da influência e do debate da teoria social crítica de K. Marx, e que estão na base da apreensão da “questão social”, entendida como um componente singular da sociedade burguesa?* Essa é a pergunta central que se buscou ser respondida, a partir da seguinte tese: *a de que existe uma particularização na apreensão da “questão social” pelos autores do Serviço Social a partir da eleição de elementos considerados mais elucidativos para sua compreensão. Autores, estes, presentes na formação profissional do assistente social, visto que os cursos de graduação os referenciam como bibliografia fundamental*.

A partir de nossas intenções e indagações, estabelecemos o seguinte objetivo geral: *analisar a apreensão da “questão social” pelos autores do Serviço Social brasileiro a partir da influência e do debate da teoria social crítica de K. Marx, evidenciando os elementos*

*nucleares elegidos por tais intelectuais para significar esse componente singular da sociedade capitalista.* Para alcançarmos o objetivo geral, resumiremos três objetivos específicos: identificar, segundo o título *O Capital* – Livro I, de Karl Marx, especificamente o capítulo XXIII: A Lei Geral da Acumulação Capitalista, os elementos basilares da produção e reprodução do pauperismo, que viria a ser designado por “questão social”; fundamentar, se valendo também de uma busca mais abrangente e recorrendo a autores do espectro marxista, como se estruturam e se efetivam os mecanismos sociais que estão na base histórica do surgimento e da configuração da particular exploração capitalista e; evidenciar a estrutura da apreensão de “questão social” dos principais autores que a definem e que são utilizados como referência bibliográfica para sua compreensão na formação do assistente social e essenciais na produção e difusão do conhecimento da categoria profissional.

A pesquisa ainda se valeu de importantes pontos. Primeiro, a própria complexidade do tema. De acordo com Netto (2011a, p. 152), a expressão “questão social” não é unívoca semanticamente, não possui apenas um sentido, mas são registradas várias e divergentes compreensões sobre seu significado: “qualquer esforço de precisão, neste domínio, deve ser saudado”. Outro elemento é um certo esvaziamento do debate acadêmico sobre a “questão social”, como nos alerta Vianna (2005). Esse esvaziamento vem no rastro da prevalência atual da concepção residual neoliberal sobre as políticas sociais<sup>16</sup>, expressando o “empobrecimento dos debates sobre a questão social e sobre as formas de enfrentá-la” (VIANNA, 2005, p. 130). Diz a autora que, ao passo que as políticas sociais se tornaram objeto de um grande volume de pesquisas, a “questão social” também encontrou seu lugar de destaque nas publicações acadêmicas. Contudo, a predominância sobre esses trabalhos que versam sobre as políticas sociais e os debates sobre a “questão social” é a de “*superestimar a descrição empírica* (e os métodos para realizá-la) *em detrimento da elaboração teórica*. A ciência social assume, assim, um caráter de ciência-fotografia, permitindo que a ‘hiper-realidade’ de seu objeto a ultrapasse” (VIANNA, 2005, p. 131-132, grifo meu).

Claro que o desvelamento rigoroso dos fenômenos é importante para o enfrentamento da “questão social”. Estatísticas, dados, indicadores, revelam as suas variadas facetas na saúde, educação, habitação. Mas é insuficiente, pois desvalida e ou desconsidera as importantes reflexões sobre o tema; não há mais as grandes polêmicas em torno dos fundamentos e da capacidade elucidativa de teorias rivais, que motivavam os pensadores de

---

<sup>16</sup> Aqui, Vianna (2005, p. 130) aponta que no Brasil inexistem propostas alternativas de políticas, já que uma suposta verdade tenha sido encontrada, creditando a superação da controvérsia entre universalidade e focalização. Verdade expressa na máxima liberal de que “política social é política para pobres”.

outras épocas. Emerge certo consenso sobre a “questão social” e a sua forma elementar de enfrentamento, a política social. “Dispensáveis passam a ser, portanto, as fundamentações teóricas, e supérfluas as discussões acadêmicas sobre elas” (VIANNA, 2005, p. 132). Decorre disso, um outro fator que julgamos importante: a “questão social” é reduzida à *pobreza*. Sob esse entendimento, proliferam os diversos programas de transferência de renda como forma de mediar uma superação monetária das linhas de pobreza e extrema pobreza difundidas por organizações internacionais. A “questão social” passa a ser concebida, de forma insuficiente, como *uma* das suas expressões e enfrentada de forma pontual e focalizada, como se ela fosse apenas o resultado de um mau gerenciamento dos excessos do capitalismo, em que medidas residuais fossem suficientes para seu controle. E isso em um momento em que ganham destaque os entendimentos de que a pobreza é resultado das escolhas e condições individuais<sup>17</sup>.

O debate acerca da “questão social” fundado na teoria crítica marxiana não é algo tão recente. Contudo não podemos perder de vista seus determinantes e sua importância para o debate da profissão e também para o entendimento da sociedade capitalista. Uma compreensão enviesada ou superficial da “questão social” pode repercutir na formação e, conseqüentemente, no comprometimento político dos assistentes sociais junto à classe trabalhadora. A “questão social” deve nos remeter não somente às suas expressões, sobre as quais é direcionado o trabalho do assistente social; deve, antes, significar a dinâmica de uma sociedade desigual, entendida enquanto uma totalidade e cujos protagonistas elementares estão, incessantemente, em um conflito pela hegemonia do comando da sociedade e a garantia de seus interesses em disputa.

Nesse momento, alguns apontamentos sobre o método de pesquisa se fazem necessários. Sem considerar as possibilidades de aumentar, aperfeiçoar ou catalisar seu progresso, Lefebvre (1995, p. 49, grifo no original) é taxativo em seu argumento: “*o conhecimento é um fato*”. Com isso, enfatizamos que o conhecimento está inserido na vida social, nos mais diferentes aspectos e campos da humanidade, em distintos graus e intensidades, compondo a natureza e o cotidiano do homem. Mas o conhecimento não é um elemento amorfo e assimilável de forma desordenada. Segundo Kosik (1976, p. 28), a compreensão da estrutura da “coisa em si”, que não se revela imediatamente, é possível mediante uma determinada

---

<sup>17</sup> Essa visão é originada, essencialmente, de uma visão neoliberal da sociedade capitalista em sua totalidade e da ampla pobreza que lhe é inerente. São argumentações teóricas que não encontram alicerces reais, mas que difundem um falso conhecimento para garantir que a acumulação e valorização do capital não sejam comprometidas. Ideias como de F. Hayek e Amartya S., que por sinal influenciam a estruturação e operacionalização de políticas sociais públicas, cada vez mais reduzidas e focalizadas nos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora.

*atividade* que deve analisar não somente a atividade em si, que possibilita compreender a “coisa”, mas deve incluir o processo de *criação* dessa atividade que estabelece acesso à “coisa”. As atividades a que se refere o autor são os aspectos ou os modos de *apropriação* do mundo pelos homens, como o prático-espiritual, o *teórico*, o artístico, o matemático, o físico<sup>18</sup>: “o *conhecimento* representa um dos modos de *apropriação* do mundo pelos homens” (KOSIK, 1976, p. 29, grifo no original). Na busca pela apreensão do *objeto* de pesquisa, a *teoria*, enquanto exame analítico, foi a forma do conhecimento para o estudo da realidade. A teoria, em Marx, é a reprodução intelectual da realidade material; o conhecimento teórico reproduz, idealmente, a estrutura e o movimento do objeto real. Através da análise e exposição da apreensão da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro, os esforços se concentraram em identificar como esse elemento é interpretado para o desvelamento da realidade. Portanto, tal apreensão deve registrar a dinâmica do real, a partir do qual se originam as condições e elementos objetivos e subjetivos de emersão e reprodução da “questão social”, aprofundando a compreensão dos fenômenos apreendidos de forma imediata.

Como *apropriação* do mundo, o conhecimento é constituído de dois elementos: o *sentido* subjetivo e o *sentido* objetivo. “Qual a intenção, qual a visão, qual o *sentido* que o homem deve desenvolver, como deve ‘preparar-se’ para compreender e descobrir o *sentido objetivo* da coisa?” (KOSIK, 1976, p. 29, grifo no original). Qual a forma de captar o sentido da coisa, que não é senão a criação, no homem, desse correspondente sentido, capaz de compreender o sentido da coisa? É importante nos voltarmos para o método de apreensão e análise da realidade, o percurso cognitivo por meio do qual o objeto será apreendido. E, tendo em vista que teoria e método são inseparáveis no tratamento de um objeto ou problema de pesquisa (MINAYO, 2010), o método proposto é o método em Marx<sup>19</sup>, que se evidencia como uma forma de abordagem da realidade capaz de considerar suas contradições internas e a relação entre os elementos que a compõe. Além dessa importante justificativa, Marx, e toda a teoria marxista desenvolvida a partir de seu pensamento, convergem forte influência no Serviço Social no Brasil, principalmente a partir dos anos 1980.

---

<sup>18</sup> E, para cada um desses “mundos” que compõem a vida humana, existe uma “chave” específica para sua compreensão, a que corresponde a possibilidade de determinado conhecimento. Essa particularidade de mundos requer o dimensionamento da intencionalidade e do *correspondente modo de apropriação da realidade*: “Não é possível apropriar-se e, portanto, tampouco compreender, a matemática e a realidade a que a matemática nos introduz, mediante uma intencionalidade não correspondente à realidade matemática, por exemplo, mediante a experiência religiosa ou a percepção matemática” (KOSIK, 1976, p. 29).

<sup>19</sup> As principais indicações sobre o método referido, e aqui expostas, foram retomadas do artigo *Apreensão e análise da realidade: aproximações ao método em Marx* (REDON; CAMPOS, 2021b), publicado na revista Argumentum.

Na vasta produção teórica de Karl Marx, um dos momentos de centralidade, e talvez dos mais polêmicos e controversos, gravita em torno do método que estrutura sua teoria social. Além da complexidade relativa à abordagem do tema, essa problemática se adensa pelo fato de Marx não ter se dedicado com afinco à construção e explanação de seu método, com apenas esparsas indicações e considerações diluídas em seus escritos ao longo de sua jornada intelectual<sup>20</sup>. Enfatizamos a importância do texto *O método da economia política*, que compõe a famosa *Introdução à crítica da economia política*, conhecida como *Introdução de 1857*<sup>21</sup>. Escrita entre final de agosto e metade de setembro daquele ano, foi encontrada em 1902 e publicada em 1903 (CASTILHO, 2010). Moraes (2010, p. 103) afirma que o destaque a essa referência se deve por ela se constituir na “mais longa, densa e sistemática discussão sobre o método na obra de Marx”.

Em Marx, a busca pela verdade se efetiva no desvelamento do real em sua complexa totalidade objetiva. Não há, na teoria marxiana, a formulação prévia de caminhos indicados a serem fielmente seguidos pelo pensamento no processo de apreensão do objeto e de edificação da análise. Igualmente, não há a construção de uma teoria geral sobre o conhecimento humano, evidenciando sua origem, possibilidades e limites. Marx traça outro percurso, em contraste com arranjos analíticos previamente elaborados e dos quais, acreditava-se, dependia o pleno acesso ao conhecimento verdadeiro, desde que seguidos de forma minuciosa pelo pesquisador<sup>22</sup>. Há, na teoria marxista, a elevação do pensamento mais imediato ao pensamento dialético<sup>23</sup>, “que se propõem a compreender ‘a coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”, sendo o oposto da

---

<sup>20</sup> As referências de Marx sobre o método encontram-se, especialmente, nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*; na *A Sagrada Família*; na *Miséria da Filosofia*; na *Ideologia Alemã*, em *O Capital*, bem como no *Posfácio à 2ª edição alemã de O Capital*; as famosas páginas intituladas *O método da economia política*, constantes dos *Grundrisse* e também na *Introdução geral à crítica da economia política, de 1857* (TONET, 2013, p. 70).

<sup>21</sup> A *Introdução* foi suprimida por Marx do título *Para a crítica da economia política*, datado de 1859. Posteriormente, foi incluída junto aos manuscritos econômicos redigido por Marx, em Londres, durante os anos de 1857-1858 e publicados com o nome de *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, ou *Fundamentos da crítica da economia política*, conhecido apenas por *Grundrisse*, que em alemão significa “fundamentos” (GRESPLAN, 2015).

<sup>22</sup> Assunção (2013, p. 47) pontua que a validação científica de um conhecimento há séculos dependia de “fatores exteriores ao próprio conteúdo, especificamente, ao seguimento de certo número e sequência de procedimentos técnicos”. Contudo, a verdade é encontrada no escavar o objeto, na busca pelo conhecimento da sua lógica, apreendida em sua forma natural, não de forma imposta.

<sup>23</sup> Vale pontuar que o pensamento dialético, ao distinguir entre representação e conceito da coisa, não visa fazer distinção apenas em relação ao conhecimento da realidade, com diferentes graus e formas, mas, sobretudo, sobre duas qualidades de *práxis*: a *práxis* utilitária, baseada na divisão do trabalho e na sociedade dividida em classes, que orienta o homem no mundo, estando umbilicalmente ligada ao senso comum e, portanto, não proporcionando compreensão da realidade (é o “mundo das aparências”) e; a *práxis* revolucionária, que ganhando a consciência, oportuniza a destruição da pseudoconcreticidade e das condições materiais que a originam, como “*método revolucionário de transformação da realidade*” (KOSIK, 1976, p. 13-22, grifo no original).

“sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns” (KOSIK, 1976, p. 20).

Para romper com a exploração do homem sobre o homem, a classe trabalhadora demanda uma explicação teórica da realidade em que está inserida e atuando, uma explicação para além daquela produzida pela Economia Política, considerando que a construção do conhecimento é tensionada pela divisão de classes<sup>24</sup>. A produção marxiana, portanto, é uma explicação e uma possibilidade de ruptura dessa realidade, tendo como fio condutor uma *teoria geral ontológica do ser social*, com embasamento a partir do real e de seus elementos constitutivos, do ser em si, tal como ele é, não de forma aparente e superficialmente apreendido, mas como sujeito ativamente histórico. Nas palavras de Assunção (2013):

A ontologia estatutária inaugurada por Marx, diferentemente da ontologia medieval, não parte nunca de conceitos gerais ou definições preliminares, mas da efetividade e multiplicidade das coisas existentes, as quais analisa e cujas mediações, proposições e especificações dá a conhecer segundo as características que lhes são imanes. Não há, pois, um debate metafísico sobre “o ser”, já que, para o filósofo alemão, este é o que é, ou seja, ser é igual à existência (ASSUNÇÃO, 2013, p. 47).

Portanto, a fundamentação do conhecimento está na realidade, revelando-se por uma análise árdua e fiel do objeto estudado. Não existe um conhecimento exterior e inalcançável, mas a possibilidade concreta de entendimento efetivo do objeto através de sua apreensão ideal; é a própria coisa que possibilita sua captura em sua forma mesma.

Para Marx (1982a, p. 3) os “indivíduos produzindo em sociedade, portanto, a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”. Sobre isso, Engels (1981) é esclarecedor:

A concepção materialista da História parte do princípio de que a produção e, com ela, a troca dos produtos constituem o alicerce de todos os sistemas sociais; de que, em todas as sociedades que se conhecem na História, a divisão dos produtos e a articulação da sociedade em classes ou estratos são determinadas pela produção e pelo modo de produção, bem como pelo sistema de trocas (ENGELS, 1981, p. 147).

---

<sup>24</sup> A questão do referencial de classe é condição que sempre existiu e que interfere decisivamente na produção do conhecimento. Considerando o conhecimento como mediação para a intervenção na realidade e as classes sociais como seu sujeito fundamental, não basta a posição individual para a produção da verdade no sentido ontológico. Essa tem seu “*quantum*” determinado pelos interesses de classes em certo momento histórico. Na sociedade capitalistas, burguesia e proletariado põe demandas opostas, dando origens a padrões cognitivos distintos (TONET, 2013, p. 107-109).

Isso significa que a sociedade é condicionada pela produção, pela forma como se estrutura essa produção e, conseqüentemente, a troca. Essa forma é transitória: da produção, o homem não tem como se abster, sendo primordial para sua sobrevivência, mas a forma como ele socialmente produz é transitória. Historicamente, não há um modo de produção perpétuo. Entende-se assim a posição de Engels (1981, p. 147), ao afirmar que as causas das alterações sociais e revolução políticas devem ser buscadas não em fatores subjetivos do homem, mas nas alterações das formas de produção e troca – “é na economia, e não na filosofia, da época em questão que tais causas devem ser detectadas”.

A produção do homem enquanto ser social, e “não só social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade” (MARX, 1982a, p. 4), é a *produção em geral*, uma abstração razoável que apresenta traços comuns à produção de todas as épocas, considerando suas determinações essenciais em que o sujeito (a humanidade) e o objeto (a natureza), são os mesmos. Mas essa *produção em geral*, enquanto totalidade, se particulariza, ela mesma, em *produção geral*, que também deve ser apreendida como totalidade: nos referimos, aqui, ao modo de produção capitalista, uma forma determinada social e historicamente, a forma como os homens se organizam para produzirem e reproduzirem seu modo de vida em determinado tempo histórico, conjugando as relações de produção como relações sociais de produção.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 1984b, p. 233).

A totalidade se refere à totalidade do modo de vida social, de sua produção e reprodução, tanto material quanto espiritual, de suas formas de consciência; a superestrutura mantém estreita vinculação com a base material da sociedade, não sendo explicada por si mesma. Portanto, a totalidade não é inerte, mas um complexo contraditório constituído de totalidades de menor complexidade e que se relacionam entre si e com a totalidade maior de forma recíproca através das mediações, enquanto conexões de elementos da realidade, que constituem essa estrutura da totalidade. Segundo Lukács:

A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...); segundo, a relatividade

sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior (...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado. (LUKÁCS, 1948, p.12 apud DICIONÁRIO DE PENSAMENTO MARXISTA).

Mas a questão da determinação material não significa um determinismo econômico<sup>25</sup>, que se sobrepõe a fatores sociais e culturais da sociedade, mas tão e somente que, “a produção e a reprodução da vida apenas em última instância determinavam a história” (NETTO, 2011b, p. 14, grifo no original). Essa abordagem ontológica de Marx sobre o ser social com bases materialista tem, como pontua Lukács (2012, p. 284), sua largada nos *Manuscritos econômicos-filosóficos*<sup>26</sup>, “(...) cuja originalidade inovadora reside, não menos importante, no fato de que, pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como categorias da produção e reprodução da vida humana (...)”. Em Marx, o objeto tem supremacia sobre o sujeito (ASSUNÇÃO, 2013; TONET, 2013), mas sem descartar a consciência humana; seu materialismo se eleva a outro patamar. Nas suas palavras: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1984b, p. 233). Essa relação entre subjetividade e objetividade se torna possível com a identificação da práxis<sup>27</sup> enquanto categoria como atividade real, humana, que atua como mediação entre esses dois momentos dos quais se origina toda a realidade social (TONET, 2013, p. 73; 78).

Na busca pelo entendimento do ser social, Marx parte da categoria trabalho (LUKÁCS, 2012; TONET, 2013), mas do trabalho enquanto atividade ontológica e fundamente

---

<sup>25</sup> Esses termos, em Lefebvre (1995, p. 201, grifo no original), são explicados da seguinte maneira: “[...] o determinismo confunde duas coisas bastante diversas: a determinação, por um lado, e o encadeamento mecânico, por outro. *Todo ser é determinado*, decerto, mas determinado em seu movimento, em seu devir, o qual comporta uma espontaneidade ou ‘autodinamismo’ (*Selbstbewegung*) da natureza; isso significa que ele é determinado *de modo não mecânico*. A lei do devir é que a semente se torne árvore e a criança chegue a ser adulto. Mas nenhuma combinação de elementos ‘simples’, obtidos através da análise da semente ou da criança, dará a árvore ou o adulto. O que esta criança virá a ser depende de circunstâncias, de acasos; ela pode até mesmo morrer antes de tornar-se adulto. Mas ela traz consigo sua lei. Essa lei é *determinada*, sem ser um determinismo. E se, mais tarde, a criança for encontrada no homem, isso só acontecerá enquanto ‘momento’ superado; o homem será ainda a criança que foi e, não mais obstante, não mais o será. A lei do seu devir diz apenas que, numa idade determinada (quantitativamente), ele atravessará uma crise de transformação que o converterá em homem.

<sup>26</sup> Escritas em Paris, por isso também conhecido como *Manuscritos de Paris*, no ano de 1844, essas anotações representam o primeiro momento de Marx em sua crítica à economia política. Não foram publicadas pelo autor em vida, vindo a público somente em 1932, quando foram lançadas na União Soviética.

<sup>27</sup> Com a identificação da ideia de práxis humana, Marx redimensiona o materialismo existente, que concebia a realidade como apartada da subjetividade, externa ao homem, e supera o idealismo, que via na realidade da ideia, do espírito, a verdadeira realidade (TONET, 2013, p. 78).

do ser social, não de sua forma fetichizada e produtora de mercadorias, traço peculiar que adquire na sociedade capitalista quando da “igualação dos trabalhos privados a trabalho humano indiferenciado, que emerge socialmente na forma de valor dos produtos do trabalho” (CHASIN, 2009, p. 242). Para Marx (1983) o trabalho enquanto categoria é a mediação entre o homem e a natureza. Falamos aqui de trabalho essencialmente humano, condição ineliminável da existência do homem, não das formas instintivas do mundo natural, e sim como atividade teleológica, cujo produto já era previamente idealizado pela subjetividade. É pelo trabalho que os homens se distanciam de suas formas mais primitivas, naturais, e, paulatinamente, adquirem uma determinação social. Mas, retomando Lukács (2012), o homem não se separa completamente de sua condição de ser natural. Segundo Tonet (2013), não há um corte absoluto, mas quando se concretiza o “salto qualitativo”, o momento predominante do desenvolvimento não é mais ditado por leis de caráter natural, mas sim por leis sociais.

Pode distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, um passo condicionado pela organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma (MARX e ENGELS, 1984, p. 187).

A transformação de objetos naturais em valores de uso, para sanar necessidades da vida humana é, em si, um ato teleológico. Portanto, o homem se objetiva a partir do trabalho, ao passo que sua progressão em ser social se desenvolve à medida que “a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). Esse desenvolvimento, esse distanciamento do ser puramente natural, é um processo dialético, não linear, marcado por contradições que tem início com um “salto”, oportunizado pela teleologia do trabalho. “Com o ato do pôr teleológico no trabalho está presente o ser social em si” (LUKÁCS, 2012, p. 287).

Defendendo a importância do ser social como ser objetivo, sensível, que se externaliza na realidade por meio da práxis social, elemento que unifica os conceitos de subjetividade e objetividade, Marx (1982a, p. 4) não parte do indivíduo burguês como o faz os economistas clássicos, que o veem não “como resultado histórico, mas como ponto de partida da História (...)”. Marx considera este indivíduo como produto da dissolução das relações sociais feudais de produção e das novas forças de produção que já se desenvolviam. *Imprime caráter histórico ao ser social*. Segundo Tonet (2013), o processo social para Marx é uno e múltiplo, permanente e mutável, mas radicalmente histórico; aspectos não conflitantes, mas

entendidos como uma unidade contraditória. Essa descoberta marxiana se fundamenta na constatação, pela análise do trabalho, de que a essência do homem também é histórica, constituída a partir das relações sociais correspondentes a determinado modo de produção e que se articulam com manifestações imediatas, mas também históricas. O ser social é um complexo de essência e fenômeno.

Também devemos ponderar que a “a sociedade burguesa é a organização mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” (MARX, 1982a, p. 17). Portanto, as categorias que exprimem suas relações, enquanto “formas de modos de ser, determinações de existência” (MARX, 1982a, p. 18), que devem ser consideradas e validadas nos limites dessa sociedade, possuem *maturidade histórica*, que indica a possibilidade ou não de captura do objeto, devendo ser contempladas a partir da historicidade. Assunção (2013) nos esclarece que a historicidade se refere:

[...] a questão da própria etapa de desenvolvimento do objeto a ser estudado – que, em poucas palavras, diz respeito a uma situação histórica particular que possibilita ou dificulta, em maior ou menor medida, sua apreensão. Por conseguinte, o entendimento ou não de uma relação, ser ou coisa está determinada pelo seu grau de maturidade histórica [...]. Pode-se afirmar, portanto, que as (im)possibilidades históricas de compreensão de um dado objeto relaciona-se a seu grau de desenvolvimento, que facilita ou dificulta a tarefa conforme esteja avançado ou seja embrionário (ASSUNÇÃO, 2013, p. 49-50).

Portanto, Marx apreende o percurso histórico e social calcado na realidade objetiva, como resultado de um longo processo da atividade consciente do homem enquanto ser social e histórico. *Realidade em que se efetiva a prática social, que é o critério de verdade do pensamento humano: essa verdade é um problema prático, não teórico* (ASSUNÇÃO, 2013). É a partir de uma visão ontológica do ser social em sua completude, centrada em uma concepção materialista da história, que Marx tem a possibilidade de apreender a realidade social posta em toda sua complexidade.

Marx parte de fatos, “da objetividade como um dado, quer dizer, da existência por si da efetividade, bem como da possibilidade de esta ser conhecida e reproduzida mentalmente, de haver apreensão ideal das formas determinantes da concretude, de se fazer ciência e alcançar a *verdade*”, conforme Assunção (2013, p. 47, grifo no original). O primado é do objeto, da coisa, em relação ao sujeito: “O materialismo, de um modo geral, considera a

natureza como o elemento primordial. Opõe-se assim ao idealismo<sup>28</sup>, que admite o primado do espírito com relação à natureza, do pensamento com relação ao mundo” (LEFEBVRE, 1995, p. 56-57). Segundo Tonet (2013), pela visão marxiana a existência da realidade objetiva independe da consciência, tendo prioridade sobre a subjetividade. A realidade pode existir sem um sujeito para apreendê-la por meio da consciência<sup>29</sup>, mas o sujeito não existe sem a realidade objetiva, que o perpassa e é exterior a ele, sendo dela estruturalmente dependente. Mas a captura do real pelo sujeito exige a participação da subjetividade.

De acordo com Tonet (2013), mesmo com o conhecimento sendo sempre aproximativo, nunca absoluto, condição que decorre da dinamicidade da realidade, Marx aponta que a razão humana pode apreender o objeto na sua integralidade. Sendo a realidade social uma síntese entre objetividade e subjetividade realizada pela prática social, o teórico sustenta a possibilidade de se conhecer não apenas a aparência, mas também a essência das coisas (TONET, 2013)<sup>30</sup>. “Na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la” (LUKÁCS, 2012, p. 294). De acordo com Kosik (1976), *o indivíduo cria suas próprias representações das coisas, elaborando um sistema de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade*. Mas a existência real e essas formas fenomênicas da realidade “são diferentes, e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a *estrutura* da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno *essencial* e o seu conceito correspondente” (KOSIK, 1976, p. 14). Conforme expõe Lefebvre (1995), não há uma identidade entre as sensações e as representações humanas, por um lado, e os seres da natureza por elas representadas, senão uma correspondência, que deve ser alvo da ciência. Aquelas se limitam a uma primeira aproximação do objeto, que de fato detecta sua existência, mas não sua existência de fato, real. “O materialismo coerente não afirma que os objetos são

---

<sup>28</sup> Mas aqui Lefebvre (1995) fala da importância de distinguir sobre os meios de nosso conhecimento entre o idealismo subjetivo, segundo o qual todo o conhecimento é apenas uma construção artificial e, num extremo, apenas o pensador existiria, e o idealismo objetivo, representado por Hegel, que admitia certo valor aos instrumentos de conhecimento: na explicação de Lefebvre (1995, p. 60, grifo do autor): “[...] Hegel admitia que se encontra na origem do mundo uma existência misteriosa, inteiramente espiritual, a ‘Ideia’. O mundo real, assim, aparece para Hegel como a encarnação de uma ideia eterna, que o espírito humano descobre e reencontra pouco a pouco, conquistando, por conseguinte, uma consciência verdadeira do mesmo. Os métodos humanos de conhecimento, portanto, tem para Hegel um alcance objetivo. O idealismo dele é um idealismo objetivo”.

<sup>29</sup> De fato, a consciência não é algo isolado, em si mesma, que brota de forma autônoma e independentemente do mundo objetivo que cerca o homem. Assim, um dado que se projeta na consciência humana não é “[...] uma sequência de estados subjetivos e externos, mas *uma relação* do meu ser consciente com um organismo (meu corpo, meus olhos, etc.), por um lado, e, por outro, com outros seres que não eu, com um mundo...” (LEFEBVRE, 1995, p. 52, grifo do autor).

<sup>30</sup> Afirmação, entendemos, parcialmente correta. Se só podemos conhecer aquilo que, por meio da prática, colocamos nossa subjetividade, nos escapa completamente a essência de objetos cuja existência independe completamente de nós, seres humanos? Pensemos, por exemplo, no caso dos objetos tratados pela astronomia. A essência é apreensível além da realidade social, portanto, para além da prática do homem.

tais como percebemos, ou que nossas representações imediatas e banais coincidam com o real; o materialismo supõe, ao contrário, que elas correspondem ao real segundo uma lei, que nos cabe investigar” (LEFEBVRE, 1995, p. 68).

Já os metafísicos, por exemplo, possuíam outra concepção. Isolavam os elementos do conhecimento: o sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos). O problema que se colocava era como relacionar duas realidades exteriores uma à outra, sem interação. Os metafísicos atribuíam ao conhecimento uma fundamentação mística, superior e anterior ao homem; aquele era quase uma ilusão, já que o que se poderia apreender do objeto era apenas aquilo que o próprio sujeito projetava sobre ele. Ignoravam a *interação dialética* entre sujeito e objeto – dialética por significar a relação entre dois elementos opostos, mas constitutivos de uma totalidade, em que agem e reagem, ambos, um sobre o outro. Não entendiam o conhecimento em sua dinamicidade<sup>31</sup>. A verdade era pronta e acabada, existindo previamente. Diametralmente oposto, para o materialismo “não existe conhecimento sem objeto a conhecer (...)”. Contrariando a ideia de que o conhecimento é apenas um sonho, o materialismo o considera como existente “fora de nós, diante de nós -, um *mundo exterior*, uma *natureza*, que é conhecida por nossas ciências: física, química, biologia, geologia, etc.” (LEFEBVRE, 1995, p. 56, grifo no original). Assim, quando Marx (1982a) critica o método da Economia Política, que entendia correto começar “pelo real e pelo concreto”, por exemplo, “pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”, o que o autor indica é que esse real é o mais imediato, superficial, não considerando seu feixe de determinações.

As formas fenomênicas – que são, também elas, partes integrantes das coisas – não são autoexplicativas, exigem uma decifração em que são explicadas e suas contradições são esclarecidas. Neste mister, em vez de instituir um método *a priori* ou arranjos mentais subjetivos que supostamente facilitem o caminho do conhecimento, Marx toma a via mais difícil – mas única que leva ao destino visado – do debruçar-se sobre a própria coisa, na busca de identificar suas características e sua diferença essencial (ASSUNÇÃO, 2013, p. 53).

Portanto, as formas mais imediatas também são apreendidas pelo pesquisador; mas elas em si não revelam todas as complexas mediações e contradições que

---

<sup>31</sup>Aqui nos referimos às características do conhecimento destacadas por Lefebvre (1995, p. 49-50): a) todo conhecimento é prático: “Antes de elevar-se ao nível teórico, todo conhecimento começa pela experiência, pela prática; b) o conhecimento humano é social: o homem é um ser interativo, que age e recebe ações entre si. “Estabelecendo com ele [outros homens] relações cada vez mais ricas e mais complexas, desenvolvemos nossa vida individual; conhecemos eles quanto nós mesmos”; c) o conhecimento possui caráter histórico: “Todo conhecimento foi adquirido e conquistado”.

integram o objeto em sua totalidade, de como essa totalidade interage com outras totalidades e com a totalidade maior, mais complexa, de forma incessantemente dinâmica. Assim, Marx não elabora um método definitivo, capaz de ser aplicado de forma indistinta, mas reconhece que é o objeto, em suas particularidades, que determina o caminho necessário para sua compreensão ontológica, de como ele é em si<sup>32</sup>.

Na busca pela essência, é preciso destrinchar o objeto em todas as partes que o compõe. É preciso superar, nos termos de Kosik (1976), o *mundo da pseudoconcreticidade*, esse complexo de fenômenos que se manifesta no cotidiano da vida humana e penetra na consciência do sujeito, adquirindo aspecto independente e natural. Nesse mundo, o fenômeno, que indica e ao mesmo tempo escamoteia a essência, é considerado como a própria essência e a diferença entre um e outro, desaparece. A destruição da pseudoconcreticidade não nega a existência própria do fenômeno como pertencente à realidade, mas suprime essa pretensa independência: “compreender o fenômeno é *atingir* a essência” (KOSIK, 1976, p. 16, grifo no original).

No estudo do ser social, dada a sua especificidade, não servem os instrumentos das ciências naturais. Segundo Tonet (2013) e Assunção (2013), o instrumento adequado para a análise ontológica do ser social em Marx é a *abstração*. Segundo Netto (2011b, p. 44): “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável”. Ou seja, é um processo cognitivo capaz de destacar um elemento da realidade, oportunizando seu estudo aprofundado considerando sua inserção numa totalidade e suas conexões com os demais elementos da realidade e com a própria realidade. Percebemos, por esse prisma, a crítica de Marx à dialética de Hegel no Prefácio à 2ª Edição de *O Capital*, escrita em 1873; se o real não fosse mais do que a manifestação externa das ideias, o processo de abstração seria impossível. O que seria extraído para o pensamento, a fim de ser examinado, não seria mais do que uma projeção do próprio pensamento, enquanto para Marx (1983, p. 20) o “ideal não é mais do que o material transposto e traduzido na cabeça do homem”.

Conforme Chasin (2009, p. 221, grifo no original), “o *método* marxiano, tomado por seus momentos estruturais, pode ser reconhecido e enunciado como o modo de

---

<sup>32</sup> Mas isso está longe de significar que exista uma multiplicidade de métodos para Marx, dada a infinidade de objetos passíveis de análise. O conhecimento é acumulativo. Portanto, nenhum objeto é absolutamente desconhecido. “[...] o caminho que nos leva do desconhecido ao conhecido não é absolutamente desprovido de qualquer indicação”. (TONET, 2013, p. 113).

produção de concretos de pensamentos a partir da destilação prévia de abstrações razoáveis”. Já mencionamos que as abstrações razoáveis são características gerais, “comuns, certas determinações comuns” (MARX, 1982a, p. 4). O primeiro momento é a abstração da imediatez, do superficial, do que está mais aparente no real. Aqui, o objeto precede o conhecimento, já que ele é apreendido não em sua complexidade, mas em uma primeira aproximação do pensamento.

Procedimento no qual a decantação preliminar é, por assim dizer, errante, um trabalho de sapa em que a *força da abstração* confronta de saída e sem qualquer ponto de arrimo a imediatez do todo sensível do objeto, uma aproximação cognitiva, pois, que se defronta com a face lisa, desprovida da textura das mediações que faz do objeto ou de conexões únicas de objetos singulares efetivas, mas que está oculta na *totalidade muda* com que os mesmos se apresentam na abstratividade própria e incontornável à relação imediata do sujeito com o concreto indecifrado. É o momento do trânsito entre a afirmação e a dissolução da certeza sensível e imediata (CHASIN, 2009 p. 221, grifo no original).

Esse é o método da Economia Política, que ao estudar um país desse ponto de vista, inicia com a população até atingir determinações mais simples, mais tênues. Aqui, não há ruptura com essa captura do imediato; permanece-se nele como a própria explicação basilar do real, mas uma explicação que em si mesma não representa, de fato, essa rica e contraditória totalidade. Cumprido esse momento, “teríamos que fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1982a, p. 14). Segundo Chasin (2009), esse é o processo constituído em dois tempos, não apenas enunciado, mas confirmado e reiterado por Marx.

O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução de concreto por meio do pensamento (MARX, 1982a, p. 14).

É no segundo momento que o objeto é saturado e apreendido em seus elementos constituintes e em sua contradição; na viagem de volta, opera-se a reconstituição do todo, em que o todo é a junção dos complexos. O estudo do objeto leva em conta sua relação

com outras determinações e categorias. O real capturado aparece no pensamento como resultado desse movimento de análise, não sendo resultado do puro pensamento. A totalidade de pensamentos não significa nada além do que configura a totalidade real. Como nos informa Assunção (2013, p. 51), são as categorias, devendo ser entendidas não como construção ideal, mas sim como “propriedades ou atributos inerentes ao próprio ser [...], as formas de ser efetivas capturadas pelo pensamento”. O método da Economia Política não realiza essa “viagem de modo inverso”, não ultrapassando, portanto, os limites mais superficiais da realidade, não compreendendo sua essência e não sendo fiel ao movimento e aos condicionantes da contraditória estrutura da sociedade capitalista.

Lefebvre (1995) também expõe esse duplo movimento do conhecimento. Na lógica formal, a busca pelo objeto se opera de forma fragmentada e não a partir da conexão entre os elementos inseridos em uma totalidade: aquela apenas tem sentido em um primeiro momento do pensamento, como uma fase em que o conteúdo é suprimido até quase que no limite da sua forma: esse é o momento da *abstração*. O pensamento tem esse poder de isolar elementos ou aspectos do real. Contudo, quando o nosso pensamento, após essa redução momentânea do conteúdo, deve necessariamente retornar ao conteúdo para apreendê-lo, a lógica formal se revela insuficiente. A partir disso:

É preciso substituí-la [a lógica formal] por uma lógica concreta, uma lógica do conteúdo, da qual a lógica formal é apenas um elemento, um esboço válido em seu plano formal, mas aproximativo e incompleto. Já que o conteúdo é feito da interação de elementos opostos, como o sujeito e o objeto, o exame de tais interações é chamado por definição de *dialética*; por conseguinte, a lógica concreta ou lógica do conteúdo será a *lógica dialética* (LEFEBVRE, 1995, p. 83, grifo do autor).

Assim, não se nega a lógica formal, mas se entende que ela seja apenas a primeira das etapas do conhecimento para a captura do objeto, do seu conteúdo. A forma do pensamento e o conteúdo são distintos entre si: o sujeito é distinto do objeto, embora com ele mantenha relação. Diz Lefebvre (1995, p. 83) que “a forma é sempre forma de um conteúdo, mas o conteúdo determina a forma”. Ou seja, a forma é a abstração do conteúdo, sendo por este determinada, visto que o objeto tem primazia sobre o sujeito pensante. A forma é esse elemento destacado do conteúdo, que volta a ser conteúdo, prevalecendo um movimento contínuo entre ambos. “Quando a forma é tomada isoladamente, o que é sempre possível, cai-se – qualquer que seja o domínio considerado – no *formalismo*” (LEFEBVRE, 1995, p. 83-84, grifo do autor). O formalismo é essa insuficiência do movimento do pensamento, estagnado no primeiro

momento em que prevalece a forma da coisa tomada como conteúdo da coisa, em que este, de fato, é negligenciado enquanto a coisa mesma. Corretamente, tal isolamento, ou eliminação de parte do conteúdo, não é qualificado como uma supressão excludente e definitiva, mas como negação dialética que ainda envolve o que é negado; a operação que estabelece esse elemento inserido em uma totalidade é exigida por essa redução dialética do conteúdo: “O movimento do conhecimento, portanto, compreende dois momentos intimamente opostos e complementares: a redução do conteúdo (abstração) e o retorno para o concreto” (LEFEBVRE, 1995, p. 131).

Dessa forma, em Marx, o que fica apreendido é o real enquanto concreto pensado, que não é a gênese do concreto em si (MARX, 1982a, p. 14). Por meio do processo de abstração, o que é tomado não é nada que não possua existência efetiva, mas a reprodução cognitiva da realidade; *a totalidade ideal reflete a totalidade concreta*. A abstração é o caminho possível para o estudo teórico do ser social: “O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, modo que difere do modo artístico, religioso e prático-mental de se apropriar dele” (MARX, 1982a, p. 15), como já enunciado no início de nossa abordagem sobre a metodologia. É a forma correta para se atingir o concreto pensado, tendo como fonte o concreto real, abstraído e analisado.

Entendemos haver certa hegemonia da perspectiva social crítica, que ilumina e baliza as discussões acadêmicas do Serviço Social brasileiro. A pesquisa não se centrou, portanto, na busca de teorias conflitantes, mas sim em como a “questão social” é compreendida pelos autores à luz da teorização que a enforma e na possibilidade de congregar novos elementos à discussão. Nos valendo de Sweezy (1982), a abstração em si mesma é inoperante para gerar conhecimento; tudo depende de sua utilização, do que se deve ou não abstrair, cujo problema encontra solução quando nos atentemos a duas questões: que problema está sendo investigado? E quais os elementos essenciais desse problema? Dessa forma, não existem dois pesquisadores que tratam seu material da mesma forma, inclusive a forma de aplicar a abstração: “um deles pode abstrair-se de uma diferença que o outro tenta explicar, e cada um deles pode encontrar justificativa pelo ponto de vista do problema que examina” (SWEEZY, 1982, p. 40).

Mediante os objetivos apresentados, a pesquisa caracteriza-se como de *natureza qualitativa*. Segundo Minayo (2015), a pesquisa qualitativa responde, nas Ciências Sociais, a questões muito particulares, trabalhando com o universo dos significados, motivos e aspirações; um nível de realidade que não é passível de ser quantificado.

Para responder ao problema e atingir o objetivo proposto, nos utilizamos da *revisão bibliográfica* e da *pesquisa bibliográfica*. A revisão bibliográfica deve abranger, minimamente, “os estudos clássicos sobre o objeto em questão (ou sobre os termos de sua explicitação) e os estudos mais atualizados sobre o assunto” (MINAYO, 2010, p. 184). Tendo em vista a explicação da autora, a pesquisa teve como base o pensamento de Marx e a produção teórica do Serviço Social brasileiro, contemplando a apreensão da “questão social” pelo Serviço Social ao longo das décadas, até as produções mais recentes.

Na pesquisa bibliográfica a aproximação com o objeto se dá através de fontes bibliográficas, possibilitando um amplo alcance de informações, permitindo a utilização de dados dispostos em diversas publicações<sup>33</sup>. A técnica utilizada por excelência é a *leitura*: Miotto e Lima (2007, p. 41) nos esclarecem que “é através dela [da leitura] que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência”. Para indicações sobre a pesquisa bibliográfica, o autor tomado como referência é Salvador (1986).

A modalidade usada para a análise dos dados coletados será a *Análise de Conteúdo*<sup>34</sup>, enquanto um [...] conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1979, p. 31), cujo objeto é a “palavra” (BARDIN, 1979, p. 43). É uma metodologia de tratamento e análise de informações que estão inseridas em um documento, provenientes de discurso pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens: segundo Chizzotti (2000, p. 98), “A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento”. Ainda segundo o indicado, “O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2000, p. 98). Algumas categorias de análise destacadas por Marx foram elegidas para este estudo: *modo de produção; trabalho; trabalho assalariado; composição do capital; exploração; mais-valia; super população, pauperismo; pobreza; riqueza; consciência de classes; luta de classes*. Tais categorias de análise são essenciais na teoria marxiana sobre a sociedade capitalista, para a compreensão da forma da sua produção material e das relações sociais que são estabelecidas. Portanto, imprescindíveis para a estudo da “questão social”.

---

<sup>33</sup> Nas palavras de Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas.

<sup>34</sup> Tomamos como indicativo o livro de Bardin (1979).

Sobre as fontes bibliográficas consultadas, elegidas a partir da delimitação do objeto de estudo, o objetivo foi identificar a apreensão da “questão social” pelo Serviço Social brasileiro a partir da consolidação da vertente social crítica. Para tanto, nos restringimos à produção teórica dos autores Marilda Villela Yamamoto e José Paulo Netto; entendemos ser tais pesquisadores os grandes nomes de uma vanguarda profissional mais numerosa, e não menos importante, e que contribuem de forma essencial para o Serviço Social, cujas ideias são cruciais ao estudo da “questão social” como um fator fundamental para a constituição da profissão e do exercício profissional, inserida que está no movimento de reprodução da sociedade burguesa. A análise das obras referidas teve como base algumas premissas comuns: a identificação e análise da definição de “questão social” elaborada por esses autores; o destaque dos elementos centrais priorizados para sua apreensão e a leitura do processo histórico que envolve a sua emergência na realidade. Tais premissas não se tratam de um estudo comparativo entre autores. Aqui se justifica a necessidade do nosso retorno à Marx, para embasar uma tentativa de verificar em que medida as abordagens de Yamamoto e Netto se unificam e/ou divergem: foi preciso conhecer os fundamentos da “questão social” diretamente na fonte marxiana para reconhecê-los na produção do conhecimento do Serviço Social, evitando interpretações superficiais e equivocadas. Nos orientando pelo método exposto, foi feita uma análise teórico-crítica do material bibliográfico selecionado.

A presente tese está dividida em duas partes: a Parte I, *A apreensão da “questão social” pelo Serviço Social: análise estrutural de seus elementos teóricos expressos na literatura acadêmica e considerações sobre os aspectos gerais que orbitam sua significação*, tratou de evidenciar a base elementar da “questão social” destacada pelos estudiosos do Serviço Social, articulando uma tentativa de elucidar o processo sócio-histórico dessa apreensão e destacando particularidades e similaridades entre os autores. A Parte II, *Os componentes sócio-históricos da “questão social” à luz da teoria marxiana: a lei geral da acumulação capitalista, a exploração e a luta de classes*, objetivou expor os elementos estruturais da “questão social” no movimento de expansão material do capital, o que produz uma superpopulação relativa, e da exploração do trabalho, com ênfase no domínio e controle do tempo da vida e do trabalho do proletariado; esses dois fatores são vistos de forma indissociáveis na configuração da realidade da sociedade burguesa, donde emanam a luta de classes conscientemente organizada e que foi capaz de transformar os desdobramentos do crescimento desordenado do modo de produção capitalista em questões políticas.

**PARTE I**

**A APREENSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO:  
ANÁLISE ESTRUTURAL DE SEUS ELEMENTOS TEÓRICOS EXPRESSOS NA  
LITERATURA ACADÊMICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE ASPECTOS GERAIS  
QUE ORBITAM SUA SIGNIFICAÇÃO**

De forma geral, a estrutura da noção de “questão social” construída pelo Serviço Social brasileiro converge elementos que revelam e se relacionam à conformação e desenvolvimento da sociedade burguesa e vinculados ao processo de industrialização e urbanização, ao progresso acentuado dos meios de produção sob uma relação social de exploração e à luta de classes como resposta às condições de vida e de trabalho do proletariado, o que colocaria em risco a manutenção desse sistema. A lei geral da acumulação capitalista se mostra como um elemento inseparável dessa discussão, presente nos estudos da área como fator de centralidade quando o assunto é a “questão social”. No entanto, concordamos com Santos (2012) sobre a definição em si não ser homogênea entre os assistentes sociais e, também, com Pimentel (2012, p. 14-15) quando diz sobre os autores que se dedicam ao tema: “Há entre eles diferenças na captação do fenômeno e no aprofundamento de suas bases histórico-sociais e políticas”.

A Parte I desta tese, dividida em dois capítulos, objetivou apresentar essas especificidades entre os pesquisadores do Serviço Social quando da análise e definição do termo “questão social”, indicando quais os elementos mais proeminentes que o compõe, ressaltando as particularidades e as similaridades entre os estudiosos. De fato, essa elaboração teórica traz em si, de forma incontestável, a análise da constituição e da forma como se organizam a produção e a reprodução da vida na sociedade burguesa. Isso é um destaque essencial já que a “questão social” é inconcebível sem a consideração da base material, da forma mesma como se formata o modo de produção e as contradições que lhes são inerentes, tornando evidente como se constitui o trabalho e a relação social que lhe é própria.

Tal Parte considerou os principais expoentes teóricos do Serviço Social: Marilda Villela Iamamoto e José Paulo Netto. Infelizmente, como se fará perceber, não pudemos evitar uma discrepância dos títulos elegidos entre os estudiosos de referência; priorizamos os que são, dentro da área de conhecimento, os mais conhecidos e próximos do processo formativo do assistente social. Em decorrência disso, damos ressalva que o fio condutor das análises, bem como a estrutura dos capítulos que seguem, são orientados, prioritariamente, pelos textos de Marilda Iamamoto. Devemos ressaltar, ainda, que a leitura

realizada e aqui exposta considerou levar em conta pontos importantes das análises dos autores de forma a não desvincular tal elemento arbitrariamente de um contexto maior de debate. Portanto, o objeto de pesquisa de cada autor não foi intensamente explorado, mas tão e somente na medida em que se pôs como necessário para este ensaio e seu objetivo de responder ao problema de pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### O PROTAGONISMO DE MARILDA IAMAMOTO: A LUTA DE CLASSES COMO ELEMENTO NUCLEAR DA “QUESTÃO SOCIAL”

Dentre os pensadores brasileiros, Marilda Iamamoto ocupa, sem qualquer receio de equívoco, lugar de destaque quanto às formulações teóricas do Serviço Social. Pesquisadora de alto rigor teórico e refinamento textual, possui relevância ímpar para a profissão. É responsável por desenvolver a análise seminal sobre a apreensão do significado social do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista brasileira, enquanto uma profissão alocada na/e a partir da divisão social do trabalho, e do caráter predominantemente ídeo-político do exercício profissional do assistente social. Se consolida como prática institucionalizada e legitimada ao responder as necessidades sociais decorrentes do processo histórico das classes sociais fundamentais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho em condições socialmente determinadas. Salienta a formação e expansão do proletariado e da burguesia industrial e as alterações da composição dos grupos e frações de classe que compartilham o poder na órbita do Estado (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 83; IAMAMOTO, 2015, p. 176).

Esse ineditismo acadêmico<sup>35</sup> de Iamamoto foi possível, e do qual é dependente<sup>36</sup>, devido à outra grande contribuição da autora: seu comprometimento analítico embasado na teoria social *marxiana* e em importantes autores *marxistas*<sup>37</sup>, o que possibilitou uma interpretação através da qual a origem do pauperismo fosse detectada na materialidade do processo de produção e reprodução capitalista e o conectou ao conflito entre capital e trabalho. É de sua responsabilidade a interlocução entre o Serviço Social no Brasil e a verdadeira teoria

---

<sup>35</sup> Segundo a própria autora, “Esta é uma linha de análise que não encontra suporte na bibliografia especializada do Serviço Social e da sociologia das profissões, salvo engano, implicando, portanto, a necessidade de recuperar a teoria e o método de análise dos autores clássicos” (IAMAMOTO, 1982, p. 4; IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO 2012, p. 22). Anos depois, a autora vai dizer que o texto do início da década de 1980 “[...] inaugura, na arena do Serviço Social brasileiro, uma abordagem histórico-sistemática sobre a produção e reprodução das relações sociais com base em um tratamento da teoria marxiana, apoiada no conjunto de sua obra principal – *O Capital* – até então ausente da produção acadêmica da área no País” (IAMAMOTO, 2015, p. 252).

<sup>36</sup> Dependente porque foi a incorporação desse recurso teórico-metodológico, e suas categorias intrínsecas, que permitiu a análise que situou o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e apreendeu seu significado social. Também vem no rastro desse apropriação o desvelamento, a partir da realidade, do “[...] caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2015, p. 253).

<sup>37</sup> Com os termos em destaque, queremos distinguir que por teoria marxiana consideramos os escritos do próprio Marx e, eventualmente, os em parceria com F. Engels – afinal, o pensamento de Marx inaugura uma teoria social. Por teoria marxista, entendemos os autores que referem suas análises, problematizações e propostas para a realidade social ancorados na teoria social de K. Marx.

revolucionária de K. Marx<sup>38</sup>, superando leituras enviesadas e distorcidas da teoria social crítica, como apontadas por Netto (1989; 1991)<sup>39</sup>. De fato, essa se constitui em uma grande conquista para a profissão: a produção e reprodução das relações sociais capitalistas passaram a ser problematizadas a partir da *perspectiva da totalidade*, em que esta representa a totalidade da produção e reprodução social de um determinado modo de vida, tanto material quanto espiritual. Processo, esse, em que a realidade é considerada em suas dinâmica e contradição, estruturando-se em um complexo formado por totalidades de menor complexidade, apreendida em seu próprio movimento. Essa construção interpretativa histórico-crítica da profissão foi fundamental para a superação de análises endogenistas<sup>40</sup>, restritas aos limites internos da profissão, e do Serviço Social *tradicional*.

Esse capítulo foi dividido em duas partes que se complementam, isso devido à continuidade do pensamento da autora em seu trabalho de mestrado que foi tornado público em dois momentos e títulos diferentes. Portanto, no capítulo I trataremos de investigar os livros *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica* e *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – Ensaio crítico*.

### 1.1 O CLÁSSICO: RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A análise da obra de Marilda Iamamoto seguirá a ordem cronológica de elaboração e publicação na tentativa de identificar possíveis inflexões em seu pensamento ao longo das décadas dedicadas ao universo do Serviço Social. Sendo assim, o primeiro texto<sup>41</sup> é

---

<sup>38</sup> José Paulo Netto ressaltou em alguns de seus escritos a contribuição de Marilda Iamamoto com seu trabalho pioneiro (1989; 1991). A título de afirmação dessa proposição: “Com efeito, é a partir da publicação, em 1982, do seu ensaio mais conhecido [*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação teórico-metodológica*] que se pode identificar a aproximação do Serviço Social, no Brasil, às fontes clássicas do pensamento socialista revolucionário. Sem qualquer dúvida, entre nós *foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica original de Marx*. É possível dizer, sem o risco do exagero, que Marilda inaugurou, no Brasil a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx” (NETTO, 2013, p. 12, grifos meus. In: IAMAMOTO, 2013. Prefácio do livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*).

<sup>39</sup> Essa interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista se instaura a partir da década de 1960, em meio “[...] a crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil”. Essa aproximação enviesada pode ser singularizada por três traços interligados: as exigências teóricas foram muito reduzidas – as requisições eram de natureza mais ídeo-política; a referência ao marxismo estava mais atrelada a perspectivas prático-políticas e organizacional-partidárias do que à sua contribuição crítico-analítica e; a aproximação não se deu por meio de fontes originais, mas sim por divulgadores e manuais “[...] de qualidade e níveis discutíveis” (NETTO, 1989, p. 96-97).

<sup>40</sup> Um estudo acessível acerca das concepções, opostas e excludentes, sobre a natureza e o surgimento da profissão Serviço Social é apresentado por Montañó (2009).

<sup>41</sup> Por opção metodológica não analisaremos a dissertação de mestrado de Marilda Iamamoto, *Legitimidade e crise do Serviço Social – Um ensaio de interpretação sociológica da profissão*. Defendida no ano de 1982, pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP – Piracicaba - SP), foi

o conhecido *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica, publicado em parceria com Raul de Carvalho no ano de 1982. Este livro se vincula, e é produto, de um projeto maior de investigação sobre a História do Trabalho Social na América Latina, levado a cabo pelo Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS). Mesmo sendo uma empreitada elaborada a quatro mãos, Marilda Iamamoto é responsável pela Parte I<sup>42</sup> do respectivo livro; já a Parte II, desenvolvida a partir de uma perspectiva história, foi escrita por R. de Carvalho<sup>43</sup>; esse é um elemento de atenção para a análise.

Importante é, por conta mesmo do objetivo desse projeto e sua vinculação teórica, entendermos o contexto histórico em que foi construída tal pesquisa. Os anos de 1960 a 1980 marcam um momento muito específico da história do Brasil; o país vivia o período da Ditadura Militar, instaurada pelo golpe de Estado em abril de 1964, o qual atingiu diversos setores da vida social, marcando um desastre histórico para o conjunto da classe trabalhadora que pode ser expresso, de forma ampla, na piora da condição de vida dos trabalhadores<sup>44</sup> e no cerceamento de direitos essenciais por meio da repressão, tortura, prisões, mortes, desaparecimentos e censura dos protagonistas que se opunham à nova ordem estabelecida e seus objetivos, mesmo na fase de um lento e arquetizado processo de abertura democrática. Esse não foi um evento isolado; entre tais décadas, a América Latina, principalmente a América do Sul, viveu uma era ditatorial justificada ideologicamente pela tensão da Guerra Fria e orientada pela intervenção de países imperialistas, em especial os Estados Unidos<sup>45</sup> (COGGIOLA, 2001),

---

publicada integralmente; parte nesse mesmo ano e os demais capítulos uma década depois, em 1992, no livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* – Ensaio crítico.

<sup>42</sup> Constituída por dois capítulos, a Parte I – Proposta de Interpretação Histórico-Metodológica, integra a dissertação de mestrado de Marilda Iamamoto. Essa divisão do livro é indicada pela própria autora em suas demais produções (IAMAMOTO, 2013, p. 179; IAMAMOTO, 2015, p. 22, 29, 167, 168). Também Netto, ao prefaciar o último livro de Marilda Iamamoto, o *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, publicado em 2007, fala da “[...] parte sob sua responsabilidade [da de Marilda], no já clássico *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (lançado originalmente em 1982, em parceria com Raul de Carvalho)” (NETTO, 2015a, p. 16, grifo no original. In: IAMAMOTO, 2015). Nessa mesma produção, ao discorrer sobre o balanço crítico do livro de 1982, a autora diz que: “Os comentários que se seguem referem-se centralmente à primeira parte do livro, de minha autoria, relativa aos capítulos: Uma concepção teórica de produção das relações sociais e O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 246).

<sup>43</sup> Salvo engano, as indicações realmente atestam essa divisão de responsabilidade na construção do conjunto de capítulos que constituem o livro em tela. Além das indicações da nota de rodapé 9, referentes à Parte I sob os cuidados de Iamamoto, há referências atestando a exclusiva autoria da Parte II à R. Carvalho, conforme Netto (2015b, p. 158, 159, 163, 179, 181, 182) e Iamamoto (2015, p. 321).

<sup>44</sup> A concentração de renda se agravou seguindo a ideia de Delfin Netto, de que era preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo. “Os 5% mais ricos passaram de uma participação no total da renda nacional, em 1960, de 28,3% para 39,8%, em 1972, enquanto o 1% mais ricos passaram de 11,9% para 19,1% em 1972. No outro extremo da pirâmide, os 50% mais pobres, de 17,4% do rendimento total em 1960, baixaram para 11,3% no mesmo período” (SADER, 1990, p. 27-28).

<sup>45</sup> A intervenção estadunidense antes e após o golpe foi intensa, visando minar o governo constitucional e incidir sobre o Poder Executivo Federal. Coggiola (2001, p. 13-14) no demonstra isso, por exemplo, com a presença do

para conter o “espectro do comunismo” (MARX e ENGELS, 2010, p. 39) que voltara a assombrar a classe burguesa<sup>46</sup>.

A experiência democrática brasileira, após a queda do Estado Novo, foi momentânea. Nesse curto espaço de tempo, de cerca de duas décadas, houve a expansão dos direitos democráticos como resultado do movimento reivindicatório de setores populares, como os operários, intelectuais e estudantes; essa ascensão da participação da classe trabalhadora, embora longe de significar uma ruptura com a ordem do capital, sugeria um horizonte de ampliação da sua atuação dentro do Estado, alterando a configuração do poder estabelecido. Paralelo a esse quadro, havia também a presença de medidas antidemocráticas, como a repressão violenta às greves, ao mesmo passo que, conforme pontua Ianni (1984, p. 77), “[...] fortalecia-se o poder da grande burguesia industrial, comercial e bancária, associando interesses do capital imperialista com o capital nacional”. É nesse sentido que a Ditadura Militar instalada com o golpe “[...] expressa a vitória da contra-revolução burguesa que se formou por dentro da revolução burguesa brasileira” (IANNI, 1984, p. 93).

À época, o então chefe de Estado João Goulart, em meio a uma agitada vida social, optou por decisões políticas que desagradariam parte da sociedade<sup>47</sup>. A reação veio quase que instantaneamente: após seis dias do “comício da Central”, em torno de 500 mil pessoas presentes na Marcha pela Família com Deus pela Liberdade demonstravam o apoio de uma significativa parcela da população à intervenção militar, que teve como bandeiras a manutenção da ordem social, a preservação da hierarquia e a luta contra o comunismo (FAUSTO, 2019). A 31 de março de 1964, o Golpe de Estado atingiu a sociedade brasileira (IANNI, 1984) e redimensionou as relações entre as classes sociais e estas com o Estado, agora dominado pela alta cúpula das Forças Armadas organizadas.

---

embaixador norte-americano Lincoln Gordon e sua interferência direta na política brasileira: “Sugeriu nomes para compor os ministérios, censura as escolhas de ‘esquerdistas’ para as assessorias do presidente, criticava abertamente projetos e iniciativas governamentais. Militares, governadores de Estado, deputados, empresários e dirigentes sindicais eram convidados permanentes do ativo embaixador”, além da abortada operação *Brother Sam*, que visava o envio de aparato militar aos golpistas no Brasil.

<sup>46</sup> Mas não só isso. A finalidade de contrarrevolução opera pela grande burguesia era de três ordens, segundo as análises de Netto (2015b, p. 31): “[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo”.

<sup>47</sup> O caminho idealizado por Jango se mostrou catastrófico: as reformas de base, que seriam anunciadas em grandes eventos para demonstrar a força do governo, deveriam ser realizadas por decreto, o que significava desconsiderar o Congresso. No primeiro desses comícios, em 13 de março de 1964, com grande presença das forças de esquerda, foram assinados dois decretos: o primeiro, simbólico, consistia na desapropriação de refinarias que não estavam nas mãos da Petrobrás; o segundo, se referia a desapropriação de propriedades subutilizadas e também a reforma urbana e ampliação da população com direito ao voto (FAUSTO, 2019).

O movimento golpista havia sido feito pregando a necessidade de “restabelecimento da ordem social” e de retomada da expansão econômica, liquidando a inflação, diagnosticada como responsável pela estagnação e favorecedora da crise social. A ordem social foi reimposta a ferro e fogo, pela repressão aos líderes sindicais, estudantes, intelectuais, aos artistas, políticos, partidos e organizações, catalogados como subversivos (SADER, 1990, p. 18).

A contra-revolução expressa aspectos particulares das relações de classe e da política brasileira, pontuados por Ianni (1984): primeiro, foi uma forma brutal de conter e fazer retroceder a conquista de direitos que estava acontecendo desde o fim do período ditatorial varguista, não apenas as populares, mas também burguesas, a mando da grande burguesia industrial e financeira; segundo, as medidas adotadas pela ditadura transformaram o país em uma enorme fábrica produtora de mais-valia com o desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e das classes sociais; terceiro, a ditadura é, de fato, um pano de fundo que desloca a centralidade do real domínio<sup>48</sup> do Estado brasileiro, que é a grande burguesia estrangeira e nacional, agora com o aparelho estatal quase que exclusivamente ao dispor de seus interesses e; por último, o militarismo representou a recuperação do Estado burguês em crise diante da impossibilidade da burguesia criar as condições necessárias de “ordem e progresso”, ou “segurança e desenvolvimento”.

Em 1968 iniciaram-se os anos mais violentos do regime ditatorial<sup>49</sup> sob a regência do Ato Institucional nº5, baixado por Costa e Silva e que, ao contrário dos outros Atos, não tinha prazo de vigência, durando até 1979. “Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte dos métodos do governo” (FAUSTO, 2019, p. 480). Todas essas demonstrações de poder do regime totalitário, baseadas na violência, buscavam uma pretensa legitimidade, emoldurada por uma falsa ideia de proteção dos valores democráticos e da

---

<sup>48</sup> Esse é um ponto relevante destacado por Spindel (1985, p. 8): “Como sabemos, todo regime político responde aos interesses de uma determinada classe social; o Estado é a instituição que permite a uma das classes exercer seu poder sobre as demais classes da sociedade. Por este motivo, o poder do ditador não emana de sua própria figura e nem é irrestrito; na verdade, ele emana de uma determinada classe social e só é irrestrito dentro dos limites estabelecidos pelos interesses econômicos desta classe social da qual ele é o representante”.

<sup>49</sup> São expressões do regime autoritário as ditaduras nos países latino americanos, ao contrário do nazismo e fascismo, que se engradam em regimes totalitários. Ambos os regimes são “[...] formas de governo das quais a burguesia lança mão quando da impossibilidade de aplicação, com sucesso, do modelo de democracia formal” (SPINDEL, 1985, p. 30). Basicamente, a diferença entre os dois modelos está em que “Os regimes totalitários distinguem-se inicialmente pelo seu absoluto repúdio à democracia formal e a consequente proposição ideológica de um novo modelo político. Esta distinção inicial basta para diferenciá-los dos regimes autoritários, nos quais há uma tentativa de manutenção de uma fachada democrática Formal e inexistente uma ideologia consistente e abrangente, mas não basta para caracterizá-los completamente” (SPINDEL, 1985, p. 43).

questionável ideia de segurança nacional<sup>50</sup>. Mesmo com a intenção da abertura política controlada, anunciada pelo governo Geisel em 1974, ainda permanecia a "[...] prática da tortura, acrescida do recurso do 'desaparecimento' de pessoas mortas pela repressão" (FAUSTO, 2019, p. 491).

Dentre as instituições que ficaram sob o controle e a intervenção dos militares, estavam as universidades, visto que estudantes e professores foram enquadrados como subversivos frente à política imposta<sup>51</sup>. Como sinaliza Fausto (2019, p. 467), "Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão", com ataques à UNE (União Nacional dos Estudantes) e universidades. Motta (2018) resume as ações ditatoriais no campo do ensino superior a dois grandes eixos: a repressão e a modernização, em que as relações entre a comunidade acadêmica e o regime militar podem ser compreendidas a partir das noções de adesão, resistência e acomodação. As investidas contra essas instituições de ensino são explicadas pelo fato de que a disputa política implica também as batalhas no campo cultural, pela concorrência de valores, o que as transformaram em espaços especiais de corridas políticas em torno de visões distintas sobre a sociedade, pois impactavam a indústria cultural e a mídia. Nos campos repressivo e modernizante, em que este último visava integrar o corpo acadêmico e dar ao autoritarismo um ar de intelectualidade e, de forma ampla, derrotar os inimigos:

O Estado autoritário prendeu, demitiu e aposentou professores, bem como excluiu do ensino superior estudantes considerados subversivos. Além disso, fez pressões e estabeleceu controles que cerceavam o livre debate de ideias nos meios acadêmicos. Ao mesmo tempo, porém, e paradoxalmente, a ditadura investiu na modernização do sistema universitário, que era precário em comparação com os centros hegemônicos e mesmo com alguns países da América Latina (MOTTA, 2018, p. 92-93).

O fato de a Ditadura ter sido ineficaz em criar e estabelecer políticas culturais originais, reafirmando ideias patrióticas do Estado Novo devido à, talvez, uma ausência criativa,

---

<sup>50</sup> Essa foi, segundo Sader (1990, p. 19), a ideologia oficial lançada pela Ditadura Militar, em que a compreensão do processo social o assemelharia "[...] ao funcionamento de um organismo biológico, onde o bom andamento do todo depende de uma colaboração solidária de cada uma de suas partes. Esse ponto de vista funcionalista não deixa lugar para os conflitos, as diferenças de visão e de interesses, as contradições sociais, que lhe aparecem como forma externas de sabotagem do desenvolvimento desse organismo. Assim, qualquer manifestação de antagonismo, de discrepâncias, é considerada como um vírus externo, que penetra no organismo apenas para obstaculizar seu bom funcionamento. Nessa qualidade, ele deve ser tratado com um tumor - isto é, descer ser extirpada em nome do funcionamento solidário do organismo social".

<sup>51</sup> Em 1966, por exemplo, Sader (1990) pontua o retorno das grandes manifestações de rua encabeçadas por estudantes que lutavam contra o fim da democracia e os inquéritos policiais-militares contra professores e estudantes.

mas certamente à uma falta de consenso ideológico, o que possibilitou que o Estado fosse permeado pela manutenção de valores culturais já existentes e também à permanência de intelectuais com valores contrários ao regime imposto, nos espaços culturais e acadêmicos<sup>52</sup>, revela a existência de um polo central entre a repressão e a modernização, dando espaço a acordos, negociações e conciliações, expresso na proposta de Mattos (2018, p. 102-103) sob a noção de *acomodação*, como uma espécie de manobra das elites para “[...] acomodar disputas, a impedir crises graves, a evitar medidas radicais, em outras palavras, ela serve às estratégias de dominação e manutenção da ordem tradicional”. *Contudo, esses campos abertos à participação de sujeitos debatedores do regime militar eram vigiados e passíveis de repressão.* Por tanto, isso *não* significa, de forma alguma, uma compreensão minimizadora do que realmente foi e dos meios truculentos dos quais se valeu o grande capital para o domínio quase que total da sociedade brasileira.

Em aspectos gerais, esse foi o *caldo histórico* brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980, evidenciando os meios extremos dos quais a burguesia se utilizou na luta de classes. Todos esses anos foram atravessados pelo medo e pela insegurança vividos pelos brasileiros em um aterrorizante cenário, em particular o corpo universitário que se destacava e se mantinha na linha de frente no violento confronto contra o ataque sistemático à democracia e tudo o que ela representava à população. Após essa breve contextualização, essencial para captarmos em que condições a pesquisa ora apresentada foi construída, voltemos às suas considerações.

Enquanto divisão acadêmica da ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social), que a partir dos anos 1970 engendrou a busca de um Trabalho Social articulado e que respondesse às necessidades da América Latina e Caribe, o CELATS vai atuar como um catalizador de leituras e propostas críticas profissionais para o continente. Contando com condições objetivas<sup>53</sup> e a participação de vários países em muitos projetos, teve, naquele momento, o “[...] objetivo de concretizar iniciativas voltadas à construção de um

---

<sup>52</sup> Segundo Mattos (2018), inexistiu uma política forte e clara de repressão ao marxismo: as ideias de Marx não eram condenadas formalmente em nome da liberdade de pensamento, concomitantemente ao banimento da autores revolucionários foram banidos das livrarias – um exemplo era a venda em bancas de um volume da coleção *Os Pensadores* com textos de Marx, publicado em 1974.

<sup>53</sup> O CELATS teve base financeira da Fundação Konrad Adenauer, contando com uma excelente estrutura física, corpo de funcionários administrativos e uma equipe de pesquisadores, tendo uma direção com alto nível acadêmico e ideológico (LOPES, 2016). Essa é uma fundação alemã vinculada ao Partido União Democrata Cristã, com indícios de ter injetado recurso no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em contexto histórico nacional do governo de Jango, visto com desconfiança pelo governo norte-americano (que entrevistou ativamente no país através do Departamento de Estado estadunidense e da CIA) por ser “infiltrado por comunistas”. Isso prova que a política brasileira daquele momento despertava muito interesse (NETTO, 2014, p. 38-39).

Serviço Social coerente com as exigências históricas da realidade latino-americana” (REIS e MAIO, 2018, p. 4). Segundo Lopes (2016, p. 328), o CELATS impulsionou uma programação acadêmica para todo o continente desenvolvida através de áreas temáticas: “[...] área de investigação; área de capacitação continuada; área de investigação-ação ou modelos práticos; e área de comunicação”.

Na área de *investigação* e nos esforços sobre a história do Serviço Social na América Latina, a pesquisa desenvolvida pelo CELATS “[...] propõe-se a uma interpretação da profissão como constituída e constituinte dos processos sociais, buscando uma vinculação desta com as forças e projetos em conflito”. Portanto, tal abordagem considera que “[...] a compreensão da história remete à história das relações de classes e seu movimento contraditório” (REIS e MAIO, 2018, p. 5). Através desse projeto<sup>54</sup>, Marilda Iamamoto e Manuel Manrique Castro deram início à uma empreitada para buscar os fundamentos sociais do surgimento e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil e no Peru, considerando a dinâmica e as particularidades históricas desses países. Os dois pesquisadores definiram sua proposta da seguinte forma, em consonância com o objetivo da instituição citada:

Nos proponemos efectuar un análisis de la profesión de trabajo social, en la óptica de las relaciones de clase, a través del estudio de los compromisos sociales desarrollados históricamente por la profesión, del pensamiento ordenador de este compromiso y la dinámica a través de la cual esos compromisos y las ideas se articulan y se transforman (CASTRO e IAMAMOTO, 1979, p. 4).

No que refere ao estudo dos autores brasileiros, ele teve como objeto “[...] o Serviço Social como profissão no contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira, no período de 1930-1960” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 19), embora não apresentem uma análise da formação social do Brasil, se atendo à busca de seu significado social e das práticas desenvolvidas pelos assistentes sociais. A partir desse prisma, e orientando-se para a superação de visões focalistas e a-históricas acerca dos fundamentos e da natureza da profissão, a instituição Serviço Social deveria ser compreendida considerando as relações e determinações sociais estabelecidas historicamente, como partícipe e contributo para a continuidade das contraditórias relações sociais capitalistas.

---

<sup>54</sup> Nos referimos ao projeto *Hacia el estudio de la historia del Trabajo Social em América Latina*, formulado por Marilda Iamamoto e Manuel Manrique Castro. Este pesquisador publicou, em parceria com Alejandro Maguina, o livro *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social em el Perú*. O projeto encontra-se disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/accioncritica/ac-cr-005-08.pdf>, sendo primeiramente foi publicado na Revista Acción Crítica, nº 5, 1979. Lima – Peru.

Articulando a teoria e o método marxianos em seu embasamento, Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012), na primeira parte do livro, buscou explicar a estrutura e o funcionamento da sociedade capitalista quanto aos aspectos da produção e reprodução das relações capitalistas de produção mediante a sistematização de uma leitura dos clássicos. Nessa sociabilidade, a satisfação das necessidades sociais é mediatizada pelo mercado (pela produção, troca e consumo de mercadorias), o que tende a acarretar a ampliação da divisão do trabalho social; com o desenvolvimento das forças produtivas sob o comando do capital, o trabalho se torna cada vez mais social, ou seja, quanto maiores as forças produtivas, maior a divisão social do trabalho. Assim, o processo de trabalho passa a ser efetuado sob a forma de *cooperação* de muitos trabalhadores livres e máquinas no interior da fábrica, além da intensificação do parcelamento das atividades para a produção nunca visto antes, efetivando-se, também, o parcelamento do próprio indivíduo no ato da produção – surge o trabalhador parcial. Determinado modo de produção supõe determinado modo de cooperação entre os indivíduos, relações sociais que são estabelecidas no ato da produção mesma. Nessa divisão social do trabalho o fundamental é que os trabalhadores produzam mercadorias que contenham, em si, mais valor do que originalmente foi empregado no início do ciclo do capital, isto é, na esfera da circulação, em que, primeiramente, se efetiva a compra das forças produtivas – o objetivo da produção capitalista é produzir mais-valia. É nessa sociedade, caracterizada pela *alienação*, em que a produção se torna cada vez mais social e a apropriação se mantém privada e gerida segundo os interesses da classe capitalista, que os autores vão situar o surgimento histórico do Serviço Social, estreitamente conectado à “questão social”, objeto desse estudo:

O surgimento e desenvolvimento dessa instituição [o Serviço Social] são vistos a partir do prisma da “questão social”, isto é, *do surgimento do proletariado com expressão política própria. Os rumos que essa instituição progressivamente assume são analisados tendo por elemento determinante a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade* (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 23, grifo nosso).

Dois elementos se destacam na citação acima: primeiro, e sobre o qual será centrado nosso esforço teórico-metodológico, é a definição de “questão social”; essa é a primeira referência ao termo no livro ora analisado – está formulada ainda na Introdução, que embora tenha sido assinada por ambos, claramente é dividida de forma a apresentar as duas partes da pesquisa, de responsabilidade individual. A definição, ainda pouco estruturada nesse momento, se remete à *dimensão sócio-política*, qual seja: *a constituição dos trabalhadores em uma classe social mediante sua consciência enquanto tal e o seu ingresso no cenário político*,

de forma organizada e objetiva, o que nos remete diretamente à *luta de classes*. Até aqui, diferentemente de outras interpretações que iriam ser formuladas e que centram a noção de “questão social” às formas pelas quais se estruturam e se expandem a produção e reprodução material na sociedade capitalista<sup>55</sup>, ancoradas no desenvolvimento da produtividade do trabalho social sob uma relação de exploração e que tem no pauperismo sua forma explícita de existência, M. Iamamoto<sup>56</sup> prioriza a abordagem da “questão social” e sua constituição efetiva na realidade social a partir da maturação da consciência da classe trabalhadora, mas considerando sua gênese material; *a luta de classes constitui seu eixo fundante*. E luta que encontra seu feixe de razões e possibilidades de superação de seus determinantes no processo de *alienação*<sup>57</sup>, que determina ao trabalhador “[...] as condições materiais que explicam a sua rebeldia [...]” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 63). A alienação é entendida como o não pertencimento do produto a quem o produziu, como produto alienado, separado, de quem trabalhou. Seus desdobramentos são contraditórios: enquanto que para o trabalhador ela se expressa como definido acima, nela o capitalista encontra sua satisfação absoluta – “a produção de mais-valia”, pois é dele a posse do produto do trabalho. A outra consideração é que o Serviço Social esteve, e permanece, medularmente vinculado à “questão social”, isto é, à luta de classes. Seu surgimento e suas inflexões históricas são decorrentes da emersão do movimento histórico da luta de classes e das formas de seu enfrentamento pelas frações da classe dominante que detém o poder, o que decorre diretamente da referida correlação de forças entre proletariado e capitalistas. *Isto revela como a profissão está condicionada ao movimento real da sociedade, de onde verdadeiramente emanam suas demandas e atribuições.*

Imediatamente ao trecho como citação da página anterior, os autores trazem mais uma contribuição para pensarmos a “questão social”. O Serviço Social se configura como *um dos mecanismos que as classes dominantes se valem para manter e exercer seu poder de classe na sociedade*, mas sendo um instrumento que se modifica de forma frequente “[...] em função das características diferenciadas da luta de classes e/ou das formas como são percebidas

---

<sup>55</sup> Consultar: Pastorini (2010); Netto (2011a); Pimentel (2012); Santos, (2012).

<sup>56</sup> A citação, alvo da análise, foi retirada da Introdução do livro, assina pelos dois autores. Mas claramente essa introdução está dividida em aspectos sociológicos e históricos, que de fato apresentam a pesquisa e suas partes correspondentes. Contudo, acreditamos, como será exposto, que essa primeira definição de “questão social” reflete, de fato, a concepção de M. Iamamoto e apenas parcialmente a de R. de Carvalho. Em outros momentos, respeitando as contribuições de cada um, nos remeteremos a eles de forma individualizada.

<sup>57</sup> O processo de alienação se expressa de forma contraditória nas distintas classes sociais presentes na realidade: o capitalista encontra sua satisfação por esse processo, a produção de mais-valia, o trabalhador se rebela a partir dos resultados desse mesmo processo, de onde emanam as condições materiais para uma nova forma de modo de produção de riqueza (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012).

as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 23). Em distintos momentos, se atestam maneiras de “[...] manifestação e enfrentamento da questão social pelas diversas frações da classe dominante, diante do poder e organização e pressão do proletariado”<sup>58</sup> (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 23). A ideia de que as consequências sociais do desenvolvimento do modo de produção capitalista podem alterar a dinâmica da profissão não se coloca diretamente por aquelas se constituírem em elementos que, por si só, incidem e deterioram a vida do proletariado, mas porque “Estas sequelas se manifestam, também, por uma série de comportamentos ‘desviantes’, que desafiam a Ordem” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 23). Com o empobrecimento acentuado da classe trabalhadora, o Serviço Social se afirma como alternativa capaz de responder esse fato de forma mais eficaz que a caridade tradicional, “[...] a partir da busca de uma nova ‘racionalidade’ no enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 24). Dessa forma, essas sequelas podem desencadear um cenário social de organização e luta, bem como podem intensificá-lo em grau mais profundo. Portanto, se se alteram as configurações da luta de classes, se alteram os meios de respostas para *estabelecer a paz social*, se altera o Serviço Social como mecanismo de apaziguar o conflito e minar o movimento social dos trabalhadores, concomitante à *ampliação das conquistas na área dos direitos sociais*, considerados elementos intrínsecos à essa contradição e como resposta a esses conflitos; se se alteram as formas de se manifestar a “questão social”, a profissão não fica imune frente às mudanças do contexto social.

Para maior clareza da formulação da clássica<sup>59</sup> apreensão de “questão social” cunhada por Marilda Iamamoto em 1982, pontuaremos, brevemente, algumas ideias apresentadas no capítulo I e início do capítulo II do *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Entendemos que os elementos desenvolvidos pela autora nesse momento se colocam como essenciais para essa apreensão e para o desvelamento da construção teórica do termo no decorrer de seu percurso intelectual. Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012)

---

<sup>58</sup> Em um momento adiante do livro, ao tratar especificamente a dinâmica das relações sociais e o Serviço Social, apontando a ambiguidade da profissão, Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012) diz que mesmo que as respostas arquitetadas pelo capital, que são mediatizadas por organismos institucionais, para o atendimento das necessidades da população trabalhadora sejam funcionais a interesses político-econômicos da classe dominante, não se pode menosprezar a organização e os movimentos políticos das classes subalternas sobre essas instituições, cuja pressão se revela em “[...] modificações operadas nas estratégias, programas e serviços estabelecidos pelas mesmas. Tais mudanças expressam a correlação de forças entre as diversas classes e suas frações, que conformam um perfil peculiar a conjunturas históricas determinadas, como expressão da luta de classes” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 102).

<sup>59</sup> Dizemos isso porque essa definição de “questão social” é recorrentemente usada pelos autores do Serviço Social brasileiro em seus estudos, se constituindo como um modelo referencial da noção. São exemplos os próprios pesquisadores a quem recorremos nesses capítulos.

apresenta as principais formulações e categorias analisadas por K. Marx acerca das engrenagens da produção e da sociedade burguesa. No capitalismo, a produção se amplia com o desenvolvimento das forças produtivas, marcada pela alteração da composição orgânica do capital: o trabalho é dinamizado com o aumento de sua produtividade, implicando uma necessidade sempre menor de trabalho vivo para uma produção crescente, o que por sua vez reduz o tempo necessário à própria reprodução da força de trabalho, aumentando o poder de extração de mais-valia pelo capital. Nesse processo, marcado pela *mistificação do capital*<sup>60</sup>, que surge anteriormente a esse contexto, ainda sob a subsunção formal do trabalho ao capital<sup>61</sup>, antecedendo, portanto, a maquinaria, e pela *alienação do trabalho*, o trabalhador produz o capital e a classe que o personifica, reproduzindo as condições de sua própria dominação e exploração. *Indica* a lei geral da acumulação capitalista como uma *lei populacional* peculiar ao modo de produção capitalista, fruto da acumulação do capital: o resultado da *acumulação ampliada* é a superpopulação relativa, sendo esta também sua condição – além de subordinar o trabalhador ao capital pela pressão que aquela exerce sobre o exército ativo, esse específico contingente populacional impacta sobre o movimento dos salários. O exército industrial de reserva cresce tanto mais cresce a capacidade produtiva do trabalho. *A reprodução não apenas reproduz as relações sociais, mas também os antagonismos de classe que tendem a se aprofundar; assim, a acumulação da miséria se mantém proporcional à acumulação da riqueza.*

A sociedade capitalista é marcada por esses interesses antagônicos das classes sociais diametralmente opostas; antagonismo “[...] dado pelo caráter cada vez mais social da produção contraposto à apropriação privada dos meios e dos produtos do trabalho alheio”. “*Em outros termos*”, a autora complementa que a lei geral da acumulação capitalista

---

<sup>60</sup> A mistificação do capital está em que: se a classe trabalhadora é percebida apenas como uma força de existência do capital, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social aparece como forças produtivas do capital, inerentes a ele, e não do trabalho. Seria o capital o responsável pela dinamização da produção como algo próprio dele, independente da figura do trabalhador, já que o domínio de sua força de trabalho está nas mãos do capitalista. “O que decorre da potenciação do trabalho coletivo aparece como algo inerente às condições naturais de produção enquanto tais; o que é produto do trabalho aparece como produto do capital. Esta é a *mistificação do capital* inerente ao processo de trabalho como meio do processo de valorização” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 61, grifo no original).

<sup>61</sup> Isso, Marx (1978) explica no Capítulo VI, de *O Capital*. A mistificação surge tão logo o processo de trabalho se converta em processo de valorização do capital, mesmo que a base material da produção ainda se mantenha praticamente intocada, e o trabalho de diferentes modalidades se converta em assalariado. A mistificação é inerente à relação capitalista em si: “A faculdade que o trabalho tem de conservar valor apresenta-se como faculdade de autoconservação do capital; a faculdade de o trabalho gerar valor, como faculdade de autovalorização do capital, e em conjunto e por definição, o trabalho *objetivado* aparece como utilizando o trabalho *vivo* (MARX, 1978, p. 52, grifo no original). Com a aplicação da maquinaria e da ciência na produção, detonando a subsunção real, “A mistificação, implícita na relação capitalista em geral, desenvolve-se agora muito mais do que podia ou teria podido se desenvolver no caso da subsunção puramente formal do trabalho ao capital” (MARX, 1978, p. 55).

“[...] supõe a acumulação da riqueza, monopolizada por uma parte da sociedade – a classe capitalista – inseparável da acumulação da miséria e da pauperização daqueles que produzem a riqueza como riqueza alheia, como poder que os domina, enfim, como capital”<sup>62</sup> (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 72). A lei geral da acumulação capitalista é, portanto, equiparada à *contradição fundamental*<sup>63</sup> que marca a sociedade burguesa, se expressando na polarização da pobreza e da riqueza em campos distintos, pois a posse dos meios de produção da riqueza social em poucas mãos sugere que ela possa ser concentrada. A reprodução ampliada do capital “supõe” a reprodução das classes sociais e do poder da classe capitalista, sendo apontada como a *causa* da “[...] reprodução ampliada da pobreza<sup>64</sup> e da riqueza [...]” e, também, do “[...] antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na *luta de classes*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 73, grifo no original); *dessa forma, a lei geral da acumulação capitalista encontra seu fundamento na reprodução ampliada*. Também a luta de classes, que entendemos como forma de efetivação da “expressão política do proletariado”, se estabelece como o posicionamento de resistência frente ao antagonismo de interesses típico da sociedade capitalista: o *fundamento* da luta de classes, da “questão social”, tal e qual da lei geral da acumulação capitalista, se encontra nas *consequências da reprodução ampliada do capital*, que impõem à reação dos trabalhadores.

Pela exposição de Iamamoto (2012) compreende-se que a acumulação ampliada do capital decorre o aprofundamento das condições sociais, materializadas no quadro da pobreza e da riqueza e, portando, da relação antagônica entre as classes. O acirramento dessas contradições se estabelece como *razão* dos confrontos, a chave que move a luta de classes. Compreende-se, ainda, que essas relações sociais de produção são atravessadas por relações de poder e dominação, derivadas do caráter privado da posse dos meios de produção, o que permite a exploração.

---

<sup>62</sup> Entendemos, como será exposto na Parte II dessa pesquisa, que a lei geral da acumulação capitalista supõe o movimento de alteração da composição orgânica do capital, como forma de exponenciar a exploração, da qual também é dependente, e a produção. Esse processo tem como contraface a formação da superpopulação relativa em relação ao aumento do poder de acumulação, o que se expressa nos distintos polos de pobreza e riqueza.

<sup>63</sup> Ideia expressa em Netto e Braz (2012, p. 178, grifo no original): “Eis a contradição fundamental do MPC: a produção se torna-se *socializada*; mais: essa socialização é *progressivamente aprofundada*, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece *privada*: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme *excedente* que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas)”.

<sup>64</sup> “A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza [...]”. (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 73).

*A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como na degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. [...] O processo de industrialização, ao atingir todo o cotidiano do operário, transforma-o num cotidiano de sofrimento, de luta pela sobrevivência. Essa luta pela sobrevivência se expressa também em confrontos com o capital, na busca por reduzir o processo de exploração [...] (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 73, grifo meu).*

As condições objetivas de vida e as subjetivas, atreladas ao desgaste psíquico e moral do trabalhador, *são apresentadas como expressões da exploração*, não como expressões ou manifestações da “questão social”, já que aqui entendida enquanto a luta de classes, prioritariamente. Esta luta em uma sociedade capitalista, cujos meios de produção estão centralizados nas mãos de uma classe social, é a luta cotidiana do proletariado na busca de sua sobrevivência através de seu trabalho e que se direciona, também, contra o capital, para impor barreiras e limitar a exploração. Duas lutas conectadas e enraizadas na mesma realidade e encabeçadas pela mesma classe social: a busca de sua própria manutenção, considerando os rebatimentos negativos do processo de industrialização em suas vidas, e o enfrentamento contra a própria exploração desmedida a que é forçada pelo capital em sua jornada de trabalho. *É essa luta de classes, do proletariado contra a burguesia, efetiva e conscientemente política contra a exploração que reverbera sob distintas e variadas formas na vida dos indivíduos sociais, legítima em seus objetivos e meios, que Marilda Iamamoto vai designar como “questão social”.*

O processo de reprodução das relações sociais é também processo de produção de dominação de uma classe sobre a outra, do capital sobre o trabalho, enquanto categorias econômicas personificadas pelo conjunto dos trabalhadores e dos capitalistas. E nesse mesmo processo de reprodução de dominação recriam-se, concomitantemente, as formas sociais mistificadas que embora não eliminem a exploração, a encobre. Não cabe aqui reiterarmos a exposição de Iamamoto (2012), mas significar o valioso esforço da autora em apresentar, a partir das formulações originais de Marx acerca da realidade social, a compreensão do processo de produção e reprodução capitalista, que é processo de trabalho e processo de valorização do capital, sendo apreendido como uma forma particular dos homens produzirem e reproduzirem seus meios de vida e as relações sociais por meio das quais as levam a efeito.

É na reprodução das relações sociais, enquanto “[...] *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida [...]*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 79, grifo no original) englobando, portanto, a reprodução dos antagonismos inerentes às relações sociais capitalistas em determinado tempo

histórico e em condições sociais objetivas postas<sup>65</sup>, que Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012) vai localizar o surgimento da profissão Serviço Social. E mais do que isso: vai situar a atuação do assistente social, imersa e polarizada pela tensão da relação entre as classes sociais existentes em interação, exercendo uma “*função mediadora*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 82, grifo meu). O desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais engendradas nesse processo determinam novas necessidades sociais e impasses, trazendo a exigência de profissionais qualificados. Como base de justificação do profissional assistente social, a “questão social” emerge, “*sob novas formas*”, no contexto de “*hegemonia do capital industrial e financeiro*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 83, grifo meu):

A questão social não é senão as *expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão*. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma relação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 83-84, grifo meu).

Primeiro, e antes de focarmos o termo definido na citação, vamos nos ater ao ponto referente à periodização da “questão social”. A autora nos informa que, em determinado momento do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a “questão social” emerge “*sob novas formas*”: portanto, antes do período apontado por ela, o do “*desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*”, momento em que se afirma a “hegemonia do capital industrial e financeiro”, a “questão social” já existia, embora de forma não explicitada. Por esse prisma, a “questão social”, própria da sociedade brasileira, se fundamenta sobre condições (econômicas e políticas) e constituintes sociais (as próprias classes sociais) distintos quando pensada à luz do contexto histórico inglês do final do século XVIII e meados do seguinte<sup>66</sup>. Por aqui, na

<sup>65</sup>“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011a, p. 25).

<sup>66</sup> Não estamos propondo uma suposta comparação entre países, o que não se coloca, mas somente indicar as diferenças em que se estabelece a “questão social” quando pensamos sobre o capitalismo em sua forma geral: No Inglaterra, as condições adversas de vida da população, expressas no pauperismo, se colocam a partir da primeira industrialização, em que o modo de produção atinge seu estágio concorrencial-industrial (NETTO, 2011a); no Brasil, ela surge antes do desenvolvimento industrial.

República Velha, não podemos ainda falar de consequências de um modo de produção capitalista consolidado e estruturado, com uma intensa e crescente industrialização e o conflito entre proletariado e burguesia, nos termos exigidos; faltava a própria formação de uma burguesia industrial e de uma classe trabalhadora numerosa e consciente. Esse fato de a “questão social” no Brasil ter se estruturado em um tempo e forma particulares e distintos do caso inglês, que é o caso primordialmente tratado por Marx, em *O Capital*, independente de certos dinamismos, não é problematizado nesse estudo, mas tão somente indicado no início da segunda parte do livro. Por essa interpretação se coloca um *redimensionamento* da própria “questão social” devido a configuração de distintas bases sócio-históricas, tanto de personagens sociais como de cenário histórico, em que a “questão social”, anterior à década de 1930, não encontrava condições propícias para a sua afirmação social, não existindo como um componente da realidade capaz de alterar posições do Estado e da classe dominante em suas relações com os trabalhadores, permanecendo *politicamente não reconhecida* até conseguir maior dinamismo pelo desenvolvimento e ação do operariado em certo recorte do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Quem nos explica esse ponto é Cerqueira Filho (1982, p. 22), pesquisador cujo pensamento foi apropriado pelo Serviço Social e certamente influenciou as discussões presentes no livro *Relações Sociais...* e para quem a “questão social” se coloca como fato no final do século XIX. Para o autor, nesse momento da história brasileira, “[...] o quadro geral econômico-social assinala a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada, os primórdios da industrialização no eixo Rio/São Paulo, o surgimento de uma incipiente classe operária e, já em embrião, a ‘questão social’”. Como um problema concreto, diz que a “questão social” emerge mundialmente, inclusive no Brasil, em um cenário de industrialização e implantação do modo de produção capitalista e do aparecimento das distintas classes: o operariado e a burguesia industrial. Por mais que esse processo se inicie anteriormente à década de 1930, é só a partir desse ponto que ele ganha dinamicidade.

É importante retermos que nessa compreensão a “questão social” aparece logo ao fim da escravidão, embora ainda de forma residual, na realidade brasileira. Yamamoto (2012) também segue a mesma lógica, mas prioriza seus estudos a partir do período histórico posterior, dispensando considerações e explicações quanto ao início do processo de surgimento da “questão social”, dando destaque à sua *transformação*. Cerqueira Filho (1982) ainda revela que nesse final de século a “questão social” não era uma questão que aparecia no pensamento dominante, sendo tratada como “caso de polícia” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 59). Com a expansão do processo de industrialização, aumentava a classe operária ao mesmo momento em

que surgia novas contradições: assim, a “questão social” como “[...] expressão das contradições antagônicas entre empresariado industrial e operariado, já não podia ser subtraída subrepticamente ou combatida exclusivamente pela polícia” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p 59). A “questão social” invadia as ruas pela ação dos operários que lhe davam a devida dimensão, diferente de antes “[...] porque não tinha condições de se impor como questão inscrita no pensamento dominante” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p 59). Para validar nossas ideias registradas:

De fato, a classe operária é embrionária no início do século, mas o processo de industrialização no eixo Rio/São Paulo não é uma invenção. Um proletariado, reduzido em número e débil em organização, já começa a existir nos setores industriais de tecidos e alimentos recém-implantados, para não levar em conta os alfaiates, sapateiros, carpinteiros marceneiros, pedreiros, ferreiros, tipógrafos, encadernadores, etc. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p 70).

Cerqueira Filho foi o único autor que encontramos, pelo menos próximo ao Serviço Social, que apresenta um estudo sobre as *outras formas* da “questão social”, isto é, antes da década de 1930. É uma “questão social” que está amadurecendo até ter condições de se apresentar plenamente na realidade brasileira. Esse fato acompanha o desenvolvimento do capitalismo que, a partir de certo momento, irá acirrar as contradições entre as classes sociais em expansão e trazer à tona os grandes problemas sociais característicos do modo de produção capitalista. É nesse momento que o proletariado irá se organizar e exigir a tal intervenção para além da repressão, mobilizando ações do Estado. Aprofundemos tais ideias.

Segundo os estudos de Draibe (2004), a partir da introdução do trabalho assalariado no Brasil podemos indicar três etapas na constituição do capitalismo brasileiro, em que o Estado desempenhou particulares funções: a economia exportadora, a industrialização restringida e a industrialização pesada. A primeira fase é dominada pelo capital mercantil, o que restringiu os investimentos industriais direcionados ao setor produtor de meios de consumo, dificultando a formação de um setor produtor de meios de produção. É tida como uma fase de “crescimento industrial”, o que diante das exigências da industrialização “[...] não conferiu ao capital industrial um grau de diversificação e uma escala suficientes para a dominância neste processo de acumulação, nem o habilitou a destruir formas pretéritas de organização da produção” (DRAIBE, 2004, p. 10); portanto, na estrutura social desse período coexistem diferentes formas de organização da produção e relações sociais. Embora o modo de produção se faça dominante, a constituição de forças produtivas só foi possível pelo caráter exportador da economia: “[...] a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente [...]”

(DRAIBE, 2004, p. 10) pela carência de meios para produção de bens de capital. É nesse particularismo, evidente nas economias latino-americanas, que surge a “questão social” no Brasil, desenvolvida por Cerqueira Filho (1982) e apontada no livro *Relações Sociais*, caracterizando, segundo Santos (2012), a integração do país no sistema do capitalismo internacional pelo seu caráter agroexportador, pautado na extrema exploração da força de trabalho.

Isso significa considerar os contornos próprios da formação social e do modo de produção capitalista brasileiro, refletindo que o surgimento de uma “questão social” nacional se estreita, também, ao movimento do capitalismo global e não de um progresso autônomo de nossa sociedade; inclusive isso se coloca pertinente quando da análise da “questão social” em tempos atuais. Queremos frisar que sim, a “questão social” e suas expressões adquirem características e intensidades distintas quando consideramos a inserção periférica do Brasil na economia mundial e suas relações imperialistas, mas quando problematizamos a colocação de uma “questão social” nacional é como se ela independesse unicamente dos elementos que a constitui acima de qualquer ressalva, quais sejam: os problemas decorrentes de um processo intenso de industrialização e urbanização em um modo de produção expansivo dominado pela capital como relação social de exploração e a luta dos trabalhadores para estabelecer os limites desses processos. Esse princípio de confronto social não exigiria o forte amadurecimento da consciência e de um movimento organizativo da classe estabelecida, visto que a ausência desse elemento pode significar as *outras formas*<sup>67</sup> da “questão social”, ou seja, outros delineamentos de luta: o longo período escravista e a falta de experiências organizativas dos trabalhadores livres impactaram a estruturação de um movimento trabalhista no início do século XX (SANTOS, 2012).

A “questão social”, considerada e conceituada, se remete a outra demarcação temporal: ela se forma somente com a intensificação da industrialização brasileira, como resultado inerente a esse ordenamento social em certo nível de seu desenvolvimento. Ainda assim, em uma fase de *industrialização restringida*: mesmo que a partir da década de 1930 se forme uma dinâmica endógena de acumulação capitalista assentada na expansão industrial, as bases técnicas e financeiras ainda são insuficientes para ampliar a capacidade produtiva para além da demanda – isso foi alterado somente na fase da *industrialização pesada*, entre os anos de 1956 e 1961 (DRAIBE, 2004). Mas uma “questão social” sob formas distintas, e isso devido à configuração e organização política do proletariado enquanto classe social, o que pressupõe a

---

<sup>67</sup> Em referência às “novas formas” sob as quais emerge a “questão social” a partir do desenvolvimento industrial e da expansão urbana (IAMOTOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012).

tomada de consciência coletiva por parte dos trabalhadores e que só pode ser alcançada quando da “hegemonia do capitalismo industrial e financeiro”, em que se impõe certos fenômenos decorrentes de novo movimento do capitalismo; esse é o momento de culminância do amadurecimento da classe trabalhadora, em que a “questão social” se coloca plenamente na sociedade capitalista brasileira.

Cada vez que um país se industrializa em moldes capitalistas, forma-se uma classe operária. Os países que passaram por esta transformação no século passado ou, o mais tardar, nas primeiras décadas do atual, são os que, no presente, são considerados “plenamente desenvolvidos”. Há um outro grupo de países, cujo processo de industrialização se iniciou mais tarde ou foi retardado – mesmo depois de começado – só tomando impulso a partir dos anos 30 ou posteriormente (SINGER, 1986, p. 42).

Quanto a definição da “questão social” por Yamamoto (2012), podemos fazer alguns apontamentos interpretativos. Primeiro, que a definição aparece mais abrangente do que anteriormente, ampliada, não apenas como o “*surgimento do proletariado com expressão política própria*” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 23). Agora a definição é acrescida, e previamente à ideia acima, as “*expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 84) e seu ingresso na cena política da sociedade para fazer frente às suas exigências. Percebe-se a formação da classe operária não apenas como o resultado da industrialização, embora dela não possa desvincular-se, mas dependente também de sua consciência enquanto tal, organicamente vinculada ao desenrolar das lutas sociais, em que os sujeitos se identificam a si mesmos como classe no combate aos problemas e defesa de interesses comuns no percurso histórico<sup>68</sup>. *Essa via de pensamento demonstra que Yamamoto concebe a “questão social” integrada e dependente de um processo social complexo e contínuo, embora não linear, que engloba o surgimento, o desenvolvimento e a luta da classe proletária, momentos conexos e dependentes da dinâmica social capitalista, sintetizados na maturação política.* Assim, a “questão social”, da forma tal como é definida pela autora, é resultante imediata do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção quando do auge político da luta de classes no cotidiano social, tendo como seu elemento decisivo a subjetividade da classe trabalhadora em um momento histórico específico. A “[...] manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e burguesia [...]” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 84), que exige a intervenção do Estado na relação entre as classes sociais próprias ao

---

<sup>68</sup> Essa noção da formação da classe trabalhadora será melhor desenvolvida na Parte II.

capitalismo, para além da repressão e da residual caridade tradicional, se *concretiza na luta de classes*.

Contradição que se assenta nos mecanismos produtivos destacados acima; a gênese da “questão social”, da luta de classes, centra seu fundamento nos interesses antagônicos de classe e que se manifestam, de forma genérica, na concentração, em campos distintos e conflitantes, da riqueza e da miséria, que é sintetizada na lei geral da acumulação capitalista; ambos os elementos são desencadeados pela *acumulação ampliada* que é garantida pela característica exploradora da dominação do capital: dito de outro forma, o trabalho se torna mais social e a apropriação de seus resultados se mantém privada. Temos que ponderar que, mesmo que a consciência dos trabalhadores seja a descoberta de seus interesses e desafios comuns e da conformação de sua luta e classe social, este processo não deve ser interpretado de forma autônoma e suficiente, deslocado da base material da vida social, mas em constante sinergia um com o outro<sup>69</sup>. Conforme salienta Iamamoto (2012), o desenvolvimento do capitalismo atinge cada vez mais ramos diversificados da produção e sua expansão pressupõe o desenvolvimento do proletariado e da exploração.

Essa maneira de se efetivar o desenvolvimento econômico faz com que se desenvolvam, concomitantemente à ampliação das relações de dominação e exploração, as condições objetivas que viabilizam a maturação política dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 114).

Mas, como sinalizamos anteriormente, sobre a ampliação da definição do termo, nessa conceituação discutida também se colocam todas as *consequências* da intensificação do processo industrial sob a exploração dos capitalistas sobre os trabalhadores; são as *expressões* da industrialização consideradas a partir da constituição do operariado enquanto classe e sua atuação política. Isso porque tais expressões adquirem relevância social e política apenas com o ingresso desses sujeitos na defesa por seus interesses e contra a exploração: é a luta que define os desdobramentos do progresso produtivo da sociedade burguesa como problemas sociais – são os trabalhadores quem impõem esses elementos na realidade e exigem intervenções mais substanciais. Embora apreendidas como partes indissociáveis quando pensamos a sociedade capitalista de forma abrangente e conexa, decorre

---

<sup>69</sup> O desenvolvimento do capitalismo atinge cada vez mais ramos diversificados da produção e sua expansão pressupõe o desenvolvimento do proletariado e da exploração. “Essa maneira de se efetivar o desenvolvimento econômico faz com que se desenvolvam, concomitantemente à ampliação das relações de dominação e exploração, as condições objetivas que viabilizam a maturação política dos trabalhadores e o desenvolvimento de sua consciência de classe” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 114).

dessa formulação conceitual que a luta de classes é colocada como central na definição de “questão social”, sendo seu componente absoluto. Tanto que indicamos a ampliação da interpretação conceitual, incluindo as repercussões da industrialização sobre o proletariado, mais pela leitura de Cerqueira Filho (1982), de quem Yamamoto “toma”, para utilizar o termo de Santos (2012), a ideia de “questão social”: ao nosso ver, a autora constrói sua definição, essencialmente, a partir da categoria luta de classes. Com algumas ressalvas a serem consideradas, não podemos ignorar a incontestável influência de Cerqueira Filho (1982) nas elaborações de Yamamoto:

Por “questão social”, no sentido universal do termo, *queremos significar o conjunto de problemas* políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21, grifo meu).

Cerqueira Filho (1982) denota importância aos conflitos, mas apesar disso o núcleo da “questão social” contempla as grandes consequências que se estabeleceram na sociedade e que foram desencadeadas pelo capitalismo como modo de produção regido pelo capital. Sequelas típicas dessa formação social que ganharam notoriedade a partir dos confrontos entre as classes sociais, cada qual buscando estabelecer seus direitos perante a outra: os capitalistas de explorarem a força de trabalho, como uma mercadoria adquirida na circulação e sobre a qual detém poder por um determinado período de horas do dia e; os trabalhadores de estabelecerem limites e conquistarem direitos para protegerem seu único bem e do qual depende sua sobrevivência. Os problemas considerados na citação *não* foram criados pela classe operária, mas estabelecidos como pautas políticas através de sua luta: caso “Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino [...], a história subsequente haveria sido outra” (NETTO, 2011a, p. 154). Cerqueira Filho (1982) estabelece a “questão social” nos limites da sociedade burguesa, posta pela estrutura social produtiva: dessa forma, envolve as relações sociais por meio das quais se operam essa produção. Apresenta, pois, explicitamente dois componentes que gravitam o termo “questão social”; os problemas gerados pelo desenvolvimento do capitalismo, e que rebatem na vida do trabalhador, e a luta de classes, a imposição do proletariado.

A clareza de que a “questão social” em Yamamoto (2012) é, elementarmente, definida como a luta de classes se afirma, além desta estabelecer as “expressões” do já sinalizado “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e o seu ingresso no cenário político da sociedade” e se definir como “a manifestação [...] da contradição” entre as

classes, na continuidade da explanação e problematização do conceito pela autora. Até o momento, a exposição assegura que as ações do Estado, sumariadas na regulação do mercado de trabalho e organização e prestação de serviços sociais, são meios de intervir nas “[...] relações entre empresariado e a classe trabalhadora [...]”, isto é, “[...] como um novo tipo de enfrentamento da questão social [...]”, ou seja, da luta de classes. Contudo, a intervenção do Estado não se limita às relações entre as classes, mas deve, agora, considerar as condições de vida dos trabalhadores na formulação dessas políticas sociais, com suporte mesmo do poder da classe dominante sobre o conjunto da sociedade.

O Estado busca enfrentar, *também*, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação de serviços sociais, *o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossado com a expansão industrial*, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 84).

Nesse jogo político necessário à manutenção das relações classistas de poder, a intervenção estatal se direciona diretamente ao enfrentamento da “questão social”, isto é, ao enfrentamento da luta de classes, e *também* aos efeitos adversos da expansão da produtividade capitalista através de políticas sociais que são concretizadas pelos serviços sociais, como elemento contraditório<sup>70</sup> desta sociabilidade, resultado desse confronto e das necessidades do modo de produção. O processo de pauperização dos trabalhadores, sintetizado nas suas condições de vida, é expressão da relação de exploração que o capital mantém com o trabalho assalariado e que atinge seu grau mais elevado com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que também cria, como seu contraponto, a redução da capacidade do capitalismo de absorver parcela da população no âmbito da produção; dessa forma, as lutas sociais é que devem ser creditadas pelo redimensionamento do papel do Estado, em primeira instância:

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e prestação de serviços sociais pelo Estado, *à medida que se*

<sup>70</sup> Segundo Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 110, grifo no original): “Assim como os serviços sociais têm para *os capitalistas um caráter complementar* à reprodução da força de trabalho a menor custo, para *os trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família*, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho”. Complementares, mas não totalmente secundários, principalmente em contexto de forte desvalorização salarial, além de serem mesmo vitais para a parcela mais miserável da população; respondem a necessidades legítimas, já que por vezes são tema das lutas políticas dos trabalhadores.

*amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o Estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores* (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 85, grifo meu).

Como processo, os dois elementos, as consequências da exploração do trabalho e as lutas sociais, são indissociáveis, mantendo mesmo uma relação de causalidade. Conformam uma unidade que, nos marcos do capitalismo, culmina nesse novo posicionamento do Estado e das frações e grupos que monopolizam o poder. A “questão social”, e aqui nos atemos a essa forma específica, é indissociável do caráter tipicamente explorador do capital, que é intensificado pelo desenvolvimento da produtividade do trabalho, como propulsor da valorização; são as condições indignas de vida e de trabalho e a perspectiva de mudança que mobilizam e impulsionam a luta de classes. *Assim, os fundamentos da “questão social” se alicerçam na realidade objetiva, mas o elemento que lhe dá existência efetiva é a subjetividade da classe trabalhadora, sua consciência, a forma como os trabalhadores abstraem e interpretam a realidade material posta como concreto pensado, se organizam e sobre ela passam a atuar conjunta e organizadamente;* a “questão social”, entendida pela luta de classes, foi capaz de alterar a relação entre Estado e classe burguesa e destes com a classe trabalhadora. Nessa linha de argumentação, mesmo que a realidade forneça as bases materiais necessárias para sua estruturação, a “questão social” é forjada na/e através da *consciência* dos sujeitos históricos, com desdobramentos objetivos oportunizados pela organização e levante do proletariado.

Iamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 85) nos instiga, ainda, a refletir sobre duas faces indissociáveis da “evolução” da “questão social”, o que atesta nossa hipótese de análise sobre *processo*. A autora nos informa que aquela deve ser pensada, por um lado, “[...] pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, em face das mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente [...]” e também “[...] frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência [...]” e; por outro lado, “[...] pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado”. Essa “questão social” que se instala nesse momento do desenvolvimento do capitalismo brasileiro deve ser considerada distante de outras formas justamente por esses elementos elencados.

Podemos situar a “questão social” nos marcos do modo capitalista de produção por entendermos a ultrapassagem de um modo de produção a outro e a transformação

na forma de reter o mais-produto, diversa a depender da sociedade que consideramos: superamos um longo período nacional de exploração diretamente forçada e a retirada compulsória dos resultados do trabalho para a constituição de um livre mercado de trabalho, mediado pela imprescindível liberdade formal individual, marcando a transição histórica das formas da produção material e da sua apropriação, movimentos que nos situam na sociedade capitalista, apesar da persistência de traços ou marcas de uma colonização predatória que incidiram sobre a nossa formação social, como os apontados por Santos (2012, p. 58) – “*as grandes propriedades territoriais agrícolas; a questão indígena; o papel secundário da agricultura de subsistência; o descaso com a educação; a corrupção e; o persistente problema do negro, mesmo após a abolição da escravatura*” – e sem um desenvolvimento industrial forte capaz de gerar uma superpopulação relativa por si só, apesar da já existência de uma farta mão de obra desqualificada e sobrando, incidindo negativamente sobre os salários e as condições de trabalho<sup>71</sup>. Inicialmente, a nossa “questão social” é constituída na intersecção de elementos que caracterizam propriamente duas distintas sociedades. Esse primeiro elemento destacado por Yamamoto (in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012) também se refere às alterações do próprio modo de produção já existente e que experimenta diferentes fases, como a intensificação da industrialização no início da República Nova e que vai reconfigurar a “questão social” e a colocar em novos patamares.

Uma outra face da “questão social” a ser observada na sua evolução se refere à sua compreensão e intervenção encabeçada pelas várias frações da classe dominante através do Estado classista. Uma vez mais destacamos o estudo de Cerqueira Filho (1982). Sua intenção é investigar a “questão social” no pensamento político brasileiro, tendo como objeto os *discursos* sobre o tema, em torno do qual os diferentes pensamentos mais se antagonizam e expressam suas contradições: como o interesse está em evidenciar tais contradições, prioriza o pensamento político dominante, tido como hegemônico, mas considera também o pensamento político dominado, como contraponto. Para o pensamento político hegemônico a “questão social” é equacionada, independente de qual vertente burguesa, se liberal ou totalitária, nos

---

<sup>71</sup> Essa interpretação se coloca com o estudo do próprio movimento da formação social e do modo de produção capitalista no Brasil – ambos abordados por Santos (2012). No momento de desenvolvimento do capitalismo e do estabelecimento da “questão social” brasileira, nossa industrialização era incipiente: o que se sabe é de uma imensa massa populacional livre e pobre, fruto de um sistema econômico dominado pela grande lavoura trabalhada por escravos. Quem não era escravos ou senhor era, nas palavras de Prado Jr (1985, p. 198), “[...] um elemento desajustado [...]”, sem ocupação fixa e regular – aqui vai estar o suprimento de mão-de-obra da nascente industrialização, como a origem do proletariado industrial brasileiro. E com a abolição da escravidão, a população negra não foi imediatamente transformada em força de trabalho assalariada devido a opção pela imigração europeia, desempenhando o papel de população excedente para as necessidades médias do capital agrário (SANTOS, 2012).

limites de uma teoria da integração social, como estratégia de neutralizar os efeitos da luta de classes. Outro ponto, e que se refere especificamente à formação social brasileira, é a junção do favor e da via prussiana, expressa no paternalismo, como outra forma de “tratamento” da “questão social” no Brasil.

As formas de enfrentamento à “questão social” se alteram em função da própria hegemonia de classe, em que são requisitados, alternadamente, mas não exclusivamente, os aparelhos ideológicos ou repressivos de Estado: dessa forma, ora a “questão social” é vista como legítima, sendo definida como uma questão sobretudo política, “[...] que se resolve na base da conciliação, do favor recíproco, da barganha, da política enfim”; ora como uma questão ilegal, de polícia, “[...] que deve ser resolvida na base dos aparelhos repressivos do Estado” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 28).

É nessa alternância que a “questão social” passa na década de 1930 a ser encarada como questão política, momento em que se adensa o caráter industrial do capitalismo brasileiro, as contradições entre capital e trabalho se acirram e a luta de classes adquire mais capacidade organizativa e combativa. Mas isso não significa exclusividade na forma de administrar a “questão social”: esse deslocamento entre os aparelhos repressivo e ideológico do Estado não inibem formas mistas frente à “questão social”, mas trata-se de predominância. Para Santos (2012, p. 140), nos anos 1930, a passagem da “questão social” de caso de polícia a caso de política não pode ser tomada ao “pé da letra”. E nem deve, até porque não foi isso que Cerqueira Filho (1982) defendeu<sup>72</sup>.

Se o eixo central da noção de “questão social” é a luta de classes, isto é, a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso na cena política, o que são as suas *expressões* para Marilda Yamamoto nesse momento de sua trajetória intelectual? Devemos relembrar que as condições de vida e de trabalho do proletariado são descritas como expressões da exploração em contexto de aprofundamento da industrialização e evidenciadas como questões que exigem intervenção apenas por serem elevadas politicamente à esfera pública; dessa forma, os desdobramentos da exploração se convertem em expressões da “questão social” à medida, e somente, que são expressões da luta de classes, como elemento central do termo. Isto já foi pontuado anteriormente e entendemos não haver tanto a explicar.

---

<sup>72</sup> Em diversos momentos Cerqueira Filho (1982) nos fala sobre a perspectiva de predominância de um “tratamento” ou de outro, dentro dos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado; não há exclusividade de um ou outro em certa conjuntura, mas predominância. A partir da década de 1930, diz o autor, “[...] não podia ser combativa exclusivamente pela polícia. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 59), visto que “após 1930, o governo Vargas aprofundará o tratamento da ‘questão social’ como uma problemática nova, isto é, que recebe um tratamento novo na ótica dos grupos dominantes” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75).

Contudo, há um outro lado das expressões da “questão social” não tão evidente. Pela investigação do termo e evidenciando seu componente principal, temos que: *as expressões da “questão social”, isto é, da luta de classes, conformam os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores na busca pelo reconhecimento de sua cidadania na sociedade regida pelo capital, expressos nas políticas sociais e que se efetivam nos serviços sociais*: como evidencia Iamamoto, “os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão de conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 99, grifo meu). Essa possibilidade interpretativa se coloca, entendemos, porque ao contrário de Cerqueira Filho (1982), Iamamoto aproxima em demasia o conceito de “questão social” à categoria luta de classes. Com isso, a “questão social”, como luta de classes, se expressa de duas maneiras: pelo reconhecimento dos problemas do desenvolvimento capitalista e também pela conquista de direitos sociais; não podemos deixar de reconhecer este último fato ou correremos o risco de invalidar os resultados da luta de classes como direitos sociais e estes serem vistos como concessão estratégica, o que nos obriga a enveredarmos no pensamento mandeliano da função integradora da classe explorada pelo Estado, que é “[...] exercida principalmente pelas diferentes ideologias: magia e ritual, filosofia e moral, lei e política [...]” (MANDEL, 1982, p. 334). Conquistas que são indevidamente apropriadas pelo Estado e classes patronais e devolvidas como suas à sociedade, numa débil função social estatal que visa, de fato, minar a autonomia das lutas e a mobilização dos movimentos sociais, objetivo em que se destaca a ação do Serviço Social:

*As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de “direitos sociais” dos cidadãos, transmutam-se em matéria-prima da assistência. Explicitando: o que é direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado de tal forma, que se torna um meio de reforço da visão paternalista do Estado, que recupera nesse processo o coronelismo presente na história política brasileira, agora instaurado no próprio aparelho do Estado (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 100, grifo meu).*

Em Marx (1983), tanto o objeto quanto a matéria-prima são os elementos do processo de trabalho sobre os quais incidirão a ação do trabalhador, mas com diferenças que são significantes<sup>73</sup>. Em uma tentativa de aproximação podemos interpretar que tanto as

---

<sup>73</sup> Isso está explicado no capítulo V do Livro I d’ *O Capital*, em que Marx (1983) discorre sobre os elementos simples do processo de trabalho. Os objetos são todas as coisas que o homem apenas separa da natureza, já existindo de forma intocada, de forma própria e por si só; já a matéria-prima é o objeto de trabalho submetido a um processo de trabalho anterior e por ele modificado. “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo

manifestações da exploração, transformadas em questões políticas, quanto os direitos sociais, são expressões *diretas* da luta de classes sobre as quais o assistente social irá direcionar e exercer seu trabalho: *a diferença entre ambas as expressões é que, enquanto uma é imposta, a outra é requerida*. Sobre os serviços sociais, há uma ressalva: como expressões dos direitos sociais, são antes manipulados pelo Estado em um redirecionamento classista para se converterem em meio de dominação ideológica e mecanismo de reprodução da classe trabalhadora, em um transformismo manipulador que pincela de interesses privados e tornam os serviços sociais em caricatura dos direitos que lhe dão origem; estes últimos são formalmente muito bem construídos e elaborados teoricamente, cuja essência passa uma alta legitimidade, mas sua efetivação a favor do proletariado é altamente corrompida.

Os direitos sociais, enquanto expressões da luta de classes e garantidos pelas políticas sociais públicas, se concretizam nos serviços sociais, que são a matéria-prima de trabalho do assistente social. Através de sua atuação na organização, operacionalização e viabilização do acesso da classe trabalhadora aos serviços sociais, implementados e geridos pelo Estado, o Serviço Social exerce sua “função mediadora” entre as classes sociais. *Em outras palavras, as lutas sociais entre as classes, nos limites do ordenamento do modo de produção capitalista, especificamente no período contemplado e analisado pela professora Iamamoto, são a base da justificativa para o profissional de Serviço Social, o que explicita o caráter ideo-político de sua intervenção*. Como atividade “[...] auxiliar e subsidiária [...]” do processo de reprodução das relações sociais vigentes, a intervenção do Serviço Social, consumada nas ações profissionais, polarizadas e mediatizadas pelos serviços sociais, *incide tanto sobre a própria “questão social”, isto é, sobre a luta de classes, mediante o “[...] exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante [...]”, em que a profissão se constitui como um dos mecanismos institucionais demandado pela burguesia e que se insere em diversas esferas sociais e se projeta na “criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação do trabalhadores” como, também, na criação de “[...] condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho [...]”, em que a mediação dos serviços sociais permite uma atuação de cunho “educativo”*. Ianni (2004) evidencia que os setores dominantes da sociedade “naturalizam” a “questão social”, a considerando como “fatalidade” sendo, portanto,

---

objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho é apenas matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação medida por trabalho” (MARX, 1983, p. 150).

desencadeada pelo acaso, acionando o assistencialismo e/ou a repressão para lidar com suas manifestações<sup>74</sup>.

Simultaneamente, os setores dominantes e as agências do governo adotam medidas modernizantes. Criam e aperfeiçoam instituições, de modo a garantir o controle sobre o jogo das forças sociais e a continuidade das políticas de crescimento, desenvolvimento, progresso ou modernização. Colocam-se em práticas medidas destinadas a aperfeiçoar o *status quo*: reformar alguma coisa para que nada se transforme. Isto é, modernizar instituições para que grupos e classes permaneçam sob controle, *não ponham em causa a “paz social”, ou “a lei e a ordem”* (IANNI, 2004, p. 113, grifos meus).

O Serviço Social é um desses mecanismos institucionais movido pela burguesia através do Estado; a profissão, ao atuar nas manifestações negativas da reprodução social, intervém para a manutenção das condições necessárias à continuidade das relações sociais capitalistas, de suas contradições e da típica exploração<sup>75</sup> que lhe é característica, móvel básico das lutas sociais que se intensificam com o desenvolvimento político dos sujeitos, sendo acionada como solução alternativa e complementar à pura repressão, pois a própria sociedade dividida em classes distintas depende disso, como nos esclarece Mandel (1982) ao apresentar uma das mais importantes funções do Estado<sup>76</sup>.

3- Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração) (MANDEL 1982, p. 334).

Contudo, pela própria dinâmica social, o Serviço Social atua não somente para reforçar a dominação burguesa, embora para isso tenha sido requerido; inserido nas contradições básicas dos interesses sociais, intervém, *também*, sobre as *sequelas da*

<sup>74</sup> Manifestações resultantes das desigualdades e antagonismos, os constituintes da “questão social”, que decorrem de processos estruturais enraizados no desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, que é possibilitado pela exploração do trabalhador. Essas manifestações abrangem as condições de vida do proletariado, sumariadas em saúde, educação, habitação, pobreza, mas também as suas organizações, lutas, protestos, manifestações, que podem implicar em reformas institucionais ou em revoluções (IANNI, 2004).

<sup>75</sup> “À medida que o capital só se nutre de mais-valia – isto é, de trabalho excedente não pago, apropriado do trabalhador desprovido dos meios de produção e de vida – o confronto entre os agentes sociais é permeado por uma luta infinda da defesa de seus interesses antagônicos: o que é substância e condição do crescimento do capital é parte do próprio processo vital do trabalhador” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 113).

<sup>76</sup> Mandel (1982) considera como as outras duas funções mais importantes do Estado: “1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros das classes dominantes; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção correntes através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário”. (MANDEL, 1982, p. 333-334).

*exploração*<sup>77</sup> ao participar das respostas às reivindicações e “[...] *necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, em face das suas condições de vida, dadas historicamente [...]*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 102, grifos no original) através dos serviços sociais, embora isso possa significar a erosão dos movimentos e organizações independentes dos trabalhadores, além do fato de essas respostas estarem subordinadas a interesses político-econômicos burgueses. Apesar disso, ao responder às demandas do proletariado não resignado na busca de seus direitos como cidadãos e para limitar a exploração e, concomitantemente, responder os interesses do capital necessários para a vigência desse ordenamento social, o Serviço Social atua para a permanência da luta de classes e dessa sociabilidade; atua, pois, na conservação da vitalidade da “questão social”, ao mesmo tempo em que tal luta se estabelece como uma condição para a superação dessa atual realidade social, segundo a visão marxiana. Assim, o Serviço Social contribui tanto para a vigência da sociedade burguesa, como do mesmo modo auxilia na conservação do elemento que a pode colocar em xeque. *Pelo caráter ambíguo do exercício profissional do assistente social se estabelece a possibilidade de orientar seu trabalho a contemplar demandas que não emanam exclusivamente do capital, mas que se estreitam às necessidades do trabalho.* Mas essa linha de pensamento deve ultrapassar interpretações ortodoxas, como a já referida visão mandeliana, que considera a resposta estatal organizada em torno da ampliação da legislação social como uma *concessão* integrativa do proletariado frente à luta de classes, não como direito (MANDEL, 1982).

O livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* é composto, ainda, de uma outra Parte: Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960)<sup>78</sup>. Embora o foco específico desse tópico do capítulo seja a exposição e análise crítica do pensamento de Marilda Iamamoto, entendemos a necessidade de explorar os estudos desenvolvidos por R. de Carvalho por fazer parte indissociável não só do livro, mas de um momento histórico de grande importância para a profissão. Há, constatamos, pequenas nuances quanto à conceituação da “questão social” entre os autores, de forma alguma se tratando de sua orientação teórico-

---

<sup>77</sup> “Assim, as políticas sociais e os serviços delas derivados são relegados a dimensões particulares e particularizadas da situação de vida dos trabalhadores: saúde, habitação, educação, alimentação, etc., subordinadas às estratégias político-econômicas que sustentam o processo de reprodução ampliada do capital”. Mas, se esses “serviços têm sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classe, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que, devido à sua natureza, *permite, no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação*” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 108 e 111, grifo meu).

<sup>78</sup> Parte dividida em 4 capítulos: A questão social nas décadas de 1920-1930 e as bases para a implantação do Serviço Social; Protoformas do Serviço Social; Instituições assistenciais e Serviço Social e; Em busca de atualização.

metodológica, mas de elementos que compõem o termo, revelando uma sutil prioridade de importância a um ou outro fator. Além disso, devemos destacar que Yamamoto parte da análise marxiana realizada a partir da realidade inglesa dos anos 1800, revelando os traços inerentes e gerais do capitalismo, independentemente da sua conformação em distintas nacionalidades; do mesmo modo, R. Carvalho, embora sinalize, não desenvolve os elementos necessários para compreender as particularidades da “questão social” e suas expressões a partir da formação histórica do Brasil<sup>79</sup>.

Logo de início, são eliminados alguns pontos que permaneceram opacos na análise anterior; agora, o conceito de “questão social” aparece mais explícito e ao mesmo tempo mais restrito: o autor afirma que seu “aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 133), como foi defendido por Cerqueira Filho (1982). Com isso é delimitado rigidamente o surgimento da “questão social a partir do momento que ultrapassamos nosso lastimável período escravocrata, condição para que se generalize o trabalho livre e surja o modo de produção capitalista. É nesse ponto, e somente aqui, que o autor expressa concordância com Ianni (2004, p. 103): “Desde o declínio do regime de trabalho escravo, ela [a ‘questão social’] passou a ser um ingrediente cotidiano em diferentes lugares da sociedade nacional”; não há, portanto, o debate de uma “questão social” anterior, que Ianni (2004, p. 104) considera ter existido “[...] durante a vigência do regime de trabalho escravo [...]”<sup>80</sup>. A “questão social” considerada até aqui se encontra no limite do modo de produção capitalista.

Como vendedor livre de sua força de trabalho e apartado dos meios de produção, o trabalhador está condenado aos ditames do capital para garantir sua sobrevivência. Essa “*exploração abusiva*” e a “*luta defensiva do operariado*” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 134) aparecerão como uma ameaça aos valores burgueses, impondo a necessidade de controle dessa intensa exploração do trabalho, fazendo com que a compra e venda da força de trabalho saia da simples esfera do mercado e passe a ser regulamentada juridicamente pelo Estado. No momento em que Carvalho (2012) pontua que as

---

<sup>79</sup> Uma bibliografia acessível sobre a particularidade da “questão social” brasileira compõe a Biblioteca Básica do Serviço Social, escrito por Soares (2012).

<sup>80</sup> Essa “questão social” parece ser sintetizada na exploração e na reação do explorado, ambos os constituintes levados ao extremo pela própria condição social dos sujeitos históricos: o senhor e o escravo, em que este último encerrava sua existência como propriedade do primeiro. “A questão social estava posta de modo aberto, transparente” (IANNI, 2004, p. 104).

Leis Sociais representam o mais importante dessas regulamentações é que podemos ter uma dimensão mais nítida da ideia de “questão social” desenvolvida pelo autor. Sobre essas mesmas Leis, diz que elas apareceram na ordem do dia quando:

[...] as *terríveis condições de existência do proletariado* ficam definitivamente retratadas pela sociedade brasileira por meio dos *grandes movimentos sociais* desencadeados para a conquista de uma cidadania social. Em torno da “questão social” são obrigadas a posicionar-se as diversas classes e frações de classes dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a Igreja (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 134, grifo meu).

Esses movimentos a que se remete o autor devem ser pensados como elementos constituintes que reagem às grandes transformações que alteram a sociedade, desencadeadas com a crescente “[...] consolidação de um polo industrial [...]” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 134), exigindo alterações na composição interna de forças do Estado e o redimensionamento de sua relação com as classes sociais. Na citação, Carvalho (2012) nos apresenta *dois elementos* para refletirmos o conceito de “questão social”, quais sejam: as condições de vida da classe trabalhadora, *decorrentes* da exploração extenuante a que é sujeitada na busca de sua sobrevivência e; as lutas sociais levadas a efeito com o objetivo de consolidar vetores que minimizem esse quadro social e garantam a conquista da cidadania. Consideramos dois elementos porque, segundo consta: “O desdobramento da questão social é *também* a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas sociais que de alguma forma levem em consideração seus interesses” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 134-135, grifos meus). Diferentemente do apresentado anteriormente, em que a “questão social” se define a partir do surgimento da classe operária, de sua formação e ação política, ou seja, da luta de classes, agora esse elemento é apontado como *um* dos que conformam a “questão social” na sociedade capitalista, ao lado da exploração e de suas formas de se manifestar. O trecho a seguir traz algumas considerações importantes para capturarmos o pensamento do autor:

As Leis Sociais surgem em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do *aprofundamento* do capitalismo na formação econômico-social, marcam o *deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade*. Ao mesmo tempo, a “questão social” deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, *para constituir-se essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado*, independentemente

do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação. A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbanos-industriais deriva, assim, do *crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto*, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 135).

Na exposição de Carvalho (2012), se coloca o mesmo movimento que Iamamoto (2012) designa como “evolução” da “questão social”: há a ponderação de sua alteração a partir dos anos 1930 com o desenvolvimento industrial e a ampliação da classe operária. *Destaca-se que, de forma não convencional, uma “questão social” surge no Brasil independentemente da formação da classe social trabalhadora, nos termos que ainda serão desenvolvidos, e anteriormente à consolidação da industrialização; essa particularidade analítica destoa da formulação marxiana quando da formação do pauperismo inglês.* A luta social existia, envolvendo operários e capitalistas, mas os primeiros não se convergiam enquanto classe social, o que só vai se efetivar a partir do avanço da indústria e a formação da consciência social orientada pela identificação de bandeiras coletivas assentadas na “solidariedade política”, como nos termos destacados por Carvalho (2012); é nesse momento que o trabalho reúne forças suficientes para alterar as intervenções manifestadas, até então, no limiar da caridade e repressão.

Apesar de extensa, a citação fez-se necessária para a análise. A “questão social” que se coloca inicialmente em nossa sociedade adquire um novo *status* em contexto do aprofundamento do capitalismo, evidenciando a intensa exploração refletida nas condições de vida dos trabalhadores. A “questão social” não pode mais ser vista como mera diferença de cunho genérico localizada em qualquer sociedade pré-capitalista cindida em classes; deve, agora, ser compreendida como paradoxo central que marca a sociabilidade regida pelo capital, como contradição entre as classes sociais características de nossa época com interesses antagônicos e conflitantes em que o trabalho e o capital devem ser encarados como categorias econômicas díspares, mas que apenas se mantém e se nutrem em relação recíproca. Esse giro político da “questão social” é atrelado diretamente à expansão quantitativa do proletariado e, primordialmente, pelo reconhecimento dos trabalhadores enquanto classe social explorada e pelo compromisso político firmado por seu conjunto na construção de um projeto societário alternativo ao projeto burguês. Aqui se estabelece a emersão da “questão social” *sob novas formas*, como quer Iamamoto (2012). A “questão social” no Brasil, como sua especificidade, não surge com a nova realidade imposta pelo adensamento do processo de industrialização, mas

é por ele reconfigurada, existindo anteriormente a essa nova fase do desenvolvimento capitalista.

Importa-nos delimitar que a “questão social”, tal como exposta nesta reflexão, encontra seu eixo explicativo central na *exploração*, que condiciona as condições de vida da classe trabalhadora; encontra seu fundamento na estrutura social da produção, na infraestrutura econômica<sup>81</sup>. Nos remete à ideia de uma condição própria e permanente entre capital e trabalho assalariado, com desdobramentos objetivos e subjetivos para o proletariado. Segundo o pensamento do autor, a *luta de classes* compõe o conceito de “questão social” em *sentido subjetivo*, de consciência social sobre a realidade em que se atua, e *objetivo*, ao impor essa exploração e suas expressões na vida do conjunto dos trabalhadores no patamar público, obrigando uma alteração do papel interventivo do Estado. Assim, a “questão social” expressa a relação de dominação e exploração do capital sobre o trabalho assalariado, tendo como consequência a precarização de vida do proletariado em seus diversos âmbitos. Condições de vida que são escancaradas à sociedade por meio da atuação política e coletiva desses sujeitos na busca de seu reconhecimento enquanto classe social e na garantia de manutenção e ampliação das necessidades vitais à sua sobrevivência e reprodução.

Em se tratando de fatos históricos, a datação precisa se coloca como desafiadora e controversa. Contudo, pelas colocações de Carvalho (2012), a “questão social” no Brasil data, aproximadamente, na virada do século XIX para o XX, momento em que se inicia a formação dos amplos centros industriais e se despontam alguns elementos que devem ser considerados: apesar de serem ainda minoria populacional, as condições de vida do proletariado industrial são dramáticas diante da exploração do capital; constata-se a presença crescente de um mais ou menos amplo exército industrial de reserva, mas capaz de interferir no preço da força de trabalho; se coloca o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho (mostrando a abrangência da exploração sobre o conjunto da população pobre) e; a luta do trabalhador<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> A estrutura econômica da sociedade se refere ao conjunto de relações estabelecidas na produção da própria existência; “[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento das forças produtivas. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica a sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 1984b, p. 233).

<sup>82</sup> Segundo consta, essa luta dos trabalhadores “está centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários – num período de constantes surtos inflacionários – na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades, que aparecerão com maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e características dos movimentos e de suas lideranças” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 139-140)

O que queremos validar é a “questão social” priorizada nas análises de ambos os autores, Iamamoto e Carvalho, que é estabelecida no momento de hegemonia do capitalismo industrial brasileiro e no amadurecimento ulterior da luta de classes. Contudo esse ponto representa uma inflexão da “questão social”, *não* o seu surgimento; este momento é estabelecido anteriormente, independente desses elementos atingirem as referidas fases citadas, o que foi imprescindível para sua emersão no contexto da Inglaterra.

Sobre os conflitos sociais, estes ainda não eram capazes de garantir o atendimento às reivindicações do trabalho de modo sistemático: a luta se forja de forma desarticulada<sup>83</sup> e incapaz de projetar amplas e abrangentes alterações políticas por parte do Estado. Contudo, mesmo que na República Velha o Estado não reconheça a existência da “questão social”, mantendo uma postura repressiva frente aos movimentos sociais, esse período é de grande importância pois ela é evidenciada pela mobilização dos trabalhadores na cena pública: “[...] os grandes movimentos operários de 1917 e 1921 tonaram patente para a sociedade a existência da ‘questão social’ e da necessidade de *procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la*” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 176, grifo no original). Contudo, mesmo que as medidas direcionadas à integração do proletariado não devam ser subestimadas<sup>84</sup>, o “liberalismo excludente”<sup>85</sup> do Estado e o assistencialismo empresarial da elite serão incapazes de ações e resultados mais eficazes.

Nesse contexto a classe operária [...] permanece sendo uma minoria fortemente marcada pela origem europeia, social e politicamente isolada, inclusive das outras classes dominadas. O movimento que desenvolve pela conquista de uma cidadania social, apesar de politizado, raramente ganhará

---

<sup>83</sup> Queremos indicar que a luta e as formas de organização estavam sendo descobertas pelos trabalhadores, dando origem a um movimento que iria amadurecer no processo histórico da sociedade brasileira, tal como ocorreu em contexto europeu, quando do movimento luddita. A organização dos proletários assume diferentes formas em seu desenvolvimento. Inicialmente aparecem desvinculadas de organizações com fins assistenciais. Na primeira década do século XX, destacam-se as Ligas Operárias com o objetivo de aglutinar operários de diversos ramos em torno de pautas em comum. Ainda que “[...] marcadas pela precariedade de sua existência e alcance [...]” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 139), essas agremiações darão origem às Sociedades e Resistência e Sindicatos que irão reunir a parcela mais avançada do movimento operário, círculo em que estarão restritas suas legitimidades. Se, para o Estado e setores da burguesia, a “questão operária” deveria ficar retida no interior das empresas, por outro lado “[...] o movimento operário também não conseguirá estabelecer laços politicamente válidos com outros seguimentos da sociedade, especialmente os trabalhadores do campo, que nesse momento constituem a imensa maioria da população” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 142).

<sup>84</sup> Ainda que não reconhecendo a existência da “questão social”, o Estado esboça algumas medidas para integrar a classe trabalhadora. É criado o Conselho Nacional do Trabalho, em 1925 e nos dois anos seguintes são aprovadas leis voltadas à proteção ao trabalho, a exemplo da “[...] lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro-doença, etc.”, mas se limitando a setores não industriais, como os ferroviários, marítimos e portuários, vinculados diretamente à economia de agro exportação CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 141).

<sup>85</sup> Consultar Schwarz (1972).

explicitamente a *esfera política*, permanecendo centrado no terreno das relações de produção, no embate direto e solitário com o patronato e a repressão estatal (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 143, grifo no original).

Esse panorama só vai ser alterado posteriormente, em contexto mundial de crise do capital, a conhecida Grande Depressão<sup>86</sup>, e nacional da Revolução de 1930, como elementos centrais de uma mudança substancial da sociedade brasileira que tem como pano de fundo a constante pressão do proletariado frente às suas condições de existência, que evidencia o apetite voraz do capital por mais-valia. Agora o Estado, na busca por se transformar em instrumento de expansão e acumulação capitalista, assumindo uma posição corporativista, canaliza para si as variadas reivindicações, tanto das classes dominantes, como dos trabalhadores (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 161). Amplia-se e generaliza-se o reconhecimento da cidadania do proletariado com o aumento da intensidade e da generalização da política social. A Igreja Católica, que garantiu seu poder de influência em diversos âmbitos da sociedade ao apoiar a busca de legitimidade do novo governo, também intervém com o objetivo de harmonizar as classes sociais em conflito, propondo uma terceira via “[...] em que o liberalismo é substituído pelo comunitarismo ético cristão [...]” (CARVALHO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 170), mediante uma proposta de recristianização da sociedade burguesa, inscrita num projeto global: *nessa conjuntura, a “questão social” ganha plenamente o cenário político da sociedade brasileira e impõe novas medidas para seu enfrentamento, donde emana o surgimento do Serviço Social como profissão.*

## 1.2 A VIGÊNCIA DAS IDEIAS DOS ANOS 1980: RENOVAÇÃO E CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL – ENSAIOS CRÍTICOS

Em seu segundo livro, *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaios Críticos*, publicado no ano de 1992, Marilda Iamamoto entrega ao público os demais capítulos da sua dissertação de mestrado não contemplados no *Relações Sociais*. Os textos<sup>87</sup>

<sup>86</sup> Apesar da grande repercussão da crise, Mészáros (2011) diz que ela estava longe de ser uma crise estrutural. Diz que “[...] a crise de 1929-33 evidentemente foi de um tipo muito diferente. Por mais severa e prolongada que tenha sido, ela afetou um número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital, conforme o estado relativamente subdesenvolvido das suas potencialidades globais na ocasião” (MÉSZÁROS, 2011, p. 803).

<sup>87</sup> Os textos que estruturam o livro foram organizados em quatro capítulos: I) Conservadorismo e Serviço Social; II) Divisão do Trabalho e Serviço Social – textos que compõem originalmente a dissertação de mestrado da autora, exceto o tópico terceiro desse capítulo, O Serviço Social na divisão do trabalho; III) Dilemas e Falsos Dilemas no Serviço Social e; IV) Formação Profissional. Destacamos que não é nossa intenção aprofundarmos o debate sobre todos os textos, apenas e somente na medida em que se colocar necessário para a apreensão do nosso objeto de pesquisa.

que compõem o livro foram elaborados em um lapso temporal de quase uma década, de 1981 até o início do ano de 1990, e foram resultados, além do primeiro trabalho da autora, já destacado, de pronunciamentos em conferências, congressos e palestras, de uma contribuição para a revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP e de um desdobramento de discussões na Escola de Serviço Social da UFRJ.

Os dois primeiros textos, que formam o capítulo I do livro, foram escritos em 1981. No primeiro, Iamamoto (2013) vai problematizar o conservadorismo presente na profissão. Aponta que a gênese do Serviço Social no Brasil se opera explicitamente vinculada ao movimento católico *após* uma conjuntura sócio-política de grandes mobilizações operárias entre os anos de 1900 e 1920, momento em que o debate sobre a “questão social” se projeta para toda a sociedade, obrigando o Estado, a Igreja Católica e as classes dominantes a se posicionarem frente a ela. Articulam-se estas duas instituições, Igreja e Estado, para intervirem na “questão social”.

A Igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*), fonte inspiradora das posições e programas assumidos *diante* dos “problemas sociais”. Para a Igreja, “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa* (IAMAMOTO, 2013, p. 20-21, grifos no original).

A tarefa da Igreja Católica é a recristianização da sociedade burguesa com a imposição de uma ação doutrinária e organizativa incidindo, privilegiadamente, sobre a família proletária, visando “salvar” o trabalhador da influência comunista, além de advogar sobre a harmonização das classes sociais através do *comunitarismo cristão*, ambos objetivos projetados na possibilidade da “terceira via” como contraponto aos excessos dos princípios liberais, mas sem questionamento do modo de produção em si. Por outro lado, e tendo sua intervenção legitimada pela Igreja sobre a “questão social”, “O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo” (IAMAMOTO, 2013, p. 21). Dessa forma, a luta de classe passa a ser abordada sob duas frentes que se complementam: uma religiosa, que busca instigar uma reflexão burguesa sobre a exploração em demasia e seus desdobramentos na vida dos trabalhadores, além de cuidar do afastamento destes últimos de influências consideradas perigosas: a “[...] vanguarda socialista do movimento operário [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 21) e; outra política, sob responsabilidade estatal, estabelecendo limites legais ao capital e quanto ao reconhecimento de direitos sociais – ambas como modos de enfrentar a “questão social” nessa nova conjuntura social. Surge o

Serviço Social, resultado da iniciativa de grupos dominantes que se expressam através da Igreja como “[...] *alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social* [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 22, grifo no original), para atuar junto ao operariado e atender aos requisitos, pela mesma atividade, das duas instituições acima (Igreja e Estado); é que a ação profissional do assistente social vai ser direcionada para os elementos que conformam a luta de classes, quais sejam: as condições adversas da vida dos trabalhadores decorrentes da exploração e que seriam, acreditava-se, detonadas apenas pelo excesso do liberalismo e; sua consciência enquanto classe social a respeito de sua realidade material, sob uma ação educativa de cunho doutrinário e moralizador não apenas curativo, mas preventivo dos problemas sociais, na tentativa de se contrapor às “[...] influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano” (IAMAMOTO, 2013, p. 22). É indispensável destacar que:

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer caridade, mas *como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora*, com base na atividade assistencial; *seus efeitos são essencialmente políticos*: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2013, p. 23, grifo meu).

A ideia era introjetar o conformismo e a resignação nos trabalhadores quanto à sua condição no interior da sociedade, que deveria ser aceita como um fato natural e de onde provinham as variadas e profundas diferenças entre os homens, tidas como benéficas já que cada indivíduo deveria desempenhar uma função diferente para o bom funcionamento desse “organismo”. A luta de classes seria um grande equívoco: “[...] as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”. O pobre não deveria ter vergonha pela sua vida; como e porque nutrir essa emoção quando o próprio Salvador assim o era? “[...] segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor do seu rosto. É o que Jesus Cristo Nosso Senhor confirmou com o Seu exemplo” (*Rerum Novarum*, 1891, não paginado)<sup>88</sup>. O apelo religioso, a recorrência à salvação eterna e o risco à danação são traços marcantes da posição da Igreja, como o trecho a seguir: “[...] é para as classes desafortunadas que o coração de Deus parece inclinar-se mais. Jesus Cristo chama aos pobres bem-aventurados: convida com amor a virem a Ele a fim de consolar a todos os que sofrem e que choram; abraça

---

<sup>88</sup>Carta Encíclica *Rerum Novarum*, por Papa Leão XIII. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html).

com caridade mais terna os pequenos e os oprimidos”. Esse discurso piedoso seria revigorado quarenta anos depois.

É através do contato direto e individual com os sujeitos usuários, quando da execução dos serviços sociais, que o assistente social tem a possibilidade de exercer essa dimensão política da profissão por meio de uma abordagem doutrinária e moralizadora, atuando sobre o modo de vida objetivo do proletário e sobre sua subjetividade, minando a possibilidade de organização da classe trabalhadora. Essa dinâmica pragmática da profissão foi, inclusive, reforçada e atualizada com o arranjo teórico-doutrinário<sup>89</sup> permitido pela aproximação do Serviço Social com o pensamento conservador empírico norte-americano a partir dos anos 1940. *As ações profissionais visam moldar e enformar os indivíduos de acordo com as necessidades da sociabilidade burguesa, reforçando e garantindo, de forma subsidiária, seus traços de alienação e exploração, gerando uma clivagem entre a proposta de intervenção produzida na consciência dos profissionais e os reais desdobramentos de sua ação.* O pensamento humanitário cristão, incorporado pelo Serviço Social, não problematiza a estrutura social, almejando alcançar seus objetivos nos marcos do capitalismo; é por meio desse pensamento que “Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em ‘problemas sociais’, *justificadores da ação profissional*, mas não se colocam em questão as raízes históricas dessa exploração” (IAMAMOTO, 2013, p. 32, grifo meu).

É importante demarcar que esses “problemas sociais”, tomados como justificadores da ação profissional, é uma defesa do pensamento humanitário, que faz com que a humanização das condições de vida da população atendida pelo profissional seja estabelecida como objetivo dentro das condições de trabalho alienada e que não são questionadas. Dessa forma, fica escamoteada a intenção e o efeito político do Serviço Social, que são mascarados por detrás de uma falsa ideia da atuação profissional que busca exclusivamente atender a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que a ação do assistente social aparece desconectada desse discurso de luta contra as injustiças sociais.

Após o golpe de abril de 1964, o Serviço Social se enclausura ainda mais em si mesmo, nas discussões voltadas estritamente à profissão, em um contexto macrossocial de novas definições de estratégias de controle e repressão à classe trabalhadora arquitetadas pelo

---

<sup>89</sup> O arranjo teórico-doutrinário se caracteriza pelo discurso doutrinário humanista-cristão dos assistentes sociais aliado a uma ampliação do suporte técnico-científico do Serviço Social, mediada pelas Ciências Sociais nos limites do conservadorismo. Dessa forma, a profissão mantém seu caráter de missão, com caráter educativo e organizativo, ao mesmo tempo que responde as exigências de tecnificação impostas pela modernização da sociedade e do Estado, o que permite sua adequação à exigência burguesa. Evidencia-se a defasagem entre teoria e prática, visto que sua ação reforça as bases dessa sociedade (IAMAMOTO, 2013).

Estado e pelo capital, aprofundando a discrepância entre o discurso e o resultado da ação profissional. Intentando superar essa “crise da profissão”, o Serviço Social vai se afinar, por meio de um maior aperfeiçoamento técnico-instrumental, às necessidades de sua demanda original, reafirmando e aprofundando sua subordinação “[...] às necessidades da política estatal de dominação e controle das classes subalternas [...]”, buscando aumentar sua posição “como alternativa confiável de enfrentamento da ‘questão social’” (IAMAMOTO, 2013, p. 39).

Ao caracterizar, na segunda parte do capítulo, a prática do assistente social para identificar suas funções intelectuais é que Marilda Iamamoto deixa entrever sua concepção de “questão social”, isso por que não a aborda de forma direta nesse texto<sup>90</sup>. Diz Iamamoto (2013, p. 45) que o assistente social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa” junto aos trabalhadores, cujo objetivo “[...] é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade”, incidindo sobre o modo de viver e de pensar da classe trabalhadora, aparecendo esse agente, como “[...] *profissional da coerção e do consenso*, cuja ação recai no campo político” (IAMAMOTO, 2013, p. 47, grifo no original). É sobretudo pela atuação indicada que o assistente social é requisitado e menos pela função socioeconômica de atendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora.

Sua demanda pelos canais “oficiais” está relacionada, desde os seus primórdios, às *tensões e mudanças significativas nas oposições de classes configuradas na “questão social”*. Está estreitamente vinculada, como atividade secundária, mas nem por isso dispensável, à *necessidade de preservação da ordem, da estabilidade da sociedade civil*, como suporte da ampliação da produtividade do trabalho requerida pelo processo de acumulação (IAMAMOTO, 2013, p. 47-48, grifo meu).

Claramente, o fundamento da requisição da profissão Serviço Social se encontra na luta de classes. A atuação do assistente social tem um caráter de *enquadramento* da classe trabalhadora, moldando os mais variados aspectos da sua vida em conformidade com as requisições impostas pelo processo de reprodução do capital. Mas o que nos importa é que a “questão social” sintetiza não somente a existência das tensões entre classes sociais, mas também as alterações nas formas de oposição entre burguesia e proletariado, processos dependentes da consciência e do amadurecimento da luta de classes; sintetiza o conflito social característico de nossa sociedade, o que nos remete diretamente às contradições postas na

---

<sup>90</sup> Pontuando que isso não é um descuido de Iamamoto; basta-nos lembrar que esses escritos compõem seu trabalho *Legitimidade e crise do Serviço Social: um ensaio de interpretação sociológica da profissão*, no qual já definiu de forma direta o termo.

realidade. Contradições que são elevadas politicamente ao domínio público por meio da *luta de classes*, exigindo respostas significativas do Estado e da burguesia. Desse quadro social é que decorrem formas de intervir no confronto, na busca de certo controle e consenso para a garantia da manutenção dessa sociabilidade e a permanência de todas as suas particularidades como sociedade de classes – exatamente aqui se localiza o surgimento e, posteriormente, a institucionalização e legitimação do Serviço Social por parte do Estado e da classe dominante.

Um ponto interessante a ser destacado é que, segundo Iamamoto (2013), essa participação do assistente social na manutenção da ordem capitalista *explica* suas atividades centradas na prestação dos serviços sociais, o que permite/necessita o contato direto do profissional com a parcela da classe trabalhadora que acessa esses serviços, individualizando respostas que são de caráter coletivo.

Programas e agentes são mobilizados para *detectar*, preventivamente, as tensões sociais e, localizadamente, *atenuá-las* diante das sequelas derivadas da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e de sua contrapartida: *a presença crescente dos trabalhadores no cenário político da sociedade, organizados na luta por seus interesses corporativos e políticos* (IAMAMOTO, 2013, p. 48).

Dois pontos de destaque: primeiro que a “questão social”, como luta de classes do proletariado contra a burguesia, *é resposta às consequências da exploração do trabalho pelo capital*, cujas sequelas recaem e são vividas e enfrentadas pelos trabalhadores em seu cotidiano; esse é o elemento contra o qual é exigido da classe trabalhadora união e mobilização política. Segundo, que as ações profissionais do assistente social influenciam a própria “questão social”; ao intervir como agente da coerção e do consenso, age de forma a contrarrestar a dinamicidade e os vetores legítimos da classe trabalhadora na sua luta frente ao capital e seu traço de exploração e acumulação, erodindo a capacidade de mobilização e de unicidade da luta de classes ao atuar no reforço da individualização de demandas que possuem uma origem comum. Assim, nas palavras da autora “[...] a natureza da atuação profissional, sob a aparência tecnicizada, é de cunho mais político ideológico do que propriamente econômico [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 48).

No conjunto de textos que compõe o capítulo II, Divisão do Trabalho e Serviço Social, os dois primeiros também fazem parte do trabalho de mestrado de Marilda Iamamoto, sendo escritos no ano de 1981 e permanecendo inéditos até o ano de 1992<sup>91</sup>. Após

---

<sup>91</sup> São os dois primeiros tópicos do capítulo II: A divisão do trabalho em Marx e; A “questão social” no capitalismo monopolista e o significado da assistência.

discorrer sobre a divisão do trabalho na sociedade capitalista, se ancorando primordialmente em Marx, Iamamoto (2013) vai particularizar a “questão social” no capitalismo monopolista brasileiro, estabelecendo o objetivo de apreender suas novas determinações nesse estágio da produção e em contexto de Ditadura Militar, solução para a crise de hegemonia encontrada e colocada em prática pela burguesia. Nesse lapso de tempo, a “questão social” adquire novos contornos, brevemente contextualizados a seguir, como condição para a interpretação da noção pela autora.

Nessa conjuntura específica da história do Brasil, o “[...] proletariado e as massas trabalhadoras [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 92) se tornam alvo privilegiado de ações de autodefesa da burguesia através do Estado, domínio em se canaliza todo o poder das classes dominantes. As pressões e os movimentos de defesa e de reivindicação dos trabalhadores são considerados como *fora da ordem* e remanejados para a *esfera da segurança nacional*. Ao mesmo passo que o proletariado adquire novo peso político na sociedade, a dominação burguesa ganha novos patamar e radicalidade, em que pese o fortalecimento do Estado, sob seu comando, para a regulação das relações sociais e da gestão da economia. A estabilidade política é condição necessária para o desenvolvimento capitalista, o que resultou na expulsão da classe trabalhadora das negociações de poder, considerada como “inimigo principal” dessa nova configuração social estabelecida. “*Acentuam-se os mecanismos repressivos e de disciplinarização das relações de classe, como garantia do poder e da elevação dos níveis de produtividade do trabalho, que passam a ser requeridos na grande indústria e em setores estratégicos da agricultura*” (IAMAMOTO, 2013, p. 93, grifo meu).

Uma nova correlação de forças se instaura em nossa sociedade, mediada pela repressão e militarização da vida social, tendo em vista um atendimento mais favorável às necessidades do capital nesse estágio de desenvolvimento, em que o Estado desempenha papel fundamental. Além desse panorama comprometer a incorporação das demandas da classe trabalhadora, existia, também, a “[...] *necessidade prévia de desarticular os instrumentos de defesa dos trabalhadores [...]*”, objetivando o efeito de “[...] impor a radicalização do modelo de desenvolvimento econômico necessário ao novo patamar em que se situava internamente o aprofundamento do capitalismo e sua inserção na divisão internacional do trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 94, grifo meu). Assim, o Estado “[...] assume *funções repressivas, no plano social, como modernizadora no plano administrativo*” (IAMAMOTO, 2013, p. 94).

O que Marilda Iamamoto nos expõe é que nesse período específico, no qual o capitalismo brasileiro consolida seu estágio monopolista, com um marco temporal e de operacionalização singulares em relação às economias mundiais desenvolvidas, em que o

Estado é instrumentalizado como um mecanismo de força unilateral para essa dinamização e atuando mesmo como um catalisador das relações de produção, se coloca, como garantia para um resultado positivo do objetivo de expansão da acumulação, *um nova forma de atuação frente à luta de classes*. Aquela adquire traços específicas nessa conjuntura, sendo balizada e moldada por novos extremos em que a organização e a mobilização dos movimentos legítimos da classe trabalhadora são duramente criminalizadas e constantemente alvo de formas de desarticulação direta, momento em que a burguesia redimensiona seus poderes e influências em níveis mais profundos, manipulando o poder político exclusivamente a seu favor. São esses, segundo Iamamoto (2013, p. 94), “[...] os contornos gerais da ‘questão social’ nos quadros do capitalismo monopolista [...]”, ou seja, *a especificidade da luta de classes nesse recorte histórico*.

Além disso, a autora levanta mais um ponto sobre a “questão social” no capitalismo monopolista brasileiro – as suas especificidades em duas dimensões: “[...] tanto no nível da situação de vida dos trabalhadores quanto das formas mobilizadas pela burguesia para seu enfrentamento” (IAMAMOTO, 2013, p. 94). Ou seja, como a configuração da luta de classes se coloca na realidade cotidiana de nossa sociedade, considerando seus reflexos para a classe trabalhadora e para a organização burguesa que se impõe perante ela. *Devemos considerar que as lutas de classes são expressões da polarização da vida social em sua totalidade, de suas formas sociais, econômicas e políticas, visto os interesses antagônicos e conflitantes dos personagens sociais*.

Quanto a vida dos trabalhadores, o que Iamamoto (2013) aponta é que em decorrência do constrangimento violento das lutas sociais nesse novo equilíbrio de forças (a sua criminalização) se alteram as relações de trabalho, o que se expressa na política salarial e sindical. Junto ao “arrocho salarial”, a ofensiva burguesa se direciona para minar direitos conquistados, como a greve e a estabilidade profissional, além da desarticulação sindical e partidária, possibilitando, por esse conjunto ofensivo, a potencialização da exploração e concentração de renda, tendo como consequência a “[...] queda do padrão de vida dos assalariados [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 95, grifo no original). O impacto desse quadro para essa parcela da população, pontuamos:

[...] se expressa, entre outros fatores, *no agravamento da desnutrição, de doenças infecciosas, no aumento das taxas de mortalidade infantil, dos acidentes de trabalho*. Em síntese, verifica-se a *ampliação da miséria absoluta e relativa de grande parcela da população da classe trabalhadora*, consubstanciando um processo crescente de dilapidação da força de trabalho coletiva (IAMAMOTO, 2013, p. 95, grifo meu).

Destacamos que a “questão social”, interpretada por Marilda I. como a luta de classes, não deve ser confundida com a exploração do capital sobre o trabalho, embora ela seja um elemento que gera a realidade dos trabalhadores. Mas devemos apreender que nos momentos em que a correlação de forças está mais favorável à burguesia, a exploração é dinamizada pela erosão dos elementos que pode, no limite, controla-la. Essa potencialização da exploração tem como consequência o declínio do padrão de vida da população que se expressa, sobretudo, em processos de pauperização, absoluta e relativa<sup>92</sup>. Aqui, se coloca uma particularidade da “questão social” sob o entendimento de Yamamoto, não necessariamente sobre sua constituição elementar enquanto luta de classes, mas no que se refere às suas *expressões*. Ora, se a realidade é dinâmica e contraditória, não podemos conceber a história de forma linear e acabada. Assim deve ser pensada a luta de classes: elas devem ser apreendidas em seu contexto próprio, sumariando as condições de articulação e consciência das classes no seu interior e no conflito entre si, bem como destas com o Estado. O que queremos destacar é que, embora os poderes econômicos e políticos estejam concentrados nas mãos de uma classe social, a resistência existe. *Como a luta de classes é viva, as suas manifestações estão condicionadas ao movimento da própria realidade, a depender do jogo político e da correlação de forças. Assim, as expressões da luta de classes, diga-se, as expressões da “questão social”, não são estanques dentro de limites estabelecidos em certa conjuntura da sociedade, podendo variar dentro de uma linha ideológica e objetiva polarizada entre a burguesia e o proletariado. Se em condições favoráveis, a luta de classes pode contemplar a classe dos trabalhadores, com conquistas e afirmações de direitos por meio de políticas sociais públicas, em outros momentos a luta de classes pode significar o aumento do poder burguês, acarretando a ampliação da acumulação capitalista e, como seu corolário, a alteração na composição do capital e o agravamento dos níveis de exploração, além de ocasionar impactos negativos na manutenção e legitimidade dos direitos sociais.*

Quanto à dimensão da mobilização de forças pela burguesia para o enfrentamento da “questão social”, Yamamoto (2013) aponta que na conjuntura de exclusão momentânea da classe trabalhadora da cena política e a vigência de uma política salarial

---

<sup>92</sup> “Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletariados experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as contradições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 148, grifo no original).

comprimida, a “questão social” passa a ser tratada sob o binômio *repressão e assistência*, como *condição de preservação da paz*. Como compensação do esvaziamento dos canais de participação, são intensificados os programas assistenciais visando atender um duplo requisito: “[...] *favorecer a acumulação de capital pela iniciativa privada e subordinar-se aos preceitos da segurança nacional*” (IAMAMOTO, 2013, p. 96, grifo no original). Sobre esse segundo ponto, os programas assistências se projetam como contraponto à capacidade política dos trabalhadores, visando “[...] neutralizar manifestações de oposição, recrutar um apoio pelo menos passivo ao regime, despolitizar organizações trabalhistas, na tentativa de privilegiar o trabalho assistencial em lugar da luta político-reivindicatória” (IAMAMOTO, 2013, p. 96); a assistência social é amplamente *instrumentalizada* como “[...] meio de regular o conflito social em nome da ordem e da segurança nacional” (IAMAMOTO, 2013, p. 96). Sobre o primeiro objetivo, a gerência do Estado sobre tais políticas orienta-se a favorecer a participação privada na prestação de serviços sociais, como campo de investimento do capital, sendo aqueles financiados, total ou parcialmente, pelos próprios beneficiários.

É dessa forma que o enfrentamento das lutas sociais oscila entre os dois polos, objetivando conter a capacidade contestadora da classe trabalhadora para atender aos preceitos da segurança nacional e aos requisitos da acumulação monopolista, embora isso implique no aumento das tensões sociais e na pauperização da classe trabalhadora. Esse panorama faz com que se amplie o mercado de trabalho para o assistente social e diversifique as demandas profissionais como resultado de “[...] um aspecto da resposta institucional ao agravamento das condições de vida do proletariado”<sup>93</sup> (IAMAMOTO, 2013, p. 99-100). Esse fato, a ampliação da demanda e da legitimidade do Serviço Social, é reflexo das respostas das classes dominantes ao:

[...] enfrentamento das novas formas de *expressão da “questão social”*, que tem como pano de fundo a *ampliação do processo de pauperização dos trabalhadores*, dentro de uma conjuntura em que sua capacidade de luta encontra-se gravemente afetada pela política de desorganização e repressão às suas entidades de classes (IAMAMOTO, 2013, p 100, grifos meus).

Essa ampliação do campo profissional do Serviço Social se coloca como resultado imediato do aumento da assistência social, ao lado da repressão, para o enfrentamento da “questão social”, ou seja, das formas com que a luta de classes se efetiva e dos contornos

---

<sup>93</sup> O que pode, segundo a autora, resultar em distúrbios sociais que colocam em risco a paz da sociedade. Isso foi evidenciado no tópico I desse capítulo, quando da exposição das ideias do livro *Relações Sociais no Brasil*.

históricos particulares que a modela nesse contexto específico de Ditadura civil-militar, em que a atuação do assistente social é mediada pelos serviços sociais que são direcionados à condição de pauperização da classe trabalhadora e como meio do contato entre profissional e trabalhador. Essas formas, através das quais se concretiza a luta de classes, ocorre como reação ao aumento da degradação das condições de vida do proletariado e a contenção repressiva dos meios pelas quais expressam sua posição política. Por isso a exploração do capital sobre o trabalho não deve ser dissociada do movimento organizado e combativo dos trabalhadores, cujo ápice se assenta no confronto direto entre as classes sociais em voga. E nesse mesmo movimento é que deve ser apreendido o significado social da profissão Serviço Social e seu caráter ídeo-político, além de suas alterações frente à dinamicidade da realidade social e às novas exigências históricas.

Conforme destaca Yamamoto (2013) no último texto do capítulo II<sup>94</sup>, as alterações na sociedade burguesa são vividas pelos assistentes sociais como “crise profissional”<sup>95</sup> (IAMAMOTO, 2013, p. 104). Mas antes disso, foram essas mesmas mudanças sociais que urgiram o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão, como “[...] expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO, 2013, p. 102). Necessidades centradas na manutenção e reprodução da força de trabalho e a difusão da ideologia dominante na busca de consenso<sup>96</sup> para a viabilização do projeto burguês de acumulação capitalista, donde a necessidade de canalizar para o Estado o potencial das mobilizações proletárias, a manutenção de baixos níveis salariais e a incorporação de demandas populares: surgem nessa dinâmica as grandes instituições assistenciais da década de 1940.

Nesse período, a posição da burguesia empresarial em face do *enfrentamento da “questão social” altera-se*: ela adere à política social de controle social da

---

<sup>94</sup> A última parte do capítulo II é denominada O Serviço Social na divisão do trabalho. Esse texto foi escrito no ano de 1985 para uma conferência em Honduras. Nesse texto, Yamamoto retoma as principais ideias e argumentações defendidas por ela desde a publicação do seu primeiro livro; portanto, apenas faremos breves destaques referentes à noção de “questão social”.

<sup>95</sup> Por essa ideia, a prática é vista em sua dimensão histórica, em constante processo de renovação devido às alterações nas formas de expressão e também do aprofundamento das contradições características dessa sociedade. A profissão é obrigada a se redefinir perante novas situações históricas, fato visto pela categoria como “crise profissional”, mas que significa a temporalidade dessas práticas e a necessidade de redefinições. Decorre disso uma polaridade de perspectivas: alguns segmentos visam alinhar a profissão ao poder institucional, sob uma perspectiva conservadora; enquanto que uma minoria busca reorientar a prática de modo a contemplar segmentos da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2013).

<sup>96</sup> Nenhuma sociedade se mantém apenas pela repressão. Ao Estado capitalista, além da coerção via polícia, lei, sistema penal, lhe cabe à função integradora que é atribuída essencialmente à ideologia da classe dominante. “É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente” (MANDEL, 1982, p. 334).

ditadura varguista, ao perceber que a “*paz social*” imposta através de uma legislação social simultaneamente paternalista e repressiva reverte em elevação da rentabilidade econômica das empresas (IAMAMOTO, 2013, p. 108, grifo meu).

Novamente se afirma a definição de “questão social” como luta de classes, já que seu enfrentamento, num *mix* de ação paternalista do Estado e de repressão, necessariamente se vincula à paz da sociedade. É nesse meandro que o “Serviço Social *deixa* de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 109) para se consolidar como um meio de execução das novas formas de enfrentamento da “questão operária”, donde as políticas sociais são paradigmáticas. Executadas por meio da prestação dos serviços sociais, o que requer a proximidade entre profissional e trabalhador, o assistente social pode desempenhar seu papel ídeo-político, muito embora o real significado da sua atuação não seja compreendido e se dissipe nas formulações de sua consciência<sup>97</sup>, expressas no discurso profissional.

Além de apontar particularidades dos fundamentos do Serviço Social, como seu processo de institucionalização e legitimação<sup>98</sup> para além de sua origem católica a partir da centralização estatal das políticas sociais, materializadas em serviços sociais quando do surgimento das grandes instituições, Iamamoto (2013) estabelece como pano de fundo desse processo, a “questão social”, definida como “[...] processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento por parte do Estado e do empresariado” (IAMAMOTO, 2013, p. 111). É nessa relação, entre empresariado e classe operária, que o Estado passa a intervir “[...] através de legislação social e trabalhista, da prestação de serviços sociais previstos nas políticas públicas” (IAMAMOTO, 2013, p. 111). Serviços sociais que se tornam uma via de “[...] enfrentamento do processo de pauperização das classes trabalhadoras e do processo de organização e luta na defesa de seus interesses classistas e de suas necessidades imediatas de sobrevivência” (IAMAMOTO, 2013, p. 111). Aqui, novamente é reforçado o entendimento de “questão social” e do caráter da profissão Serviço Social com sua dimensão político-ideológica que incide

---

<sup>97</sup> Aqui, Iamamoto (2013) resgata suas ideias da década de 1980, quais sejam: a determinação social da profissão, de onde emanam sua origem e demanda, o que confere um direcionamento social à profissão que independe do profissional e; a ideia sobre o Serviço Social que é construída e vivida a partir da consciência do assistente social e que se expressa pelo seu discurso.

<sup>98</sup> O Serviço Social consta com duas legitimações em seu processo de surgimento e amadurecimento. Primeiro, uma legitimação oriunda da origem classista dos agentes e também da Igreja ao caráter missionária da atuação profissional. Quando se dá a requisição de profissionais pelo Estado, a legitimação também virá do mandato institucional confiando ao assistente social. “Amplia-se e solidifica-se, assim, a legitimação do Serviço Social pelo poder” (IAMAMOTO, 2013, p. 109).

diretamente na luta de classes, na sua desmobilização e desarticulação. Devemos considerar que a intervenção política sobre a “questão social” foi impulsionada pelo surgimento das grandes instituições assistenciais dos anos 1940. O Serviço Social sempre esteve imerso e tensionado pela luta de classes que decorrem do movimento mesmo da realidade, mas a partir desse momento vai, paulatinamente, se distanciando de suas origens confessionais e deixando de ser mera expressão das atividades filantrópicas de parte da burguesia para se inserir de forma crescente no domínio estatal, de onde passa a emanar sua legitimidade.

Ao tratar dos Dilemas e Falsos Dilemas no Serviço Social, assunto que margeia o terceiro capítulo, Marilda Yamamoto novamente expõe a ideia de que a profissão se *institucionaliza*, enquanto recurso mobilizado pelo Estado e pelo capital, para atuar perante a “questão social”. Diz a autora que é nos anos 1930, quando se consolida o mercado de trabalho capitalista e se evidenciam as *tensões sociais* que lhes são inerentes, que “[...] tenta-se institucionalizar um tipo de ação social que, no âmbito das relações sociais Estado/sociedade, tenha como alvo a situação social do operariado urbano e do exército industrial de reserva, no sentido de atenuar as sequelas materiais e morais do trabalho assalariado” (IAMAMOTO, 2013, p. 134, grifo meu). Assim, o Serviço Social encontra-se nos limites da mediação entre as classes sociais, com uma função eminentemente *política*. Em outro tópico do capítulo, nessa mesma linha de argumentação, salienta a autora que:

O Serviço Social se institucionaliza com o *propósito subjacente de criar um tipo de socialização do operário adequado às novas condições de vida industrial, ao ritmo e à disciplinarização do trabalho*, que fortaleça as bases de legitimidade para o exercício do poder de classe, isto é, *para a dominação político-ideológica e a apropriação econômica privada* (IAMAMOTO, 2013, p. 143, grifo meu).

*Assim, o Serviço Social é, desde sua gênese, polarizado por interesses sociais antagônicos que culminam na luta de classes; com isso, tem por objetivo enquadrar os “desviantes” e moldar a classe trabalhadora em níveis sociais e políticos aceitáveis, visando consolidar a paz social. Imerso em contradições inelimináveis da sociedade capitalista, a luta de classes se coloca como o fundamento da profissão, visto seu principal objetivo. A objetividade da profissão e a condição de sua existência estão medularmente atreladas ao enfrentamento da “questão social” por parte das frações e grupos sociais que dominam o poder e que se valem de sua atuação junto ao proletariado na mediação do acesso aos benefícios sociais, que claramente amenizam suas precárias condições de vida e de trabalho, mas também*

se colocam como uma via do capital dominar e amenizar ilusoriamente os confrontos históricos com o trabalho.

## CAPÍTULO 2

### UMA INFLEXÃO NO PENSAMENTO DE M. IAMAMOTO E A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ PAULO NETTO: A RIQUEZA DA ELABORAÇÃO TEÓRICA DA “QUESTÃO SOCIAL” PELO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O presente capítulo é a continuidade da busca da significação da “questão social” expressa na literatura do Serviço Social e que tem como norteador os estudos teóricos de Marilda Iamamoto, balizados pela teórica crítica à Economia Política de Karl Marx. A partir desse ponto, identificamos uma alteração nos elementos que a compõe. Na verdade, a autora não abandona o conjunto dos fatores que a tornam realidade na sociedade burguesa, nessa difícil compreensão, dada a complexidade do assunto visto a partir de uma ideia global das relações sociais apreendidas sob a base econômica; o giro, entendemos, se deve a *ênfase* de um componente desse intrincado complexo social, característico do modo de produção: *a exploração*.

Além de M. Iamamoto, apresentamos a elaboração de José Paulo Netto, nos remetendo somente a dois títulos da sua produção intelectual: *Capitalismo monopolista e Serviço Social* e *Cinco notas a propósito da “questão social”*.

#### 2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A partir do período de redemocratização, o Brasil adentra em uma nova fase de possibilidades de efetivação e alargamento da cidadania burguesa, marcada pela retomada dos seus elementos constituintes, segundo a visão de Marshall (1967)<sup>99</sup>: os direitos civis, políticos e sociais que foram formalmente delineados na Constituição Federal de 1988, tida como um marco e que levaria o país à construção de um Estado Social nos moldes europeus. Uma importante inovação foi a estruturação da Seguridade Social, demarcando o acesso às políticas de previdência social, saúde e assistência social, esta alçada à política de Estado, em um mix tardio dos modelos bismarckiano e beveridgiano. Contudo, essa transição se revelaria incompatível com a argumentação e a prática neoliberal, que trazia como principal bandeira a defesa de que a profunda crise do capitalismo desencadeada no final dos anos 1960 teria tido

---

<sup>99</sup> Entendemos que esses componentes da vida social foram fortemente atacados no período da Ditadura Militar, por isso referência ao pensamento de Marshall (1967), embora tenhamos ressalvas sobre essa ideia generalista de democracia, sob uma visão eurocêntrica e linear, como se a sociedade capitalista estivesse destinada a seguir por esse caminho. Bóron (1995) nos alerta para a importância de considerarmos o papel da burguesia latino-americana e a estrutura e a dinâmica sob as quais se constitui e se dinamiza o capital na periferia da economia mundial.

sua origem no intervencionismo estatal e, em primeira instância, no poder de barganha dos trabalhadores organizados e dos sindicatos (ANDERSEN, 1995).

Apesar da pioneira experiência chilena sob a ditadura de Pinochet, o neoliberalismo se irradiou para o mundo somente após sua implementação nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, incidindo nos pensamentos e modos de vida, alterando as formas de viver e de interpretar o mundo pela defesa dos fortes valores da “dignidade humana e da liberdade individual” (HARVEY, 2008, p. 15) que poderiam ser ameaçados pelo fascismo, pelo comunismo, por ditaduras e *todas as formas de intervenção estatal que priorizassem decisões coletivas a escolhas individuais*. É certo que as transformações operadas pela adoção da argumentação liberal afetaram as classes trabalhadoras do mundo todo, mesmo nos países centrais, com a ampliação da desigualdade e da pobreza, mas as consequências nos países em desenvolvimento são mais drásticas e incidem de forma violenta sobre a massa da população: a piora no padrão de vida foi global, mas segundo Soares (2003, p. 21), “os custos sociais tem sido pagos primordialmente pelos países periféricos [...]” devido à imposição das medidas de ajuste estrutural<sup>100</sup>, cuja arquitetura foi planejada pelo Consenso de Washington e sua aplicação contou com a ação disciplinadora do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>101</sup>. As consequências de tais medidas são interpretadas como *desajuste social* (SOARES, 2003, p. 21), à medida que ataca os direitos sociais, decretando a minimização do Estado na área social, promove o aumento da desigualdade e da pobreza e a transformação do mercado de trabalho, capitaneada pelo aprofundamento da precarização, do desemprego e da informalidade.

Para o Serviço Social brasileiro, a década de 1990 marca um momento de importantes conquistas. É promulgada a Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei nº 8.662, de 7 de julho de 1993, em que são normatizadas as competências e atribuições do profissional assistente social e as instâncias de fiscalização e controle do exercício profissional. Nesse mesmo ano é aprovado o novo Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993), expressando o amadurecimento das lutas e adensamento teórico dos anos precedentes, pautando os princípios, direitos e deveres que orientam e direcionam a atuação profissional. Os anos 1990 também marcam a aprovação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, que traduzem a revisão do currículo mínimo vigente desde 1982 após ampla

---

<sup>100</sup> As reformas estruturais de cunho liberal são “[...] centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado [...]” (SOARES, 2003, p. 19).

<sup>101</sup> Tais agências desempenharam importante papel na economia mundial, contudo “[...] a ‘capacidade disciplinadora’ do BM e FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, muitíssimo menor do que na Ásia e completamente nula nas economias desenvolvidas. O BM e FMI são muito efetivos em pressionar para impor uma rígida disciplina fiscal na América Latina, mas suas recomendações são olímpicamente desconhecidas pelos governos dos países desenvolvidos (BÓRON, 1995, p. 93-94).

avaliação e discussões sobre o processo formativo frente às intensas alterações da sociedade capitalista contemporânea<sup>102</sup>, que afeta o trabalho do assistente social. As formulações expressas nas Diretrizes Curriculares, de 1996, estabelece a “questão social” como elemento central para o surgimento do Serviço Social e objetivo da intervenção profissional<sup>103</sup>.

O terceiro livro de Marilda Iamamoto, *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, foi publicado no ano de 1998 e consiste, assim como o anterior, em uma coletânea de textos elaborados ao longo dos anos 1990<sup>104</sup>. Foi estruturado em dois grandes eixos: trabalho e formação profissional, articulados na análise do Serviço Social na cena contemporânea em meio às grandes transformações sociais desencadeadas pela crise do capital dos anos 1970, congregando a reestruturação produtiva<sup>105</sup>, que absorve os avanços tecnológicos e da ciência, além das alterações na gestão da força de trabalho e a reforma do Estado, conforme preconizam os organismos internacionais aos países periféricos – ambos elementos canônicos dessa substantiva reorganização da sociedade burguesa. Como resultado dessas políticas que concentram renda e poder no país, temos o “[...] agravamento da questão social, que tem no desemprego e subemprego suas mais nítidas expressões” (IAMAMOTO, 2014, p. 9). O momento histórico “[...] requisita um pensar coletivo do exercício e da formação profissionais, no sentido de construir respostas acadêmicas, técnicas e ético-políticas, calçadas nos processos sociais em curso” e tendo como horizonte “[...] a preservação e ampliação das conquistas democráticas na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2014, p. 10).

Embora seja cedo para analisarmos a estrutura do termo, dois elementos tornam evidentes uma inflexão no pensamento de Iamamoto, ainda no Prefácio desse trabalho:

<sup>102</sup> As Diretrizes Curriculares traduzem essas transformações: “Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais” (ABESS, 1996, p. 60).

<sup>103</sup> É importante destacar que nesse debate sobre o objeto da profissão houve um embate entre Vicente de Paula Faleiros e Marilda Iamamoto sobre a definição do objeto da intervenção profissional: ao contrário do conhecido e difundido posicionamento de Iamamoto sobre a “questão social” ter essa centralidade na profissão, Faleiros (1980; 1996; 1997; 2011), que destaca a correlação de forças e do fortalecimento dos sujeitos, apostou nas políticas sociais. Entendemos que tal discordância não se trata da definição da “questão social”, mas sobre o objeto do Serviço Social como profissão interventiva.

<sup>104</sup> Logo no prefácio, Iamamoto (2014) vai situar o leitor quando da ocasião e do ano de elaboração de cada um dos seis textos que integram o livro.

<sup>105</sup> A reestruturação produtiva significou a passagem do modelo rígido de produção taylorista-fordista para o modelo de acumulação flexível, incidindo também nas relações de trabalho, nos produtos e padrões de consumo. Operou-se também o deslocamento de unidades produtivas para novos espaços territoriais, principalmente para os países da periferia, com a intensificação da exploração da força de trabalho devido ao baixo custo da mão de obra e da ausência ou limites de legislações que protejam o trabalhador. Junto a isso, tem-se a incorporação de novas tecnologias que emergem desde a década de 1950, alterando a composição orgânica do capital e, por meio disso, ampliando numericamente a econômica de trabalho vivo (NETTO e BRAZ, 2012, p. 228; NETTO, 1996, p. 92).

um, que pela primeira vez os resultados do modelo de organização e da estrutura produtiva aparecem descritos nitidamente como expressões da “questão social”, o que segure um deslocamento do seu eixo central, da *luta de classes* para a *exploração*<sup>106</sup>, como o mecanismo que detona na realidade as causas que impelem o protesto do proletariado, além de considerar o *próprio movimento do modo de produção para a valorização do capital*. Outro ponto é o redirecionamento da atuação do assistente social, que sem invalidar as reflexões anteriores acerca da dualidade profissional, vai ser considerada de forma a enfatizar as possibilidades de alinhamento aos interesses da classe trabalhadora, se atentando para a dinâmica social.

Sobre o eixo *trabalho*, M. Yamamoto se propõe a contribuir para uma releitura do exercício profissional; não só retoma o veio analítico pioneiramente desenvolvido na década precedente, mas avança na relação entre a profissão Serviço Social e os processos de trabalho. A abordagem do exercício profissional migra do foco da “prática profissional” para o “[...] âmbito dos processos e das relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2014, p. 10). Na questão da formação profissional são consideradas as conquistas e os desafios dos anos 1980/1990, o debate sobre os fundamentos da profissão no âmbito da teoria social crítica e uma proposta de política de prática acadêmica em que se articule o ensino teórico-prático, pesquisa e extensão, o que se coloca como imperioso para situar e atualizar o Serviço Social aos novos tempos.

No primeiro texto, O Serviço Social na contemporaneidade, Yamamoto (2014) expõe que a nova configuração da sociabilidade capitalista sob a hegemonia do capital financeiro, conformada pela revolução técnico-científica de base microeletrônica, gerou novas formas de produzir e de gerir o trabalho, ao mesmo tempo que demanda menos trabalho vivo na produção devido ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e da ciência e tecnologia, o que podemos sintetizar recorrendo a formulação marxiana sobre a alteração da composição técnica do capital, acarretando a exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho e sua conseqüente pauperização: “Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 18). Aqui, constata-se a alteração da noção de “questão social” evidenciado por Marilda Yamamoto: diante do quadro conjuntural em que se propõe a efetuar a análise do Serviço Social, a contemporaneidade, indica um *agravamento* das expressões da “questão social” ocasionado pela nova dinâmica material e gerencial da sociedade capitalista; essas expressões traduzem

---

<sup>106</sup> Isso se reforça pela própria definição de “questão social” apresentada nas produções anteriores, que se refere à formação e politização da classe trabalhadora como classe social, e pelo fato de que as condições de vida da classe trabalhadora eram indicadas como expressões da exploração (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012; IAMAMOTO, 2013).

diretamente as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. A “questão social” não é mais interpretada como reação política materializada nas lutas sociais e orquestrada pelo operariado na busca de seu reconhecimento enquanto classe social, exigindo novas formas de intervenção sobre as contradições sociais para ser, ela mesma, a síntese e a designação das consequências dessas contradições que rebatem sobre a classe trabalhadora, próprias da sociedade burguesa. Assim, a “questão social” não é mais definida prioritariamente como luta de classes, embora esse elemento ainda seja intrínseco ao termo, mas passa a se referir aos fundamentos desse conflito e que se expressam das mais variadas formas e intensidades, a depender do movimento da realidade e das configurações produtivas e do poder das classes que são assumidos socialmente. Essa mudança da definição do termo se torna evidente quando a autora o define em certo momento de sua exposição:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 27, grifos meus).

Precisamos decompor a definição para maior clareza, na qual o termo surge mais próximo ao proposto por Cerqueira Filho (1982). A autora traz a contradição fundamental da sociedade capitalista como a origem das desigualdades que marcam e são características dessa sociabilidade: desigualdades de renda, de propriedade privada, de acesso à bens e serviços sociais e riquezas produzidas socialmente. Entendemos que essas desigualdades se expressam nas condições de vida da população trabalhadora sob diversas formas: condições débeis de saúde, moradias precárias e insalubres, desemprego e subemprego - mal remunerado, terceirizado, precarizado, bem como trabalho infantil e análogo à escravidão, nenhuma ou insuficiente alimentação diária, analfabetismo e evasão escolar. Portanto, a “questão social”, como expressão do conjunto das desigualdades é compreendida como o conjunto das consequências do modo de produção capitalista e que repercutem nas esferas social<sup>107</sup>, política e econômica, as quais os trabalhadores são submetidos em decorrência de sua alocação na produção social, como meros vendedores de sua mercadoria força de trabalho.

---

<sup>107</sup> Essa ideia aqui desenvolvida encontra suporte na seguinte citação: “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (IAMAMOTO, 2014, p. 28). A “questão social” se expressa das mais variadas formas, nos mais diversos âmbitos da vida social.

Segundo Yamamoto, é essa contradição fundamental de nossa sociedade a responsável por implodir as possibilidades para que o desenvolvimento produtivo contemple toda a população; se de um lado esse desenvolvimento se traduz na potencialidade da dominação da natureza pelo homem e do aprimoramento quase irrestrito das forças produtivas, por outro lado faz *crescer* exponencialmente a polarização entre acumulação de capital e miséria em campos diametralmente opostos. Assim, para Yamamoto (2014) essa contradição *amplia*<sup>108</sup>os resultados da lei geral da acumulação capitalista, descoberta e desenvolvida por K. Marx no Primeiro Livro de *O Capital*. Por outro lado, essa contradição nos remete, senão, a exploração, traduzida na apropriação privada dos resultados do trabalho. Ainda, recorrendo a Netto e Braz (2012), em nível sócio-político e histórico, tal contradição se expressa no processo de luta de classes.

Reforçamos, e por isso mesmo, que nessa reorganização do pensamento de M. Yamamoto o elemento luta de classes não foi descartado. A ele foi acrescido a *desigualdade social*, com base em tal contradição, pois “Questão social que, *sendo desigualdade, é também rebeldia*, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2014, p. 28, grifo meu). É nessa tensão, entre desigualdade e rebeldia e resistência, que fatalmente atua o assistente social. Por isso a importância de o profissional capturar as novas formas por meio das quais se produz e se expressa a “questão social”. Importância que se assenta tanto em apreender as diversas formas pelas quais se manifesta a desigualdade, como elaborar formas de resistência para a defesa da vida. Nas palavras de Yamamoto (2014, p. 28, grifo meu): “Assim, apreender a questão social é *também* capturar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado”. Portanto, na “questão social” estão compreendidas as desigualdades postas na realidade pela contradição inerente à sociedade capitalista, esta como polarizador responsável pelas extremas condições de vida do conjunto da população, e o peso político da classe trabalhadora.

---

<sup>108</sup> Consta no livro que: “Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e frutos do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redunde, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas trabalho social: porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados de “primeiro mundo” (IAMAMOTO, 2014, p. 27-28)..”

“Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais com os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na área da saúde, na assistência pública, etc.” (IAMAMOTO, 2014, p. 28). Iamamoto privilegia mais a atuação do assistente social, nas diferentes áreas em que se expressa a “questão social”, voltada mais aos direitos e menos seu papel ídeo-político na reprodução das relações sociais, como amplamente debatido nas produções anteriores, apesar dele não se desvencilhar. Isso porque agora projeta a profissão de forma que esteja, dentro de limites possíveis, sintonizada mais às demandas do proletariado no que se refere às suas condições de vida e de trabalho. As conjunturas anteriores destacadas em seus escritos são marcadas por fortes lutas sociais, como as que antecederam a década de 1930, em que surge o Serviço Social, e os anos de repressão da ditadura militar, além do período que compreende a abertura política para a redemocratização do Brasil, momento em que formula seu primeiro trabalho e que possivelmente a tenha influenciado. Além disso, na década de 1990, e após uma disputa travada contra o conservadorismo no interior da profissão, o Serviço Social consolida a hegemonia de um projeto ético-político articulado com o projeto societário da classe trabalhadora, pautado em uma intervenção alicerçada em valores e princípios democráticos e direcionada à ampliação e manutenção dos direitos sociais, como um norte para o exercício profissional do assistente social: a profissão, no confronto de interesses classistas, expande suas funções para abranger as demandas dos trabalhadores.

Queremos destacar que além da alteração do entendimento de “questão social”, agora concebida como as expressões das desigualdades e a rebeldia e resistência da classe trabalhadora contra suas condições de vida, que são extremamente vincadas por essas desigualdades e suas formas de se expressarem, a autora agora situa a “questão social” nos marcos do capitalismo já consolidado, não mais mencionando as *outras formas*<sup>109</sup> da “questão social” sem delimitação temporal. Também, é interessante ponderar que M. Iamamoto reforça nitidamente as alterações da “questão social”, não devendo esta ser apreendida de forma acabada, mas como resultado do movimento e das mudanças da estrutura social<sup>110</sup>. Ainda entendemos que se as expressões da “questão social”, que são vivenciadas no cotidiano pelos trabalhadores, se agravam pelas alterações das bases de produção e exploração do sistema, elas

---

<sup>109</sup> Aqui em referência ao que consta no *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*.

<sup>110</sup> Diz Iamamoto que (2014, p. 29): “É necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação”. Aqui, a autora faz referência ao esgotamento do padrão de acumulação que vigorou na Europa Ocidental no pós Segunda Guerra Mundial e que encontrou seus limites expansivos a partir da década de 1970, sendo substituído pelo padrão de acumulação flexível.

podem se manter extremamente agressivas sem a presença do movimento político e organizado da classe trabalhadora; a luta de classes tem o poder de incidir sobre os desdobramentos do movimento do capital e da exploração, pautando objetivos como a redução da jornada de trabalho, aumento dos salários e demais direitos.

A forma pela qual se deu o processo de desenvolvimento do país, se modernizando, mas atualizando marcas de nossa história colonial, “[...] faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a” (IAMAMOTO, 2014, p. 37). Com isso, aos elementos inerentes à “questão social” convergem tantos outros que a forjam de modo particular no Brasil, definindo especificidades às suas expressões, mais amplas e intensas que em outras formações nacionais. Aprender esses delineamentos da “questão social” brasileira, em tempos de forte ofensiva contra o trabalho, é essencial para o profissional assistente social. Isso porque Iamamoto (2014) a concebe como o “[...] objeto do trabalho profissional [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 41; p. 62), a “[...] *matéria-prima do trabalho profissional* [...]” (IAMAMOTO, 2014, p. 59, grifo no original).

Mas a noção de desigualdades a qual se refere Iamamoto (2014) não se resume, exclusivamente, ao seu aspecto mais imediato, a concentração em extremos opostos de pobres e ricos e também não se confunde com *situação social problema*, vivida e concebida individualmente, como dificuldades e escolhas imprudentes do sujeito. A “questão social” engloba a primeira ideia, mas vai muito além de apenas isso:

O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a *gênese das desigualdades sociais*, em um contexto em que acumulação de capital não rima com equidade. Desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que são o *verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais*. Mas decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social* (IAMAMOTO, 2014, p. 59, grifo no original).

A autora situa as desigualdades muito distante de uma leitura superficial; como apenas desigualdade visível e vivencia de forma degradante, acurando sua interpretação e evidenciando marcas sociais que a origina, que a determina na sociedade capitalista. Aqui, a “questão social” não se restringe à luta de classes, mas se origina da *desigualdade elementar*, tal qual problematizada pela autora; a luta de classes é uma forma de resistência contra as desigualdades sociais, as evidenciando e as elevando à esfera política. Nesse sentido, a produção da “questão social” se localiza na estrutura social, na forma como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho, enquanto que a

subjetividade da classe trabalhadora, consistindo em sua consciência de classe, a extrapola para a esfera pública. E apreender a “questão social” é “também apreender como os sujeitos a vivenciam” (IAMAMOTO, 2014, p. 76) como condição para que se possa identificar as várias formas de lutas da população, pelo que e como lutam.

No segundo texto<sup>111</sup> do livro de 1998, Iamamoto (2014) explicita, novamente, a *origem* da “questão social”, enraizada na contradição fundamental característica da sociedade burguesa. *Nessa contradição é que se encontra a gênese das desigualdades sociais encarnadas na “questão social” e vivenciadas pela classe trabalhadora, as quais fazem frente por meio de suas lutas*: as consequências do modo de produção estão postas indiferentemente da consciência do proletariado. Reafirma, também, a delimitação histórica da “questão social” como “expressão do processo de produção e reprodução da vida social na *sociedade burguesa*, da totalidade histórica concreta” (IAMAMOTO, 2014, p. 114, grifo meu), em que são postas e repostas as contradições. A “questão social” se estrutura como uma especificidade resultante dessa forma histórica e inédita de re(produção) da totalidade da vida em sociedade, marcada por descompassos e conflitos que se expressam múltiplas maneiras, marcando a vida dos trabalhadores. É, segundo Iamamoto (2014, p. 185, grifo no original), a crítica marxiana a “[...] *desveladora dos “fundamentos da produção e reprodução da questão social”*”.

## 2.2 A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO – REVISTA TEMPORALIS

No primeiro semestre de 2001 foi publicado o terceiro volume da revista *Temporalis*, reunindo artigos de conhecidos autores em torno do tema Questão Social e Serviço Social como resultado de conferências proferidas no VII ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido em novembro do ano anterior, na Universidade de Brasília. A palestra da professora Marilda Iamamoto, *A questão social no capitalismo*, abordou “[...] o *significado da questão social* no âmbito mesmo da acumulação capitalista e localiza o conjunto de relações sociais entre a questão social e o Serviço Social, bem como a reconstrução na formação profissional e no trabalho do assistente social” (EDITORIAL, Diretoria da ABEPSS, 2001, p. 5, grifo no original). A inclusão do artigo nesse estudo se justifica por sua temática, em que Iamamoto concentra sua exposição em torno da “questão social”, mas não só.

---

<sup>111</sup> Texto II: Trabalho e Serviço Social: O redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. Pronunciamento na XXX Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em 13/11/1997.

Iamamoto (2001a, p 10, grifo no original) parte do princípio que a “[...] *análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas [...]*” em torno de concepções e propostas para as políticas econômica e sociais em decorrência dos distintos projetos societários vigentes na sociedade. Isso porque é o trabalho que se encontra em relação com o capital, cujas especificidades na sociedade burguesa podem ser sintetizadas pela sua forma assalariada, alienada (visto que o trabalhador está apartado das condições para a sua realização e de seus resultados; portanto, alienado não apenas do produto, mas também do processo de trabalho em si), sendo abstrato e indiferenciado, subordinado à criação da mais valia e, assim, *explorado*. Essas dimensões do trabalho impedem que sua execução seja direcionada a contemplar as necessidades humanas, destinando-se a satisfazer as exigências da reprodução do capital, o que por sua vez impacta negativamente nas condições de vida da classe trabalhadora que é condenada a vender sua força de trabalho para suprir suas carências. Diante desse cenário surgem as contradições desse modelo de produção e os confrontos para que sejam atendidas requisições que são opostas: as da acumulação e as da população trabalhadora. Por essa compreensão, a “questão social” é parte inerente às relações sociais capitalista e apreendida como expressão das desigualdades sociais: é o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, de posse privada e se opõe ao trabalhador.

É por essa assertiva que a “questão social” “[...] *é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas*” (IAMAMOTO, 2001a, p. 11, grifo no original). Exatamente por isso não se desloca a discussão do trabalho explorado na abordagem da “questão social”, visto que sua existência na sociedade burguesa cumpre papel chave na possibilidade dessa acumulação, e nem a do Estado como instituição central para a formulação e execução das respostas para o enfrentamento das suas expressões<sup>112</sup> e garantidor permanente das bases sociais, funções que se alteram em diferentes nações e contextos históricos, tendo como determinantes o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o contexto econômico e a politização e a mobilização do proletariado.

Diz Iamamoto (2001a) que a expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano, mas que ela traduz as análises de Marx sobre a totalidade da sociedade

---

<sup>112</sup> Iamamoto (2001a, p. 10-11, grifo no original) defende que o enfrentamento da “questão social” requer “[...] *a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes majorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública*”.

burguesa, o que exige a compreensão teórica do regime capitalista como um *processo* de produção material e também como *processo* que se desenvolve sob específicas relações de produção, em que sua dinâmica própria põe e repõe “[...] suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam” (IAMAMOTO, 2001a, p. 11). Ou seja: sob uma visão macrosocial, tal regime de produção mantém intactos a propriedade privada e o desenvolvimento das forças produtivas a serviço do capital, bem como seus desdobramentos: os distintos interesses irreconciliáveis das distintas classes sociais e os conflitos classistas, envolvendo disputas ideológicas e culturais no controle de instituições e da sociedade; é pela reposição constante desses elementos que a “questão social” é ineliminável na sociedade burguesa. Dessa forma, diz Iamamoto (2001a, p. 12 grifo no original) que reter essa dupla dimensão no estudo da “questão social”, - “[...] a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza – é fundamental”: a produção e a relação social de exploração sob a qual ela está condicionada, o capital.

Nesse esquema de análise não é suficiente linear automaticamente o trabalho e a “questão social”, mas submeter a sociedade burguesa à compreensão da *mercadoria*, como caráter que predomina e define os produtos, e do objetivo da produção, centrado na *mais-valia*. Na busca da gênese da “questão social”, Iamamoto (2001a) retoma a exposição de Marx quanto ao movimento da acumulação capitalista e a necessária alteração da composição técnica do capital, o qual se expressa na redução do tempo necessário à produção de mercadoria, significando o aumento do capital constante em relação ao capital variável, o que é possível pelo emprego de avanços técnicos e científicos na produção. Esse processo da acumulação resulta em uma superpopulação relativa às necessidades imediatas do modo de produção capitalista, como “[...] uma lei particular de população deste regime de produção [...]” (IAMAMOTO, 2001a, p. 14, grifo no original). Portanto, o fator que exponencia a capacidade do trabalho, a alteração da composição do capital, é a mesmo que gera a força de trabalho disponível, fundamentando a lei geral da acumulação capitalista, que se expressa na acumulação de pobreza e riqueza em lados opostos, “[...] encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001a, p. 15-16, grifos no original).

Como não é detentor dos meios de produção, o trabalhador é um *pobre virtual*, visto que sua única propriedade é a força de trabalho, uma potência que apenas se realiza por uma demanda do capitalista. Se valendo das palavras de Marx, para quem o pauperismo que se apresenta como resultado do trabalho é característica exclusiva dessa forma de produção, Iamamoto (2001a) afirma que a pobreza não se origina apenas como resultado da distribuição de renda, mas se refere à própria produção, portanto, à distribuição dos meios de produção como

processo que atinge a totalidade da vida dos sujeitos e é potencializado pela desresponsabilização do Estado na esfera social. Assim, a autora entende que a “questão social” se refere ao conjunto das expressões das desigualdades, não a estas próprias, mas ao que elas significam para a classe trabalhadora, tendo sua “[...] gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2001a, p. 16-17): a gênese da “questão social” de que fala Yamamoto está, pois, concentrada na propriedade privada sobre a qual se organizam a produção e a distribuição na sociedade capitalista, a desigualdade a partir da qual se manifestam todas as outras. Expressa as disparidades das classes em sociedade, que são atravessadas por relações de gênero, etnias e formações regionais, perpassando conformismos e rebeldias, sintetizados na consciência do proletariado por direitos sociais e políticos.

Além dos elementos pontuados acima, que para Yamamoto (2001a) convergem para o surgimento da “questão social” em um momento histórico preciso, ainda se coloca, e atrelado a toda a discussão da processualidade da dinâmica do capitalismo, a *emergência e a atuação política da classe operária*, exigindo seu reconhecimento como tal, alçando a “questão social” para a esfera pública e exigindo a intervenção do Estado para seu enfrentamento, o que na Europa culminou nos diferentes Estados Sociais. A luta de classes permanece como elemento primordial para a apreensão da “questão social”, mas contemporaneamente são acrescidas novas mediações que reconfiguram esta última, como aspectos que respondem às próprias necessidades do capital na busca por sua vigência: são elementos que atravessam a produção e a reprodução da “questão social” não apenas pela alteração da base da produção material, mas também pela reorganização gerencial da produção e por decisões na esfera política que incidem sobre a expansão da acumulação e subtraem da classe trabalhadora conquistas que podem contrarrestar suas manifestações, tornando-a mais ampla e intensificando suas expressões. São quatro aspectos centrais destacados por Yamamoto (2001): a *lógica da financeirização*, que promove crises e direciona os investimentos para a área especulativa, e não da produção; o *padrão de acumulação flexível*, que atinge o movimento dos trabalhadores, redimensiona a organização do trabalho em seus processos e gestão, o mercado de trabalho, os direitos sociais e trabalhistas e padrões de consumo em um movimento de redução de custos e de demanda por trabalho vivo, oportunizada pelos avanços técnicos e científicos; o recuo da responsabilidade do Estado diante da “questão social” por medidas de *orientação neoliberal*, que subordina ainda mais a política social à política econômica e; a *alteração das formas de sociabilidade* com a invasão da lógica mercadológica sobre a vida

social, reforçando o individualismo e a naturalização dos processos sociais e o apelo à solidariedade. A “questão social” se metamorfoseia, mas sempre tornando evidente “[...] a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam” (IAMAMOTO, 2011a, p. 21).

Também compõe esse mesmo volume da *Temporalis* um artigo de autoria da Potyara A. P. Pereira, que consideramos aqui apresentar pela sua apreensão particular da “questão social”. Apesar da aparente tênue diferença, frisamos que a interpretação sobre o proletariado tornar os problemas sociais uma questão política, não se equipara com a concebida por Pereira (2001) que, ao nosso ver, expressa a mais controversa leitura sobre a “questão social” da literatura que nos apropriamos. Além de levantar dúvidas sobre a nova questão social, indaga sobre a vigência da própria “questão social” atualmente. Entende que o termo expressa a relação entre *estrutura* e *ação*, em que os sujeitos assumem papéis políticos que são capazes de converterem *necessidades* em *questões* que são incorporadas na agenda pública; foi exatamente essa a conjuntura do século XIX na Inglaterra, em que os trabalhadores, conscientes da exploração e conscientemente organizados, foram capazes de tornar a pobreza, vista até então como natural, em questão social, particular e histórica justamente por esse panorama político e marcação histórica, detonada por tal Revolução Industrial que alterou as relações sociais a ponto de cindir a sociedade em duas grandes classes. Dessa forma, a autora centra a possibilidade da “questão social” apenas na subjetividade dos indivíduos. Sobre os tempos atuais, Pereira (2001) não nega a existência de problemas que incidem negativamente sobre a humanidade, mas que eles ainda não se configuram em questões explícitas: “[...] isto é, não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra hegemônico” (PEREIRA, 2001, p. 53). Poderíamos falar em “questão social” apenas quase que no desenrolar de uma revolução, mas como isso não se coloca no momento, diz sobre a existência de uma “questão social” *latente*, não explicitada, devido à ausência de força política de setores progressistas da sociedade, em que as necessidades e os riscos contemporâneos não são totalmente conhecidos.

A particularidade da concepção do termo em Pereira (2001, p. 54, grifo no original) está em que “[...] a *questão social* não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção”, cuja origem, portanto, não pode ser localizada na estrutura da produção da vida social na sociedade burguesa, mas sim “[...] de embate político, determinado por essas contradições”. Os problemas sociais, provenientes dessas contradições, como “[...] desigualdades, pobreza, desemprego, e necessidades sociais [...]”, embora existentes na realidade, não estariam suficientemente politizados para se tornarem

uma questão. *É como se a luta de classe, o centro da “questão social” para a autora, tivesse validade apenas no seu ápice de organização e combatividade.* Como vivemos um momento de refluxo do movimento da classe trabalhadora, as suas lutas políticas anteriores, que estabeleceram a origem da “questão social” a partir da base social, só tem validade para aquele contexto social.

A questão é que os fatores que estruturam a existência da “questão social” não deixaram de existir; desde seu surgimento ainda prevalecem a relação social capital e o desenvolvimento das forças produtivas sob seu comando. Também permanece a luta de classes, com pautas e conquistas significativas desde os escritos de Marx; esse elemento é pertencente às sociedades divididas em classes, é o motor da história e faz parte da contradição da realidade social burguesa, bem como as permanentes demandas levantadas pela classe trabalhadora e tornadas questões políticas e a intervenção do Estado. A “questão social” se impõe nos anos 1830. De lá para cá não podemos dizer que a luta de classes se extinguiu; após aquela década temos outros importantes momentos históricos protagonizados pela classe trabalhadora: os confrontos de 1848; a Comuna de Paris, em 1871, como a primeira experiência de um governo operário; as lutas no fim do século XIX e início do século XX, determinantes para a ampliação da atuação estatal e ampliação dos direitos sociais e para a origem da política social; a mobilização proletária para conformação dos Estados Sociais europeus e a ampliação dos sistemas de proteção social. Mais recentemente, em 2011, teve início o *Occupy Wall Street*, em que milhares de norte-americanos se reuniram em torno da bandeira da justiça econômica. Também o exemplo francês dos “coletes amarelos”, em 2018, que reuniam 280 mil pessoas em protestos contra o aumento do diesel e recebeu apoio de 75% da população da França. Tais pontos não se configuraram como embates políticos? A “questão social” não fez parte destas realidades?

### 2.3 TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL. PARA ALÉM DOS LIMITES DO SERVIÇO SOCIAL

O livro *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*, foi lançado no ano de 2001. É resultado, enquanto versão revista, da tese de doutoramento de M. Iamamoto em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nesse mesmo ano. A proposta do livro é analisar particularidades da condição operária na agroindústria canavieira paulista, estabelecendo como referência a microrregião açucareira de Piracicaba (São Paulo), e sua vivência pelos indivíduos sociais na década de 1980. É uma pesquisa que se desdobra em duas dimensões: considera os

processos de trabalho agrícola e industrial e apreende a constituição da condição operária, tanto na colheita da cana, como na indústria, caracterizando quem são esses indivíduos sociais: trabalhadores sazonais, portanto temporários, que trabalham na safra da cana-de-açúcar, alojados nos dormitórios das usinas nesse período e partícipes do trabalho coletivo.

Esses trabalhadores se dividem entre os que dependem unicamente da venda da força de trabalho para a manutenção da vida e os que também são pequenos produtores pauperizados em seus locais de origem, se formatando em um contingente sobranter para as necessidades médias do capital, tanto na forma de *população latente*, como *população intermitente e/ou flutuante*<sup>113</sup>; não conseguem sobreviver e atender às necessidades de suas famílias somente com uma ou outra atividade, sendo constrangidos, portanto, a se “[...] deslocarem ciclicamente, alternando suas vidas nos locais de origem e nas usinas de açúcar, nas regiões canavieiras paulistas, como seres sociais internamente partidos, visto que sua unidade lhe é dada de fora, pelo capital, e vivida como estranhamento” (IAMAMOTO, 2001b, p. 16, grifo no original). Mas apesar de estarem no limiar entre duas formas distintas de propriedade e de alienação, o que conforma condições e relações sociais específicas que moldam a materialidade e a subjetividade de suas vidas, afetando as bases de sua reprodução material e o campo social de suas lutas e vivendo individualmente experiências partidas, “[...] não são seres sociais partidos, mas partícipes de uma mesma superpopulação relativa” (IAMAMOTO, 2001b, p. 21).

Nessa produção há um nítido deslocamento do pensamento de M. Yamamoto. A autora escapa dos limites do Serviço Social para a teoria social: vai problematizar a sociabilidade sob a lógica do capital a partir de sua fundamentação, o trabalho enquanto atividade essencialmente humana, e de como ela é experimentada pelos sujeitos na sociedade capitalista, trazendo o conceito de alienação para o centro do seu estudo. Esse redimensionamento, e sua densidade teórica, foram oportunizados pelo amadurecimento intelectual de Yamamoto, agora se valendo, para além dos textos essenciais de *O Capital*, dos *Grundrisse* de Marx. Nesse livro não são tratados temas característicos à sua pesquisa, como os fundamentos do Serviço Social, formação e o exercício profissional do assistente social.

Ao desenvolver sua análise sobre a sociabilidade capitalista, o que necessariamente implica considerar os contornos que o trabalho adquire na sociedade burguesa e a forma como aquela se expressa cotidianamente na realidade, repercutindo na configuração e especificidades das classes sociais, Yamamoto (2001b) *não* define a “questão social”, ao

---

<sup>113</sup> Aqui, a autora se ancora na tipificação da superpopulação relativa descrita por Marx em *O Capital*, Livro I.

menos não de forma direta como em outras publicações. Portanto, a análise desenvolvida a seguir pressupõe reunir elementos destacados pela autora em outras publicações e presentes em *Trabalho e Indivíduo Social*.

Iamamoto (2001b) segue a teoria marxiana e destaca seu caráter ontológico: ao se pensar a produção material, a produção material *em sociedade*, o trabalho<sup>114</sup> deve ser encarado “[...] enquanto componente *distintivo* do homem como um ser *prático-social* e, portanto, *histórico: produto e criador* da vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2001b, p. 36, grifo no original). Enquanto atividade orientada para um fim, possui direcionamento teleológico para responder às necessidades humanas postas na vida em sociedade, *independentemente do tempo histórico*. É, portanto, uma condição vital para a existência do homem, mediando a sua relação com a natureza, possibilitando sua apropriação e transformação, alterando a si mesmo como sujeito criador e impondo novas necessidades a serem respondidas, superando a condição de ser natural para o patamar de ser social, que dá respostas, em que a consciência desempenha papel imprescindível.

Mas se a divisão do trabalho torna este mais social, aprofundando a universalidade do homem enquanto *ser genérico* – social e histórico – a emersão da *propriedade privada*, que a acompanha, dissocia o trabalhador de seu produto, de sua objetivação, cindindo o interesse do sujeito singular e o interesse coletivo de todos os sujeitos, processo referido no fenômeno da *alienação*. Na sociedade capitalista, a produção social adquire particularidades específicas, atingindo graus e formas inéditos, em que a produtividade humana:

[...] expressa uma *forma histórica particular tanto de desenvolvimento humano universal, quanto de alienação dos indivíduos sociais: uma forma específica de produção da vida humana, de sociabilidade, forjada na temporalidade do capital*. Enfim, uma *forma histórica particular de individualidade social*. (IAMAMOTO, 2001b, p. 47, grifo no original).

O que Marilda Iamamoto destaca é que a forma transitória da produção capitalista conforma um novo caráter às relações sociais entre os sujeitos históricos e, portanto, de sua individualidade. Acertadamente, diz que essa forma específica de individualidade na sociedade burguesa encontra suas bases no caráter social que é assumido pelo trabalho como valor e sua forma mercantil, que gera um novo tipo de relação entre os sujeitos. Essa conexão social é mediatizada pelo valor de troca, que se autonomiza entre os homens e dissimula as relações entre os indivíduos, que aparecem *fetichizadas*, não como relações entre si, mas como

---

<sup>114</sup> Conforme análise marxiana contida no Capítulo V, de *O Capital*.

relações entre coisas, inaugurando o processo de reificação que tem como *desdobramento* a “[...] submersão do sujeito criativo, gerando uma relação de estranhamento do indivíduo produtor frente às suas próprias objetivações: capacidades, atividades, ideias, produtos” (IAMAMOTO, 2001b, p. 47). O fetichismo expressa o fato que a conexão social das individualidades passa a ser mediatizada pelo valor de troca. O mistério, dado pelo trabalho na sua qualidade mercantil, está em escamotear para os produtores as características do trabalho humano e torná-las como se fossem próprias dos produtos. Assim, a mercadoria “[...] *reflete a relação entre os indivíduos produtores como uma relação existente fora e independente deles: entre objetos materiais, escondendo a relação que é estabelecida, através dos objetos produzidos, entre os seus próprios produtores*” (IAMAMOTO, 2001b, p. 53, grifo no original).

Para o capitalismo é imprescindível a constante revolução das forças produtivas do trabalho, o que o distingue dos modos anteriores de produção. Isso permite a produção intensa de um valor excedente, para além da simples subsistência, em decorrência da redução do tempo necessário à produção de mercadorias. Mas a possibilidade de desenvolvimento de todos os indivíduos em virtude desse tempo disponível, que poderia ser destinado a atividades enriquecedoras, é minada pelo caráter mesmo do trabalho na sociedade capitalista, que cria esse tempo para convertê-lo em mais trabalho, ampliando o processo de acumulação, subordinando os indivíduos sociais à produção social que não é controlada de forma coletiva: com isso, as relações sociais são movidas pelos interesses antagônicos de classe. Nessa sociedade o dinheiro torna-se não apenas o representante da riqueza, mas seu objetivo: como a produção é objetivação do indivíduo social, no dinheiro os indivíduos perdem suas particularidades e são massificados. Essa conversão do valor de troca em dinheiro e sua aplicação como capital fazem com que “[...] *o indivíduo particular seja separado da representação do ser genérico, reificado no dinheiro e no capital-dinheiro, fonte das alienações*” (IAMAMOTO, 2001b, p. 59, grifo no original). Assim, o desenvolvimento universal das forças produtivas e, portanto, dos indivíduos, acontece de forma limitada.

Limitada porque este desenvolvimento se efetua de maneira antagônica: a elaboração das forças produtivas, da riqueza universal e do saber aparecem de tal modo que o *indivíduo produtor se aliena*. Comporta-se frente às condições produzidas a partir dele não como condições de sua própria riqueza, mas da riqueza alheia e de sua própria pobreza (IAMAMOTO, 2001b, p. 59, grifo meu).

O indivíduo se torna preso às engrenagens produtivas da sociedade capitalista. Sua liberdade não passa de uma liberdade formal, para firmar contratos e vender sua

força de trabalho, único meio de sua sobrevivência. De fato, é constrangido a isso. Portanto, todas as maravilhas desenvolvidas pelo homem, toda essa capacidade imensurável e crescente de produção, se torna força do capital, apropriada e por ele posta aos seus interesses, estabelecendo sua tirania em um mundo retoricamente livre; o capital se estabelece como potência que aprisiona os sujeitos produtores da riqueza em um mar de pobreza e miséria.

As configurações que assume o trabalho na sociedade capitalista são responsáveis por cindir a existência do indivíduo como *particular e pessoal* e o indivíduo *como membro de uma classe*, como trabalhador subordinado à produção social, mas em um único sujeito. Essa *repartição* da existência do indivíduo decorre mesmo do processo histórico da sociedade burguesa, que transforma em mercadoria quase que a totalidade dos produtos do trabalho, e compreende a *alienação do trabalho*, “[...] enraizada no desenvolvimento da divisão do trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2001b, p. 63), que determina posições diferentes aos sujeitos na esfera da produção no que se refere às forças produtivas e ao produto do trabalho; a divisão do trabalho gera formas específicas (desiguais) de repartição do trabalho e seu produto, ou seja, da propriedade, implicando a “[...] *contradição entre o interesse do indivíduo e da família* e o interesse *coletivo de todos os indivíduos* que se relacionam mutualmente. [...] Esses conflitos de interesses de classes são enfrentados na *prática cotidiana*, por meio da qual enfrentam a alienação” (IAMAMOTO, 2001b, p. 63, grifo no original). Vale dizer, interesse coletivo que se afirma estranho aos indivíduos, ilusório, já que a busca se dá pelo interesse privado. Os sujeitos se afirmam como tais “[...] na *luta social*, na qual se expressa sua rebeldia à alienação do trabalho, na busca de resgate de sua própria humanidade, como patrimônio comum de cada um e de todos” (IAMAMOTO, 2001b, p. 64, grifo no original).

A discussão recuperada aqui se coloca como necessária para validarmos a *motivação das lutas sociais* empreendidas pelos trabalhadores, pelos seus fundamentos, em que se encontra embutida a *possibilidade* de explicação teórica da “questão social”. Pelo exposto, a *rebeldia* da classe trabalhadora é motivada pela *alienação do trabalho*, que encontra seu fundamento na divisão do trabalho típica dessa sociedade. Alienação que atinge a forma de individualização e de sociabilidade na ordem do capital, como uma expressão necessária mesmo da configuração do trabalho no modelo de sociedade vigente. Se as lutas sociais se voltam contra a alienação do trabalho, vivida como “castigo e rebeldia” (IAMAMOTO, 2001b, p. 64), seu direcionamento se desloca diretamente para os representantes do capital e o seu modo particular de produção que forjam a sociedade burguesa a partir das suas necessidades de valorização e acumulação, satisfeitas com a exploração do trabalho assalariado. Essa interpretação se alicerça na questão de que a alienação do trabalho também impacta a

*subjetividade do trabalhador* e, portanto, não pode ser enfrentada de forma descolada da materialidade da vida social. Aqui, Iamamoto preserva uma ideia formulada nos anos 1980, a de que é pelo processo de alienação que se torna compreensível “[...] as condições materiais que explicam sua rebeldia” (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 63). Assentado na propriedade privada, que garante a posse e controle dos meios de vida e de trabalho à revelia de uma classe social, essa forma de trabalho implica relações sociais características (fetichizadas) e o estranhamento do produtor frente ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho, não se reconhecendo propriamente nele e a ele não lhe pertencendo. A superação desse estranhamento só é possível quando da superação dessa forma de trabalho, fonte de acumulação viabilizada pela exploração, para um tipo de trabalho que os homens produzam para satisfazerem suas necessidades próprias e não as do capital, em que se tenha o domínio do processo de trabalho e a posse dos meios de produção, em que o produto do trabalho não se aliene de seu produtor. Mas, até aqui, não podemos interpretar sem margem de questionamentos a “questão social”, apenas indicar que as lutas sociais não se direcionam de forma restrita à exigência de reconhecimento e afirmação de direitos sociais que contrapunham minimamente as sequelas da alienação e exploração, embora delas não se possa abster, mas à ultrapassagem da sociedade burguesa, já que o seu fim é premissa para o fim da alienação do trabalho.

Após discorre sobre as engrenagens do processo de produção como processo de produção de valores<sup>115</sup>, típico do capitalismo, Iamamoto (2001b, p. 76, grifo no original) reafirma: “Na análise do processo de produção como processo de formação de valor, importa *colocar em relevo* a específica *alienação do trabalho* que aí tem lugar e como ela afeta os indivíduos que a vivenciam e contra ela se rebelam”. Os meios objetivos do trabalho se encontram monopolizadas pelo capital; essa condição social condena os trabalhadores ao que Marx denominou de *pobreza virtual*, resultado da sua posição na sociedade: uma pobreza não como carência, apenas, mas referida à produção ou à distribuição, sendo esta última referente aos meios de produção. O trabalhador possui apenas sua força de trabalho para viver, que é de fato apenas potência, dependente que é de encontrar sua possibilidade de exteriorização via esfera mercantil, fazendo com que o acesso aos meios de vida seja mediatizado por processos alheios aos sujeitos produtores – a própria noção de trabalhador livre traz, em si, a noção de pobre virtual, que atende suas necessidades a partir da necessidade do capitalista precisar do trabalhador; caso não aconteça, seus meios de subsistência são conseguidos por esmolas que

---

<sup>115</sup> Item 1.4 O processo capitalista de trabalho e indivíduo social, a vivência do trabalho como castigo e rebeldia (p. 64-80), do capítulo I (IAMAMOTO, 2001b).

sobre da renda do conjunto da sociedade. Essa desigualdade da propriedade privada dos meios de produção é produzida e reproduzida no e pelo modo de produção capitalista, no mesmo movimento em que se produzem e reproduzem as próprias condições objetivas de trabalho que se defrontam com o trabalhador, como uma força alheia; o processo produtivo ocorre por meio de uma relação de *estranhamento* em que tudo lhe é alheio, já que nada lhe pertence. “A dominação do capitalista sobre o trabalhador é, portanto, o domínio da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo. E o processo de produção e reprodução do capital é o processo de produção e reprodução dessa *alienação*” (IAMAMOTO, 2001b, p. 77, grifo no original).

Nessa sociabilidade, um traço específico do trabalho é sua característica enquanto trabalho assalariado, o que exige a separação do produtor e seus meios de trabalho. Nesse sentido, o trabalho perde seu potencial de libertação humana para se tornar um *castigo* e a fonte de rebeldia da classe trabalhadora: falamos aqui de trabalho alienado. Assim, entendemos, os trabalhadores enfrentam à *desigualdade de propriedade privada* que possibilita a dominação dos meios de produção e de vida e que impõe aos desvalidos a venda de sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria, inseridos que estão em um processo de trabalho cujos meios e resultados não lhes pertencem, mas lhes são estranhos. O reconhecimento no produto do trabalho está em que o trabalhador domine todo o processo de trabalho e cujas forças produtivas estejam em sua posse, que *não aliene sua força de trabalho para outrem*, o que *requer outra forma de organização social*. Essa análise é atestada pela autora:

O enfrentamento da *alienação do trabalho* pelos trabalhadores vem implicando historicamente a luta por seus interesses coletivos e por seus *direitos como livres proprietários contra a dilapidação de sua força de trabalho, de sua condição vital*, passando pelo reconhecimento jurídico dos direitos relativos por parte do Estado, através de árdua batalha por uma legislação que os proteja (IAMAMOTO, 2001b, p. 78, grifo meu).

Após suas análises sobre a alienação do trabalho e abordar as características desiguais do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, o que a agroindústria canavieira expressa de forma contundente, Iamamoto (2001b, p. 196) busca compreender o significado do trabalho para os trabalhadores privilegiados em sua pesquisa, atribuindo visibilidade à alienação e o modo como ela é vivida pelos sujeitos. Aponta que o trabalho é vivido como “*sacrifício da vida*”, apenas como forma de sobrevivência e em condições perversas, como desgaste do *tempo* e de *forças vitais*. *É o trabalho como mera forma de valorização do capital, despido de suas potencialidades libertadoras do homem*. Segundo a autora, para os operários a

“[...] alienação – o trabalho como criação de valor excedente para outro, que, para si é desgaste do tempo de vida – se revela tanto nos *sentimentos ante o trabalho*, quanto nas *explicações que constroem para a sua experiência*” (IAMAMOTO, 2001b, p. 196, grifo no original). A alienação se assenta na forma mesma da sociedade gerir a produção, na qual que o trabalho se organiza para satisfazer necessidades não de quem produz; é um tempo de vida cedido como força de trabalho, mas cujo produto realizado pertence ao capitalista, dono dos meios de produção. Importa à autora não apenas as explicações e mistificações criadas pelos sujeitos para explicarem a necessidade de vivência desse trabalho, mas também suas estratégias “[...] perante as condições materiais e sociais que emolduram a experiência desse trabalho” (IAMAMOTO, 2001b, p. 197), vivido como castigo. Reconhecem suas exploração e pobreza. São condições inerentes ao trabalho no capitalismo, tanto na sua forma de efetivação, quanto nos desdobramentos de suas particularidades, acarretando *a mortificação de sua humanização, impedindo seu despertar de potencialidades e descobertas*. É contra a alienação que os trabalhadores se rebelam diariamente, em meio à luta pela sua própria sobrevivência, através de várias formas, compreendendo do “[...] lamento à atividade coletiva grevista, da denúncia à revelação dos sonhos e esperanças em outro modo de viver, em que sejam reconhecidos na singularidade de suas pessoas e não apenas como força criadora de riqueza alheia” (IAMAMOTO, 2001b, p. 197).

Os elementos acima citados, a exploração e a pobreza, estão interligados na configuração da alienação do trabalho. Por não deter os meios de produção, o proletariado são pobres virtuais, como já indicado; portanto, o seu “consentimento” à essa forma de trabalho é movido por “*constrangimentos que são sociais*” (IAMAMOTO, 2001b, p. 199, grifo no original). O trabalhador sucumbe à exploração do capital em decorrência de sua pobreza, a qual está limita suas escolhas individuais e que também consiste na perda de controle de seu poder criador, de sua força de trabalho, em que tal atividade se torna um poder alheio e contra o qual resistem. Segundo Iamamoto (2001b, p. 249), a recusa de parte dos trabalhadores da pesquisa contra o mando de seu trabalho, ou de boa parte do seu tempo, é uma forma de contestação da exploração, que amplia o poder do capital no mesmo movimento que alarga seu poder de dominação. “A exploração configura o fenômeno da alienação, tal como tratada no *Grundrisse*. A recusa assinalada pode ser lida como a recusa ao fenômeno da alienação, em defesa da auto regulação do tempo de vida”.

A alienação é uma categoria extremamente complexa, de difícil entendimento, principalmente quando estudada a partir de certas obras de Marx, como o *Manuscrito* de 1844, fragmentado e incompleto. Em nosso entendimento, há uma aproximação

um tanto excessiva entre trabalho alienado e trabalho explorado em alguns momentos desse estudo de M. Yamamoto, principalmente em se tratando de noções como tempo, pobreza, valor excedente e lutas. Isso porque ambas definições de trabalho, embora encontrem seu nexo de determinações circunscritas e emolduradas sob as configurações estruturais da sociedade burguesa, se manifestam de formas distintas. Em seu primeiro trabalho, Yamamoto (2012) vai definir alienação a partir dos *Manuscritos Econômico-filosóficos*; em *Trabalho e indivíduo social* a autora recorre, também aos *Grundrisse*. Pontuaremos, de forma breve, alguns elementos sobre a alienação para embasar nossa posição sobre seu uso, como defendida linhas acima.

Segundo Raymond Williams (2007), alienação é, atualmente, uma das palavras mais difíceis da língua devido aos seus diversos usos e significados, tanto em contextos gerais como em específicos<sup>116</sup>. Etimologicamente, a palavra inglesa *alienation* é antiga e abarca grande variedade de significados. Deriva diretamente do francês antigo, *aliénacion*, que provém do latim *alinationem*, cuja raiz está em *alienare*: estranhar ou tornar de outro. Esta última se relaciona com *alienus* (de ou pertencente a outra pessoa ou lugar) que por sua vez deriva seu significado de *alius* (outro, um outro). Seu emprego compreende uma gama variável de aspectos: em Rousseau expressa a separação do homem do seu estado natural, estranhado dessa sua origem pelo processo civilizatório (WILLIAMS, 2007); Feuerbach inverte o sentido teleológico, de que alienação é estar longe de Deus, para frisar que o termo revela justamente o fato dos indivíduos se esquecerem que Deus foi uma criação humana coletiva, Lhe dando existência autônoma e, o que é pior, invertendo essa relação na qual o criador humano se imagina sendo criado pela Criatura que ele próprio inventou (GRESPLAN, 2021); Freud defendia que o ser alienado é aquele que está estranhado de alguma pulsão humana primordial, como o sexo ou o desejo (WILLIAMS, 2007). Em Marx, o sentido de alienação ganha outro significado, alicerçado pela primeira vez nos processos sociais e econômicos da sociedade capitalista.

Marx foi o responsável por dar um papel de destaque ao conceito. Existe uma posição defendida por alguns estudiosos que o termo teria sido empregado, sobretudo, na juventude de Marx e, para outros, a exemplo de Althusser, que ele não desempenhou importância decisiva no Marx maduro (LOWY; DUMÉNIL; RENAULT; 2015). Ainda, há que entenda que o tema do trabalho alienado não foi abandonado posteriormente por Marx, mas

---

<sup>116</sup> Para Williams (2007), além do emprego da palavra alienação em contextos gerais, ela carrega significados mais específicos, embora controversos, a partir de uma série de disciplinas, que vão desde a teoria social e econômica até à filosofia e psicologia.

devido o aprofundamento de suas análises científicas o termo já não comportava suas ideias e significado<sup>117</sup> (QUEIROZ, 2016). Ainda segundo Mandel (1968) e Mészáros (2006), é falso que o conceito tenha sido abandonado e não aparece mais no conjunto da obra marxiana ou não desempenhe papel importante; assim o termo não é restrito ao período jovem de Marx e seu entendimento é condicionado à consideração de obras posteriores.

De fato, não existe de um único tipo de alienação: mas “a originalidade principal de Marx consiste em sustentar que a raiz das alienações religiosa, filosófica e política deve ser buscada na alienação social” (LOWY; DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p 13-14), definida por Marx a partir do termo *trabalho alienado*<sup>118</sup>. Como atividade essencialmente humana, o trabalho desempenha papel chave para se compreender a alienação em Marx, visto que os homens perdem não somente o resultado dessa atividade criadora, mas também a completa noção e o domínio desse processo, o seu sentido; o mundo construído por ele se lhe defronta como algo hostil e estranho. Marx descobriu que a *propriedade privada* é fonte geral de alienação e que esta é, “[...] fundamentalmente, uma alienação do trabalho humano” (MANDEL, 1968, p. 163). E nem poderia ser de outro jeito, já que Marx estabelece, nos *Manuscritos* mesmo, a propriedade privada como fundamento da sociedade burguesa: portanto, essa categoria deve anteceder a exploração, que ainda não era compreendida, para a explicação de trabalho alienado.

Mandel (1975) trabalha o conceito moderno e o associa ao surgimento e generalização da produção de mercadoria, deitando raízes na existência da propriedade privada. Também Grespan (2021) nos traz o entendimento da alienação como um longo processo em que se convergem a autonomização e a inversão, como em Feuerbach, mas com distintas aplicações. Com a separação do trabalhador e dos meios de trabalho os sujeitos se tornam juridicamente livres; mas essa formalidade está imersa em uma profunda desigualdade social gerada por tal cisão. Esta perda da propriedade dos meios de produção faz com que seja retirado dos homens o conteúdo real de suas vidas, os tornando seres abstratos e sem particularidades. Como expressão de uma situação social, o indivíduo não se reconhece plenamente em seu produto e apenas tem acesso a ele pela mediação do mercado, se afirmando na sociedade como

---

<sup>117</sup> “Segundo essa linha interpretativa Marx não abandona, em suas ‘obras maduras’, a tematização do trabalho alienado. Ao contrário, a nosso ver o filósofo alemão apenas aprofunda de tal modo sua análise científica da questão que o conceito acaba se tornando dispensável, pois insuficiente para explicar o processo, e inconveniente, pela carga filosófica pré-marxista que traz consigo” (QUEIROZ, 2016, p. 46). Talvez isso explique, mesmo que em partes, o fato de afirmações sobre o conceito ter sido empregado por Marx sobretudo em sua juventude, como em Lowy, Duménil e Renault (2015).

<sup>118</sup> Definido por Lowy, Duménil e Renault (2015, p. 14), como o “[...] conceito que designa as relações apartadas, invertidas e antagônicas que colocam o trabalhador de um lado, e o produto de sua atividade, sua atividade ela mesma, a natureza exterior, os outros homens e, finalmente, sua própria natureza, de outro”.

consumidor e não como produtor; o trabalhador não tem consciência que o produto é resultado direto do seu trabalho, uma exteriorização do uso de sua força de trabalho em condições exigidas.

[...] a alienação consiste na “estranheza” do mundo dominado por um poder social sobre o qual os indivíduos perderam qualquer controle, depois de o terem criado, em um evidente movimento de autonomização e inversão. As condições de trabalho e distribuição dos frutos do trabalho tornam-se independentes dos agentes econômicos e, em seguida, aparecem como um “poder que subjuga” seus criadores, “em vez de ser dominado” por eles. Em uma inversão surpreendente, o produto aparece como produtor e o produtor, como o produto (GRESPLAN, 2021, p. 26).

A alienação é o principal conceito dos *Manuscritos* de 1844, uma das mais complexas obras da literatura filosófica<sup>119</sup> (MÉSZÁROS, 2006) e que gera amplo debate em defesa de diferentes pontos de vista: o conceito é cercado por uma enorme controvérsia<sup>120</sup> (MANDEL, 1968). Os *Manuscritos* representam uma transição do pensamento de Marx, uma espécie de amadurecimento pelo acúmulo teórico que abarca o movimento *da* Filosofia *para* a crítica da Economia Política: segundo Mandel (1968, p. 162), “Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política”. Esta tinha uma tendência inata em escamotear as contradições sociais, a miséria do operário, que são resumidas por Marx na ideia do trabalho alienado. Analisando trechos da obra marxiana, Mandel (1968) descreve o trabalho alienado nesse momento como o trabalho que não é proprietário do seu produto, trabalho que enriquece os outros, forçado, fonte de satisfação de outros sujeitos. Dessa forma está, “[...] claramente, reduzido à divisão da sociedade em classes, à oposição entre o Capital e o Trabalho, à propriedade privada [...]” (MANDEL, 1968, p. 164). Contudo, é posteriormente que Marx vai descobrir as “precisas raízes da exploração do homem pelo homem, e esboça, assim, as suas origens, as razões de seu desdobramento, e as condições de seu definhamento” (MANDEL, 1968, p. 166). Portanto, os *Manuscritos* ainda carecem de uma análise das contradições reais

<sup>119</sup> Sobre esse título particular de Marx, Mézáros (2006) pontua uma série de dificuldades que torna problemático seu entendimento: 1) caráter fragmentário; 2) linguagem e terminologia, que abrange: complexidades de tradução, inadequação da estrutura conceitual, ambiguidade terminológica; 3) complexidade do conceito chave – alienação e; a estrutura dos *Manuscritos*.

<sup>120</sup> Mandel (1968, p. 168) sumaria três posições diversas sobre o assunto: “1) A posição dos que procuram contestar a diferença entre os *Manuscritos* de 1844 e *O Capital*, que reencontram o essencial das teses do *Capital* já nos *Manuscritos* de 1844” ou autores que acentuam em demasia essa diferença, compreendendo que os *Manuscritos* seria mais completo: ambas as posições foram contestadas por Mandel (1968); 2) O *Manuscrito* contemplaria de forma mais global o tema do trabalho alienado, em que esses escritos seriam o ponto alto do pensamento de Marx e; 3) o entendimento de que haveria uma contradição entre as duas obras de Marx e que as suas concepções de trabalho alienado teriam sido um obstáculo para sua aceitação da teoria valor-trabalho.

da sociedade capitalista, tanto que a situação do proletariado ainda está imersa em uma teoria da pauperização absoluta, que seria abandonada.

Há quase uma equivalência entre trabalho explorado e trabalho alienado. Ainda que as constatações de Marx acerca da realidade social estejam embasadas empiricamente, estas contradições ainda não estavam suficientemente teorizadas. Queremos significar que a noção de mais-valor (mais-valia) e a sua teoria do valor-trabalho ainda não haviam sido descobertas, não podendo aparecer nos *Manuscritos*. Antunes (2015) diz talvez de forma muito embrionária; Netto (2015c) escreve que em 1848, mais especificamente no *Manifesto Comunista*, Marx ainda não tinha condições de determinar com rigor a natureza da exploração capitalista e justamente pela falta da categoria mais-valor, que iria aparecer plenamente somente n’*O Capital*; também Mandel (1968), confirma essa condição, para quem a descoberta da mais-valia só vai acontecer cerca de 14 anos depois desses escritos.

Mészáros (2006, p. 20, grifos no original) realizou um estudo sobre a categoria alienação em Marx e evidencia elementos importantes para seu entendimento. Pontua seus quatro aspectos principais: “a) o homem está alienado da *natureza*”, o que expressa a relação do trabalhador com o produto da sua atividade, que é também a sua relação com o mundo exterior, com os objetos da natureza; “b) está alienado de *si mesmo* (da sua própria *atividade*)”, expressando a relação do trabalhador com a sua atividade que é fonte de satisfação para outra pessoa, enquanto que para si esta satisfação está apenas na possibilidade da venda de sua força de trabalho; “c) do seu *ser genérico*” (de seu ser como membro da espécie humana); esta questão se relaciona com o fato de que o objeto do trabalho é objetivação da vida humana e, dessa forma, ele está estranhado de si mesmo – esta característica é expressão das duas primeiras em termos de relações humanas e; “d) o homem está alienado do *homem* (dos outros homens): aqui, Marx considera os efeitos da alienação do trabalho, tanto o “estranhamento da coisa” (primeiro aspecto), como o “auto estranhamento” (segundo aspecto). Mas se na terceira característica é levada em conta esses efeitos a partir da relação do homem com a humanidade, este último ponto considera a relação do homem com outros homens. “Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do ‘estranhamento do homem em relação à *natureza* e a *si mesmo*’, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre *homem-humanidade* e *homem e homem*, de outro” (MÉSZÁROS, 2006, p. 21, grifo no original).

O fundamento da alienação na sociedade capitalista está na materialidade das relações de produção, assentadas na propriedade privada, mas seus resultados se expressam, essencialmente, de forma subjetiva. Nesse modo de produção vigente, o trabalhador vende, de forma juridicamente legal, embora essa justificativa de legalidade seja emoldurada pela extrema

desigualdade social, sua força de trabalho por um período do dia; aquela não lhe pertence mais, assim como não lhe pertence o objeto de seu trabalho e seu próprio trabalho, enquanto atividade que está desvirtuada a enriquecer quem detém as condições objetivas do processo de trabalho. *O homem está estranhado de sua atividade vital e de si mesmo, o que se reflete nas suas relações como um não reconhecimento universal de sua humanidade e sociabilidade, em um mesmo movimento histórico que seu próprio mundo se lhe apresenta como hostil e sua relação com outros se torna simples meio de satisfação de necessidades individuais.* Com isso, a luta contra a alienação não pode ocorrer de forma isolada, independente, mas deve partir da luta contra o capital e sua sociedade.

Reforçamos que *Trabalho e indivíduo social* extrapola os assuntos desenvolvidos por M. Yamamoto presentes em sua obra, indo além dos limites do Serviço Social. Não há um tratamento prioritário em relação à “questão social”, mas os assuntos que problematiza não estão distantes desse elemento. Ao discutir a configuração do trabalho na sociedade capitalista, da produção e exploração, pobreza e lutas sociais, elenca uma série de elementos que orbita a noção de “questão social”. Embora a autora priorize a categoria *alienação*, de como ela é percebida, vivida e responsável por gerar uma forma específica de individualização e socialização, isso não é suficiente para, sem margens de erro, basearmos a “questão social” na alienação. Além disso, devemos considerar o objeto em tela dessa pesquisa, na sua delimitação espacial e nos sujeitos históricos considerados.

#### 2.4 SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: CAPITAL FINANCEIRO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL – O RETORNO À PROFISSÃO

No ano de 2007 foi publicado o último livro escrito por Marilda Yamamoto<sup>121</sup>: *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, marcando seu retorno ao Serviço Social. Contudo, nesse trabalho a pesquisadora não apenas desenvolve concepções defendidas de longa data, mas as aprofunda, além de atualizar a

---

<sup>121</sup> Em 2019 foi lançado o livro *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. É uma coletânea que discute o Serviço Social nessas diferentes regiões em tempos de avanço conservador, mas também de resistência. Conta com artigos de intelectuais nacionais e internacionais, visando preencher uma lacuna na produção acadêmica brasileira, qual seja: o Serviço Social no *contexto mundial* nas últimas décadas. Juntamente com Maria Carmelita Yazbek, Marilda Yamamoto é organizadora dessa produção e, por isso, não contemplada nesse trabalho. Posteriormente, junto com Cláudia Mônica dos Santos, ambas como organizadoras, é publicado o livro *A história pelo avesso*. A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.

discussão da profissão no contexto histórico da mundialização financeira, entregando uma contribuição intelectual notável<sup>122</sup>.

Marilda Iamamoto (2015) vai situar sua discussão na centralidade do *fetichismo*, que nesses tempos marca “[...] radicalmente a sociabilidade capturada pelo capital e a inversão sujeito-objeto que a caracteriza – a humanidade a serviço das coisas mercantis, as invés destas estarem a serviço das necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 20), em que os objetos dominam as relações sociais e estas aparecem como relações entre coisas. Afirma que a teoria crítica se coloca como fundamental para pensar a profissão em tempo de *capital fetiche*, a era das finanças “portadoras de juros”; mistificação que apaga os rastros da verdadeira origem do valor excedente. Assim, nas palavras da própria autora:

Este livro propõe-se a uma análise do Serviço Social no processo de (re) produção das relações sociais *no movimento global do capital*. Prioriza o redimensionamento do trabalho e da sociabilidade no tempo presente, presididos pelos mistérios dos fetichismos, que o capital assume na sua forma mais mistificada: *o capital que rende juros*, cunhado por Marx de *capital fetiche* (IAMAMOTO, 2015, p. 20, grifo no original).

Assim, reafirma sua posição anterior de considerar a profissão como um produto histórico, determinado, que só pode ser compreendida no movimento complexo da sociedade como expressão das relações sociais de classes distintas e conflitantes/ na busca de seus interesses antagônicos. Mas prioriza a discussão do Serviço Social no tempo presente, em que o “capital portador de juros” domina e se revela como a forma mais acabada do fetichismo, como se apenas a sua posse fosse capaz de explicar sua valorização, o que encoberta suas raízes profundas centradas na produção real, caracterizada pela apropriação do trabalho excedente. É, segundo Iamamoto (2015), um momento em que as mercadorias e o dinheiro adquirem relevância sobre questões atinentes ao trabalho e à satisfação das necessidades humanas, o que lhe traz a hipótese de que “[...] o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontra na raiz da *questão social* na era das finanças [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 21, grifo no original), em que o capital dissimula o processo que a produz e reproduz. Assim, a busca incessante da valorização do capital, que espelha o auge da financeirização, não deve ser deslocada do debate atual da “questão social”; *a prevalência em garantir a acumulação minimiza a preocupação e as formas mesmo de sustentar e proteger a vida, causando um*

---

<sup>122</sup> Não à toa Netto qualifica o Capital fetiche como “*a mais densa e substantiva contribuição que, do ponto de vista marxista, procura iluminar o Serviço Social contemporâneo no Brasil*” (NETTO, 2015a. In: IAMAMOTO, 2015).

*desmoronamento dos princípios que regiam as políticas sociais públicas que incidiam, em certos limites, sobre a exploração desregrada do capital.*

Pimentel (2012), ao pensar a “questão social” na sociedade contemporânea, trilha uma perspectiva interessante, e distinta de Yamamoto, embora não distante, quando a considera a partir da crise estrutural que afeta as dimensões fundamentais do capital e o torna incapaz de uma adaptação estável a ajustes que buscam seu equilíbrio e da ativação dos limites absolutos do capital<sup>123</sup> e da forma como esse processo se expressa na atualidade. Seu autor de apoio é István Mészáros. Para Pimentel (2012), a ativação desses limites gera graves consequências para os trabalhadores, que se manifestam na desigualdade social e na pauperização dessa classe social. De fato, a “questão social” pode ser abordada considerando um conjunto distinto de problemáticas e elementos priorizados. Em sua defesa, Pimentel (2012, p. 118) diz que ao expor tais limites absolutos do capital, Mészáros revela “[...] expressões das refrações da denominada ‘questão social’ nos dias de hoje, quando analisa, a partir da crise estrutural do capital, a ativação dos limites absolutos do capital e suas formas de expressão na atualidade”. Essa crise também é considerada por Pastorini (2010) como um vetor que reestrutura a “questão social” e suas expressões, alteração que, portanto, não pode ser encarada simplesmente como algo natural do desenvolvimento tecnológico na sociedade burguesa: “Essas mudanças são expressões da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, consequência do esgotamento do modelo fordista-keynesiano que se estendeu até o começo dos anos 1970” (PASTORINI, 2010, p. 37). Dessa forma, as autoras supracitadas entendem a crise do capital como um vetor que age na transformação da “questão social” e suas expressões nos tempos atuais.

Retomando as ideias de Yamamoto (2015), a mundialização financeira atinge todas as dimensões da vida social, tudo está sujeito à monetarização do mercado; é o capital financeiro que passa a comandar o conjunto da acumulação. Essa busca pelo crescimento da riqueza escamoteia a relação entre capital e trabalho, ao mesmo passo que se intensifica as investidas contra a luta do proletariado. Exponenciam-se as desigualdades e os ataques aos direitos sociais. À luz dessas considerações, o que move o estudo de Yamamoto (2015, p. 21) é “[...] reunir subsídios para elucidar o significado da *questão social* em tempo de capital fetiche [...]”, considerando suas particularidades no Brasil contemporâneo, os “dilemas de sua

---

<sup>123</sup> Segundo evidenciado por Pimentel (2012), Mészáros considera como principais características da ativação dos limites absolutos do capital e suas formas de expressão: o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais; a destruição e devastação do meio ambiente; a liberação das mulheres e; o desemprego crônico.

qualificação teórica e seu debate no Serviço Social” (IAMAMOTO, 2015, p. 22), além de problematizar impasses e dilemas que incidem na formação e no trabalho profissional nesse tempo regido pelo capital financeiro. O primeiro tópico será o privilegiado neste ensaio.

Ainda na introdução do *Capital fetiche*, e após considerações sobre o livro *Relações Sociais...* e suas análises sobre a produção e reprodução total do modo de vida em sociedade, Marilda Iamamoto traz uma posição importante para pensarmos sua concepção de “questão social” nesse momento específico da sua produção teórica. Afirma que o modo de produção capitalista, considerando sua natureza e movimento, gera contradições básicas: “[...] por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio” (IAMAMOTO, 2015, p. 24, grifo meu). De outro lado, o “[...] crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da questão social nessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico” (IAMAMOTO, 2015, p. 24, grifo meu). De fato, conforme Pimentel (2012, P. 155) “[...] é no interior do modo de produção capitalista, ou seja, no processo de crescimento do capital que estão contidas as determinações essenciais que interferem decisivamente sobre a vida da classe trabalhadora”. Pela primeira vez em seus escritos, Marilda Iamamoto afirma, explicitamente, ser essa lei a base da “questão social”, deixando a contradição fundamental de ter centralidade na sua constituição, não sendo mais abordada como o mecanismo que a desencadeia. Além disso, aqui também não podemos, ainda, fazer referência à exploração, visto que para a análise do crescimento do capital, ao qual se remete Iamamoto (2015), os fatores mais importantes a serem levados em conta “[...] são a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação” (MARX, 1984a, p. 187). É claro que todo esse movimento do capital não é dissociado da exploração.

A mundialização financeira potencializa a alienação e a fetichização das relações sociais, processos inerentes ao modo de produção capitalista que marcam o trabalho e a sociabilidade sob a regência do capital; nos marcos do que Mandel (1982) qualificou como capitalismo tardio<sup>124</sup>, a financeirização radicaliza o complexo de fetichismos e exploração do

---

<sup>124</sup> A fase tardia não indica que o capitalismo tenha mudado em sua essência, portanto ainda valida os estudos de Marx e Lênin. “A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista” (MANDEL, 1982, p. 5). Mandel (1982) demarca seu início na década de 1940, com a fase expansionista de valorização do capital, decorrente da derrota da classe trabalhadora, e vincula sua possibilidade à Terceira Revolução Tecnológica. Seus principais traços são: a redução do ciclo de vida do capital fixo; a aceleração das inovações tecnológicas e; a absorção do capital excedente pelo rearmamento ininterrupto.

trabalho. Os esforços de Yamamoto (2015) se direcionam para situar as especificidades da “questão social” sob a hegemonia do capital financeiro no processo incessante de reprodução das relações sociais de produção, que é reprodução não só dos meios de produção, força de trabalho e meios materiais de trabalho, mas de suas contradições em escala global, nos termos de Lefebvre (1977). Esse capital, que se fez totalidade, subordina a sociedade e expande sua face especulativa e financeira, apagando os traços de exploração e subordinação da classe trabalhadora. Ampliam-se as contradições de classe e suas lutas, “[...] *acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais*” (IAMAMOTO, 2015, p. 53-54, grifo no original). É submersa no movimento dessa realidade concreta que se coloca a busca pela “questão social” e suas variadas expressões, objeto de trabalho do assistente social. Agora, são acrescentados ao debate da “questão social” outros elementos antes não problematizados: questões de gênero, raça, etnias, regiões e meio ambiente. *Esses fatores, agora considerados, aprofundam e agravam as condições de vida dos trabalhadores, alocados em grupos sociais específicos que atravessam e aprofundam o recorte de classe social.*

Após o fim da Guerra Fria, e sob a hegemonia norte-americana, a estruturação da economia capitalista sofre profundas mudanças em que a mundialização é “acionada” pelos grandes grupos industriais transnacionais que ocupam o mundo das finanças, resultante de processos de aquisições e fusões entre empresas em contexto de liberalização econômica e que se aliam a instituições financeiras<sup>125</sup>; estas, passam a comandar o conjunto da acumulação com o suporte dos Estados nacionais. A *financeirização* se estabelece como uma força de estruturação da economia mundial, não se reduzindo apenas à preferência do capital por atividades financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas<sup>126</sup>, mas

---

<sup>125</sup> De fato, quando se pensa nos países ditos em desenvolvimento, tais instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, possuem força suficiente para constringer os Estados nacionais, ferindo mesmo sua autonomia devido ao seu *status* de personalidade jurídica de Direito Internacional, o que lhe confere independência dos países que as constituem. (SANTOS JÚNIOR, 2010). Invadidas pela argumentação neoliberal, Harvey (2008b, p. 38) diz que: “O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros propagação e implantação do ‘fundamentalismo do livre mercado’ e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como corte nos gastos sociais, leis de mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ‘ajuste estrutural’”.

<sup>125</sup> O que explica, em parte, o não sucesso do capitalismo em não conseguir retomar as taxas de crescimento

<sup>126</sup> O que explica, em parte, o não sucesso do capitalismo em não conseguir retomar as taxas de crescimento anterior à Segunda Guerra. Segundo indica Marx (1983) em seus estudos, a primeira condição para que ocorra a acumulação é que o capitalista venda suas mercadorias e transforme *a maior parte* desse dinheiro em capital, ou seja, que ele seja investido na produção. Assim, esse dinheiro desse ser revertido na aquisição de meios de produção e de força de trabalho. Mas segundo Andersen (1995, p. 16), as taxas de incremento produtivo foram baixas nos países europeus: 5.5% nos anos 1960; 3.6% na década de 1970 e apenas 2.6% em 1980.

encontrando alicerce em seu próprio discurso, prisioneiro e reproduzidor do fetiche, como se fosse possível a criação de uma massa de rendimentos apartada da produção real, escondendo o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e desencadeando a aceleração do processo de desenvolvimento desigual entre países e em seu interior, de empresas e ramos da indústria.

O capital internacionalizado produz a concentração de riqueza, em um polo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social* (IAMAMOTO, 2015, p. 111, grifo no original).

Mas devemos fazer uma ressalva. O capital fetiche, que se fez dominante na sociedade burguesa contemporânea, amplia a polarização social expressa pela lei geral da acumulação capitalista, mas não amplia os fundamentos dessa lei que se assentam na dinamização da produção, ou da produção ampliada, o que requer a alteração da sua composição. Não que isso deixou de ocorrer, já que a dominação sobre o tempo da produção é um fator importante para o capital, mas, inversamente, o capital financeiro revela a opção especulativa em detrimento de investimentos na esfera produtiva. Há o adensamento histórico e a criação de novos mecanismos de exploração, o que permite a subtração de riquezas e sua acumulação, mas detonados sob novas formas: a ampliação do fosso social ocorre a partir de novas frentes de dominação, como na citação abaixo. Não podemos perder de vista que a lei de que se fala aqui é uma lei populacional, característica da sociedade burguesa e que surge em conjuntura de consolidação do modo de produção capitalista.

Essa polarização ampliada entre riqueza/pobreza é, de fato, própria do modo de produção peculiar ao capital. O que M. Yamamoto sugere é que nesse contexto de mundialização e financeirização essa contradição é acirrada e elevada a outros níveis, ao passo que sua natureza é escamoteada pelo capital fetiche, que quer se fazer desvinculado da produção real. Os grandes centros financeiros estão localizados em certos países, donde emanam todas as mais importantes decisões econômicas e políticas que emolduram a sociedade global e ampliam a clivagem entre nações ricas e pobres e as desigualdades no interior de cada uma. *Pontua os mecanismos catalisadores da exploração não restritos aos limites da produção, centrados na extração da mais-valia do trabalho, mas que decorre da expansão e domínio do capital especulativo:*

Ele [o capital especulativo] impõe mecanismos de ampliação da taxa de exploração via: políticas de gestão, o “enxugamento de mão-de-obra”; intensificação do trabalho e aumento da jornada sem correspondente aumento dos salários; estímulo à competição entre os trabalhadores em contexto recessivo, que dificulta a organização sindical; chamamentos à participação para garantia das metas empresariais; ampliação das relações de trabalho não formalizadas ou “clandestinas”, com ampla regressão dos direitos; entre outros mecanismos, como os aperfeiçoamentos técnicos e a incorporação da ciência e da tecnologia no ciclo de produção no sentido lato (produção, circulação, troca e consumo) (IAMAMOTO, 2015, p. 113-114).

O movimento de valorização do capital integra “[...] processos econômicos, políticos e ideológicos [...]” (IAMAMOTO, 2015, p. 114). Considerar esses elementos que constituem a totalidade do mecanismo de mundialização é importante para a compreensão da produção e da reprodução da “questão social”. Ainda segundo a autora, a gênese da “questão social” é obscurecida pela abordagem das suas múltiplas expressões, apreendidas como *questões sociais* independentes entre si, denotando um entendimento fragmentado e desconectado da realidade. Com isso, a autora converge outros elementos para se pensar a “questão social” e a sua perpetuação em nossa sociedade para além das alterações materiais ligadas à produção, considerando também as formas de consciência social que garantem a continuidade dessa sociabilidade; a alteração da composição do capital permanece como algo contínuo em todo o seu percurso histórico e a ele soma-se outras artimanhas que se referem à classe trabalhadora e a subtração de seus direitos, em um pacto renovado entre Estado e burguesia para a maximização da acumulação.

As finanças, como bem desenvolve Iamamoto<sup>127</sup> (2015, p. 123), apoiam-se nas “dívidas públicas e [n]o mercado acionário das empresas”. Os empréstimos chegam aos países em desenvolvimento que, endividados, são constrangidos a adotarem políticas macroeconômicas favorecedores do movimento irrestrito do capital mundial. Recursos monetários da atividade produtiva são drenados, via dívida pública, para a esfera financeira, que domina o Estado. Operam-se os programas de ajuste estrutural<sup>128</sup> que possibilitam o

---

<sup>127</sup> Essa análise é desenvolvida no tópico I: *Mundialização da econômica, capital financeiro e questão social*, do capítulo II do livro *Capital Fetice* (p. 108-128). Aqui, Iamamoto (2015) situa o início do regime de acumulação financeira, a partir de 1971, quando do rompimento unilateral do acordo de *Breton Woods* pelos Estados Unidos, em um contexto de grandes mudanças no capitalismo mundial. Aponta o surgimento da indústria da dívida e, ainda em 1944, o ingresso do capital financeiro no cenário econômico, com a compra de ações de grupos industriais por instituições financeiras.

<sup>128</sup> Nas explicações de Chossudovsky (1999, p. 47, grifos meus), os ajustes neoliberais apresentam duas distintas fases: “‘estabilização econômica ‘a curto prazo’ a ser seguida pela implementação de diversas *reformas estruturais* mais fundamentais (e ditas ‘necessárias’)”. A *estabilização econômica* implica desvalorização da moeda, liberação de preços e a estabilidade orçamentária; as *reformas estruturais* envolvem medidas de liberalização do comércio, a desregulamentação do sistema bancário, a privatização de empresas estatais, a reforma fiscal, a privatização das terras cultiváveis, a “diminuição da pobreza” e ao “bom governo”.

reescalonamento da dívida, mas condicionado à abertura econômica. É imposto a “[...] redução da massa salarial pública e da despesa pública, *afetando os programas sociais*, a eliminação de empresas públicas não rentáveis, *exacerbando as desigualdades de rendimentos e o aumento da pobreza*” (IAMAMOTO, 2015, p. 118, grifo meu). Disso decorre um paradoxo: se de um lado temos a retórica de defesa de um Estado democrático de direito, capaz de promover o bem estar social, ao mesmo tempo temos o sacrifício desses valores em nome do mercado, em que apenas uma focalizada e residual intervenção é aceita. É nessa linha de pensamento que Pastorini (2010) diz que, contemporaneamente, a “questão social” apresenta outras novas determinações em relação a que surgiu no século XIX, alteração possível pela dinâmica da processualidade sócio-histórica do desenvolvimento capitalista em diferentes estágios. Contudo, isso não permite que se afirme a existência de uma nova questão social, já que os componentes essenciais da “questão social” conservam sua forma essencial<sup>129</sup>.

Quanto à financeirização do setor econômico, vale frisar que a compra de ações é uma aposta de lucratividade futura das empresas em negociação. Com isso, essas instituições financeiras impõe uma vasta lista de “[...] normas de rentabilidade, exigências relativas à produtividade e à intensificação do trabalho, baixos salários, mudanças organizacionais nas estruturas produtivas, ‘flexibilidade’ das formas de remuneração etc.” (IAMAMOTO, 2015, p. 118). *Os impactos dessas medidas para o trabalho são profundos e, até o momento, irreversíveis, com desdobramentos severos nas condições de vida da classe trabalhadora.* Como consequência, verifica-se o aumento do desemprego estrutural e o retrocesso do poder sindical; amplia-se a jornada de trabalho aliada à sua intensificação; a redução do trabalho protegido traz em seu bojo a expansão do trabalho precário, subcontratado e com perdas de direitos, além do registro do aumento da rotatividade da mão-de-obra e alterações na composição da força de trabalho, com a expansão da presença de jovens, mulheres, crianças, migrantes: são formas que potencializam os efeitos da exploração da mais-valia referente à esfera produtiva e que se colocam na ampliação da concentração de capital, aumentando a contradição que é expressa na lei geral da acumulação capitalista.

Esses apontamentos se fazem necessários para situar o papel do Estado em sustentar essa estrutura específica de classe e as relações de produção. No recorte do capitalismo

---

<sup>129</sup> Em seu estudo, Pastorini (2010) aponta que a problemática da “questão social” continua sendo a mesma historicamente, se estruturando em três pilares centrais: primeiro, que a “questão social” se remete à relação de exploração entre capital e trabalho, vinculada tanto com o trabalho assalariado, como com o não trabalho; em segundo, que o atendimento à “questão social” se vincula aos problemas e grupos sociais que podem comprometer seriamente a ordem burguesa e; ela se afirma como expressão das manifestações das desigualdades e antagonismos que encontram lugar comum nas contradições da sociedade capitalista.

tardio se atribuiu ao Estado a função de administrador dos ciclos de crises, conforme Mandel (1982) e, ao contrário do que se afirma, não há um declínio do Estado<sup>130</sup>, uma redução da importância do seu papel. A sustentação das finanças, a indústria da dívida e o mercado de ações só existem com decisões políticas dos Estados e suporte das políticas fiscais e monetárias, estando na raiz da redução do padrão de vida da classe trabalhadora. Assim, como hipótese de análise, Iamamoto aponta que:

[...] na raiz do atual perfil assumido pela questão social encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais, o conjunto das classes e grupos sociais que passam a assumir o ônus das “exigências dos mercados” (IAMAMOTO, 2015, p. 124, grifo meu).

Essas políticas governamentais não geram a “questão social”, mas ao garantirem legalidade para vigência e expansão dessa forma mistificada de capital, o portador de juros, a *redimensiona* de forma inédita e radicaliza suas expressões (conforme citação destacada que segue); ao capital fictício é imprescindível a figura do Estado, como o sempre foi desde o surgimento do capitalismo, atuando em diversas frentes para manter essa ordem social. Além das condições necessárias apontadas por Mandel (1982) e de suas ações integradoras, exercidas pela ideologia através do sistema de ensino e dos meios de comunicação, atua como um sustentáculo dessa forma fetichizada de capital. A financeirização e a especulação, permitidas pela desregulamentação do capital, potencializam as contradições próprias do sistema, que tem nas relações produtivas sua gênese. Segundo a autora existe estreita relação entre a atuação dos governos, nos campos monetário e financeiro, e o movimento do capital para atuar livre de qualquer restrição e regulamentação, transferindo para a esfera financeira e especulativa valores da produção para a valorização, o que “[...] (re)configuram a *questão social* na cena contemporânea” (IAMAMOTO, 2015, p. 125).

O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na *raiz das novas configurações da questão social na era das finanças*. Nessa perspectiva, a questão social é mais que as expressões da pobreza, miséria e

<sup>130</sup> Iamamoto (2015) destaca o papel imprescindível do Estado para manter essa forma de dominação, desempenhando funções que garantem a estrutura de classes e as relações de produção. Além de apontar as defendidas pelo marxismo clássico, como em Mandel (1982), a autora destaca também as funções integradoras exercidas pela ideologia, ao lado das repressivas. Também Wood (2014), ao discutir a atual dominação imperialista estadunidense, diz que ela ocorre não por um modelo de colonização direta, mas sim pela manipulação de mecanismos econômicos. Mesmo assim, o capital global exige uma ordem política estruturada, possibilidade dada pelo Estado *global*.

“exclusão”. *Condensa a banalização do humano*, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche (IAMAMOTO, 2015, p. 125, grifo meu).

Incivilidade no atual contexto histórico do desenvolvimento da humanidade, sob o domínio do capital monetário e que transborda as condições puramente materiais e atinge a consciência e o espírito, estabelecendo novas dimensões à “questão social” em época em que se acirra a busca atroz pelo lucro em uma sociedade que condena grande parte da população a viver na pobreza absoluta e a conviver com a presença da fome; um mundo sem direitos, sem proteções. Mas devemos ponderar que, se para Marilda Iamamoto atualmente há um agravamento desse quadro social adverso em relação aos tempos áureos do capitalismo, ou mesmo sua intensificação na periferia econômica, se é que isso é possível, já que por aqui [...] sempre existiu pobreza extrema e degradante [...]” (DEMO, 1998, p. 2 apud Pastorini, 2010) que insiste em evidenciar as atrocidades sociais apenas por sua forma de existência, a banalização da vida é uma insígnia que acompanha a sociedade burguesa desde sua consolidação, como nos atesta o estudo Engels (2010), oportunidade em que detalhou as circunstâncias em que viviam os trabalhadores ingleses. Isso tem relação direta com o fato de que o trabalho sempre foi dominado e subjugado pelo capital; o período datado e geograficamente limitado dos Estados Sociais europeus foi uma exceção em toda a vigência do modo de produção capitalista. De fato, foi quase uma anormalidade do sistema produtivo, cuja complexidade para sua estruturação foi possível em condições únicas<sup>131</sup>.

É nessa mesma sociabilidade que se forjam as necessidades do trabalho, mas que só podem ser inteiramente respondidas em uma sociedade para além desta regida pelo capital, cuja edificação permitirá o desenvolvimento do homem sem as restrições impostas pelas configurações próprias desse modo de produzir e reproduzir a vida; necessidades que “[...] nascem do trabalho e *motivam uma práxis que transcende o capitalismo* e aponta para uma livre individualidade social emancipada das travas da alienação – da sociabilidade reificada –, cujas bases materiais estão sendo, progressivamente, produzidas no processo histórico em curso” (IAMAMOTO, 2015, p. 125, grifo meu). Apenas duas pontuações: como destacamos, a luta de classes permanece como componente do significado de “questão social” e; essa análise de

---

<sup>131</sup> Queremos dizer que com isso que o *Welfare State*, visto por Fiori (1997, p 205) como “[...] uma das obras institucionais que eu reputaria das mais complexas e impressionantes que a humanidade conseguiu montar [...]”, foi possível em circunstâncias históricas muito particulares e permaneceu até quando do esgotamento da fase de acumulação capitalista que se iniciou de na década de 1940. Ainda assim, investimento em políticas sociais públicas é visto pelo capital como dinheiro que não gera riqueza, desvinculado da produção e da esfera especulativa.

Marilda Iamamoto sobre a “questão social” em tempo de capital fetiche transcende a teoria marxiana, embora nela se apoie.

Pensar a “questão social”, além de a situar no tempo, apreendendo seus condicionantes e as alterações de suas expressões no trânsito histórico<sup>132</sup>, é também particularizar seu espaço, marcas próprias das nações que a conformam e a revestem de especificidades<sup>133</sup>, dado a forma e o grau de desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes. Nesse caminho é que Iamamoto (2015) se debruça sobre aspectos importantes e necessários para elucidar a história do Brasil<sup>134</sup>. Santos (2012) defende a importância do estudo articulado entre o modo de produção e a formação social, esta como a estrutura socioeconômica específica de uma determinada sociedade: pensando em suas características, expõem marcos importantes da “[...] constituição do modo de produção capitalista na formação social brasileira” (SANTOS, 2012, p. 48) como um processo longo e tardio, em uma abordagem ontológica e teórica das categorias<sup>135</sup>. A necessidade dessa compreensão está em que a consideração restrita do modo de produção não é capaz de explicar a “questão social” em toda sua complexidade, visto que as categorias *exploração* e *capital* são universais e abstratas, comum ao modo de produção de forma geral. Parte-se da unidade entre aspectos econômicos e extraeconômicos, isso quando se interpreta a categoria modo de produção não apenas como um conjunto de mediações de organização da vida material, mas também de sociabilidade, integrando aspectos morais, ideológicos, culturais. Dessa forma surge a necessidade do estudo das particularidades da formação brasileira<sup>136</sup> para identificar as particularidades da “questão social” nacional.

Segundo análise de Iamamoto (2015), o processo do desenvolvimento do Estado brasileiro é algo particularmente marcado, principalmente, pelas desigualdades, em que se atualizam traços do passado no contexto contemporâneo; assim, a modernidade das forças

---

<sup>132</sup> Segundo Netto (2011a, p. 157, grifo no original): “O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’*”.

<sup>133</sup> “[...] mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela ‘lei geral’, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. Se a ‘lei geral’ opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da *história* que a concretiza” (NETTO, 2011a, p. 161, grifo no original).

<sup>134</sup> Não iremos nos deter à revisão bibliográfica que Iamamoto empreendeu dos clássicos, como Octavio Ianni, José de Souza Martins e Florestan Fernandes. Ela retoma construções do livro *Trabalho e Indivíduo Social*.

<sup>135</sup> A dimensão ontológica trata do objeto em si tal qual ele é, em sua existência real, independentemente das noções criadas sobre ele pelo pesquisador; a dimensão teórica, ou reflexiva, é a responsável pela reprodução do objeto no nível do concreto pensado.

<sup>136</sup> Para essa exposição Santos (2012) conta com a análise de J. P. Netto, no livro *Ditadura e Serviço Social*, destacando três fenômenos que a formação do Brasil moderno, quais sejam: o caráter conservador da modernização operada pelo conservadorismo brasileiro; o processo de “revolução passiva” e; a centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro.

produtivas convive com relações retrógradas de produção<sup>137</sup>, radicalizando a “questão social” por meio de nossa modernização conversadora. Contribuem para isso, novas mediações impostas pelo mercado mundial sob o comando do capital fetiche, alterando as formas de produção e de gestão do trabalho e intervindo na relação entre Estado e sociedade. Há uma série de novos elementos *globais* a serem considerados para uma análise profícua da “questão social” no Brasil em tempos de mundialização do capital, alguns indicados abaixo:

[...] a lógica financeira do regime de acumulação tende a *provocar crises* que se projetam no mundo gerando recessão. É tributário dessa lógica o caráter volátil do crescimento que redundando em *maior concentração de renda e aumento da pobreza*, gerando um verdadeiro “apartheid social”. Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, as distâncias entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados[...]. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliada às elevadas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. *Os investimentos especulativos são favorecidos em detrimento da produção, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas* (IAMAMOTO, 2015, p. 142-143, grifo meu).

As crises, já sabemos de longa data, geram o desemprego<sup>138</sup> devido à ruptura do processo de circulação do capital, travando a produção<sup>139</sup>. Crises que marcam o capitalismo ao longo de sua história<sup>140</sup>, mas que são mais profundas e recorrentes com a financeirização do capital. Leiamos novamente a citação acima. À primeira vista, a lógica financeira, aparentemente, não tinge de novos matizes as desigualdades e contradições próprias do capitalismo. Mas o que devemos nos apropriar é que toda essa movimentação especulativa drena as riquezas para o grande capital financeiro por meio do pagamento e rolagem dos juros da dívida externa, aprofundamento um abismo entre países, e no interior destes. Além disso, a opção pela *especulação* em detrimento do investimento produtivo se equipara com a tendência capitalista da *alteração da composição orgânica do capital em seus resultados; ambas incidem*

<sup>137</sup> Isso Marilda Iamamoto já havia apresentado em sua pesquisa de campo para o processo de doutoramento. Consultar (IAMAMOTO, 2001b).

<sup>138</sup> Conforme evidenciado por Marx (2017a) em uma crítica ao *The Economist*.

<sup>139</sup> “A transformação de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento pelo qual passa um quantum de valor que deve funcionar como capital. Ela tem lugar no mercado, na esfera da circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, está encerrada tão logo os meios de produção estejam transformados em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, portanto, que contenha o capital originalmente adiantado mais uma mais-valia. Essas mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar novamente esse dinheiro em capital, e assim sempre de novo. Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital” (MARX, 1984a, p. 151).

<sup>140</sup> Segundo Netto e Braz (2012) a primeira crise data de 1825, ficando restrita quase que somente à Inglaterra. Mas desde os anos de 1847-1848, tais fenômenos adquirem caráter mundial.

*na redução da oferta de trabalho, mas sob perspectivas diversas: enquanto a primeira canaliza recursos para a órbita fictícia, já que conta com rendimentos futuros e, digamos, incertos, a segunda afeta o mercado de trabalho por justamente operar o aumento da capacidade produtiva do trabalho, o que aparece como força produtiva do capital, diminuindo a necessidade média de trabalhadores que são excluídos do processo produtivo.* Esses são pontos em que a mundialização do capital fetiche traz novas determinações à “questão social”, ampliando a disparidade entre os polos inconciliáveis de pobreza e riqueza e a exponenciação da superpopulação relativa; a retração dos direitos e das políticas públicas, também marcas dessa época, agudizam a vivência das expressões da “questão social” por parte da classe trabalhadora por aqueles serem elementos que impactam realidades em alguma medida, embora sejam intervenções que estão longe de alcançarem a estrutura da sociedade capitalista. A “questão social” deve ser pensada intimamente ligada ao processo de produção e seu desenvolvimento, que também é processo de valorização e acumulação do capital, englobando a totalidade do modo capitalista de produção e suas contradições. *Mas, se por um lado, destacamos que o processo produtivo e seu desenvolvimento devem ser considerados sob dois aspectos; a exploração e sua intensificação e a formação da superpopulação relativa, são justamente sobre eles que a mundialização incide, exponenciando a “questão social” e suas manifestações.* Tanto é que nesse cenário, como aponta Iamamoto (2015, p. 144), a velha “questão social” metamorfoseia-se, evidenciando a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que as movimentam. E “questão social” que se reproduz de forma ampliada mundialmente, não apenas nos países pobres, ao passo que as lutas proletárias, apesar de sua debilidade em certos sentidos<sup>141</sup>, se fazem presentes no cotidiano.

Ancorada em Mészáros, Pimentel (2012) entende que o *desemprego crônico* no conjunto dos países do globo, tido como um limite absoluto do capital, tem uma “[...] relação mais direta ao agravamento do problema do pauperismo na atualidade, dada sua articulação com o fenômeno da fome e do trabalho supérfluo na sociedade capitalista” (PIMENTEL, 2012, p. 105). Já Pastorini (2010) considera a crise estrutural do capital, mas para situar a globalização como uma estratégia estadunidense para o alcance do poder econômico mundial, processo que alterou profundamente o mundo do trabalho, tanto na organização do processo de trabalho quanto na organização dos trabalhadores e nos direitos conquistados, e que pode ser sintetizado pela *flexibilização*: a contratação precarizada dos trabalhadores é caracterizada por baixos

---

<sup>141</sup> Uma das grandes dificuldades é lembrada por Netto (2015c) e se refere ao internacionalismo do proletariado: segundo ao autor, a formação de uma consciência de classe que escape os limites e efeitos corrosivos das ideologias nacionalistas ainda se coloca como um projeto, não como processo em curso.

salários e frágil acesso à políticas sociais. Além disso, “Todas essas mudanças vêm acompanhada do aumento do *desemprego*, problema que se faz presente no mundo inteiro” (PASTORINI, 2010, p. 41, grifo no original). Contudo, quando pensamos na particularidade brasileira, não podemos encarar esse desemprego como algo recente – essa expressão da “questão social” foi elegia por Santos (2012) para desenvolver seu estudo sobre o Brasil<sup>142</sup>. Convergindo as particularidades do capitalismo na formação social brasileira e a dinâmica do mercado de trabalho em sua pesquisa, a autora identifica os delineamentos da exploração do trabalho pelo capital: “[...] emergem a *flexibilidade estrutural do mercado de trabalho* e a *precariedade na estrutura de ocupações* como particularidades do desemprego e, portanto, da ‘questão social’, no caso brasileiro”, características com forte relação com “[...] a *alta rotatividade no uso da mão de obra* [...]” (SANTOS, 2012, p. 19, grifos no original). Especificidades do mercado de trabalho no Brasil que em outros países, como pontuam as outras autoras nesse mesmo parágrafo, são fenômenos associados à crise dos anos 1970: o desemprego por aqui adquire o perfil de desemprego estrutural

A “questão social” é indissociável da sociabilidade burguesa e, particularmente, das configurações do trabalho e do Estado no recorte da expansão monopolista. A “gênese” da “questão social” está no “[...] caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”, reafirma Iamamoto (2015, p. 156). Aqui, evidencia a centralidade do trabalho para a conformação da “questão social”, conectada que está ao surgimento do “trabalhador livre”, e que condensa o “[...] conjunto das desigualdades e lutas sociais [...]” próprias da dinâmica contraditória das relações sociais e que se intensificam em tempos de capital fetiche. Retomando o ponto anteriormente iniciado:

As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto *determinantes históricos objetivos* que condicionam a vida dos indivíduos sociais, *quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história*. Ela expressa, portanto, *uma arena de lutas políticas e culturais na disputa de projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2015, p. 156, grifo no original).

---

<sup>142</sup> Essa prioridade é duplamente justificada pela autora: primeira, a impossibilidade de realizar um estudo aprofundado de todas as expressões da “questão social”; segundo, em decorrência da centralidade que a exploração desempenha como determinante da “questão social”. “Além disso, ele é resultante mais direta da ‘superpopulação excedente’ em relação às necessidades de valorização do capital, nos termos da ‘lei geral da acumulação’” (SANTOS, 2012, p. 46).

A totalidade dessas dimensões adquirem traços específicos em distintas configurações do espaço/tempo, respeitando os locais em que se constituem, se expressando, portanto, de formas distintas. Mas destacamos que essa dimensão subjetiva a que se refere Marilda Iamamoto não é priorizada por Marx na sua elaboração da Lei Geral da Acumulação Capitalista, centrada nos aspectos objetivos. Ao evidenciar uma potencialização contemporânea dos determinantes da “questão social”, e que são expressos na lei geral da acumulação capitalista e no aumento tendencial da população no seu âmbito, já identificados por Marx, Iamamoto (2015) diz sobre o progresso da acumulação, em que o aumento da produtividade do trabalho se torna sua alavanca e resultado, oportunizada por uma alteração na composição do capital que reduz o tempo socialmente necessário à produção. Com a ampliação do tempo de trabalho excedente e a substituição de trabalho humano pela maquinaria, forma-se uma superpopulação relativa às necessidades do capital, em que se inclui o *pauperismo*, considerando que a existência do “trabalhador livre” torna o sujeito um *pobre virtual*<sup>143</sup>; “É a lei particular de população desse regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo” (IAMAMOTO, 2015, p. 157) – a lei geral da acumulação é apreendida como uma lei populacional, elementos que entendemos ser um ponto chave para a explicação da “questão social”, não somente a partir da superpopulação relativa, mas também pelo prisma da exploração. “Em síntese, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista” (IAMAMOTO, 2015, p. 158), em que a população cresce mais rápido do que a necessidade de seu emprego para a valorização do capital, criando os polos irreconciliáveis de miséria e riqueza, “[...] encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2015, p. 159, grifo meu).

A interpretação sobre a determinação nuclear da “questão social” não esquivava da consideração do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob a regência do capital, cujo interesse na acumulação se reveste necessariamente da dinamicidade produtiva através da incorporação da tecnologia. A superpopulação relativa e a rachadura social entre as

---

<sup>143</sup> “No conceito de *trabalhador livre* já está implícito que ele é pobre: virtualmente pobre. De acordo com suas condições econômicas, ele é simples *capacidade de trabalho viva*, ou seja, dotado igualmente das necessidades da vida. Estado de necessidade em todos os aspectos, sem existência objetiva como capacidade de trabalho para sua realização. Se o capitalista não pode utilizar seu trabalho excedente, o trabalhador não pode executar o seu trabalho necessário; não pode produzir seus meios de subsistência. Não pode obtê-los, então, pela troca; ao contrário, só os obtém, quando é o caso, pelas migalhas da renda que lhe caem como esmola. Como trabalhador, só pode viver à medida que troca sua capacidade de trabalho pela parte do capital que forma o fundo de trabalho. Essa própria troca está ligada a condições contingentes *para o trabalhador* e indiferentes em relação ao seu ser *orgânico*. Ele é, portanto, *pobre* em potência” (MARX, 2011b, p. 806-807).

classes é resultado direto do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho social e seu monopólio pelos capitalistas, o que potencializa a exploração. E todo esse processo é caracterizado de conformismos e rebeldias; Iamamoto (2015) destacada a importância das lutas de classes como um elemento constitutivo para abordar a “questão social” em sua totalidade.

É importante lembrar que foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, *extrapolando a questão social para a esfera pública*. Os conflitos sociais passam a exigir a interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais (IAMAMOTO, 2015, p. 160, grifo meu).

A desigualdade social adquire caráter político à medida que ameaça à paz necessária à reprodução social conforme os interesses capitalistas. Assim, “O problema do operariado, com sua miséria, sua insatisfação e suas lutas urbanas, põe em pauta a ‘questão social’” (PIMENTEL, 2012, p. 154). A “questão social” é apreendida se consideradas as lutas e confrontos sociais, que irrompem a realidade social e se colocam no cotidiano das classes sociais, cujos projetos distintos de sociedade movem o percurso histórico. Mas como já problematizado anteriormente, e destacado na citação acima, *a luta de classes não produz tais contradições, mas as estabelecem como problemas sociais e as escancaram no cenário público como elementos presentes na sociedade capitalista, evidenciando o inconformismo da classe operária frente às suas condições de vida e de trabalho*.

Iamamoto (2015) destaca, ainda, que a “questão social” não é algo recente, datada quando da erosão dos Estados Sociais europeus, mas que está inscrita na natureza das relações sociais capitalistas, embora na contemporaneidade se reproduza sob novas mediações históricas, espraiando-se em expressões inéditas que envolvem todas as instâncias da vida. É alvo de processos de naturalização e intensa criminalização, atualizando o binômio assistência focalizada/repressão e, também, de uma abordagem pulverizada em que suas expressões se autonomizam de forma independente, originando as várias “questões sociais”, em que “problemas sociais” se tornam problemas individuais. E, embora seja entranha ao universo marxiano, evidencia processos sociais que estão no centro das análises de Marx sobre a sociabilidade do capital, sendo “[...] apreendida como *expressão ampliada da exploração do trabalho e das desigualdades e lutas sociais dela decorrentes*: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2015, p. 162, grifo meu).

Mesmo que a “questão social” evidencie hoje “[...] a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que a sustentam”

(IAMAMOTO, 2015, p. 164), e considerando todos os apontamentos já elencados – a prevalência da lei geral da acumulação capitalista, a alteração da composição técnica do capital, a existência da superpopulação relativa, o aumento da exploração, os novos configuradores do panorama social em estágio de mundialização do capital, como o papel do Estado e do capital especulativo e da luta de classes na sociedade, ao definir ao definir a “questão social” Iamamoto (2015) retoma sua formulação dos anos 1980.

*A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma relação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 2015, p. 168, grifo meu).*

Aqui, a autora volta a definir a “questão social” como *luta de classes*, embora não prioritariamente, sendo o elemento que a eleva as consequências da industrialização e exploração à esfera pública, agora tomados como problemas sociais: isso porque a citação acima está, de certo modo, deslocada do estudo original, em que era afirmada a centralidade da luta de classes na composição do termo por frases diretas e sem margens para questionamentos. Mas se considerarmos a definição inserida na exposição originariamente mais ampla, esse fator deve ganhar destaque. A manifestação da contradição social, exigindo o reconhecimento do proletariado como classe social e outra qualidade de intervenção para além das destacadas, são as lutas sociais. Essa intervenção exigida, e que deve ser uma proposta diferente da caridade e da repressão, é possível mediante a execução das políticas sociais via operacionalização dos serviços sociais pelos assistentes sociais, cuja proximidade com os trabalhadores atendidos permite o desempenho de sua função ideo-política, necessária para a reprodução das relações sociais de produção. Se pensarmos por outro lado, e principalmente após a segunda metade da década de 1990, essa atuação profissional pode resultar em uma perspectiva mais direcionada ao fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito político e à manutenção e ampliação de direitos.

## 2.5 A IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ PAULO NETTO: A EXPLORAÇÃO NO CENTRO DA SOCIEDADE BURGUESA

Talvez, juntamente com Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto seja o autor mais referenciado no Serviço Social brasileiro. Além de textos fundamentais sobre o debate e a história da profissão, o autor também se dedica a escritos fortemente embasados e direcionados à crítica da economia política, fielmente vinculado à teoria marxiana. Netto traz outros elementos não contemplados, ou não aprofundamentos, por M. Iamamoto sobre a emergência e o surgimento do Serviço Social, considerando o processo histórico do desenvolvimento capitalista. Analisa a gênese da profissão em um momento muito específico do capitalismo mundial, em que convergiram vetores necessários à sua demanda, e a tematiza numa conjuntura nacional posterior ao contemplado na primeira produção de Iamamoto, conjunta com Raul de Carvalho.

O intelectual esteve presente em momentos de grande importância para o amadurecimento do Serviço Social, contribuindo teoricamente para o registro e o debate de assuntos que moldaram a profissão ao longo dos anos, como o Movimento de Reconceitualização, cujas direções foram detalhadamente por ele expostas, além da sua participação na construção do Projeto Ético-Político Profissional. Apesar da vasta produção bibliográfica, nesse trabalho nos deteremos somente a dois títulos por considerarmos os mais utilizados na academia pelo curso de Serviço Social; pelo que entendemos, Netto não se dedica a formular e defender uma noção de “questão social”, mas a problematiza de forma mais objetiva, sem margens para tantas aberturas interpretativas.

## 2.6 CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA SOBRE A PROFISSÃO DADA PELO MOVIMENTO DO CAPITAL GLOBAL

O primeiro título de J. P. Netto a ser considerado é o *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, publicado no ano de 1992. Esse livro constituiu a primeira parte de sua tese de doutoramento pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Teve como objetivo analisar a emergência sócio-histórica do Serviço Social como profissão na sociedade burguesa em sua fase monopolista<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> Devemos nos atentar que a teoria da emergência da profissão na sociedade burguesa, particularizando o contexto do trânsito entre o capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, momento em que combinam fatores para o surgimento do Serviço Social, se restringe à Europa. Aqui no Brasil, a profissão surge anteriormente ao nosso ingresso na era dos monopólios, que por aqui data da passagem da década de 1950 para a década de 1960. No caso europeu a transição de fases do capitalismo se efetiva na virada do século XIX para o XX.

e o desvelamento de seu sincretismo teórico e ideológico, temas abordados nos dois capítulos do livro.

A primeira indicação sobre a noção em Netto (2011c) aparece logo no início do capítulo I; ao relacionar o surgimento do Serviço Social, como prática institucionalizada e socialmente legitimada, à “questão social”<sup>145</sup>, algo já fortemente estabelecido entre os estudiosos de sua gênese, independentemente de suas vinculações teóricas, diz que:

Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional, não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as *mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização*, tal como este se revelou no curso do século XIX (NETTO, 2011c, p. 17, grifo meu).

Delimita, pois, o aparecimento da “questão social” como consequência direta desse modo de produção e de seu pleno desenvolvimento; são os desdobramentos da emersão e da consolidação dessa forma de (re)produzir a vida que atingem a classe do proletariado. Contudo, aqui Netto (2011c) ainda não fundamenta a “questão social”, não demarca suas engrenagens sociais, mas indicada que ela se coloca na realidade social por meio de suas refrações. Mas se a “questão social” emerge como consequência da ascensão histórico-social e de desenvolvimento do capitalismo como modo de produção, fato condensado no aumento da urbanização e industrialização, é só cerca de pouco mais de meio século mais tarde que as condições necessárias se colocam suficientemente maduras para o surgimento do Serviço Social.

A passagem do capitalismo de recorte concorrencial para a era dos monopólios, ou para o estágio imperialista, como quer Lênin, no final do século XIX, marca uma incrível mudança na sociedade europeia, com alterações econômicas que, além de atualizarem e intensificarem as contradições próprias do modo de produção, deflagraram novos vetores próprios a esse período, com o necessário reposicionamento político das classes sociais e do Estado, agora refuncionalizado para atuar no campo estratégico como um “[...] administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 2011c, p. 26), numa imbricação de funções

---

<sup>145</sup> Pontuando que essa vinculação entre o Serviço Social e a “questão social” não é algo automático e sustentável de explicação apenas por esses elementos; as particularidades da gênese da profissão devem ser apreendidas considerando o “tratamento” daquela na sociedade burguesa em contexto de capitalismo monopolista, em que a dinamicidade social urgiu a intervenção estatal pelas contradições detonadas na realidade e pelo protagonismo do proletariado europeu.

políticas e econômicas<sup>146</sup>. Um novo elemento necessário à continuidade da acumulação e valorização do capital no período monopolista é a forma emergente de responder às necessidades e a presença política do trabalho, o que urgiu o redimensionamento da intervenção estatal frente à essa nova conjuntura.

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as *sequelas da exploração da força de trabalho* respondia básica e coercivamente às *lutas das massas exploradas* ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a *preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem* [...] (NETTO, 2011c, p. 26, grifo meu).

Destaque: as expressões da exploração do capital sobre o trabalho, com incidências nas condições de vida e de trabalho do proletariado, são o motor da luta dos trabalhadores; é sobre esses dois elementos que o Estado direciona sua intervenção, compreendendo os limites registrados em um primeiro momento, mas que foram substancialmente alterados no final do século XIX. Aqui, entendemos que a *exploração é o centro da “questão social”*, é o fator que se encontra em seu núcleo, sendo responsável também por sua reprodução, e que é elevada à esfera política quando dos confrontos de classes na busca do proletariado pelo reconhecimento de seus direitos e, também, denunciando as suas refrações como consequência dessa exploração e que incidem em diferentes âmbitos de suas vidas.

O Estado deve buscar legitimidade no jogo político para garantir sua atuação a favor da burguesia, sendo obrigado a incorporar demandas da classe trabalhadora, generalizando e institucionalizando direitos e garantias cívicas, o que lhe assegura a organização de um consenso para exercer suas funções em um panorama social com intensa capacidade de organização e luta do proletariado. Embora as demandas da classe trabalhadora sejam absorvidas no exato limite em que podem ser refuncionalizadas para a manutenção dos superlucros, é nessas condições sumariadas que as sequelas da “questão social” se tornam alvo de uma intervenção sistemática e contínua da ação estatal, via *políticas sociais públicas*<sup>147</sup>.

<sup>146</sup> Ambas ideias já expostas por Mandel (1982): consultar capítulo XV, O Estado na fase do Capitalismo Tardio.

<sup>147</sup> Segundo Netto (2011c), esse tipo específico de intervenção direcionada sobre as sequelas da “questão social” só foi possível com o ingresso do capitalismo na idade do monopólio, expressando o maior exemplo da conjugação das funções políticas e econômicas do Estado próprio da sociedade burguesa madura: “Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da ‘questão social’ de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (NETTO, 2011c, p. 30). Dessa forma, o Estado executa suas funções ligadas à força de trabalho, sua manutenção e controle, para além da pontualidade e coerção.

Conforme Pastorini (2010), durante o transcurso do século XIX o mundo passou por grandes transformações, margeadas por lutas e resistências dos trabalhadores em torno da pauta dos direitos, principalmente o direito ao trabalho. Como o direito a viver *do* trabalho implica o direito à propriedade, a burguesia buscou um estratégia engenhosa: diante de incapacidade de garantir o direito de viver do trabalho (direito ao trabalho), engendrou o livre acesso ao mercado de trabalho (direito de trabalho) para, posteriormente, proteger o direito à assistência possibilitada pelo trabalho: “A partir de então o Estado começa a cobrir os riscos que tem consequências negativas para o ‘interesse coletivo’, por constituir uma ‘ameaça à coesão social’” (PASTORINI, 2010, p. 110-111). Seguindo esse pensamento, aqui temos mais uma indicação do que Netto (2011c) vai classificar como “questão social” quando da comparação de medidas interventivas entre os dois distintos estágios do capitalismo, e com estreita ligação com a citação acima:

No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que *motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa* ou, no limite, *colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital* – condições *externas* à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como que se *internaliza* na ordem econômico-política (NETTO, 2011c, p. 29-30, grifo meu).

Tal e qual anteriormente destacado, queremos enfatizar a motivação das lutas: se na citação anterior eram as “sequelas da exploração da força de trabalho, que se expressa através de variadas formas na vida dos trabalhadores, agora é a própria “questão social”, o que evidencia a correspondência entre um e outro elemento. E mobilização trabalhadora que representa e estabelece riscos à continuidade da sociedade burguesa pelos próprios conflitos que sintetizam a intenção de ruptura e superação do capitalismo, com vistas à construção de uma nova ordem social. A “questão social” não é interpretada estritamente como a luta social do proletariado, embora não possa ser pensada apartada desse elemento, mas traz em seu universo o fator que a fomenta e a impulsiona na realidade cotidiana; *aqui, seu fundamento de ser é apreendido como a exploração, da qual a sociedade burguesa não pode se abster para se manter vigente, cujas sequelas negativas se apresentam nos variados setores da vida do trabalhador, já que explorado, com graus e intensidades distintos, como paradoxos resultantes dessa sociabilidade*. Exploração do trabalho e luta de classes: esses dois fatores expressam certo consenso na construção do conceito, segundo Santos (2012):

Conforme o afirmam as várias produções do Serviço Social no campo marxista, entender a “questão social” é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro lado, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face dessa premissa central à produção e reprodução do capitalismo (SANTOS, 2012, p. 133).

Santos (2012) ainda nos alerta sobre a necessidade de investigação sobre suas diversas expressões enquanto categorias, manifestações realmente existentes da “questão social”, respeitando suas formas de ser como fenômenos singulares, mas também universais, “[...] cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social” (Santos, 2012). O trabalho deve ser considerado quando se reflete a “questão social”, mas devemos ponderar que não o trabalho sobre o qual se edifica o ser social, o *trabalho útil*, mas sim o trabalho abstrato, produtor de mercadorias, que na sociedade burguesa adquire o perfil de assalariado.

Ainda segundo Netto (2011c), a intervenção do Estado via políticas sociais, como forma de administrar as sequelas da “questão social”, a fragmenta, já que pensá-la “como problemática *configuradora* de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à *relação capital/trabalho* – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (NETTO, 2011c, p. 32, grifo meu). Com isso, a “questão social” não é um elemento passageiro ou eliminável, mas uma constante que molda e incide sobre a realidade social em que ela própria é reproduzida e na qual os indivíduos estão inseridos. Essa determinação é pensada pelo autor justamente pela relação, diga-se conflitante, entre as duas categorias econômicas do modo de produção capitalista. E pensar a “questão social” pela ótica da relação capital/trabalho não é divergente com a interpretação anterior, que estabelece sua centralidade na exploração, pois é justamente esta a relação estabelecida – a própria relação social de produção, e as bases sobre as quais ela se alicerça, é o núcleo da “questão social”. Harvey (2018), ao discorrer sobre a produção de mercadoria e produção de mais-valor, sintetiza esse fato de forma clara:

[...] precisamos admitir algo que ocorre na esfera oculta da produção. O que é produzido lá não é apenas uma nova mercadoria material, é também uma *relação social de exploração da força de trabalho*. A produção capitalista tem um duplo caráter. *Implica não apenas a produção de mercadorias materiais para o uso, mas também produção de mais-valor para benefício do capitalista*. No fim do dia, os capitalistas se importam apenas com o *mais-valor* que será realizado na forma de lucro monetário. São indiferentes às mercadorias que produzem (HARVEY, 2018, p. 23-24, grifo meu).

Pela exposição de Netto (2011c), pensar a “questão social” no capitalismo, e o enfrentamento particular de suas expressões no capitalismo monopolista, é se ater, indubitavelmente, sobre a *exploração* e as *lutas de classes*. O traço explorador do capitalismo impõe certas dinâmica e consequências para a sociedade, frente as quais a classe proletária se organiza e se mobiliza, exigindo o reconhecimento de direitos e intervenção de *caráter público*<sup>148</sup>. Assim, se para problematizarmos o surgimento do Serviço Social devemos ir além do imediatismo, que privilegia apenas sua conexão direta com a “questão social”, pensar as formas de intervenção estatal na era dos monopólios, nos referindo ao seu modelo mais canônico, as políticas sociais, é nos atermos às lutas de classes, cuja consideração nos impede de uma interpretação a-histórica de identificar o Estado como uma espécie de agente social neutro e os sujeitos como seres inertes na realidade, incapazes de alterarem conscientemente os rumos da história.

Se o pauperismo é resultado e se coloca na cena diária inglesa após a Revolução Industrial do final do século XVIII e a “questão social” ganha notoriedade política, sobretudo por volta da década de 1830, é somente com a passagem de cerca de duas décadas que a “questão social” vai ser alvo da ação da classe trabalhadora para além de sua politização contra a visão conservadora; é o momento que o proletariado visualiza claramente sua solução no vetor revolucionário, ou seja, dependente da luta de classes conscientemente orientada a esse fim. Esse processo histórico tem sua largada com os desdobramentos dos embates de 1848 quando, segundo nos esclarece Netto (2011c, p. 55, grifo meu), “[...] o proletariado *começa* a construir a sua *identidade* como protagonista histórico-social consciente”; é no momento específico que se configuravam os vetores necessários à transitoriedade entre os estágios capitalistas, do concorrencial ao monopolista, que a “questão social” é colocada em seu lugar de ser, “[...] o do *antagonismo* entre o capital e o trabalho<sup>149</sup>, nos confrontos entre seus

---

<sup>148</sup> A intervenção contínua e sistemática do Estado, no desempenho de sua função coesiva, sobre as manifestações da “questão social” incidiu negativamente sobre os preceitos liberais, *perturbando* mesmo um de seus componentes, o *ethos* individualista, quando consideramos os direitos sociais, necessários para a legitimação das políticas sociais. Mas isso não foi suficiente para erodir o liberalismo: no monopólio, o enfrentamento público das refrações da “questão social” incorpora o individualismo liberal. As ações públicas criadas não excluem a responsabilização individual, em última instância, pelos êxitos ou fracassos do sujeito. Isso explica a atuação do Estado burguês nesse momento, que corta e recupera o ideário liberal “[...] *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por eles afetados. Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da ‘questão social’ vem acompanhado de um reforço da aparência da natureza privada de suas manifestações individuais” (NETTO, 2011c, p. 36, grifo no original). Isso ganha concretização através da *psicologização* da vida social, própria do monopolismo, que encontra respaldo numa vertendo do pensamento conservador, o *positivismo*.

<sup>149</sup> *Antagonismo* entre classes que deve ser compreendido pelas lentes *dos projetos sociais que disputam a direção da sociedade*, perfilados por propostas radicalmente conflitantes: se à época do ingresso no monopólio a organização proletária euro-ocidental é balizada por “um *projeto anticapitalista*, referenciado por uma *prospecção socialista* e uma *prática sindical classista*” (NETTO, 2011c, p. 59, grifo no original), a burguesia permanece com

representantes [...]. Temos, pois, um inteiro redimensionamento histórico-social e político da própria ‘questão social’ na emersão do ordenamento monopólico” (NETTO, 2011c, p. 59-60). Segundo Netto (2011c), o estágio imperialista faz crescer de forma radical as refrações da “questão social”, invadindo mesmo todos os campos da vida em sociedade, embora essa projeção já se colocasse, em menor escala, no capitalismo concorrencial<sup>150</sup>.

Portanto, a “questão social” no *Capitalismo monopolista e Serviço Social* é abordada, por um lado, a partir do ângulo da *exploração do capital sobre o trabalho assalariado*. É a particularidade das relações sociais no modo de produção capitalista, o que requer atenção para a propriedade privada e a formatação do trabalho, que detona as várias consequências dessa sociabilidade e que se espriam nos diversos aspectos da vida dos sujeitos que são constringidos a venderem sua força de trabalho para sobreviverem. Para além disso, se desponta na superfície da sociedade a insatisfação e a indignação da classe proletária sobre suas condições de vida e de trabalho, fomentando, articulando, organizando e promovendo a *luta de classes* em prol de uma ruptura substancial dessa sociedade e a superação da divisão de classes sociais – “[...] é a dimensão política medular da ‘questão social’ [...]”, objeto alvo da política burguesa no sentido de seu disfarce, de sua despolitização. Esses são os dois elementos indissociáveis que conformam a “questão social” apresentados por Netto (2011c), mas que devem ser compreendidos integrados e envoltos em uma dinâmica mais complexa que a indicada nessas poucas páginas.

## 2.7 CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Texto conciso, mas repleto de informações importantes e interessantes, *Cinco notas a propósito da “questão social”* é amplamente conhecido e utilizado como referência recorrente no meio acadêmico do Serviço Social brasileiro. Foi inserido como apêndice na terceira edição do *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, em 2001, sendo publicado originalmente na revista *Temporalis*, em edição do mesmo ano<sup>151</sup>. Aqui, J. P. Netto se dedica

---

seu projeto *conservador* por mais que redimensione sua estratégia de dominação, combinando “conservantismo e reformismo integrador” (NETTO, 2011c, p. 60).

<sup>150</sup> Netto (2011c) nos informa que as alterações sofridas pelo capitalismo em nada comprometem as análises elementares de Marx sobre a sociedade burguesa – o que ocorre é um aprofundamento das contradições que marcam tal sociedade: “[...] o capitalismo recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizando de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana” (NETTO, 2011c, p. 19).

<sup>151</sup> Essa edição da *Temporalis* (Ano III, nº 3 – janeiro a junho de 2001) veio a público quando da aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Serviço Social, em que a temática “questão social” se estabelece como um eixo que orienta o novo currículo e o debate sobre o exercício profissional.

com mais afinco à “questão social”, situando-a de forma mais delimitada no espaço e tempo e problematizando seu significado e suas profundas raízes inerentes à sociedade capitalista, pontos não desenvolvidos no livro indicado anteriormente, já que seu foco de análise era o surgimento da profissão Serviço Social em um momento histórico específico do capitalismo. Ainda na primeira metade do século XIX muito se discutia sobre a intensa miserabilidade da população inglesa, mas de forma a não entender a própria organização social: Netto nos apresenta a leitura da “questão social” atrelada à leitura da sociedade burguesa, portanto, do capital.

Admite Netto (2011a) que a “questão social” não encontra uma única significação, tendendo a múltiplos entendimentos e interpretações a partir de diferentes posicionamentos políticos e perspectivas teóricas; a expressão teria primeiramente sido usada por volta da década de 1830, de forma politicamente indistinta. Foi cunhada para designar o inédito fenômeno do *pauperismo* inglês como resultante da Revolução Industrial, que teve início no final dos anos 1700, e o ingresso do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. A pauperização absoluta acompanhava o desenvolvimento da sociedade burguesa e constrangia os trabalhadores de tal forma que punha em risco sua própria sobrevivência. A profunda pobreza ganhava outra dinâmica e se generalizava na mesma proporção em que aumentava o poder da produção social de riqueza; “*a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (NETTO, 2011a, p. 153, grifo no original), isto é: a produção de valores, não destinados ao desfrute de todos os indivíduos, possibilidade que se abriu pelo destrave da produção material de épocas precedentes.

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (NETTO, 2011a, p. 154, grifo no original).

Essa nova pobreza, inédita na história da humanidade, não decorria da impossibilidade de produção, mas do fato de que o desenvolvimento das forças produtivas estava destinado ao atendimento das necessidades de reprodução do capital, embora ainda não houvesse a compreensão teórica para evidenciar os mecanismos estruturais da produção e reprodução da totalidade da vida nessa sociedade. E como nos alerta Netto (2011a), essa designação de “questão social” está na relação direta com a real ameaça que a luta do proletariado impunha à vigência da ordem burguesa, pois sem tal *perturbação* social a

burguesia não veria a miséria crescente como um problema a ser respondido: “Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’” (NETTO, 2011a, p. 154). *Percebamos, como indicado no grifo do parágrafo acima e também na citação, que o pauperismo, ou “questão social”, está hipotecado, mas não somente, ao desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade comandada pelo capital.* Esse elemento é investigado por Pimentel (2012), que traz a exposição dos métodos capitalistas de acumulação marxianos. Quando se aborda a “questão social” os fatores *privilegiados* são a exploração e a luta de classes, conforme indicamos em Netto (2011a) e Santos (2012). A título de exemplificação do que queremos indicar, tomemos Pastorini (2010) como referência. Tal e qual os dois autores imediatamente citados, diz que a “questão social”, desde suas primeiras formas de manifestações, se apresenta “[...] estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social” (PASTORINI, 2010, p. 113), contemplando os dois determinantes priorizados pelo debate acadêmico. Ainda a autora diz que:

A industrialização, violenta e crescente, engendrou importantes núcleos de população não só instável e em situação de pobreza, mas também miserável do ponto de vista material e moral. Poder-se-ia dizer que, em definitivo, tratava-se de uma questão de pauperismo, e por isso ela *deve* ser pensada tendo em consideração os *processos estruturais que dão sustentação às desigualdades e aos antagonismos próprios da ordem burguesa*; dessa forma, vincula-se necessariamente ao aparecimento e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no mundo da política (PASTORINI, 2010, p. 113, grifo meu).

O processo de industrialização é visto situado em uma sociedade de classes caracterizada por um tipo específico de exploração, fundada na propriedade privada dos meios de trabalho, na qual os sujeitos são obrigados a *venderem* sua força de trabalho no mercado, já que a riqueza produzida é privadamente apropriada, determinações que criam esse abismo social entre as classes. Essa industrialização não deve apenas ser situada e apreendida objetivamente pela capacidade da produção social, mas que ela própria se torna uma força motriz violentamente forte e suficientemente capaz de *aprofundar* as relações sociais de produção postas. Isso não significa estabelecer um jogo de forças para determinar prioridade de um fator sobre o outro, da exploração ou a aplicação da maquinaria a serviço do capital, mas tão somente sustentar o argumento de uma vinculação necessária entre ambos, que se nutrem e se beneficiam de forma mútua, possibilitando o domínio, até agora, irrefreável do capital.

A partir de 1848, quando se torna inegável o caráter distinto dos interesses das classes sociais em questão, a expressão “questão social” migrou para o vocabulário conservador, momento em que se esgotou o viés progressista da burguesia e se aprofundou o descompromisso intelectual com a realidade, impedindo seus pensadores de alcançarem a conexão entre economia e sociedade<sup>152</sup> sendo, portanto, naturalizada. Mas é nesse mesmo momento que os trabalhadores ascendem a outro grau da *consciência de classe*, em que o proletariado identifica a “questão social” atrelada à vigência da sociedade burguesa e a resolução da primeira na dependência direta do fim da segunda. Contudo, a compreensão teórica do seu complexo gerador só viria em 1867, com a publicação do Primeiro Livro de *O Capital*, de K. Marx. Netto (2011a, p. 157) nos esclarece sobre os fundamentos daquela pobreza extrema, que foi designado pela expressão “questão social”. A sua complexidade, para muito além do pauperismo como sua *manifestação imediata*, foi precisada com o rigoroso conhecimento do “[...] ‘processo de produção do capital’” [...]. Sua “anatomia”, está expressa na formulação d’A Lei Geral da Acumulação Capitalista: “O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ [...]” em diferentes estágios, mas com particularidades em suas manifestações, sendo aquela “[...] *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo” (NETTO, 2011a, p. 157, grifo no original). Avançava a ideia que esta pauperização não podia ser vista como individual, mas coletiva, e como tal deveria ser tratada no âmbito da classe: e a do proletariado, que não tinha nada a perder com o enfrentamento social, diferentemente da burguesia que era impossibilitada de qualquer ação substancial, pois extinguiria a si mesma. O pauperismo, então referenciado como “questão social” é, de fato, sua expressão, cujo fundamento possui a centralidade de um determinante:

A análise de conjunto que Marx oferece n’*O capital* revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a *exploração*. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediadora de componentes históricos, políticos, culturais etc. (NETTO, 2011a, p. 157, grifo no original).

Mesmo considerando o desenvolvimento do capitalismo expresso no capítulo XXIII de *O capital*, Netto (2011a) reafirma a *exploração*, de forma clara e inquestionável, *como o fator que estrutura a “questão social”, como o elemento central para a compreensão do pauperismo característico da sociedade capitalista e cuja gênese se encontra enraizada na*

---

<sup>152</sup> Aqui, é o que Lukács destaca como a “decadência ideológica da burguesia”.

*base da produção e reprodução capitalista.* Pobreza generalizada que se revela atrelada ao desenvolvimento do capitalismo; se a “questão social” encontra seunexo causal na exploração, nesta não se esgota. Para o autor, se aquela é a espinha dorsal do pauperismo, sua compreensão depende de outros elementos presentes na sociedade, *um complexo de causas*, que a gera e a perpetua. Assim, o que é característico dessa exploração, típica da sociedade capitalista, é que ela é suprimível sem a necessidade de suprimir as condições que cria a riqueza de forma crescente: “[...] a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvida as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção de riquezas” (NETTO, 2001a, p. 158). *Mas se a supressão da exploração não interfere na produção de riqueza, creditada a certo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, sua permanência possibilita a acumulação de capital. No reverso, o seu fim implica necessariamente a superação do capitalismo.* A “questão social”, pelas lentes do marxismo, “[...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2011a, p. 158) e não como problemas sociais apenas aprofundados nesses tempos ou tidos como comuns ao estabelecimento de sociedades humanas. É, de fato, um desdobramento exclusivo dessa formação econômica e social, com suas próprias dinâmicas de classe e de suas contradições.

E sociabilidade cujas estruturas estão intocadas, mantendo-se a propriedade privada e seu caráter exploratório; por isso o posicionamento de Netto (2011a, p. 160), contrário à existência de uma “nova questão social” surgida após o período de excepcionalidade do Estado Social europeu em suas diferentes edificações – esse debate se restringe a Europa, já que a “periferia” do capitalismo nunca deixou de conviver com seus dilemas. O que de fato houve, nesse período e na limitação de países nórdicos e ocidentais do continente, foi a quase a superação da pauperização absoluta, mas a vigência persistente da pobreza relativa. Com o esgotamento do padrão fordista de acumulação, alguns intelectuais descobriram a “nova questão social”. Mas o que de fato se mostra evidente são novas expressões da “questão social”, para além das manifestações tradicionais.

*A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio do seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes a intensificação da exploração que é a sua razão de ser* (NETTO, 2011a, p. 160, grifo no original).

Aqui, o autor reafirma a centralidade da exploração para o surgimento do pauperismo, como o fator que constitui elementarmente a “questão social”. Exploração que é

inerente à essa sociedade, cujo objetivo se encerra na valorização e acumulação de capitais. Na busca desse objetivo, efetiva as consequências marcadas pela *desvalorização do que é humano, pela negação da vida*. Com isso, Netto (2011a) faz uma relação entre as manifestações emergentes da “questão social” e as maneiras em que se opera a exploração. Para isso, deve-se considerar a forma atual da “lei geral da acumulação capitalista” e, também, as particularidades históricas, culturais e nacionais em que ela se realiza: *daí a necessidade e a importância de situar a “questão social” no tempo e apreender a totalidade social da particularidade em que ela opera, de que forma a exploração se efetiva e a sua dinamicidade*.

**PARTE II**  
**OS COMPONENTES SÓCIO-HISTÓRICOS DA “QUESTÃO SOCIAL” À LUZ DA**  
**TEORIA MARXIANA: A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, A**  
**EXPLORAÇÃO E A LUTA DE CLASSES**

A “questão social” não é unicausal. Há um risco eminente em tentar reconhecer um único elemento que lhe dê forma: o de desconsiderar a globalidade das relações que estruturam a sociedade burguesa. Dessa forma, a Parte II desse trabalho contemplou a fundamentação dos elementos que julgamos essenciais, já que estruturais, para compreensão da “questão social” e que possuem grande relevância na discussão do Serviço Social brasileiro. Contudo, em virtude de uma série de limitações, outros elementos foram apenas sinalizados, tais como a propriedade privada e o Estado capitalistas – esse último elemento, inclusive, surge mais nitidamente nas discussões apresentadas por Yamamoto (2015) ao se referir à radicalização do capital fetiche. A prioridade em nossa análise se limitou a três fatores: a lei geral da acumulação capitalista, a exploração e a luta de classes.

Sobre a estrutura dessa Segunda Parte do estudo, ela foi organizada em dois capítulos que visaram contemplar tais elementos para a compreensão da “questão social” a partir da teoria de K. Marx sobre a sociedade burguesa. O Capítulo I, *Marx e o Capítulo XXIII: a Lei Geral da Acumulação Capitalista, exposta em O Capital, como lei populacional específica da sociedade burguesa moderna. Análise dos distintos modelos de produção capitalista*, foi um esforço teórico para imprimir uma leitura sobre o movimento necessário ao capital de alteração de sua base técnica e como isso atinge negativamente a classe trabalhadora ao permitir que a exploração atinja uma intensidade historicamente inédita justamente por esse processo criar, junto ao aumento da capacidade produtiva do trabalho, uma superpopulação não imediatamente necessária às demandas do capital. O Segundo capítulo, *Outros elementos essenciais da “questão social”: A exploração exponenciada e a luta de classes na sociedade burguesa: (a consciência de classe)* abordou, em tópicos separados, a exploração a partir da compreensão do processo de trabalho e dos tempos que compõem a jornada de trabalho e a luta do capital para o seu controle (tópico I) e; a luta de classes no momento em que o capital atinge todo seu poder de dominação, em que a classe trabalhadora extrapola para a esfera pública as suas condições de vida e de trabalho (tópico II).

**CAPÍTULO I**  
**MARX E O CAPÍTULO XXIII: A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA,**  
**EXPOSTA EM *O CAPITAL*, COMO LEI POPULACIONAL ESPECÍFICA DA**  
**SOCIEDADE BURGUESA MODERNA.**

Nosso objetivo aqui não se reduz a uma mera exposição ou síntese desse famoso e influente<sup>153</sup> momento da elaboração teórica da obra de Karl Marx; os esforços são direcionados de forma a permitir-nos uma interpretação possível de conjugar elementos e condicionantes que ofereçam uma leitura abrangente d'*O Capital* para além de um recorte restritivo que comprometa seu amplo entendimento. Assim, as categorias e conceitos que orbitam em torno da lei geral da acumulação capitalista devem estabelecer uma explicação capaz de considerar a estrutura e as transformações do capital, e do modo de produção que é próprio de sua dominação, em um movimento analítico de abstração que, ao isolar tal objeto, o considere imerso e vinculado à uma realidade complexa e dinâmica; disso decorre a justificativa da recorrência constante aos escritos de K. Marx. Dessa interpretação, se coloca que a gênese da “questão social” é *também* dependente do e condicionada (pensando aqui sobre a intensidade das formas existenciais de sua manifestação) pelo movimento de *alteração da composição orgânica do capital*, movimento que necessariamente se vincula ao uso capitalista da tecnologia, o que efetivamente amplia a produtividade do trabalho social em níveis alcançados apenas com a grande indústria, momento em que a *exploração* do capital se aprofunda e se generaliza e, portanto, se estabelece de forma inerente e singular na sociedade burguesa, diferente de tudo o que já existiu na história da humanidade. Entendemos que esses dois elementos estão na base sobre a qual se ergue a “questão social”, como seus determinantes centrais, embora não os únicos. Agem, ambos, sobre o domínio e o controle da utilização de algo imprescindível para o capital: o *tempo*.

Inicialmente, destacamos que, apesar de toda a sua construção teórica, não foi K. Marx quem primeiro argumentou sobre o caráter contraditório do modo de produção capitalista. À exemplo, ainda que com a debilidade característica da Economia Política em não compreender e, em certo momento, negar a realidade social, Sismondi (2009), já em 1819, em seu *Novos princípios de Economia Política* (1819-1927), admitia que os resultados positivos do desenvolvimento produtivo não estavam ao alcance de toda população, demonstrando uma

---

<sup>153</sup> Ao que consta, o Serviço Social toma daqui a explicação central para a existência da “questão social”.

visão destoante a respeito do assunto<sup>154</sup>, muito embora não questionasse o *uso* capitalista da maquinaria<sup>155</sup>.

A partir de 1820 e 1830, com a centralidade histórica da luta de classes entre burgueses e proletários, é dada a largada ao processo de decomposição da Economia burguesa<sup>156</sup>. Tanto nesse momento, como no período clássico da economia política, a preocupação dos pensadores burgueses se fundamentava “nas respostas colocadas pelo desenvolvimento social do capitalismo” (LUKÁCS, 1981, p. 120). Mas, após 1848, a decadência do pensamento burguês atinge um nível mais intenso e evoca uma dominação universal; seu precursor é T. Malthus, antagonista de Adam Smith e Ricardo ainda no período da ascensão político-ideológica da burguesia. Há um rompimento com os economistas clássicos que buscavam a compreensão do movimento social sem receio dos seus aspectos contraditórios<sup>157</sup>. Se, num primeiro momento, os ideológicos da burguesia enxergavam a realidade sem conseguir apreender adequadamente a complexidade e a essência de suas contradições, tal como Ricardo que as tomam como leis naturais da sociedade (MARX, 1983), tornando-se incapazes de promover uma compreensão fidedigna da necessidade de mudanças sociais, essa situação tornou-se mais grave após a segunda metade do século XIX, quando esses problemas sociais passaram a ser banalizados<sup>158</sup>.

---

<sup>154</sup> Tanto que o próprio Sismondi (2009) admite que suas concepções se distanciam de outros pensadores da ciência econômica, como Say, Ricardo e Malthus. Daí o título de seu livro, *Novos Princípios...*, que questionava a ideia de que o aumento da riqueza beneficiaria todas as classes sociais. Segundo a tradutora do livro, Fani Figueira (2010), Sismondi “Afirma – e esta provavelmente é a ideia central de sua obra – que o aumento da riqueza é, ao mesmo tempo, aumento da pobreza. Conclui que o capital é uma riqueza que vive daquilo que o capitalista não paga ao trabalhador. Tendo chegado a este ponto, Sismondi conclui que a atual forma econômica só pode gerar sofrimento e tormento para a classe trabalhadora” (FIGUEIRA, 2010, não paginado). <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3253-fani-figueira>

<sup>155</sup> “Em meio a toda esta miséria universal, quando por toda parte o trabalhador é demitido, pois a nação inglesa cedeu seu lugar à máquina a vapor que realiza todo o trabalho que, antes, era feito por homens, ainda se oferecem prêmios aos inventores de novas máquinas, que tornarão dispensáveis também aqueles trabalhadores que ainda conseguem um ganha-pão. Parece que em meio a tantos sofrimentos se deveria abrir mão de estimular aqueles que, pelo menos no momento, não fariam senão aumentá-los ainda mais” (SISMONDI, 2009, p. 433).

<sup>156</sup> Diz Marx (1983, p. 16): “À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados”.

<sup>157</sup> Lukács (1981, p. 112) indica, ancorado em Marx, que os teóricos, com essa mudança de orientação, “evitam cada vez mais entrar em contato diretamente com a realidade, colocando, ao contrário, no centro de suas considerações, as disputas formais e verbais com as doutrinas precedentes”.

<sup>158</sup> “A diferença reside ‘apenas’ em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica, mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante o recurso ao ‘espírito científico objetivo’ ou a ornamentos românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece na imediatividade e toma ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo” (LUKÁCS, 1981, p. 120).

Fato é que o modo de produção capitalista tem como objetivo, cuja busca orienta suas alterações e estabelece suas contradições, a extração de mais-valia, a valorização do capital. K. Marx desvelou os mecanismos de produção e reprodução da riqueza social na sociedade capitalista a partir da compreensão de que a força de trabalho é uma potência que, quando acionada e colocada em movimento em um processo de trabalho, é capaz de reproduzir mais valor, além do seu próprio valor: e força de trabalho cuja potência produtiva é exponenciada pelo desenvolvimento objetivo da produção, o que aparece inversamente como força produtiva do capital. Com o despontamento da crítica marxiana à economia também estava claro que não mais haveria possibilidade de ignorar a luta de classes como elemento atuante no desenvolvimento social, caso as relações sociais fossem problematizadas a partir da economia<sup>159</sup> (LUKÁCS, 1981).

Esse capítulo se destina a uma introdução sobre esse caráter contraditório do capitalismo. Está organizado de forma a evidenciar as alterações materiais do modo de produção como essenciais para a consideração sobre a “questão social”. O tópico *A extraordinária produtividade do trabalho social sob o comando do capital: o uso da maquinaria e a prescindibilidade do trabalho humano conforme análise marxiana*, centrou a discussão na incessante dinamização da produção material como processo necessário ao capital para estabelecer sua completa dominação, de onde emana a contradição expressa na Lei de que trata Marx no capítulo XXIII do Livro I d’*O Capital*. Os dois subitens do capítulo, *A acumulação capitalista: descrição e considerações sobre o primeiro modelo* e *A acumulação capitalista: descrição e considerações sobre o segundo modelo*, teve a intenção de demonstrar, fundamentados essencialmente na abordagem marxiana, o movimento histórico do capital para se impor como relação social dominante na sociedade burguesa madura, processo no qual foi imprescindível uma alteração material em toda a estrutura do capitalismo, o seu modo de produção. Busca evidenciar que certo patamar da exploração capitalista não pode ser dissociado da grande transformação desencadeada na Inglaterra no final do século XVIII, agindo mesmo como seu catalizador. Não se trata, evidentemente, de medir a primazia de um ou outro elemento, da exploração ou da alteração da composição orgânica do capital, muito menos uma tentativa de equalizá-los de forma imediata, mas entender a imensa sinergia de ambos para a conformação do modelo societal vigente e seu rebatimento sobre o proletariado.

---

<sup>159</sup> É por essa compreensão a defesa de Tonet (2013, p. 69), situando Marx não apenas como um clássico, mas como o “instaurador de um padrão radicalmente novo de conhecimento”, desferindo uma poderosa e consistente crítica à sociedade burguesa, resultado de uma densa análise teórica e de uma atuante participação política.

## 1.1 A EXTRAORDINÁRIA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO SOCIAL SOB O COMANDO DO CAPITAL: O USO DA MAQUINARIA E A PRESCINDIBILIDADE DO TRABALHO HUMANO CONFORME ANÁLISE MARXIANA

Devemos estabelecer certos conceitos definidos por Marx (1984a) para que não haja complicações futuras em nossa exposição. Falemos da composição do capital, tema no mínimo complicado. A composição do capital deve ser compreendida em dois sentidos: primeiro, sob a perspectiva do *valor*, determinada pela proporção em que se reparte em capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho); é a razão entre o valor dos meios de produção, a serem consumidos na produção, e o valor do capital variável, ambos valores adiantados<sup>160</sup>. Em segundo, deve-se considerar a composição do capital sob a perspectiva da *matéria*, de como ela funciona no processo de produção. Cada capital se reparte em meios de produção e força viva de trabalho: de forma mais clara, essa composição é definida pela massa dos meios de produção usados por um lado e, por outro lado, pelo montante de trabalho que é exigido para seu emprego. Descreve, portanto, a capacidade de um trabalhador em transformar certa quantidade de meios de produção em mercadoria em dado período, por isso sendo chamada de *composição técnica*. Contudo, se essa composição se reserva à *produtividade do trabalho*, o *emprego de novas tecnologias na produção transforma a razão entre os elementos que a constitui*. Entre uma e outra composição há uma estreita relação e, para expressá-la, Marx (1984a) designou a composição-valor de *composição orgânica do capital*, à medida que aquela é determinada pelas transformações da composição técnica. Assim, a composição orgânica do capital, ou apenas composição do capital, é a expressão da composição do valor no que se refere às mudanças físicas na produção, às suas alterações técnicas, determinadas pela composição técnica do capital.

Há dois apontamentos que consideramos relevantes para a complexa análise que se segue: um, é a grande importância que a ampliação da *produtividade social do trabalho* tem para a humanidade e, com ela, as grandes transformações históricas que se seguiram, embora isso também tenha ocasionado a possibilidade da dominação de classe. Segundo Mandel (1975, p. 5), “todos os progressos da civilização são em última análise determinados pelo aumento da produtividade do trabalho”. Enquanto não houver a superação da produção direcionada apenas para o suprimento das necessidades de quem produz e da impossibilidade da formação de um excedente, “não há possibilidade de divisão do trabalho, nem da aparição

---

<sup>160</sup> Em nota à 3ª edição alemã, em novembro de 1883, Engels (1983) esclarece que, de fato, é o trabalhador quem adianta seu trabalho ao capitalista e não o contrário. Marx utilizava a linguagem econômica corrente da época.

de artífices, de artistas ou de sábios. Não há, portanto, *a fortiori*, nenhuma possibilidade de desenvolvimento de técnicas que exijam consequentes especializações”. O aumento da capacidade produtiva do trabalho, como uma ampliação e superação da própria natureza humana, e sob certas condições históricas, se coloca como um elemento imprescindível para uma análise do mundo. O segundo ponto é sobre a definição de *tecnologia*, que em Marx expressa uma ideia abrangente; segundo Harvey (2018):

A tecnologia não se refere apenas a máquinas, ferramentas e sistemas de energia em movimento (o *hardware*, por assim, dizer). Ela abrange também as formas de organização (divisão do trabalho, estruturas de cooperação, formas corporativas, etc.) e o *software* de sistemas de controle, estudo de tempos e movimentos, sistemas de produção *just-in-time*, inteligência artificial e similares (HARVEY, 2018, p. 22).

Contudo, esse estudo privilegia as transformações ocorridas com a Revolução Industrial, cuja importância está destacada já na introdução. Dessa forma, a análise do aumento da produtividade do trabalho, decorrente da alteração da composição técnica do capital, terá como centralidade o desenvolvimento e a aplicação em larga escala da *maquinaria*, enquanto capital constante; temos como pressuposto que a introdução das máquinas, cuja intenção não se reporta ao atendimento das necessidades sociais e sim à formação da mais-valia, ou seja, não à produção de valores de uso, mas à produção de valores de uso na medida em que são também valores de troca, possui uma relevância extraordinária na teoria marxiana, com centralidade decisiva no evoluir da sociedade burguesa.

Em conformidade com essa defesa, consideremos as colocações do marxista Paul Sweezy. Diz Sweezy (1982) que a tarefa específica da abstração é dar relevo ao que é essencial e de forma alguma se distanciar do real; é destacar aspectos para uma análise profunda. Segundo o autor, Marx atribuiu a origem dos importantes conflitos históricos no modo de produção, independentemente do momento histórico, ao que ele denominou de *conflito de classes*. Diferentemente dos economistas clássicos, que na formação econômica em tela centravam esse conflito entre a classe dos proprietários de terra e a dos capitalistas, Marx argumentava que a principal relação acontece entre esses últimos e os trabalhadores, devendo esta ser o centro da investigação. “*O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo*” (MARX, 1982a, p. 19, grifo meu). A abstração deve, com isso, isolar essa relação social de forma a garantir um estudo denso e livre de interferências. Para isso, Sweezy (1982, p. 45) destaca dois passos distintos: um, que as demais relações históricas devem ser afastadas e posteriormente reintroduzidas na análise, conservando-se apenas as relações entre

capital e trabalho e; dois, que a relação entre capital e trabalho deve ser reduzida à sua forma, ou formas, mais significativas, por isso significar “[...] uma questão de características estruturais e tendências de toda sociedade”. Conforme o autor, “Marx, como bem se sabe, selecionou as formas de relação entre capital e trabalho que surge *na esfera da produção industrial* como as mais significativas da moderna sociedade capitalista” (SWEEZY, 1982, p. 45, grifo meu). A relação social de exploração é apreendida em certo estágio de desenvolvimento da sociedade burguesa, quando aquela própria atinge maturação para ser plenamente analisada, *quando está mais acirrada a contradição entre capital e trabalho*. Isso compreendendo o momento da consolidação da grande indústria como uma forma mesmo de alteração e desenvolvimento do modo de produção capitalista e que confere especificidade à relação entre capital e trabalho, tornado trabalho assalariado com a necessária separação entre produtor e meios de produção. *Defendemos que desconsiderar o movimento interno do capitalismo e do capital, o qual projeta determinações sociais e traços particulares à exploração, é ignorar o caráter histórico do método*, que de fato deve ser o único elemento, como quer Lukács (1981), da ortodoxia marxiana<sup>161</sup>. *A maquinaria deve ser vista não apenas como um elemento técnico, mecânico, aplicada à produção de mercadorias; deve ser analisada considerando seu caráter social, como um fator que altera e configura a relação social entre os personagens sociais, nos limites de um modo econômico de produção*. Com esses delineamentos, podemos passar mais confiantes à nossa interpretação de Marx.

### 1.1.1 A Acumulação Capitalista: Descrição e Considerações Sobre o Primeiro Modelo

Em se tratando do processo de dissolução do feudalismo e a passagem para o capitalismo, se o primeiro modo de produção se dissolveu por seu próprio movimento interno ou foi implodido por forças externas e a processualidade histórica dos vetores que dinamizaram o segundo, parece não haver um acordo entre os pesquisadores – vide o enérgico e interessante debate entre Hilton, Dobb, Sweezy e Takahashi<sup>162</sup>, por exemplo. Não considerando o difícil período entre o século XIV e o final do século XVI, tido como um período de transição, mas

<sup>161</sup> “O marxismo ortodoxo não significa, pois, adesão acrítica aos resultados da pesquisa em Marx, nem ‘fé’ numa ou noutra tese marxiana ou a exegese de um ‘texto sagrado’. A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrário e exclusivamente, ao *método*. Ela implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético encontrou-se o método correto de investigação e de que este método só pode ser desenvolvido, aperfeiçoado e aprofundado no sentido indicado por seus fundadores; mais ainda: implica na convicção de que todas as tentativas de ‘superar’ ou ‘melhorar’ este método conduziram – e necessariamente deveriam fazê-lo – à sua trivialização, transformando-o num ecletismo” (LUKÁCS, 1981, p. 60).

<sup>162</sup> *A transição do feudalismo para o capitalismo* – um debate. Paz e Terra, 5º ed., 2004.

sem hegemonia teórica sobre suas características fundamentais, tanto que para Dobb (2004, p. 77) – que aliás foi mais preciso em sua argumentação, “esses dois séculos aparecem inconfortavelmente suspensos no firmamento, entre o céu e a terra”<sup>163</sup>, parece existir consenso sobre o período do fim da servidão na Europa Ocidental mais ou menos no final do século XIV (SWEEZY, 2004; DOBB; 2004; TAKAHASHI, 2004) e, especificamente na Inglaterra, a população já se constituía em camponeses livres e economicamente autônomos (MARX, 1984a). Ainda que as restrições feudais para a simples produção de mercadorias tenham desaparecido, Hilton (2004) nos informa que até o final do século XV não houve nenhuma alteração social substancial, no sentido de um grande número de assalariados vendendo sua força de trabalho. *Ainda.*

Takahashi (2004) está certíssimo em elencar a forma social da existência da produção material de uma sociedade como o elemento primordial para considerações sobre determinado modo de produção. Dessa forma, a transição do modo feudal de produção para o capitalismo não se limita apenas às alterações das instituições econômicas e sociais; “O problema fundamental deve ser a mudança na forma de existência social da força de trabalho” (TAKAHASHI, 2004, p. 88). Como condição da produção capitalista, dinheiro e mercadoria devem ser transformados em capital, o que requer o confronto entre os que são donos dos meios de produção e os que detém somente sua força de trabalho. Para se impor e dominar, a relação capital exige a separação entre o trabalhador e os meios de trabalho: “A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1984b, p. 262). O processo que cria tal relação é a chamada *acumulação primitiva*, a “[...] a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1984b, p. 262). Enquanto um longo processo, que tem como base a expropriação das terras do produtor rural para a sua conversão em áreas de pastagens, é interessante notar que a formação de uma massa de trabalhadores “livres” e prontos (ou coagidos) a venderem sua força de trabalho no mercado, como requisito à produção capitalista de mercadorias, tem início logo depois das transformações históricas indicadas anteriormente – a dissolução da servidão como relação feudal de produção e a formação de um campesinato livre –, entre o último terço do século XV e o princípio do século XVI, confirmando a marcação histórica marxiana de que a era capitalista “data do século XVI” (MARX, 1984a, p. 263). Diz Coggiola (2021) que “Se a história do capital pode ser rastreada a partir de tempos remotos, *a história do capitalismo* (o

---

<sup>163</sup> A defesa de Dobb é que esse período complexo e de transição se refere ao fato de que “as formas econômicas antigas estavam em processo de rápida desintegração enquanto as novas apareciam, simultaneamente” (DOBB, 2004, p. 77).

modo de produção dominado pelo capital) é bem mais recente, *remontando ao século XVI*” (COGGIOLA, 2021, p 13, grifo meus). Mas a acumulação primitiva avança pelos séculos, inclusive contando com a própria lei para assegurar o roubo das terras, como ocorreu *até no final do século XVIII*.

É no Capítulo VI (Inédito), de *O Capital*, que Marx (1978) nos apresenta algumas ideias e definições importantes para compreendermos a produção capitalista de mercadorias e o movimento processual do capital com vistas ao domínio da sociedade. Esses apontamentos se colocam como relevantes à medida que oportuniza o desvelar do modo de produção capitalista e o significado da nossa intenção nesse capítulo, qual seja: elencar os principais elementos que constituem a noção de “questão social” a partir de um embasamento teórico crítico, o qual coloca como um determinante o alto patamar atingido pela produtividade do trabalho social apenas possível pela introdução da tecnologia no processo de produção, fato que determinará o aprofundamento da relação de produção entre os personagens econômicos e a formação de uma superpopulação relativa. Devemos encarar essa abordagem, de fato, priorizando esses elementos conectados um ao outro, entendendo como a alteração da composição técnica do capital e a exploração estão constantemente em relação de dependência, alimentando uma e outra de forma contínua, em uma ligação mutuamente vantajosa e em constante crescimento.

Primeiramente, o processo de trabalho se subordina ao capital, o convertendo em seu próprio processo de valorização. Aqui, como um processo de *exploração* do trabalho alheio, o capitalista assume o seu papel de condutor; essa é a forma geral de qualquer produção capitalista em que o dono dos meios de produção emprega contratualmente o trabalhador assalariado livre, cuja posição é distinta do camponês ou do escravo, transformando, portanto, as relações de trabalho precedentes. Esse processo de trabalho subsumido ao capital, submetido, é o que Marx (1978, p. 51, grifo no original) vai caracterizar como “*subsunção formal do trabalho ao capital*”.

O processo de produção se converteu em processo do próprio capital; é um processo que se desenvolve com os *fatores do processo de trabalho*, e no qual o dinheiro do capitalista se transforma; é um processo que se efetua sob a direção deste, com o fim de fazer de dinheiro mais dinheiro (MARX, 1978, p. 51, grifo no original).

Apesar de todo esse redirecionamento, o modo do processo de trabalho não se alterou essencialmente, não houve grandes mudanças na forma mesma em como se produz porque a subsunção do trabalho ao capital se opera, em sua gênese, a partir da *base* de um

processo de produção já existente anteriormente à própria subsunção: as modificações que se seguem apenas acompanham essa subordinação, gerando uma maior intensidade, prolongamento ou ordenação. Dessa forma, a mais-valia que é produzida sob essa base ocorre somente com o “*prolongamento do tempo de trabalho*, isto é, sob a forma da *mais-valia absoluta*”, o que caracteriza a subsunção formal do capital ao trabalho (MARX, 1978, p. 53, grifo no original). Prestemos atenção que essa forma de mais-valia é a única possibilidade considerando a base material da produção, que vai se manter praticamente inalterada. Quando refletimos sobre a cooperação e a manufatura, como mecanismos de extração de mais-valia relativa nesse momento, ambas efetuam uma nova forma de *organização do trabalho* em escala ampliada de trabalhadores<sup>164</sup>. Tanto que a relação capitalista pode ser apenas nominal, não sendo de fato real, caso o capitalista não ocupar um número de operários que produza mais-valia suficiente para seu consumo próprio e um fundo de *acumulação* suficiente para o dispensar do trabalho direto. Mas fato é que, mesmo que o trabalho seja apenas formalmente subsumido, o capital já se coloca como dominante de uma forma social geral de produção, ao menos nas condições de comprador de trabalho e apropriador direto do processo de produção: “O capitalismo, assim, nasceu da apropriação da esfera da produção social pelo capital” (Coggiola, 2021, p. 17). Embora se estruture sobre a base anterior de trabalho, Marx (1978) faz questão de frisar em diversos momentos o caráter dessa *coerção*<sup>165</sup>, a forma como se espolia o trabalho excedente particular, se fundamentando em uma relação puramente monetária entre o requerente e o possuidor da força de trabalho, o que gera uma *dependência econômica* deste segundo em relação ao primeiro (eliminando da *relação de exploração* outras influências, como religiosa e política), além das condições objetivas e subjetivas de trabalho se defrontarem com o trabalhador como capital.

Embora o *processo de trabalho se mantenha o mesmo do ponto de vista tecnológico*, agora ele se faz subsumido ao capital, permitindo o desenvolvimento de uma *relação de superioridade e subordinação* e uma *dinamização do trabalho* quanto à sua continuidade, intensidade e economia no uso das condições de trabalho, na direção do *tempo* de trabalho socialmente necessário à produção. Essa relação destacada é de natureza apenas material, aparecendo de forma mais livre e formalmente voluntária, mas com força para

---

<sup>164</sup> “Com respeito ao próprio modo de produção, a manufatura, por exemplo, mal se distingue, nos seus começos, da indústria artesanal das corporações a não ser pelo maior número de trabalhadores ocupados simultaneamente pelo mesmo capital. A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada” (MARX, 1983, p. 257). Essa escala se refere, “por um lado, a amplitude dos meios de produção adiantados; e por outro, a quantidade de operários dirigidos pelo mesmo patrão” (MARX, 1978, p. 53).

<sup>165</sup> Essa coerção, diz Marx (1978), é única se comparada com modelos de produção anteriores

substituir a antiga *autonomia* (aqui Marx cita como exemplo a dos camponeses independentes, agricultores) no processo de produção como “produto da implantação do modo capitalista de produção” (MARX, 1978, p. 60). Mas de fato, o trabalhador livre é *forçado* a manter essa relação, visto que sua existência e de sua família estão na dependência da renovação da venda de sua força de trabalho. Isso também explica o aumento da produtividade do trabalho do trabalhador livre quando comparado ao do escravo; este, apesar de trabalhar devido ao e sob o temor do açoite, da compulsão física, tem sua existência (mesmo que esta não lhe pertença) garantida, ao passo que o trabalhador livre é impulsionado por suas necessidades, pela satisfação delas, o que, por sua vez, explica sua obrigação nessa relação.

Mas tudo isso adquire uma proporção monumental a partir de certo momento da ampliação do domínio do capital. É apenas com a produção da *mais-valia relativa* que se altera todo o modo de produção, do qual se origina um *modo de produção especificamente capitalista*, “sobre cuja *base se desenvolvem* ao mesmo tempo as relações de produção” (MARX, 1978, p. 55, grifo meu). A mistificação do capital se aprofunda e as forças produtivas do trabalho social aparecem ainda mais como forças do capital. Mas aqui falamos de uma outra base material de produção, de uma forma particular do modo de produção capitalista que engendra *nova dinâmica ao processo de trabalho e à natureza da exploração*:

Do mesmo modo porque se pode considerar a produção da mais-valia absoluta como expressão *material* da subsunção formal do trabalho ao capital, a *produção da mais-valia relativa* poder ser considerada como a da *subsunção real do trabalho no capital*. [...] as duas formas de mais-valia [...] correspondem a duas formas separadas de subsunção do trabalho ao capital, ou a duas formas separadas no interior da produção capitalista [...] (MARX, 1978, p. 56, grifo meu).

Nessa *base* é que se estrutura um modo de produção que é tecnologicamente específico e que metamorfoseia a natureza do processo de produção. Essa subsunção proporciona uma revolução total, e contínua, no modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalistas e trabalhadores: no desenvolvimento das forças produtivas, o emprego da ciência e da maquinaria chega à produção imediata, modificando a produção material, que por sua vez “[...] constitui a *base para o desenvolvimento da relação capitalista*, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho” (MARX, 1978, p. 66, grifo meu). É um processo de dominação e expansão sem precedentes: cria-se, ininterruptamente novos ramos de produção que tendem a ser dominados pela maquinaria devido a “[...] produtividade do

trabalho, o volume da produção, o volume de população e o volume da superpopulação, desenvolvidos por tal modo de produção [...]” (MARX, 1978, p. 67).

A “produção pela produção”, com fim em si mesma, já aparece com a subsunção formal, quando o objetivo é a extração de mais-valia, tão logo o valor de troca se torne o fim decisivo da produção. Mas isso ainda aparece como uma “tendência” da produção capitalista e apenas pode se realizar de maneira adequada, inclusive pela perspectiva da tecnologia, tão logo se desenvolva o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a *subsunção real* do trabalho ao capital. Essa produção, de forma geral, não é restringida às limitações da simples necessidade, não sendo ela a orientar a produção, mas podendo extrapolar esse limite. Por outro lado, temos seu aspecto contraditório: “[...] *produção* contraposta aos *produtores*, e que faz destes, caso omissos. O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material em contradição com o indivíduo humano e a expensas deste” (MARX, 1978, p. 69, grifo no original). O objetivo dessa produção é que o produto contenha o máximo de trabalho não pago, de trabalho excedente, contabilizado pelo *tempo excedente*.

A relação de dominação e exploração do capital sobre o trabalho marca séculos da história da humanidade. Mas veremos nesse capítulo do ensaio como o capital *se fez* dominante de uma forma total, como passou a subjugar e a direcionar todo o processo de trabalho para seu único interesse de autovalorização e acumulação. Para isso é importante considerarmos o que Marx evidenciou sobre a *base material da produção* e de como sua alteração possibilitou a maturação da relação social, de como a exploração atingiu forma, abrangência e intensidade que seriam impensáveis sem a introdução e a aplicação da maquinaria, transformando radicalmente as condições de vida e de trabalho dos sujeitos. Não podemos pensar na exploração sem as condições que lhe dão dinamização e desconsiderar o papel dessa transformação material na produção do pauperismo, pois como já indicado, exploração e alteração da composição do capital são elementos que se reproduzem constantemente e dão suporte um a outro: sem a exploração, não seria possível o acúmulo de capital necessários para a produção capitalista, mas sem a alteração da composição do capital não haveria condições para a plena dominação do capital e a intensificação da exploração.

O que queremos expor é que antes da maquinaria, ocasionando um salto espetacular na produtividade do trabalho social, já se punha a relação entre capital e trabalho assalariado: a dominação e a exploração já se faziam presentes no processo de produção. Desde as formulações de Marx sobre a subsunção formal, o trabalho já estava subordinado ao capital e o processo de produção já havia se tornado um mecanismo de sua valorização. Mesmo assim,

não se colocava uma superpopulação relativa às necessidades do capital, ao menos não nos termos indicados por Marx, como veremos a seguir. Essa população surge com a introdução da maquinaria, que vai criar as condições necessárias para a *exponenciação da exploração*, entendendo que essa exploração não está relacionada com o aumento da requisição de mais trabalhadores, embora se tenha mais trabalho devido à expansão de sua produtividade. Há o entendimento que todo esse gigantesco progresso das forças produtivas poderia ser direcionado para o atendimento das necessidades humanas, em um modo de produção alternativo, mas a teoria marxiana não é sobre essa suposta sociedade, senão a vigente; é nesta sociabilidade que a alteração da base material da produção e a exploração se convergem para criarem, em co-dependência, tal realidade. É sob esse entendimento que se segue a exposição.

Antes de tudo é importante destacarmos que Marx (1984a) não elabora um, *mas dois modelos econômicos*<sup>166</sup> que compreendem a produção de mercadorias e o modo de produção capitalista, diferentes na forma como se estrutura e se efetiva a produção da riqueza social, privadamente apropriada, considerando seus elementos objetivos e subjetivos e suas transformações, quantitativas e qualitativas, além, e aqui se destaca nosso principal interesse, nas consequências dramáticas dessa substantiva alteração das configurações produtivas, como uma verdadeira dança das cadeiras para a grande massa de trabalhadores mundo afora. Assim, estabelece o pensador que o capítulo XXIII do Livro I d' *O Capital*, livro que aborda a valorização sob a perspectiva da totalidade, vai tratar da “*influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora*. Os fatores mais importantes nessa investigação são a *composição do capital* e as *modificações* que ela sofre no transcurso do processo de acumulação” (MARX, 1984a, p. 187, grifo meu).

O que Marx expressa é que a acumulação de capital impacta a vida da população trabalhadora e que essa dinâmica deve ser pensada por uma abordagem que considere a transformação da composição do capital ao longo do processo de acumulação. São as consequências das transformações do capital para os trabalhadores o foco central desse capítulo, em que a acumulação é problematizada a partir de duas perspectivas, compreendidas e encerradas nos limites da composição técnica do capital e o fato de que ela se altera, ou não, no percurso da acumulação<sup>167</sup> - alteração centrada na expansão do capital constante, que se

<sup>166</sup> Essa interpretação foi posteriormente confirmada por David Harvey (2018, p. 37): ao realizar apontamentos sobre o referido livro de Marx, diz: “Por fim, Marx elabora dois modelos dinâmicos que ele denomina ‘a lei geral da acumulação capitalista’”. Apesar dessa assertiva, aparentemente Harvey não percebe uma ínfima diferenciação de designação, mas que expressa esses dois distintos modelos marxianos.

<sup>167</sup> Tanto é que demais elementos não são considerados nessa investigação. Os *pressupostos mais gerais* das formulações de Marx estão destacadas no início da Seção VII – O Processo de Acumulação do Capital. É indicado que a acumulação ocorra sem nenhum empecilho, em que necessariamente a circulação do capital não seja travada

reflete na retração do capital variável. Analisando criticamente a exposição da lei geral da acumulação capitalista, apreendemos que seu objetivo é dispor sobre o movimento necessário ao capital para garantir sua manutenção e reprodução, bem como suas consequências deflagradas na realidade; o capital necessita constantemente ser remodelado, incrementado, dinamizado, como parte vital de sua existência, como já declarado no *Manifesto* de 1848<sup>168</sup>. Mas claro que isso não o livra de constrangimentos; fazemos referência às contradições típicas do capital, dentre suas várias contradições, como sistematicamente elencadas por Harvey (2016)<sup>169</sup>, cuja intensificação se afirma como um vetor possível de um quadro de desaceleração ou interrupção da circulação do capital: as conhecidas e inelimináveis crises do capital.

Examinando os escritos de Marx, ponderemos sobre o *primeiro caso*: o entendimento que, *mantendo-se inalterada a composição constante do capital, a acumulação demanda uma crescente força de trabalho humano, a sua parte variável ou o capital revertido em força de trabalho*. Livre das perturbações na circulação do capital, esse cenário traz uma outra realidade histórica, um horizonte social diferente para o conjunto da classe trabalhadora, embora isso não signifique o rompimento de sua condição apartada dos meios de produção e subsistência e, portanto, condenada à exploração. Nesse modelo de acumulação permanece incólume a composição do capital: *por essa constância, determinada massa de meios de produção, para ser colocada em movimento, sempre exige a mesma massa de força de trabalho*; o prescrito é que *não haja nenhuma mudança técnica constante*. Assim, se se projeta um crescimento do capital, tanto mais cresce, proporcionalmente ao exigido para sua movimentação, a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores – esse como “A existência material do capital variável, [...] o assim chamado fundo de trabalho” (MARX, 1984a, p. 185): estes acompanham o aumento do capital, até certo ponto.

Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo, a abertura de novos mercados, de novas esferas dos investimentos

---

ou desacelerada (“É pressuposto, a seguir, que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal”) e as mercadorias sejam vendidas no mercado por seu valor. Também ignora a repartição da mais-valia entre diferentes capitalistas que realizam funções distintas na produção social: “[...] consideramos o produtor capitalista como proprietário da mais-valia inteira ou, se se quiser, como representante de todos os participantes do butim” (MARX, 1984a, p. 151). Esses pressupostos serão abandonados nos Livros II e III. Sob essas condições, como bem observa Harvey (2013), nesse capítulo apenas a mercadoria força de trabalho é uma exceção que foge à regra da estabilidade dos preços.

<sup>168</sup> “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43).

<sup>169</sup> Em sua análise, Harvey (2016) dispõe sobre as contradições fundamentais, mutáveis e as perigosas.

do capital em decorrência de necessidades sociais recém-desenvolvidas etc., a escala de acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, *as necessidades da acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que sua oferta e por isso os salários se elevarem* (MARX, 1984a, p. 188, grifo meu).

Estranha à nossa época, por essa perspectiva a acumulação é possível a partir apenas da variação que o capitalista decide sobre a divisão da mais-valia, entre sua renda e o que é revertido como capital para incrementar o capital original, se colocando na *dependência* da ampliação da força de trabalho, *sob os pressupostos já mencionados*. Num horizonte plausível, a busca pela acumulação pode ser restringida pela oferta da força de trabalho como fator de valorização do capital, tendo como consequência lógica o aumento dos salários<sup>170</sup>. Em uma explicação, Mattos (2019) diz que a produção capitalista nesses termos, de necessidade crescente da força de trabalho, “[...] acabaria gerando um poder de barganha maior e, conseqüentemente, uma melhora progressiva das condições salariais e das condições de existência da classe trabalhadora sob o capitalismo” (MATTOS, 2019, p. 35). Frisemos que isso perdurou na Inglaterra durante o período que cobre o século XV até a primeira metade do século XVIII, como indica Marx (1984a), momento da largada de uma poderosa transformação que iria dinamizar e superar esse entrave à produção e reprodução direcionadas à valorização do capital, até então inseparável da ampliação da sua parte variável, mediante a *exponenciação da exploração*, já presente como relação social, mas sob distinta configuração. De qualquer forma, como já melhor destacado em nota (cf. n.12), o mecanismo do processo de acumulação multiplica, com o capital, o contingente de assalariados de que precisa para operar, em que a sua força de trabalho é empregada como força de valorização do capital, perpetuando sua relação de dependência com o capitalista; *nesse panorama*, uma *relação de dependência* “suportável”, o que de forma alguma indica o livramento da exploração.

*Ao invés de tornar-se mais intensiva com o crescimento do capital, torna-se apenas mais extensiva*, isto é, a esfera de exploração e de dominação do capital apenas se expande com suas próprias dimensões e o número de seus subordinados. *De seu próprio mais-produto, em expansão e expandindo a*

<sup>170</sup> Mas esse quadro favorável ao trabalhador não altera o caráter da produção capitalista. Se os trabalhadores se mantêm e se multiplicam em condições favoráveis, ou não, em nada modifica a necessidade daqueles de incorporarem a sua força de trabalho ao capital como meio de valorização, mantendo-se a ele ligados e subordinados. Da mesma forma, tanto a reprodução simples como a reprodução ampliada reproduzem a própria relação capital, trabalhadores de um lado e capitalistas de outro, mas em escalas distintas; enquanto que a primeira reproduz os personagens econômicos em lados opostos, a segundo também dos reproduz, mas de forma ampliada. “A acumulação de capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 1984a, p. 188).

*parte transformada em capital adicional, flui de volta para eles uma parcela maior sob a forma de meios de pagamento, de maneira que podem ampliar o âmbito de suas satisfações, podem prover melhor seu fundo de consumo de vestuário, móveis etc., e constituir um pequeno fundo de reserva em dinheiro.* Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado. Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto (MARX, 1984a, p. 190-191, grifo meu).

A exploração se efetiva e se amplia na tendência de ampliação do número de trabalhadores empregados, sendo, portanto, um crescimento em escala quantitativa. Sob esses aspectos, essa relação de dependência é *tolerável*, possibilidade dada pelo maior acesso à riqueza social produzida pelos próprios trabalhadores através do *incremento salarial* e, conseqüentemente, melhores condições de vida para a classe trabalhadora. Com a diminuição do volume de trabalho não-pago apropriado pelo capitalista a exploração se efetiva em menor grau, visto que aquele se apropria menos do mais-produto, circunstância que não altera a situação do trabalho dada a *especificidade* da produção capitalista, pela qual a força de trabalho é voltada não para satisfazer a necessidade de seu comprador, mas sim à valorização de seu capital pela produção de mercadorias que contenham em si mais trabalho<sup>171</sup>; “*produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção*” (MARX, 1984a, p. 191, grifo meu).

Contudo, *esse aumento do salário*, ou diminuição do trabalho não-pago apropriado pelo capitalista, *não deve ultrapassar certo limite que ameaça o próprio sistema*. Nesse caso, *ou* o preço do trabalho continua aumentando, porque isso não compromete a expansão do capital, visto que “os capitalistas podem suportar um aumento no preço do trabalho porque a massa de capital da qual eles podem se apropriar continua a crescer, à medida que empregam mais trabalhadores” (HARVEY, 2013), *ou* a acumulação é comprometida e decresce em uma curva, fazendo decrescer, também, o motivo de sua perturbação, o valor crescente da força de trabalho, que cai ao nível que corresponda às necessidades do capital: o próprio mecanismo da produção capitalista elimina seus empecilhos temporários. Nos atentemos a uma questão importante: nos dois casos, o movimento de oscilação do valor da força de trabalho está atrelado ao movimento absoluto da acumulação, como seu reflexo: segundo Marx (1984a, p. 192), “para usar uma expressão matemática, a grandeza da acumulação é a variável

---

<sup>171</sup> O que não inibe a necessidade da realização dessa mais-valia na esfera da circulação, do mercado. Essa mercadoria, que traz em si, como constituinte do seu valor total, parte de valor que não é pago ao trabalhador e que “ainda assim, é realizada pela venda de mercadoria” (MARX, 1984a, p. 191).

independente; a grandeza do salário, a dependente, e não o contrário”<sup>172</sup>. Se entendermos de outra forma, que a força de trabalho é determinante e que a acumulação é por ela regulada, temos que a *lei da produção capitalista*, que é a lei da produção de mais-valia, está subordinada à uma, de fato, *pretensa* “lei natural da população” (MARX, 1984a, p. 193. Contudo, se entendida pela perspectiva correta, tendo como determinação a acumulação, e não a força de trabalho, temos que:

*A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada* (MARX, 1984a, p. 193, grifo meu).

Esse esquema é, em si, livre de grandes complexidades. Sem nos esbatermos em complicações, esse primeiro modelo de acumulação de capital traz uma conexão automaticamente ajustável entre a força de trabalho, compreendendo sua oferta e demanda, e a acumulação. Nesse quadro, destacamos que o sistema se adequa às suas necessidades de acumulação de forma quase que mecânica, como uma resposta instintiva ao risco de desaceleração da taxa de exploração da mais-valia: mecanismo expresso por uma *lei capitalista específica dessa realidade*, caso o modo de produção conservasse suas características. Essa lei é válida nessas condições descritas, com a composição do capital constante inalterada, se impondo na regulação do processo de valorização do capital de forma a expelir do seu movimento riscos que comprometam a sua reprodução. Todo esse arranjo nos traz uma valiosa consideração: a acumulação, possibilitada pela exploração da mais-valia, se projeta e se intensifica na relação direta de um incremento do número de trabalhadores assalariados; está na dependência do aumento desses o aumento da exploração da mais-valia que será revertida no processo de produção, como capital. Portanto, nessa conjectura, *não se coloca a existência de uma superpopulação relativa, excedente às necessidades de valorização do capital* de forma efetiva e de proporções que serão ainda abordadas; tanto é que a regulação geral do valor da

---

<sup>172</sup> Seguindo Marx (1984a, p. 192), tanto a continuação da elevação dos salários, ou sua queda, no primeiro caso não é a diminuição no crescimento absoluto da classe trabalhadora e oferta de força de trabalho que torna o capital redundante, mas é o *aumento do capital* que torna insuficiente a força de trabalho a ser explorada. No segundo caso, não é o aumento dessa população que torna o capital insuficiente, mas é a *diminuição do capital* que torna excessiva a força de trabalho, ou seu preço. Os movimentos da acumulação aparecem como movimentos da massa da força de trabalho, mas, no entanto, são os primeiros que ditam as oscilações entre um e outro. “Assim, na fase de crise do ciclo industrial a queda geral dos preços das mercadorias se expressa como elevação do valor relativo do dinheiro e, na fase de prosperidade, a elevação geral dos preços das mercadorias, como queda do valor relativo do dinheiro”. Dessa forma, a acumulação, em seus distintos momentos, é responsável pela ampliação ou retração do valor do dinheiro.

força de trabalho é ditada pelo movimento ascendente e descendente da acumulação e não pela pressão e oscilação de um exército industrial de reserva existente. É claro que durante todo o longo processo de largada da produção capitalista se formou uma massa pobre de vagabundos e assaltantes que foi alvo do que Marx (1984a, p. 275) designou como uma “legislação sanguinária”. Mas esse contingente, que não era capaz de ser absorvido pela *nascente* manufatura ou não se adaptava à nova disciplina; considerado como um “ancestral da classe trabalhadora”, se formou não pelo processo próprio da produção capitalista, mas sim pela acumulação primitiva; o capital não tinha o poder de produzir por si só, de forma puramente econômica, uma massa de trabalhadores disponíveis. Como nos recorda Queiroz (2016), a compreensão mais ampla da acumulação primitiva envolve não apenas essa expropriação, mas também a imposição do trabalho assalariado e a disciplina capitalista sobre a força de trabalho: neste longo processo balizado pela estranheza às novas formas de vida social, muitos camponeses optavam por mendigar, roubar e mesmo morrer de fome a se enquadrarem na nova sociabilidade. Já a superpopulação relativa se forma a partir da introdução das máquinas, que vai alterar profundamente a composição do capital; essa possibilidade não é trabalhada por Marx nesse tópico, não havendo menção aos trabalhadores que são dispensados da produção capitalista ou não são por ela requisitados. Porém, toda essa explanação está longe de significar que não houve aumento na produtividade do trabalho até a grande revolução da maquinaria e, portanto, formas de extração da mais-valia relativa, entendendo, como já colocado, que a concepção marxiana de tecnologia possui uma conotação abrangente. Considerando a produção capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho tem senão o objetivo de alterar os *tempos* da jornada de trabalho: reduzir o tempo que o trabalhador trabalha para si e ampliar o tempo que trabalha sem pagamento para o capitalista.

Vejamos! A produção capitalista de mercadorias tem sua largada quando um mesmo capitalista ocupa, de forma simultânea, um grupo maior de trabalhadores, ampliando a escala quantitativa dos produtos produzidos; essa concentração de trabalhadores, em um *mesmo espaço* e desempenhado a mesma atividade, “constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 1983, p. 257). Inicialmente, a mudança é apenas quantitativa, embora esse trabalho objetivado seja a manifestação de um trabalho social médio.

Mesmo não se alterando o modo de trabalho, o emprego simultâneo de um número relativamente grande de trabalhadores efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho. Edifícios em que muitos trabalham, depósitos para matéria-prima etc., recipientes, instrumentos, aparelhos, etc., que servem a muitos simultaneamente ou alternadamente, em

suma, uma parte dos meios de produção é agora consumida em comum no processo de trabalho (MARX, 1983, p. 258-259).

Toda alteração em relação à organização do trabalho significa aumento na produtividade do trabalho, como é o caso da *cooperação*<sup>173</sup>. Além da criação de uma força de massas, o contato social eleva o rendimento individual dos sujeitos: “Isso resulta do fato que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo caso um animal social” (MARX, 1983, p. 260). A importância da cooperação está em que, se comparada com jornadas de trabalho individuais, a jornada combinada produz mais valores de uso, pois diminui o *tempo* de trabalho socialmente necessário à produção, visto que a força produtiva da jornada de trabalho combinada é força produtiva do trabalho social, originada da própria cooperação: se o processo de trabalho é complicado, suas várias operações podem ser separadas e distribuídas em diversos trabalhadores, sendo executadas concomitantemente. Essa jornada de trabalho combinada, em relação à soma de jornadas de trabalhadores individuais, “[...] produz maiores quantidades de valores de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil” (MARX, 1983, p. 261-262). Diz Marx (1983, p. 262) que “Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie”. Sob esse entendimento de cooperação capitalista, o comando do capital já se coloca como uma inevitável condição para que aconteça a produção; essa função de direção é, pela natureza do processo de trabalho, uma função de exploração e adequada utilização do maior volume dos meios de produção. Em se tratando da forma capitalista de produção, o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, em decorrência da cooperação, aparece como força produtiva do capital e a cooperação como forma específica da *produção capitalista*: portanto, essa modalidade de cooperação se diferencia de outras formas baseadas na servidão ou escravidão, pressupondo a existência do trabalhador livre que vende sua força de trabalho. Como a “primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital” (MARX, 1983, p. 265), a cooperação, como ponto inicial da produção capitalista, coincide com a existência do próprio capital, que é anterior a esse momento: se o modo de produção capitalista se coloca como uma necessidade para que o processo de trabalho se transforme em um processo social de trabalho; este “[...] apresenta-se como um método, empregado pelo capital, para mediante o

---

<sup>173</sup> Cooperação, que Marx (1983, p. 259) define como: “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação”.

aumento da sua força produtiva explorá-lo mais lucrativamente” (MARX, 1983, p. 266). *Falamos já de exploração do capital sobre o trabalho.*

Outra forma de aumentar a produtividade é a *divisão do trabalho*, no trabalho cooperado, que se efetiva no período manufatureiro. A cooperação que é baseada na divisão do trabalho, como forma característica do processo de produção capitalista, adquire sua forma clássica no período da *manufatura*, mais ou menos entre meados do século XVI e último terço do século XVIII. É importante destacar que a divisão do trabalho na manufatura, como uma espécie particular da cooperação, se estabeleceu como forma de dinamização da produtividade do trabalho em contexto de trabalho manual, artesanal e, “[...] portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento” (MARX, 1983, p. 269) ou seja, o capital ainda não havia conquistado o domínio objetivo do processo de trabalho. Trabalhador parcial, que executa uma única atividade, simples e repetitiva, dentro do processo de trabalho, necessitando de *menos tempo* para desempenhar sua função que o artífice, este responsável pela execução de muitos movimentos: “Em comparação com o ofício autônomo produz por isso mais em *menos tempo* ou eleva a força produtiva do trabalho” (MARX, 1983, p. 269, grifo meu).

A divisão do trabalho, em que o trabalhador executa uma única função como parte de um todo, de forma ordenada e sistemática, veda os espaços que o artesão, que executa as várias partes ou a totalidade de um processo inteiro de trabalho, cria ao trocar de uma atividade para outra. *Tempo*: “O aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo, portanto crescente intensidade de trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 270), além de anular a própria essência humana do trabalhador quanto à sua recreação e estímulo, oriundas também da própria mudança de atividade. Aqui se coloca, em decorrência da divisão do trabalho na manufatura, as transformações dos *instrumentos* de trabalho que agora devem ser diferenciados e fixos, voltados para cada momento da produção, perdendo seu emprego de caráter geral em diversas aplicações. A grande importância desse momento está para o desenvolvimento da maquinaria, até então utilizada *esporadicamente*, se relegando a um papel secundário na produção.

O período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais. Ele cria, com isso, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples (MARX, 1983, p. 270-271).

A manufatura, que toma para si o “[...] princípio da diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias [...]” (MARX, 1983, p. 275), detém o caráter capitalista de produção de mercadorias: não apenas submetendo os trabalhadores à disciplina do capital, mas estabelecendo uma hierarquia entre eles, entre qualificados e não qualificados. Como forma específica do processo de produção capitalista, “[...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital à custa dos trabalhadores” e, dessa forma, “Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho” (MARX, 1983, p. 286). *Falamos, pois, da elevação da intensidade da exploração do capital sobre o trabalho*<sup>174</sup>. Mas enquanto “[...] forma dominante do modo de produção capitalista [...]” (MARX, 1983, p. 257), a manufatura encontra seus limites devido aos hábitos dos, majoritariamente, trabalhadores qualificados e sua resistência em preservarem suas formas de aprendizagem para desempenharem certos trabalhos. A habilidade artesanal do trabalhador continua sendo a base da produção; “[...] o capital luta constantemente contra a insubordinação do trabalhador” (MARX, 1983, p. 288). Durante todo o período que compreende o século XVI até o momento da grande indústria, *o capital foi ineficiente para se apoderar da totalidade do tempo disponível dos trabalhadores manufatureiros*. A manufatura não pôde se manter sobre suas próprias bases técnicas, entrando em contradição com a produção que criou: era o prelúdio do domínio das máquinas no processo da produção capitalista.

A manufatura representou a reunião daqueles trabalhadores outrora dispersos, retirando-os do modo de produção em que se encontravam para criar para si “[...] um modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2011b, p. 783), agrupando os trabalhadores em um local e sob sua supervisão, em que o capital aparece como força coletiva dos trabalhadores. Com a “[...] gênese da manufatura como gênese do modo de produção do capital [...]” (MARX, 2011b, p. 784) é pressuposto que ainda não haja força produtiva do trabalho criada pelo próprio capital e, em decorrência disso, que o trabalho tome uma grande parte do tempo total de trabalho, o que resulta em menos tempo de trabalho excedente. O capital produtivo, ou o seu modo de produção, apenas pode existir sob duas formas: manufatura e grande indústria. Quanto a primeira forma, o que predomina é a divisão do trabalho e a massa de trabalhadores tem de ser grande em relação ao capital; a segunda forma combina forças de trabalho e aplicações da ciência, em que o poder do trabalho coletivo é transferido para a máquina e, dessa forma, o capital fixo tem de ser grande em relação ao número de muitos trabalhadores operando em

---

<sup>174</sup> “Ainda que apareça [a manufatura] de um lado como progresso histórico e momento necessário ao desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada” (MARX, 1983, p. 286).

conjunto (MARX, 2011b). O desenvolvimento se colocou em todas as formas de sociedade, “*Mas só o capital capturou o progresso histórico e o colocou a serviço da riqueza*” (MARX, 2011b, p. 787, grifo meu).

Devemos ter em mente que essa análise marxiana não significa ausência de acumulação, mas sim acumulação nos termos descritos. Fundamentando esse apontamento, se se considerarmos o movimento do capital sem interrupções, o seu ciclo, que em suas sucessivas fases constitui a *circulação do capital*, “A primeira condição da acumulação é que o capitalista tenha conseguido vender suas mercadorias e retransformar a maior parte do dinheiro assim recebido em capital. É pressuposto, a seguir, que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal” (MARX, 1984a, p. 151). Ainda diz Marx (1984a) que, independentemente do modo de produção, ele tem que percorrer continuamente as mesmas fases, já que é inconcebível uma sociedade que não consuma, portanto, que não produza, estabelecendo esse processo também como o de reprodução, com as mesmas condições de uma e outra. Para isso se faz necessário que sempre se transforme parte dos produtos produzidos em meios de produção. Contudo, no caso da riqueza se manter inalterada, constante, esses meios de produção são substituídos, apenas; mas de qualquer forma, “Determinado quantum de trabalho anual pertence, portanto, à produção” (MARX, 1984a, p. 153). Nesse esquema, sinalizado de forma simples, não há acumulação: “Se a *revenue* serve ao capitalista apenas como fundo de consumo, ou é despendida com a mesma periodicidade com que é ganha, então tem lugar, permanecendo constantes as demais circunstâncias, a *reprodução simples*” (MARX, 1984a, p. 154, grifo meu). Isso pressupõe um excedente, uma produção além do simples consumo, mas para a substituição dos meios de produção, conforme indicado, não para acumulação do capitalista.

De acordo com Luxemburgo (1976, p. 20), “A reprodução simples – a simples repetição invariável e constante do processo produtivo – é certamente possível e podemos observá-la durante longos períodos da evolução social”, mas em todos os casos indicados, “[...] a reprodução simples é um índice do estancamento econômico e cultural predominante”. No sistema capitalista, a reprodução simples significa o mesmo volume e proporções entre suas partes. Conforme Sweezy (1982, p. 104), para que isso ocorra “[...] os capitalistas devem substituir anualmente o capital desgastado ou consumido e empregar toda sua mais-valia em consumo” e, por sua vez, “os trabalhadores devem gastar todo o seu salário também no consumo”; fora essas exigências, o que se colocaria seria alguma acumulação, invalidando o sistema da reprodução simples. Esse processo da reprodução simples permite, teoricamente, entender as relações capitalistas de forma mais clara, mas só isso: “[...] não significa que tenha havido ou possa haver um sistema capitalista que permanecesse o mesmo ano após ano”

(SWEEZY, 1982, p. 103), a não ser em condição muito específica<sup>175</sup>. Em nenhum momento do capitalismo a reprodução simples se colocou como um estágio de seu desenvolvimento; a acumulação deve se realizar para que o próprio movimento de valorização do capital aconteça, em escala sempre crescente. Sem essas condições, de reprodução ampliada e da acumulação e acumulação acelerada, de produção e exploração da mais-valia em grau crescente, não se concebe a sociedade burguesa.

Aparentemente, o conceito de reprodução não parece se distinguir do conceito de produção, sendo sua mera repetição. Mas essa renovação regular comporta a base e a condição do consumo necessário, da existência cultural das sociedades humanas em diferentes tempos históricos, sendo formada por dois elementos: as condições sociais, isto é, a forma predominante de relação social entre os homens e; as condições técnicas impressas na relação do homem com a natureza, o que implica considerar o nível de produtividade do trabalho (LUXEMBURGO, 1976). Em sociedades primitivas, escravas ou no feudalismo, somente forças exteriores interrompiam o processo de reprodução durante períodos mais ou menos longos. No capitalismo, mesmo com as condições exigidas existentes, os meios de trabalho e a força de trabalho, a reprodução pode ser interrompida ou reduzida, pois depende também de uma condição puramente social: que se produza produtos que possam ser trocados por dinheiro, por mais dinheiro, por mais-valia – a peculiaridade histórica da reprodução capitalista está em que ela não depende unicamente da produção, mas também da circulação<sup>176</sup>.

No sistema capitalista, contudo, “A verdadeira finalidade e impulso motriz da produção capitalista não é só conseguir mais-valia em geral, numa só apropriação, em qualquer quantidade, mas de forma ilimitada, em *quantidade crescente*” (LUXEMBURGO, 1976, p. 18, grifo meu). Uma particularidade da reprodução capitalista está em que, se nas sociedades precedentes a reprodução era orientada para a satisfação de suas necessidades, sob o comando do capital a produção de mercadorias se orienta a satisfazer necessidades que são permitidas pelo poder aquisitivo da população, pelo seu poder de compra, como exigência para a requisição de demanda. Outro aspecto da reprodução trata da grandeza do processo produtivo, dependente

---

<sup>175</sup> Condição restrita às conjunturas de crise do modo de produção capitalista, defende Luxemburgo (1976, p. 21): “A reprodução simples e, inclusive, o retrocesso na produção não se excluem, certamente, do sistema de produção capitalista. Antes constituem momentos em toda crise, depois das tensões, igualmente periódicas, e da reprodução ampliada na conjuntura máxima”.

<sup>176</sup> A produção de mercadorias não constitui um fim para o produtor capitalista, e sim um meio para apropriar-se da mais-valia. Mais enquanto a mais-valia permanece contida na forma concreta de mercadoria, ela é inútil para o capitalista. Depois de produzi-la, ele necessita realizá-la, transformá-la em sua expressão de valor, ou seja, o dinheiro (LUXEMBURGO, 1976, p. 17).

de escolhas dos capitalistas, que tem como impulso “a apropriação da mais-valia em progressão geométrica”, indicando que a apropriação mais rápida da mais-valia “só é possível em virtude de um incremento na produção capitalista que a cria” (LUXEMBURGO, 1976, p. 19). Incremento que é constante, em que a produção é renovada de forma sempre crescente, o que nos direciona para o terceiro aspecto do processo de reprodução nessa forma: a imposição desse incremento para a sobrevivência econômica dos capitalistas individuais, imersos que estão em um regime de concorrência, cuja principal arma é o barateamento das mercadorias, e que os mesmos métodos para baixar seus custos são expressos na ampliação da produção.

Para o capitalista individual o incremento da reprodução ocorre quando uma parte da mais-valia apropriada, que se acumula, se transforma em capital. A acumulação, ou seja, a transformação da mais-valia em capital ativo, é a expressão capitalista da reprodução ampliada (LUXEMBURGO, 1976, p. 20).

A reprodução ampliada não se identifica com a reprodução simples. Especificamente na reprodução capitalista, que é reprodução ampliada, que é acumulação, esta não apenas se apresenta como um início renovado da produção, de forma genérica, mas sim como uma retomada constante e em patamar produtivo superior e em escala crescente ao anterior. Dependente que é da conversão da mais-valia em capital, a acumulação avança tão logo avança sua extração, possibilidade mediada pelas formas de aumento da produtividade do trabalho, pelas formas também sempre renovadas de potencializar o trabalho; opera-se um deslocamento qualitativo da acumulação capitalista, de acumulação em acumulação acelerada tão logo o capital se desvencilhe das limitações técnicas pelo próprio incremento técnico. É sobre isso que se trata a aproximação do próximo tópico.

### 1.1.2 A Acumulação Capitalista: Descrição e Considerações Sobre o Segundo Modelo

Na organização da produção, o capital evidencia suas contradições e seu limite civilizador. A satisfação das necessidades sociais através dos valores de uso é restringida pelo atendimento às exigências impostas pela valorização do capital mediante a primazia da produção e a realização de valores de troca: na busca pela extração da mais-valia, a importância desses valores é invertida, pois apenas assim o capital consegue se reproduzir, o que significa sua expansão. Para lidar com essa contradição (TEIXEIRA, 2000) e para ampliar a dinâmica da mais-valia relativa (COGGIOLA, 2021), o capitalismo vai se adequando e sendo moldado pelas requisições do capital. As três formas de produção de mercadorias, a cooperação simples,

a manufatura e a grande indústria podem ser assim entendidas, segundo Teixeira (2000, p. 70): “A sucessão histórica dessas formas traduz a luta do capital para adequar a base técnico-material do processo de trabalho às exigências de valorização do capital”. Mas é com a introdução da maquinaria que “[...] as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, o barateamento do trabalho operário praticamente não conhecem limites” (COGGIOLA, 2021, p. 45). É nesse momento que as possibilidades de acumulação e exploração atingem seu ápice, fato que caracteriza a sociedade burguesa em sua existência.

Realmente, só com o advento da grande indústria, o capital pôde se impor como sujeito autônomo diante do trabalho, pois essa forma de produção de mercadorias opera uma completa *dessubjetivação* do processo de trabalho, pois, nela, são os meios de produção que empregam o trabalhador e não o contrário, como ocorria na cooperação simples e manufatura. É essa inversão que vai permitir ao capital controlar salários, porque agora a produção de máquinas, equipamentos e instalações, isto é, o capital constante, pode substituir o trabalhador por meio de um incremento crescente da mecanização do processo de trabalho (TEIXEIRA, 2010, p. 72, grifo no original).

Até o momento vimos que Marx (1984a) avaliou o crescimento contínuo e a velocidade da acumulação sob o ponto de vista segundo o qual a composição técnica do capital se mantém constante, revelando o quadro sinteticamente exposto no item precedente. “Mas o processo *ultrapassa* essa fase”: é quando o “*desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação*” (MARX, 1984a, p. 193-194, grifo meu). Iniciemos as considerações sobre o segundo modelo da acumulação capitalista, o *inevitável decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração* que a acompanha. De forma restrita, sem levar em conta particularidades como a fertilidade do solo e a destreza do trabalhador, diz Marx (1984a) que:

[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo de meios de produção que um trabalhador, durante um *tempo* dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto. A massa dos meios de produção com que ele funciona cresce com a produtividade de seu trabalho (MARX, 1984a, p. 194, grifo meu).

Dessa forma, e considerando as alterações na composição do capital, a dinamização da produtividade do trabalho se revela em que o mesmo trabalho é capaz de mobilizar e transformar mais meios de produção em produtos em uma *escala menor de tempo*. Em uma prospecção, tanto menos é necessário força de trabalho para movimentar uma massa crescente de meios de produção, tanto mais cresce a força produtiva do trabalho social: *resulta*

*disso um aumento da parte constante do capital à custa de seu componente variável*, o que se configura como uma verdadeira “lei” (MARX, 1984a, p. 194). Segundo Marx (1984a, p. 194), o acréscimo da produtividade do trabalho “aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos”. *O capital constante está na razão direta do progresso da acumulação e o capital variável, na inversa*. Mas se o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa do capital variável, isso não prejudica o crescimento de sua grandeza absoluta, mas em proporção cada vez menor em comparação ao capital constante<sup>177</sup>. Isso contraria o que era defendido pela Economia burguesa, de que acumulação de capital é igual ao acréscimo de capital variável: “Mas essa ideia [a da ciência burguesa] é falsa, uma vez que se altera, com a acumulação do capital, a composição orgânica, e a parte constante aumenta em progressão mais rápida que a parte variável” (MARX, 1980, p. 996).

No ano de 1817 circulava na Inglaterra o folheto de Jonh Barton, intitulado *Observations on the Condition of the Labouring Classes*, no qual o economista adverte sobre os efeitos prejudiciais da maquinaria para a classe trabalhadora, a quem Marx (1980, p. 1011), no segundo volume de *Teorias da Mais-valia*, creditou o grande mérito de ter sido o “[...] primeiro a salientar que os diferentes componentes orgânicos do capital não crescem no mesmo ritmo da acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas [...]”. Contrariando essa posição, David Ricardo publicou, no mesmo ano, o seu *Princípios de Economia Política e Tributação*, defendendo que, com o uso da máquina, as mercadorias diminuiriam de valor proporcionalmente à quantidade de trabalho economizado, mas que o fundo destinado a esses trabalhadores seria mantido<sup>178</sup>. Apenas com a publicação da terceira edição de seu livro, em 1821, é que Ricardo (1982) revê sua posição sobre o assunto no capítulo XXXI, *Sobre a*

---

<sup>177</sup> “Suponhamos que um valor de capital se dividia inicialmente 50% de capital constante e 50% de capital variável, mais tarde em 80% de capital constante e 20% de variável. Se, entretantes, o capital original, digamos 6 mil libras esterlinas, aumentou para 18 mil libras esterlinas, sua componente variável cresceu também em 1/5. Era de 3 mil libras esterlinas e monta agora a 3.600 libras esterlinas. Mas se, antes, um crescimento de 20% de capital teria bastado para elevar a demanda de mão-de-obra em 20%, isso agora exige triplicação do capital original” (MARX, 1984a, p. 195). Cresce, portanto, o capital variável com o aumento global de capital, mas em volume muito menor em comparação ao ritmo do crescimento do capital constante. Este, precisa crescer progressivamente mais rápido para requerer uma maior demanda de força de trabalho, embora essa demanda esteja muito abaixo do crescimento total da população.

<sup>178</sup> “Se dez homens faziam mover um moinho e se se descobrisse que, com o auxílio do vento ou da água, tal trabalho poderia ser poupado, a farinha, que é produzida em parte com o trabalho realizado pelo moinho, diminuiria de valor proporcionalmente à quantidade de trabalho poupado, e a sociedade de tornaria mais rica com as mercadorias produzidas com o trabalho desses 10 homens, pois o fundo destinado à sua manutenção em nada seria afetado” (RICARDO, 1982, p. 195). Marx (1980, p. 988) critica essa ideia, a de que esse fundo liberado deva ser gasto com capital variável ou, até mesmo com os trabalhadores dispensados, quando, em verdade, nada tem a ver com esses sujeitos: “Eles podem ficar na miséria, morrer de fome, etc.”.

*Maquinaria*, a “modificação mais revolucionária na 3º edição”, como pontua Sraffa (1982, p. 31), demonstrando a “[...] *probidade* que marca a distinção essencial que o separa dos economistas vulgares” (MARX, 1980 p. 989, grifo no original).

Até então, Ricardo (1982) acreditava que a introdução da maquinaria seria benéfica para todas as classes: os proprietários de terra, os capitalistas e os trabalhadores. Esses últimos poderiam comprar mais mercadorias, agora com preços reduzidos, com a manutenção dos mesmos salários em dinheiro; não haveria diminuição na sua renda, embora o capitalista necessitasse produzir uma nova, ou diferente, mercadoria. Embora alguns trabalhadores fossem dispensados, no caso de uma maior oferta de produtos não ter a sua demanda correspondente, esses sujeitos seriam direcionados à produção de outra mercadoria que não poderia deixar de haver demanda, já que o capital para o emprego dos trabalhadores iria continuar existindo; não haveria falta de trabalho. Mas, posteriormente influenciado pela publicação de Barton<sup>179</sup>, repensa suas colocações anteriores e admite estar “[...] convencido de que a substituição de trabalho humano por máquinas é frequentemente muito prejudicial aos interesses da classe dos trabalhadores” e que “[...] a mesma causa [o uso da maquinaria] que pode aumentar o rendimento líquido do país, pode ao mesmo tempo tornar a população excedente e deteriorar as condições de vida dos trabalhadores”<sup>180</sup> (RICARDO, 1982, p. 262). Analisando a tese ricardiana, Marx (1980, p. 989) diz que:

Antes de mais nada cabe observar que Ricardo admite aí que as causas que favorecem a riqueza dos capitalistas e dos donos de terras “podem gerar população excedente”, e assim *o excesso de população representa aí o resultado do próprio processo de enriquecimento e do desenvolvimento das forças produtivas*, condicionador desse processo (MARX, 1980, p. 999, grifo meu).

Portanto, se faz imprescindível o entendimento de que, conforme Harvey (2013, p. 259-260), “os impactos das mudanças tecnológicas e organizacionais na produtividade têm de ser colocados numa posição central em relação às dinâmicas da

---

<sup>179</sup> Em nota ao pé da página, diz Ricardo (1982, p. 266): “Não é fácil admitir que, em qualquer circunstância, um aumento de capital deixe de ser acompanhado por um aumento da demanda de trabalho. O máximo que se pode dizer é que a demanda será decrescente. Barton, na obra anteriormente citada [*Observations on the...*], apresente um ponto de vista correto sobre alguns efeitos de uma quantidade crescente de capital fixo sobre a situação da classe trabalhadora. Sua obra contém muitas informações valiosas”.

<sup>180</sup> Segundo Marx (1980), a formação de uma superpopulação em decorrência do uso da maquinaria é um avanço de Ricardo em relação a Barton, muito embora limite esse efeito apenas à agricultura, quando na verdade ele se estende à indústria. Contribuiu, também, para erodir uma tese extremamente conservadora e preconceituosa: “Mas com isso desfaz-se o cerne de toda a teoria absurda da população e sobretudo o vazio refrão dos economistas vulgares de terem os trabalhadores de se esforçar para manter sua multiplicação abaixo do nível da acumulação do capital” (MARX, 1980, p. 1012).

acumulação”. Antes, é imprescindível reconhecer que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho requer uma *cooperação em larga escala*, da qual depende as novas divisões do trabalho, a aplicação de um sistema de máquinas e o uso da tecnologia e da ciência, convertida em força a serviço do capital. Mas, para a produção de mercadoria, aquela cooperação somente pode acontecer com uma acumulação prévia<sup>181</sup> de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias, como pressuposto mesmo do “modo específico de produção capitalista”. Falamos aqui de um elemento essencial à produção capitalista de mercadorias: a *propriedade privada*.

À base da produção de mercadorias, na qual os meios de produção são propriedade de pessoas privadas, em que o trabalhador manual produz mercadorias portanto de modo isolado e autônomo ou vende sua força de trabalho como mercadoria porque lhe faltam os meios para produzir autonomamente, *aquele pressuposto só se realiza pelo crescimento dos capitais individuais ou à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas* (MARX, 1984a, p. 195, grifo meu).

Todo o movimento da acumulação capitalista se assenta na condição da propriedade privada, como condição *primeira* para que se desenvolva a produção de mercadorias em larga escala, como evidenciado nos *Manuscritos* de 1844<sup>182</sup>. Essa depende do desenvolvimento da produtividade do trabalho, possibilitando a expansão vertiginosa, e em grau crescente, da produção de um excedente que é apropriado pelo capitalista, para o que é necessário o investimento de grande parte da mais-valia na produção. Este capital acrescido ao original é o fundamento da produção em escala acelerada, dos métodos para aceleração da produtividade social do trabalho e da produção de mais-valia. “Mas todos os métodos de elevar a força produtiva social do trabalho, surgidos sobre esse fundamento, são, ao mesmo tempo, métodos de elevar a produção de mais-valia ou mais produto, que, por sua vez, é o elemento constitutivo da acumulação”. Mas isso não se mantém apenas assim: “São, por conseguinte, métodos para produzir capital mediante capital ou métodos de sua acumulação acelerada”

---

<sup>181</sup> Aqui Marx se refere à acumulação primitiva, assunto que ele vai postergar para o próximo capítulo, *A assim chamada acumulação primitiva*. Aqui, contesta os ideólogos da Economia Política sobre as origens idílicas do ponto de partida do modo de produção capitalista, defendendo que essa acumulação prévia não é resultado da acumulação capitalista, mas seu ponto inicial.

<sup>182</sup> Segundo Marx (2010a, p. 79, grifo no original), “A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada”. A economia burguesa entende o fato concreto da propriedade privada, sem evidenciar sua verdadeira origem, senão por divagações superficiais donde derivam suas determinações, mas não compreendem que as determinações sociais têm, de fato, sua origem na propriedade privada.

(MARX, 1984a, p. 195). A acumulação acelerada está, pois, na dependência dessa super formação de mais-valia, o que se traduz no aprofundamento dessa exploração, possível somente nesses termos; a mais-valia primeiro deve ser gerada, para depois ser apropriada. A particularidade histórica do capitalismo como modo de produção, que deve ser visto como totalidade, está na especificidade dessa exploração considerada não apenas pelas leis sociais que a garante, mas, também, pelo movimento que a dinamiza e que, *assegurada* pela propriedade privada, é *potencializada* e se faz governante pelo aumento da produtividade do trabalho social, que nessa sociedade tem a natureza de trabalho assalariado. A intensificação e os desdobramentos dessa exploração não podem ser desvinculados do progresso e incorporação da maquinaria à produção.

Esses são métodos que produzem capital pela aplicação de capital ou métodos de acumulação na forma *acelerada*, já que esse capital acrescido à produção está sempre em grandeza crescente pela própria *dinâmica acelerada de acumulação*: se certo grau de acumulação de capital<sup>183</sup> aparece como condição, como fundamento do modo de produção especificamente capitalista, e a ininterrupta transformação de mais-valia em capital se coloca como grandeza crescente que entra no processo de produção, então este se torna, por sua vez, fundamento para a acumulação acelerada do capital, dos métodos que se fazem presente no seu evoluir para o aumento da produtividade do trabalho e produção acelerada de mais-valia: “Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo e produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada do capital” (MARX, 1984a, p. 195-196). Inicialmente, “com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com modo de produção especificamente capitalista, a acumulação de capital”. Esses dois elementos, o modo de produção especificamente capitalista e a acumulação de capital, vinculados e dependente um do outro, se alimentam de forma contínua e progressiva, possibilitando o dinamismo produtivo, o qual é *dependente da progressiva alteração da composição do capital* – “Estes dois fatores econômicos criam, de acordo com a relação conjugada dos impulsos que eles se dão mutuamente, *a mudança na composição técnica do capital pela qual a componente variável se torna cada vez menor comparada à constante*” (MARX, 1984a, p. 196, grifo meu).

---

<sup>183</sup> Essa acumulação da qual fala Marx (1984a) é a acumulação primitiva, não a acumulação resultante do movimento de produção capitalista. A primeira, que estabeleceu a propriedade privada capitalista como necessária à produção ampliada de mercadorias e, portanto, do modo especificamente de produção capitalista, criou as condições para a acumulação ampliada de capital no capitalismo.

O que Marx expõe aqui é o desenvolvimento histórico ulterior do capitalismo, enquanto modo de produção, em decorrência de sua própria dinâmica. Se, em determinado momento, uma acumulação anterior foi necessária para o estabelecimento dessa forma de produção, a partir de certo patamar de desenvolvimento esse modelo de produção alcança um outro estágio estabelecido pelo próprio processo de acumulação que é permitido pela reconversão da mais-valia como capital, mas em escala sempre crescente. Falamos aqui da passagem do primeiro ao segundo modelo de acumulação de capital, pela qual a produção de mais-valia supera a incorporação do capital variável e sua aplicação como capital se desvincula de uma repartição entre a renda do capitalista, para uma produção em escala permanentemente crescente, permitindo uma ampliação da exploração. Falamos da passagem da subsunção formal do trabalho ao capital para a subsunção real.

Esse quadro se torna incontestavelmente possível com um salto qualitativo impressionante da produtividade do trabalho. Após superar a dependência humana no processo de trabalho manufatureiro e, no início da grande indústria, da própria fabricação de máquinas pelo homem, firmando sua base técnica<sup>184</sup>, o capital reorganiza seu modo de produção de forma espetacular. Talvez o tema da maquinaria no Livro I d'*O Capital* seja o mais extensamente abordado por Marx; sem dúvida o mais privilegiado enquanto meio de produção de mais-valia relativa. Décadas antes, Engels (2010) já havia compreendido e exposto a importância da forma como se efetiva a produção da vida material em sociedade, daí a sua problematização da Revolução Industrial inglesa. Enquanto que na manufatura a revolução do modo de produção toma como ponto de partida a força de trabalho, na grande indústria essa revolução se vale do meio de trabalho, em que o instrumento se metamorfoseia em máquina e cuja finalidade, no modo de produção capitalista, está muito distante de aliviar a classe trabalhadora do trabalho e liberar tempo para que se dedique a outras atividades, para que seja estabelecido o que Lafargue (2016, p. 59) proclama como os “Direitos da Preguiça”.

Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia (MARX, 1984a, p. 7).

---

<sup>184</sup> Sobre isso, pontua Marx (1984a, p. 16): “A grande indústria teve, portanto, de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Só assim ela criou sua base técnica adequada a se firmou sobre seus próprios pés”.

*Tempo.* A máquina, da qual partiu a Revolução Industrial, *substituiu* o trabalhador, que manjava apenas uma ferramenta, por um mecanismo capaz de operar um volume maior de ferramentas de uma só vez, movidas por uma única força motriz<sup>185</sup>; a máquina motriz se desvencilha dos limites da força do homem e passa a revolucionar o conjunto da indústria nos seus diversos ramos. Apesar da manufatura ter fornecido ao sistema de máquinas a organização do processo de produção, em que cada ferramenta individual manjada pelo trabalhador agora aparece na máquina destinada a uma função específica no conjunto dos mecanismos, temos uma importante distinção desse momento para outro: “Embora o trabalhador seja adequado ao processo [no caso da manufatura], também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada”. (MARX, 1984a, p. 13) E a contar desse momento, em que a máquina cumpre todos os movimentos necessários para processar a matéria-prima sem a ajuda humana, “precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado” (MARX, 1984b, p. 14).

O aperfeiçoamento gradativo da maquinaria, e seu uso na produção capitalista, reorganiza a escala de produção, se estabelecendo como o elemento por excelência capaz de ampliar enormemente a extração de mais-valia relativa. A importância das máquinas para Marx se revela na própria intenção do Livro I, o de analisar o processo de valorização do capital, sustentando-se na superação dos entraves ocasionados pela sua estrutura. A produção adquire certa autonomia em que o homem se torna, ele próprio, o meio de trabalho da máquina, sendo facilmente substituível, ou apenas descartável, visto que o aumento da produtividade do trabalho não está dependente do maior dispêndio de trabalho humano. Nas palavras de Lafargue (2016, p. 63), essa canonização do trabalho na sociedade burguesa fez com que a máquina fosse transformada de “[...] libertadora em instrumento de vassalagem dos homens livres: sua produtividade os empobrece”.

Algumas considerações prévias. A partir da exposição dos estudos marxianos entendemos que a produção e acumulação da mais-valia pelo capitalista não pode ser analisada, sob hipótese alguma, sem ser levada em conta o estabelecimento da propriedade privada capitalista como pressuposto necessário à efetivação da exploração do capital sobre o trabalho. A posse privada dos meios de produção, que são em si os meios de produção e reprodução da

---

<sup>185</sup> “O aumento do tamanho da máquina de trabalho e do número de suas ferramentas operadas simultaneamente exige um mecanismo motor mais volumoso, e esse mecanismo, para superar sua própria resistência precisa de uma força motriz mais possante que a força humana; isso sem considerar que o homem é um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo” (MARX, 1984a, p. 10).

vida material, torna automática a retirada compulsória de mais-produto do trabalhador uma realidade, possibilitando a acumulação de capital. Mas o estágio priorizado por Marx, em que a acumulação se realiza de forma acelerada, está na relação e proporção direta de uma alteração substancial das forças produtivas sob o comando do capital, o que resulta no aumento da capacidade produtiva do trabalho social e, por tanto, na produção de um volume maior de mais-valia, o que, sob as configurações características desse modo de produção, permite uma ampliação da acumulação oportunizada por uma intensificação da exploração. Por hora, apenas sinalizamos que essa necessária alteração da composição técnica do capital é imprescindível para entendermos o destino da classe trabalhadora, sendo um componente que possibilita a exploração exacerbada, agora nitidamente distinta de formas já existente anteriormente, tanto nesse como em outros modos históricos de produção, caracterizada por uma intensa e extensa pobreza especificamente capitalista, evidenciada na dramaticidade da realidade social.

Nos deteremos apenas a indicar algo que Marx (1984a) traz nesse capítulo, mas sem o aprofundarmos; entendemos que o mote da questão, o fio condutor e balizador dessa discussão, se encontra nas formas requeridas para o aumento da produtividade do trabalho. É que esse progresso da produtividade depende, também, dos processos de concentração e centralização<sup>186</sup>, embora esta última não dependa do crescimento positivo do capital social. Todo capital individual é *concentração* de certos meios de produção com comando sobre certo exército de trabalhadores, um se configurando a partir da realidade do outro. E se toda acumulação é meio para nova acumulação, esse capital aplicado possibilita a concentração de riqueza nas mãos de capitalistas individuais: o crescimento do capital social se expressa no crescimento de muitos capitalistas individuais, o que traz como consequência a concentração dos meios de produção sob o seu poder, como partes do capital social global. Se se concentra a riqueza, concentra-se também a base da produção em larga escala e os métodos da produção especificamente capitalista, apesar de toda essa caracterização poder ser, em parte, contrarrestada como repulsão<sup>187</sup> entre capitais individuais.

---

<sup>186</sup> Isso porque a concentração possibilita ao capitalista maior poder monetário e, assim, a expansão de suas riquezas através da transformação desse capital em capital produtivo na produção especificamente capitalista ampliando, conseqüentemente, a extração de mais-valia, fonte de acumulação; enquanto que a centralização, que se forja por meio de incorporações, fusões, etc., permite que os capitalistas aumentem suas escalas de operações, independentemente da acumulação de capitalistas individuais: “O mundo ainda estaria [nos anos 1800] sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitalistas individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de terra” (MARX, 1984a, p. 198).

<sup>187</sup> Esse processo de concentração, o qual é limitado pelo grau de crescimento da riqueza social, pode ser parcialmente compensado pelo fato de que o crescimento dos capitais que já se encontram estruturados e em funcionamento são atravessados pela constituição de novos capitais e pela fragmentação dos capitais já existentes. “Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do

Por outro lado, a *centralização*<sup>188</sup>, que não é limitada pelo crescimento da riqueza absoluta, representa a atração em oposição ao fracionamento de capitais. “É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitalistas menores em poucos capitalistas maiores”. Esse processo é distinto do primeiro nos seguintes termos: se a concentração depende da acumulação progressiva, então está diretamente atrelada à ampliação de capital por meio da produção de mais-valia em escala ampliada, o que requer a alteração da composição do capital e, conseqüentemente, a intensificação do grau de exploração. Já a centralização indica apenas a divisão dos capitais já existentes e em atividade: “é a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 1984a, p. 196), criando a possibilidade de os capitalistas industriais ampliarem suas operações<sup>189</sup>, o que contradiz a visão da Economia Clássica e neoliberal sobre o livre mercado, conduzindo à formação dos grandes monopólios<sup>190</sup>.

Dessa forma se estabelece a ultrapassagem definitiva do primeiro modelo de acumulação, em que o vórtice da acumulação capitalista salta do plano meramente quantitativo, consolidado pelo aumento de demanda da força de trabalho, para uma alteração qualitativa do capital global, em uma reconfiguração derivada do desenvolvimento das forças produtivas centrada no “acréscimo permanente do seu componente constante à custa do variável” (MARX, 1984a, p. 198). Isso é um ininterrupto que se reproduz de forma infundável, sob uma expansão incrível do poder de acumulação de capitais no modo de produção capitalista, em que é produzido e reproduzido um imenso paradoxo da sociedade burguesa, o que não contradiz seu objetivo centrado na cruzada pela mais-valia. A demanda por trabalho é determinada pela parte variável, pelo investimento direcionado a esse componente, e não pelo volume do capital

---

comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais” (MARX, 1984a, p. 196).

<sup>188</sup> Diz Marx (1984a, p. 197) que as leis dessa atração de capital por capital não podem ser desenvolvidas nesse momento, mas indica que com o progresso da produção e acumulação capitalistas desenvolve-se a concorrência e sistema de créditos, “as duas mais poderosas alavancas da centralização”. Concordamos com Harvey (2013, p. 261) ao dizer que: “Apesar de não poder desenvolver o sistema de crédito [porque] (isso violaria o pressuposto inicial de que a divisão do mais-valor entre juro, renda e lucro sobre o capital não tem importância), Marx não resiste a fazer algumas considerações prévias”, entendemos que o debate sobre a concorrência também iria romper essas condições estabelecidas inicialmente, já que “a luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias” (MARX, 1984a, p. 196), o que implica o abandono da venda das mercadorias pelo seu valor.

<sup>189</sup> “E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (MARX, 1984a, p. 198).

<sup>190</sup> “Mas isso [a centralização], traz a ameaça do poder do monopólio e contradiz a visão – muito cara a economia política clássica, bem como aos teóricos neoliberais contemporâneos – de uma economia de mercado descentralizada, em que as decisões são tomadas de modo tão disperso e individualista que ninguém consegue monopolizar ou dominar o mercado” (HARVEY, 2013, p. 261-262).

global; portanto, a demanda pela parte variável cai com relação a grandeza do capital global, e de forma progressivamente acelerada com o crescimento deste – na verdade, com o crescimento do capital global cresce, também, “sua parte variável, ou a força de trabalho nela incorporada, mas em proporção continuamente decrescente” (MARX, 1984a, p. 199). A contradição desse ponto da análise está em que: a absorção de mais trabalho requer uma acumulação acelerada do capital em progressão crescente, até mesmo devido às metamorfoses do capital já existente. Mas essa mesma acumulação crescente, e a centralização que a acompanha, são novas fontes de mudanças na composição do capital, ou o decréscimo da parte variável em comparação à constante.

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado pelo seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora, sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de produção. *No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção em relação à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades do aproveitamento por parte do capital* (MARX, 1984a, p. 199, grifo meu).

De modo algum o decréscimo do componente variável do capital, considerando a dimensão do capital total, é explicável pelo aumento absoluto da população trabalhadora. Por esse discurso, é como se a população crescesse em um ritmo que a produção capitalista fosse incapaz de absorvê-la quando, em verdade, *é justamente a exponenciação do poder produtivo que torna essa população supérflua às necessidades do capital*. Essa lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa da parte variável do capital, que é a lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, *está em que a classe trabalhadora produz, em escala sempre ampliada, devido ao aumento da produtividade do trabalho, os meios que a torna relativamente redundante*. Em outros termos, Marx (1984a) adianta o fundamento da lei geral da acumulação capitalista. Em nota ao pé da página diz: *“A lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa do capital variável, bem como de seus efeitos sobre a situação da classe de trabalhadores assalariados, foi mais pressentida do que entendida por alguns destacados economistas da escola clássica”* (MARX, 1984a, p. 200, grifo meu). É sobre isso que se destina o capítulo XXIII; *a exposição de uma lei populacional, cujo fundamento se alicerça na alteração da composição do capital no processo da acumulação acelerada, alteração centrada no aumento do capital constante e que possibilita enormemente a capacidade produtiva de riquezas, mas que traz no seu reverso a formação de um contingente*

*de desempregados pobres à disposição do capital, agora não mais vulnerável ao movimento natural da população, expressando, pois, a contradição da sociedade burguesa.* “Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas” (MARX, 1984b, p. 200). Mas, se essa população trabalhadora excedente é resultado da acumulação ou desenvolvimento da riqueza, ela mesma se torna condição necessária de existência do modo de produção capitalista, como uma alavanca da acumulação: como estabelece Marx (1984a, p. 200), “ela [a superpopulação] proporciona às suas [as do capital] mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional”.

Engels (2010, p. 125) já havia manifestado a ideia sobre essa população sobrando<sup>191</sup>, apontando que “[...] a indústria inglesa tem necessidade de uma reserva de trabalhadores desempregados” para que se alcance a produção de mercadorias exigida pelo mercado em momentos de expansão e que o tamanho dessa “reserva” é mais ou menos determinada pelo movimento do mercado, que vai dispor sobre sua ocupação ou não. A acumulação acelerada de capital, agora transformada em uma progressiva espiral, tanto em ramos antigos quanto nos novos, precisa da disposição de trabalhadores prontos para serem inseridos em determinados espaços sem a necessidade de serem requeridos de outros, o que poderia impactar a quebra de produção em certos ramos; a superpopulação deve prover essa necessidade. Superpopulação, cujo curso de vida é impactado pelos ciclos da *indústria moderna*, com o seu curso de vida característico, em que parte desse contingente ora é absorvida, ora repelida, embora seja continuamente constituída<sup>192</sup>.

Esse curso de vida *peculiar da indústria moderna*, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, *também era impossível no período de infância da produção capitalista. A composição do capital só se alterava paulatinamente. À sua acumulação correspondia, portanto, no todo, um crescimento populacional da demanda de trabalho.* Lento como o progresso de sua acumulação, se comparado com o da época moderna, ele se chocava com barreiras naturais da população trabalhadora explorável, que só foram removidas por meios violentos [em uma referência à acumulação primitiva] (MARX, 1984a, p. 201, grifo meu).

<sup>191</sup> É exatamente essa ideia que Marx vai definir como “exército industrial de reserva”, mas que também não foi utilizada pioneiramente por Engels. Essa noção já aparecia em junho de 1836 em um artigo publicado no *Northern Star*.

<sup>192</sup> “O curso de vida característico da indústria moderna, sob a forma de um ciclo decenal, interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa na contínua reconstituição, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial recrutam a superpopulação e tornam-se os mais enérgicos agentes de sua reprodução” (MARX, 1984a, p. 201).

*A condição social da vida se tornou condicionada à grande indústria, em que se afirma a lei populacional da era burguesa.* Visto que, na aurora da produção capitalista, a formação de um volume de trabalhadores disponível era impossível pelo progresso produtivo, estando o seu desenvolvimento dependente de um crescimento populacional natural, como um freio à acumulação, o capital lança mão de métodos inescrupulosos para atender essa demanda de trabalho e lançar uma massa de proletários no mercado de trabalho, isso entre o último terço do século XV e até mais ou menos metade do século XVIII. Esse aumento inicial da escala produtiva encontra seus limites, sendo ainda dependente do aumento da força de trabalho<sup>193</sup>. Compreendendo os ciclos da indústria moderna, a expansão leva à contração, e esta novamente à expansão, “[...] mas esta é impossível sem material humano disponível, sem multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população” (MARX, 1984a, p. 201), sendo necessário, portanto, métodos que *permanentemente* libere trabalhadores ocupados em contexto de produção aumentada. Como nos esclarece Marx (1984a), “Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semiempregados”<sup>194</sup> (MARX, 1984a, p. 201). Ou, para reafirmar nossa colocação sobre a grande importância da maquinaria no pensamento marxiano em relação à realidade da sociedade burguesa, e de forma ainda mais explícita: “*As máquinas criam sempre população relativa, um exército de reserva de trabalhadores, o que muito acresce o poder do capital*” (MARX, 1980, p. 989, grifo meu).

A acumulação eleva a procura pela força de trabalho e Marx (1984a), como demonstrado no tópico anterior, indicou a tendência do aumento dos salários. A solução de Marx para isso, conforme Sweezy (1982), se ancora no seu conceito de “exército de reserva de trabalho”; “A reserva é recrutada principalmente entre os que foram deslocadas pelas máquinas” (SWEEZY, 1982, p. 116). Marx (1984b) demonstrou um exemplo sobre o emprego da maquinaria pelos capitalistas para frear esse movimento ascendente do valor da força de trabalho<sup>195</sup>, mas o desdobramento disso é o desemprego, que incide sobre o nível dos salários.

---

<sup>193</sup> Lembremo-nos de que entre os séculos XV e a primeira metade do século XVIII, na Inglaterra, Marx (1984a, p. 188) aponta sobre a alta dos salários, que em dado grau compromete a taxa de exploração, devido à alta de demanda de mão-de-obra assalariada.

<sup>194</sup> Esse entendimento sobre a oscilação do capital variável pressupõe o acréscimo ou decréscimo do total do número de trabalhadores que estão em atividade. Mas Marx (1984a, p. 203) nos esclarece que, mesmo com um número igual ou até mesmo em declínio de trabalhadores, o capital variável cresce se o trabalhador individual fornecer mais trabalho, aumentando, dessa forma, o seu salário. “O acréscimo do capital variável torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores ocupados”. O capital variável representa a soma global dos salários.

<sup>195</sup> Marx (1984a) indica que, entre os anos de 1849 e 1859, ocorreu uma elevação salarial nos distritos agrícolas ingleses em decorrência do grande êxodo da superpopulação rural que foi causada pela demanda bélica e expansão das construções de estrada de ferro, fábrica, minas. “O que fizeram, então, os arrendatários? Esperaram até que os

O que Sweezy (1982) expressa não é nada além da alteração da composição do capital. Assim, a existência dessa população reserva é independente de qualquer suposição sobre o movimento *natural* da população em geral, independente se esta cresce ou não, podendo até mesmo estar em declínio. “*A grande realização de Marx foi a integração desse princípio [a liberação de trabalhadores pela maquinaria] na teoria geral da acumulação de capital, de modo a libertar esta última da dependência, de outro modo fatal, do dogma demográfico malthusiano*” (SWEEZY, 1982, p. 117, grifo meu).

A plena dominação do capital como relação social de produção e a maturação do modo de produção capitalista não poderiam acontecer sem a grande revolução dos meios de produção como condição do aumento da produtividade do trabalho e, com isso, do estabelecimento de certa “autonomia” do emprego da força de trabalho e a formação de uma funcional superpopulação relativa às necessidades do capital. Isso apenas foi possível a partir da segunda metade do século XVIII. “Não basta à produção capitalista de modo algum o quanto de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. *Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural*” (MARX, 1984a, p. 202, grifo meu). Dessa forma, essa lei populacional, própria a certo patamar do capitalismo, só pode vigorar a partir do desenvolvimento da grande indústria, quando uma massa menor de força de trabalho pode movimentar uma massa crescente de meios de produção e, como consequência direta disso, dispensar ou não requisitar trabalhadores, que sucumbem à miséria em um mundo que rompeu com os impedimentos para a expansão produtiva de riqueza; está estabelecida a grande contradição de nossa época, o grande paradoxo da sociedade burguesa.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho, que são tanto a causa como o efeito da acumulação, instrumentaliza o capitalista a pôr mais trabalho em ação com o mesmo capital variável empregado, isso em decorrência da “*exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais*” (MARX, 1984a, p. 203, grifo meu). E, mantendo o valor de seu capital, ele consegue comprar mais força de trabalho ao redirecionar suas definições, de mais para menos qualificada, de madura para imatura, de masculina para feminina; esses elementos ainda serão desenvolvidos, *mas não se pode negar a compreensão marxiana de uma exploração particular desse estágio do capitalismo, própria à*

---

trabalhadores rurais, em decorrência desse pagamento brilhante, tivessem se multiplicado tanto que seu salário novamente teria que cair, como a coisa acontece no cérebro do economista dogmático? Eles introduziram mais maquinaria e, num instante, os trabalhadores se tornaram novamente ‘redundantes’ numa proporção conveniente até mesmo aos arrendatários (MARX, 1984a, p. 205).

*maquinaria*. Dessa forma, se por um lado o avanço da acumulação permite que maior capital constante coloque mais trabalho em ação sem ser necessário o recrutamento de mais trabalhadores, por outro lado, capital variável de mesma grandeza coloca mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho; tratamos aqui do pleno progresso dos meios de produção<sup>196</sup>, os instrumentos e a maquinaria inseridos em um processo de produção. A consequência desse estágio da produção capitalista é descrita por Marx (1984a) da seguinte forma:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (MARX, 1984a, p. 203).

É essa uma passagem importante para afirmarmos nossa posição de que essa poderosa alteração da composição técnica do capital, como ampliação da sua parte constante e levada a efeito pela introdução da maquinaria é, essencialmente, um fator responsável pelo quadro acentuado de pobreza da classe trabalhadora em contraste com as possibilidades produtivas do capitalismo, sem desconsiderar seu teor exploratório. Além de oportunizar a intensificação do sobretrabalho, que é o trabalho realizado além do necessário para a reprodução da classe trabalhadora e destinado à acumulação, todo essa alteração da produção *obriga* os trabalhadores a se submeterem à exploração exponenciada do capital devido à pressão da parcela inativa, criada e mantida por esse mesmo movimento e assegurada pela posse privada dos meios de produção. Assim, o desvencilhar-se do capital do aumento do capital variável para manter a acumulação se origina, e é permitido, pelo progresso da produção social. Ainda nessa linha de pensamento, como efeito em cadeia, o exército industrial de reserva em suas contrações e expansões, que responde ao ciclo industrial, é responsável pela regulação dos salários<sup>197</sup>, cujo movimento se reporta não à oscilação do número absoluto da população, mas pela sua parcela variável que se divide em exército ativo e exército de reserva. A significação que queremos

---

<sup>196</sup> “Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores” (MARX, 1984a, p. 203).

<sup>197</sup> Esse exército de reserva também é responsável por pressionar os trabalhadores ativos, embora não de forma intencional, a desempenharem o melhor na produção pela ameaça dos que estão desempregados, além de desmobilizar as pretensões de luta daquela parcela (MARX, 1984a, p. 205).

apreender nesse movimento de dependência e interação entre maquinaria e exploração, inclusive para o próprio desenvolvimento ulterior da sociedade burguesa, pode ser referida em Antunes (2015)<sup>198</sup>:

Como explica Marx, no Livro I de *O Capital*: *a força de trabalho é a mais espetacular de todas as mercadorias porque é a única que cria outras mercadorias. O preço de sua força de trabalho é igual a seu custo de produção. E, na medida em que aumenta a maquinaria e a divisão do trabalho, cresce também a quantidade de trabalho, quer pelo incremento das horas de trabalho, quer pelo incremento do trabalho exigido num determinado tempo. E mais: nesse processo de exploração do trabalho, a herança artesanal e manufatureira desaparece; o operário torna-se um simples apêndice da máquina e seu custo se reduz quase que exclusivamente aos meios de subsistência que lhes são necessários para sobreviver* (ANTUNES, 2015, p. 106, grifo no original).

Outra nota: a exploração *não* é um traço exclusivo do surgimento e da consolidação do modo de produção capitalista, mas marca igualmente outras formas de organização da vida humana em sociedade. Além dessa exploração ser parcialmente encoberta pela ideia do trabalhador que vende “livremente” sua força de trabalho, aqui ela se distingue pela sua capacidade elástica em ser ampliada, expandida, pelo incremento das forças produtivas que, em tese e em outra sociabilidade, possibilitaria ao homem alcançar o seu pleno desenvolvimento e a total satisfação de suas necessidades vitais. *Por exploração exponenciada queremos significar essa exploração que é irrestritamente intensificada pela revolução da maquinaria, que se estrutura na alteração da composição orgânica do capital em seu processo de desenvolvimento. Tal alteração cria os dois pilares desta exponenciação: a alteração dos tempos entre o trabalho necessário e o trabalho excedente da jornada de trabalho global e a pressão do exército industrial de reserva sobre a parte ativa da classe trabalhadora. Exploração que faz curvar até mesmo mulheres e crianças perante o mundo desumano da produção capitalista e que não é restringida nem pela frágil natureza física do homem e, tão pouco, pelos desafios postos para a dominação e transformação da natureza. É uma exploração distinta, única, particularizada pelos meios que poderiam libertar os homens de suas limitações. É, realmente, um momento imensurável da capacidade de conquistas do homem em todos os âmbitos da vida, como se não houvessem fronteiras para suas ambições. Mas é, também, uma época de intenso sofrimento da grande maioria da população mundial submetida a essas condições de reprodução da vida, em um verdadeiro massacre pela incessante*

---

<sup>198</sup> Mas essa ideia já havia sido plenamente desenvolvida anos antes no Manifesto Comunista (MARX; ENGELS, 2010, p. 46).

jornada do capital que transformou a Terra em um gigantesco campo de concentração em que a população vai se definhando<sup>199</sup>. É importante destacar que:

Se, por um lado, sua acumulação [a do capital] multiplica a demanda de trabalho, por outro lado multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores (MARX, 1984a, p. 206).

Essa demanda por mais trabalho na produção capitalista é, em certo grau, inversamente relativa à requisição de trabalhadores. Nesse estágio do desenvolvimento da sociedade burguesa, o aumento da produtividade do trabalho, como principal motor da acumulação, depende da variação ascendente do *fator constante* do capital global efetivada através da alteração da composição técnica, o que se expressa na realização de mais trabalho sem necessidade de participação, em mesma escala, da classe trabalhadora; cai, portanto, em curva descendente, a demanda por trabalhadores, a parte subjetiva desse capital. Aqui está apresentada a *chave*, ou como prefere Marx (1984a, p. 206), o “segredo” que responde aos trabalhadores o fato de que “na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia”, e que, como possibilidade e em decorrência disso, “na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles” e que “o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa”, criada nesse movimento pela busca do aumento da produção. É para a eliminação ou enfraquecimento das consequências nefastas “*daquela lei natural da população capitalista sobre sua classe*” (MARX, 1984a, p. 206, grifo meu), que os trabalhadores vão se organizar, perturbando sua “livre” ação; lei que obedece a esse segundo modelo de acumulação capitalista e que é responsável pela formação da superpopulação relativa.

Apesar da sua conformidade com as alterações do ciclo industrial, essa superpopulação relativa existe, continuamente, sob três distintas formas: líquida, latente e estagnada. Essas são as principais abstrações de uma realidade que comporta diversos matizes em que se aloca todo o trabalhador que está *parcial* ou *totalmente desocupado*. Não iremos nos

---

<sup>199</sup> É emblemática uma passagem em *O Capital*: “O capital, que tem ‘boas razões’ para negar os sofrimentos da classe trabalhadora que o circunda, é condicionado em seu movimento prático pela perspectiva de apodrecimento futuro da humanidade [...]” (MARX, 1983, p. 214-215).

deter nas particularidades das categorias<sup>200</sup> dos que estão parcialmente desocupados; somente daremos destaque ao *pauperismo*, termo muito familiar ao Serviço Social brasileiro quando da definição da “questão social”. É importante frisar que o estudo marxiano da superpopulação relativa, desempregados ou subempregados, não é uma classificação automaticamente aplicável ao mercado de trabalho capitalista, como algo rigidamente estratificado; essa são formas de existência de uma classe trabalhadora dinâmica e multifacetada, em que o cada trabalhador individual pode experimentar diferentes alocações em diferentes momentos de sua vida, nos habilitando, portanto, a realizar aproximações; esta é uma apreensão muito interessante exposta por Mattos (2019).

De acordo com Marx (1984a), o pauperismo é a parte mais profunda da superpopulação relativa, compreendendo os que estão totalmente desocupados e que se divide em *três* categorias, distinguindo-se do lumpemproletariado<sup>201</sup>, apresentado sob uma forma mais “ocupacional”, como os vagabundos e as prostitutas, como pontua Mattos (2019, p. 38). É, portanto, o pauperismo, uma fração dessa superpopulação, podendo pertencer, ou não, ao exército industrial de reserva; aos que deste fazem parte, existe a possibilidade de serem requisitados pelo capital para ingressarem na esfera produtiva em certos momentos da acumulação capitalista, sendo posteriormente descartados. Duas categorias desse contingente populacional se enquadram nessa possibilidade.

Primeiro, os aptos ao trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo dos trabalhadores (MARX, 1984a, p. 208-209).

São integrantes do proletariado e podem ser alçados ao exército ativo de trabalhadores quando se estabelecem as condições necessárias para isso, obedecendo o movimento do ciclo industrial, deixando, assim, de fazerem provisoriamente parte do pauperismo. Contudo, a terceira categoria do pauperismo não tem a possibilidade de integrar o exército industrial de reserva, embora pertença à superpopulação relativa; é a parcela da população trabalhadora que, de forma nenhuma, será integrada ao contingente de trabalhadores

---

<sup>200</sup> A composição e as características de cada uma dessas formas da superpopulação relativa podem ser conferidas no tópico IV: Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista, do capítulo XXIII, *O Capital*, Livro I (MARX, 1984a).

<sup>201</sup> *Lumpem*, que em alemão significa trapo, farrapo. Fazem parte desse grupo os vagabundos, delinquentes e prostitutas.

ativos por não responderem às requisições necessárias para isso: “são os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. Dentre as variações, estão incluídos aqui “os indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador” e, sem grande surpresa, “as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc.” (MARX, 1984a, p. 209), como anteriormente apontado por Engels (2010)<sup>202</sup>. Sob essas considerações, Marx (1984a) define o pauperismo da seguinte forma:

O pauperismo constituiu o asilo para *inválidos do exército ativo* de trabalhadores e o *peso morto do exército industrial de reserva*. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1984a, p. 209).

Compondo a superpopulação relativa, o pauperismo é produzido, portanto, pela mesma forma que se produz aquela. Uma população que, diretamente, não está inserida na produção da riqueza social, embora dela participe em casos excepcionais ou desempenhe funções para sua efetivação (como a regulação dos salários ao nível exigido pela acumulação e a formação de uma população disponível ao capital). Uma população, o pauperismo, que não é diretamente explorada, ao menos não da forma estritamente marxiana, nos referindo à produção e apropriação de mais-valia. *Podemos considerá-lo como capital morto, inutilizado e descartado, em contradição com as potências da produção capitalista possibilitadas pela ampliação do capital que aparecem não como potências do trabalho humano, mas sim como algo que independe e se impõe violentamente sobre ele*. O pauperismo está ligado, e sendo diretamente seu resultado, à alteração da composição do capital centrada na expansão de sua parte constante e que promove a ampliação da acumulação, agora não mais refém do acréscimo do capital variável e, em última instância, do crescimento absoluto da classe trabalhadora. Analisemos a citação de Marx sobre a lei geral da acumulação capitalista, mas não só ela.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia do seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército

---

<sup>202</sup> Engels (2010) aponta essa situação dos acidentes de trabalho com a maquinaria que pode incapacitar, parcial ou totalmente, o trabalhador, e por vezes, ser fatal. “Muito frequente é o esmagamento de uma falange ou mesmo de um dedo; menos comum, mas ocorrente, é metade da mão, a própria mão ou um braço ficarem presos nas engrenagens a serem esmagados. De tais acidentes, mesmo os menos graves, geralmente resulta o tétano, que provoca a morte” (ENGELS, 2010, p. 200-201).

industrial de reserva. *A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital.* A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício do seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (MARX, 1984a, p. 209, grifo meu).

A *lei geral da acumulação capitalista*, que é a “lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista” (MARX, 1984a, p. 200), resulta nas diferentes formas de existência da superpopulação relativa, sendo uma lei populacional particular do modo de produção especificamente capitalista plenamente desenvolvido e que *não* se compara com a lei da acumulação capitalista, já descrita anteriormente. A discrepância, entre uma e outra, é dada pela *variável* problematizada por Marx (1984a) nos dois distintos modelos de acumulação que descreve: a alteração, ou não, da composição do capital pela perspectiva de sua parte constante e seus impactos absolutamente distintos sobre os trabalhadores. A análise da realidade da classe trabalhadora na sociedade burguesa está, pois, centrada na análise da alteração total do capital global e na oscilação determinada de seus componentes orgânicos. A capacidade de expansão da acumulação está na capacidade de o capital produzir riqueza de forma quase que incontrolável, o que não é possível pela simples exploração em si, pois margeada pela própria natureza do homem e pela demanda de força de trabalho, isso sem o aumento da produtividade do trabalho. De forma absurdamente clara, Marx (1980) pontua que:

*O objetivo da produção capitalista é gerar, com dado montante de riqueza, a maior quantidade possível de produto excedente ou mais-valia. Alcança-se esse objetivo porque o capital constante cresce em velocidade relativamente maior que o variável ou porque com o mínimo possível de capital variável movimenta-se o máximo possível de capital constante.* Por conseguinte, [...] a mesma causa gera acréscimo do fundo donde capitalistas e proprietários das terras retiram sua renda, reduzindo o fundo donde os trabalhadores retiram a deles (MARX, 1980, p. 999, grifo meu).

Contudo, quando pensamos sobre o debate da “questão social” não devemos restringi-lo somente ao pauperismo sob a concepção de uma parcela da superpopulação relativa: se ele é fruto da expansão capitalista, também o é toda a classe proletária, em sua totalidade. Ela é produzida e reproduzida pelo mesmo movimento de produção e reprodução do pauperismo. A classe proletária em seu conjunto sofre pelo processo de pauperização, absoluta e relativa, desde o seu surgimento, o que lhe confere sua condição de vida e de trabalho em

níveis sócio-históricos que a impulsiona à luta. Refletindo especificamente sobre o proletariado alemão, Marx (2010b, p. 156, grifo no original) diz que este é resultado do *movimento industrial* que emergia no país, “[...] pois o que constitui o proletariado não é a pobreza *naturalmente existente*, mas a pobreza *produzida artificialmente* [...]”.

Apesar de os dois modelos indicados produzirem a multiplicação do proletariado, tanto a acumulação como a acumulação ampliada (ambas reprodução ampliada), é nesta última, possível pela alteração do componente constante do capital, que a relação capital se expande também em escala ampliada: se dessa relação entendemos a maior produção de capitalistas e trabalhadores em lados opostos, maior é a produção do exército industrial de reserva, já que tanto maior é a produção da superpopulação relativa e, dessa forma, tanto maior é a parcela do pauperismo, numericamente falando, como parcela dessa superpopulação. Daí que se origina essa discrepância social, entre a riqueza e a pobreza; esta cresce não apenas de forma intensa, particularizada na vida dos indivíduos, mas também de forma extensa, pelo número crescente da população vivendo em condição de pobreza, na contramão da riqueza que produz. Em uma relação direta, quanto maior a classe trabalhadora, maior o pauperismo. Conformidade que considera a dinâmica expansiva da acumulação de capital na produção de riqueza, dependente que é da alteração da composição do capital e, logicamente, da discrepância entre capital constante e capital variável. Adiante, Marx (1984a) confirma essa interpretação

*A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana — essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital. Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (MARX, 1984a, p. 209, grifo meu).*

A lei geral da acumulação capitalista trata do progresso no âmbito da produção da riqueza social sob o comando do capital, o que impõe a necessária alteração de sua composição técnica, dinamizando a produtividade do trabalho e, como consequência, a necessidade de menos força de trabalho para movimentar uma massa crescente de meios de produção, redundando, portanto, na formação de uma superpopulação relativa, embora não

dispensável ao capital, mas que não é constantemente, ou nunca, aproveitada. É por essa lei que o trabalhador se define cada vez mais em sua existência: enquanto parte não encontra, ou encontra precariamente e parcialmente trabalho, outra parte, a empregada, produz e reproduz suas próprias algemas e a de todo o proletariado, as condições de sua dominação. Está explicada, portanto, a formação do pauperismo e as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, parcialmente. Não podemos desconectar, de forma nenhuma, o traço explorador do modo de produção capitalista, *potencializado de forma inédita na história da humanidade*.

[...] dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a *elevação da força produtiva social do trabalho* se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de *dominação e exploração do produtor*, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da *máquina*; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital (MARX, 1984a, p. 209-210).

O capital comanda a produção na busca de sua autovalorização através da extração máxima possível da mais-valia; produz mercadorias e emprega força de trabalho na medida em que vislumbra a possibilidade de acumular. Longe estamos de abordarmos todo esse glorioso e incomparável progresso técnico pela perspectiva do pleno desenvolvimento de toda a humanidade, da satisfação de suas carências; a realidade, em que se efetiva a prática social e que se coloca como critério de verdade, nos evidencia que o homem seguiu outro caminho: o da perseguição, da dominação, da exploração e negligência para com o outro. A barbárie, sob um véu opaco, se torna institucionalmente legalizada e permitida e a sociedade chega a um nível extremamente crítico, em uma espiral de acumulação que segue seu tortuoso e penoso caminho, em um incansável, mas instável, processo de renovação.

Mas todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Segue, portanto, que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. *Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefesto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo*

*é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1984a, p. 210, grifo meu).*

A transformação das condições de vida e de trabalho do proletariado, agora em vertiginoso declínio à precariedade a partir de determinado estágio do modo de produção capitalista, está na razão da acumulação acelerada do capital. Dessa dinamização das potências produtivas, pelo constante progresso material, resulta a superpopulação relativa, parte da classe trabalhadora pronta a ser explorada a partir da demanda do capital, o que é contrário à concepção da primeira lei apresentada, da lei da acumulação capitalista, que responde ao primeiro modelo de acumulação. A lei em discussão, de que uma massa decrescente de capital variável é capaz de mobilizar uma massa crescente de meios de produção, encontra seu fundamento na alteração da composição técnica do capital e se expressa na formação desse contingente de trabalhadores, momentânea ou permanentemente, expulso do processo de produção capitalista. Assim, o pauperismo não pode ser explicado, unilateralmente, pela exploração do capital sobre o trabalho assalariado porque é justamente essa reorganização produtiva que, nos limites do modo de produção capitalista, gera a superpopulação relativa e possibilita a efetivação dessa exploração exponenciada e, dessa forma, a ampliação da acumulação de capital na contrapartida da ampliação da miséria do proletariado. Para reforçar o que queremos significar, nos atentemos à Marx (1985) novamente:

Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não tem um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que estas relações só produzem *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes desta classe e produzindo um proletariado sempre crescente (MARX, 1985, p. 117, grifo no original).

A chave da grande contradição da sociedade burguesa encontra-se na produção material da vida (que é reprodução), não apenas na forma como ela está socialmente estruturada, entre donos dos meios de produção e donos da força de trabalho, mas também em como essa produção se organiza e se desenvolve materialmente. Pela citação acima podemos apreender a complementariedade entre a exploração e a alteração da composição orgânica do capital, de como elas se reforçam mutuamente: é na produção que a relação social acontece, é na produção que se verifica o aumento da intensidade da força de trabalho. Conjugadas, e

apenas assim, o capital adquire força expansionista incontrolável, mercadorizando ramos cada vez maiores da vida e ampliando e transformando o mercado mundial de mercadorias. As condições de vida do proletariado se tornam insuportáveis diante da *exploração exponenciada* do capital; em meio ao descontentamento e a miséria, a classe trabalhadora se organiza coletiva e politicamente e a *luta de classes* se estabelece. Esses dois assuntos são o tema do próximo capítulo.

**CAPÍTULO II**  
**OUTROS ELEMENTOS ESSENCIAIS DA “QUESTÃO SOCIAL”. A EXPLORAÇÃO**  
**EXPONENCIADA E A LUTA DE CLASSES NA SOCIEDADE BURGUESA (A**  
**CONSCIÊNCIA DE CLASSE)**

A *exploração* do capital sobre o trabalho, considerando sua forma na sociedade capitalista, e a *luta de classes* que o proletariado empreende contra a burguesia não podem ser desconsideradas quando pensamos sobre a “questão social”. Essa exploração se configura com a efetivação da extração da mais-valia que é acumulada pelo capitalista, como trabalho não pago. Da mesma forma, a luta de classes torna as condições de vida da população dominada em um problema público, político. Os trabalhadores se identificam como sujeitos da mesma classe social no processo de luta e criam um sistema de suporte e solidariedade mútuos no enfrentamento de seus dominadores. É sobre esses elementos que se dedica esse capítulo, organizado em duas partes.

A primeira parte, *A exploração do capital sobre o trabalho assalariado. Mais-valia como noção de mais-tempo e a necessária compreensão da jornada de trabalho*, está dividida em dois momentos: *Sobre o trabalho: princípios gerais do trabalho como condição da existência humana e o trabalho particularizado na sociedade burguesa. Desdobramentos gerais das distintas compreensões de trabalho para o homem*, que esboça o tema do trabalho, essencial para essa discussão, na teoria marxiana e traz algumas de suas especificidades na sociedade do capital, o que o distingue de seu caráter ontológico. O segundo momento é *Trabalho e tempo de trabalho. Mais-valia absoluta e mais-valia relativa: definições e análises sob os distintos modelos de acumulação capitalista*, debate aspectos essenciais da exploração capitalista, como o controle do tempo e a configuração da jornada de trabalho na produção capitalista e as formas de extração da mais-valia.

A segunda parte do capítulo é *Classes e luta de classes: análise sócio-histórica da conjuntura inglesa após a Revolução Industrial. Considerações sobre os elementos históricos: o capital, a maquinaria, a classe trabalhadora e o tempo*, e apresenta aspectos mais gerais sobre o tema. Em *O contexto social do trabalho no século XIX. Diferentes perspectivas da luta de classes sob distintas configurações do modo de produção capitalista: a luta em torno da jornada de trabalho e a disputa pelo tempo de trabalho*, primeiro tópico da segunda parte, mostramos como as alterações materiais do capital tiveram papel extraordinário no mundo da produção, alterando até mesmo os processos de luta. No segundo tópico, *A Revolução Industrial e a classe trabalhadora. Definição e formação de classe trabalhadora e da luta de classes. A*

*consciência de classe*, apresentamos brevemente o quadro social inglês a partir dos anos 1800 e o processo em que se operou a organização e a mobilização da classe trabalhadora no próprio movimento das lutas.

## 2.1 A EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO: MAIS-VALIA COMO NOÇÃO DE MAIS-TEMPO E A NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Para sustentarmos nossa tese sobre o pauperismo e a teorização por K. Marx sobre a configuração de dois polos antagônicos e irreconciliáveis na sociedade regida pelo capital, fato expresso pela lei geral da acumulação capitalista e constituído em si pela oposição monumental entre a riqueza e a pobreza exacerbadas, é necessário pontuarmos outros fatores que condicionam essa discussão. A ideia de que a alteração da composição do capital, lê-se, a alteração da composição técnica do capital corporificada no aumento do capital constante, é um dos motores desse fosso social, se evidencia através de dois elementos essenciais: primeiro, que essa alteração, como já analisada acima, é creditada como a responsável, nos limites da sociedade em voga, pela formação de um enorme contingente populacional, uma grande parcela da classe trabalhadora que nunca, ou apenas em momentos cruciais para a acumulação, é requerida para ingressar no exército ativo dos trabalhadores; é a superpopulação relativa, em que se encontra o pauperismo.

Não queremos propor uma desagregação do pensamento marxiano, ou correríamos o risco de abstrairmos categorias sem suas devidas complexas conexões e sem apreendermos a sua própria complexidade. Por isso, impera a necessidade de aprofundamento sobre nosso segundo elemento: a exploração vivida pelo proletariado, como traço particular e distinto do modo de produção capitalista no instante de seu surgimento. A acumulação acelerada do capital depende não apenas da exploração, mas da *exploração exponenciada*, na razão progressiva do aumento da capacidade social da produção de riqueza, cujo *fundamento* está diretamente ligado à discussão do capítulo XXIII d' *O Capital*. A reprodução do capital não mais depende da expansão quantitativa da força de trabalho, mas sim da expansão qualitativa dos meios de produção; o que é explorado não é mais somente a força de trabalho vista de forma genérica, mas a força de trabalho capaz de produzir mais mediante o aumento da produtividade do trabalho. Essa transformação da base material da produção, da qual se origina a lei populacional específica da sociedade burguesa moderna, e a exploração estão imbricadas: se o progresso produtivo possibilita a exponenciação da exploração, esta permite a

extração da mais-valia, cuja maior parte é revertida em capital para o investimento na produção, mas agora em escala ampliada.

Esse incrível progresso das forças produtivas, de fato, poderia proporcionar uma realidade de grande riqueza e satisfação à toda humanidade, nunca visto em gerações passadas, até então marcada por todo tipo de limitações; mas como há tempos se comprova, “Nem tudo o que reluz é ouro, já o disseram muitos sábios em coro”<sup>203</sup>. Isso não se concretiza porque a pedra de toque de toda essa estrutura social é a geração de mais-valia e sua acumulação, possibilitadas pela *exploração*, e não atender as necessidades humanas. “Numa ordem social organizada, tais aperfeiçoamentos seriam uma ótima coisa: porém, num regime que reina a guerra de todos contra todos, uns poucos indivíduos se apossam das vantagens que deles derivam e subtraem à maioria os seus meios de subsistência” (ENGELS, 2010, p. 174). Na sociedade burguesa, “Qualquer aperfeiçoamento das máquinas põe alguns operários na rua e quanto mais importante é o progresso, maior é a parcela da classe jogada no desemprego [...], gerando miséria, sofrimentos e crime” (ENGELS, 2010, p. 174). A exploração se manifesta de tal forma, primeiro, assegurada pela propriedade privada e, segundo, independente da perturbadora dependência da figura do trabalhador; a produção da riqueza social ultrapassa esse entrave para se estabelecer em patamares colossais, ligada à grande indústria, momento em que a exploração pode se efetivar plenamente, *tanto* pela pressão do agora existente exército industrial de reserva sobre os trabalhadores empregados, *quanto* pela diminuição do custo necessário à reprodução da força de trabalho, os seus meios de subsistência, expandindo o tempo de trabalho excedente.

### 2.1.1 Sobre o Trabalho: Princípios Gerais do Trabalho como Condição da Existência Humana e o Trabalho Particularizado na Sociedade Burguesa. Desdobramentos Gerais das Distintas Compreensões de Trabalho Para o Homem

O trabalho, e as condições a que está submetido na sociedade capitalista, sem dúvida é um fator essencial para refletirmos a “questão social”; afinal, a capacidade produtiva do trabalho comporta, desde há muito, as investidas do progresso técnico e organizacional, além de ser, conforme sua formatação, alvo da exploração do capital; ambas categorias econômicas personificadas pelos trabalhadores e capitalistas<sup>204</sup>, respectivamente. Em Marx, o trabalho é

<sup>203</sup> *The Merchant of Venice*, W. Shakespeare. 2021, p. 38.

<sup>204</sup> “Mas aqui só se trata de *pessoas* à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesse. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o

duplamente abordado, basicamente sob as diferentes perspectivas de finalidade e resultado, considerando a estruturação das classes sociais e o poder decorrente dessa divisão, revestido de dominação e subjugação.

O trabalho desvenda o ser social em cada momento histórico, se constituindo como uma forma de atividade dos sujeitos, como manifestação de determinado modo de vida dos homens, em dada época, como forma de produção que se altera socialmente. Diz Marx e Engels (1984, p. 187) que “O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com *o que* produzem quanto também com *o como* produzem”. Como pressupostos da existência humana e de toda história, primeiramente o homem precisa estar em condições efetivas de viver; o trabalho se afirma como fator essencial para constituição da vida humana como tal, para responder ao que é essencial para sua manutenção como indivíduo, à produção de valores de uso, e realizar a história; na busca da satisfação de suas necessidades, antes de tudo o homem cria os meios para produzir sua vida material:

O primeiro ato histórico é, portanto, engendrar os meios para a satisfação dessas necessidades, produzir a vida material mesma, e isto é um ato histórico, uma condição básica de toda a história que ainda hoje, como há milênios, precisa ser preenchida a cada dia e a cada hora tão-somente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 1984, p. 194).

Depois, com a satisfação das necessidades e da produção do instrumento como mediação, temos a criação de novas necessidades, que vão estabelecendo formas outras de respostas, o que implica a criação de novos meios de trabalho. Como terceiro pressuposto da história humana, se coloca a própria reprodução humana. Esses são três momentos que se realizam, concomitantemente, desde o início da história e se colocam como necessários até os dias de hoje. Dessa forma, a produção da vida, tanto pelo trabalho, como pela reprodução, adquire um duplo caráter: “de um lado como relação natural, de outro como relação social -, social no sentido de que com isso se entende a cooperação de vários indivíduos, não importando sob que condições, de que modo e para que finalidade” (MARX; ENGELS, 1984, p. 196). É pelo trabalho que o homem se distingue de outros animais, como um ponto central em sua constituição, portanto, como ser social.

---

desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas” (MARX, 1983, p. 13, grifos no original). Ou, ainda: “Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadoras das quais elas se defrontam” (MARX, 1983, p.80).

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, pelo que se queira. Eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* os seus meios de vida, um passo condicionado pela sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua vida material mesma (MARX; ENGELS, 1984, p. 187, grifo no original).

Para esse entendimento é necessário a compreensão da análise marxiana sobre o trabalho quanto a sua determinação na criação da consciência. Não a consciência determina a realidade, mas esta determina a consciência; como resume Tonet (2013, p. 22): realidade objetiva, que é “[...] a realidade que existe independentemente da consciência e que tem no trabalho seu momento fundante”. Aqui admite-se uma postura contrária ao idealismo hegeliano, de que a realidade seria nada mais que a exteriorização da consciência, sua autonomização. Como produto social surgido da necessidade de intercâmbio entre os homens, assim como a linguagem, a consciência está, inicialmente, fortemente influenciada pelo meio externo: se formata apenas em consciência física, sensorial, do que está ao redor do ser e das mínimas interconexões com outras pessoas, ao mesmo tempo que é consciência sobre a natureza, mas como algo inatingível; é uma consciência animal, como seu próprio comportamento. A consciência se forma, pois, a partir de uma realidade objetiva, que já se encontra posta, e com a interação humana, a partir dela e sobre ela. Essa consciência vai, paulatinamente, se desenvolvendo, ante “[...] o crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e do crescimento populacional subjacente a ambos” (MARX; ENGELS, 1984, p. 197), que de fato são os elementos imprescindíveis para toda a história da humanidade. Posteriormente, desenvolve-se a divisão do trabalho, que efetivamente se torna divisão com a separação do trabalho material e do intelectual, momento em que a consciência pode se emancipar do mundo e representar algo que, efetivamente, não tenha objetividade.

O capítulo V de *O Capital*, Livro I, é emblemático sobre a questão do trabalho no modo de produção capitalista. Aqui, Marx (1983) defende que o trabalho é a mediação necessária para o metabolismo entre o homem e a Natureza<sup>205</sup>. Ao incidir suas forças naturais objetivas e subjetivas, que são próprias de sua corporalidade, sobre a matéria natural, como uma força que lhe defronta, o homem, que desenvolve suas potências e as coloca sob seu controle, a domina de forma útil à sua vida, transformando ambos por esse processo. Fala-se do trabalho exclusivamente humano, teleológico, intencional, distante que está das formas puramente

---

<sup>205</sup> O trabalho do homem, enquanto processo, “media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149). É, o trabalho, além de uma ação de dominação do natural, um elemento de transformação.

instintivas<sup>206</sup>; as requisições para sua efetividade não se encerram, pois, no domínio da Natureza, mas integra a “vontade orientada a um fim” (MARX, 1983, p. 150). Segundo Marx (2010a), enquanto o animal mantém uma relação imediata com sua atividade vital, não se diferenciando dela, “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência” (MARX, 2010a, p. 84): o homem, como ser genérico, produz de forma consciente, além das condições imediatas, escolhendo entre alternativas. Tudo aquilo que no animal está confinado ao instinto, no homem está mediatizado pela dimensão da consciência.

Aqui se coloca a dupla transformação do trabalho, conforme Lukács (2012): por um lado, a do próprio homem, ao transformar a natureza e, por outro lado, a conversão de objetos e forças naturais em instrumentos de trabalho, que é, em si, um processo teleológico, visto que esses objetos existem independentes da consciência humana, objetivamente, e necessitam de certo conhecimento para ser utilizados para esse fim, necessitam do trabalho. O “pôr teleológico do trabalho”, que em si representa um “salto ontológico” (LUKÁCS, 2012, p. 287), é o início de um longo processo em que se estabelece o ser social: *o trabalho cria o ser social*. O trabalho é o elemento que integra o natural e o social, se estabelecendo, nas palavras de Tonet (2013, p. 84), como a “síntese entre teleologia e causalidade”, entre o fim a ser atingido conscientemente e a natureza, governada por suas próprias leis, independentemente da consciência humana: “É ele [o trabalho] o responsável por esse salto que faz com que, por meio da teleologia e de seu desdobramento prático (objetivação), o curso das leis naturais seja alterado, dando origem a um novo tipo de ser” (TONET, 2013, p. 86).

O trabalho é componente central na vida do homem, como ser histórico e ser prático, que altera a realidade em que vive, embora esse comportamento seja condicionado pelas próprias condições objetivas. É justamente por isso a centralidade do trabalho na teoria de Marx, base da produção e reprodução da vida material, tomada em toda sua estrutura e dinâmica, como uma teoria ontológica do ser social, demandada por uma realidade de sua época<sup>207</sup>.

A constituição do ser social pelo trabalho não significa um rompimento radical com a base natural do homem, mas sim um distanciamento pela transformação social

---

<sup>206</sup> E aqui se coloca o clássico exemplo marxiano: “Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo na sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 1983, p. 149-150).

<sup>207</sup> A necessidade de uma explicação teórica da realidade está em buscar racionalidade para uma transformação radical da sociedade e a superação da exploração. Segundo Tonet (2013, p. 67): “Esta classe, que produz a riqueza material e que é objeto de exploração do capital, necessita, para poder ter acesso à riqueza que ela mesma cria e da qual é expropriada, superar completamente toda exploração do homem pelo homem. Para isso, porém, ela demanda uma explicação acerca da origem do ser social, da natureza do processo histórico e a desigualdade social”.

dessa base, como algo contínuo<sup>208</sup>: “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz” (MARX, 2010a, p. 81). Temos, assim, um aumento constante, tanto quantitativo, quanto qualitativo, do que Lukács (2012, p. 289) chama de “componentes pura ou predominantemente sociais”: no aperfeiçoamento do ser social, o que ocorre é a substituição de determinações puramente naturais por formas mistas, que pertencem tanto à naturalidade quanto à sociabilidade, mas com ênfase nesta última – agora, são as leis sociais que se constituem como predominância no desenvolvimento, não as naturais. Podemos considerar o trabalho como primordial para a humanização do homem; e a explicação desse porque novamente encontra-se em Lukács (2013):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Falamos aqui do trabalho em seu sentido teleológico, uma atividade transformadora, idealmente arquitetada em todas as suas etapas e com uma projeção de resultado. Atividade que deve, considerando esse elemento, se repetir continuamente, como tem sido desde o começo da humanidade. Mas esse contínuo não se refere apenas a mera repetição, mas ao trabalho que se repõem de forma mais complexa e completa; se o próprio trabalho apenas se repunha em patamares anteriores, sem alterações, o processo histórico do homem seria estacionário e seu grau de humanização, tal como o conhecemos, lhe seria negligenciado.

O trabalho é a própria utilização da força de trabalho, seu consumo produtivo em um *processo de trabalho*: “força de trabalho ativa, o que antes era apenas *potentia*”<sup>209</sup> (MARX, 1983, p. 149). A “própria *capacidade viva de trabalho*”, como forma de valor de uso que o capital se manifesta no ato da produção e orientada para certa finalidade, é a “*capacidade de trabalho viva*”, uma “*força de trabalho que se exterioriza*”, de natureza *transformadora* (MARX, 1978, p. 11, grifos no original). São elementos simples do processo de trabalho a

<sup>208</sup> Diz Lukács (2012, p. 285): “No momento em que Marx faz da produção e reprodução da vida humana o problema central, surge, tanto no próprio ser humano como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. como dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base”.

<sup>209</sup> Em potência, pela nota dos tradutores Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Edição de *O Capital* da Coleção Os Economistas (MARX, 1983).

própria atividade orientada a um fim, ou o *trabalho* em si, seu *objeto*, sobre o qual irá incidir a ação, e seus *meios*, ou os instrumentos de trabalho, através dos quais se concretiza essa ação<sup>210</sup>; processo que se extingue no seu produto como valor de uso orientado a satisfação das necessidades humanas. Segundo Marx (1978), esses valores de uso que entram no processo de trabalho são divididos em dois elementos opostos e diferentes no plano conceitual: as condições objetivas (meios de produção) e as condições subjetivas (força de trabalho direcionada a determinado fim).

O processo de trabalho, como apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais<sup>211</sup> (MARX, 1983, p. 153).

Independentemente do momento histórico, o homem não pode deixar de produzir, não pode deixar de executar o trabalho para sua sobrevivência biológica mesmo. É pelo trabalho que o homem se alimenta, se protege das intempéries climáticas e cria as condições para sua manutenção e reprodução. Contudo, na sociedade burguesa, o processo de trabalho, enquanto abstração razoável que é, adquire contornos muito particulares: um, que o processo de trabalho em que se insere o trabalhador é controlado pelo capitalista, a quem pertence seu trabalho e; dois, o produto do trabalho é de domínio do capitalista que emprega a força de trabalho, dono dos meios de produção, não do produtor direto. O processo de trabalho

---

<sup>210</sup> Não cabe reiterarmos sobre os elementos do processo de trabalho. Apenas um destaque interessante: a criação e utilização de instrumentos de trabalho fazem parte do processo de trabalho restrito do homem. “A mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1983, p. 151). A escala temporal das sociedades humanas e sua distinção histórica se mede pelo progresso dos instrumentos com os quais o homem produz.

<sup>211</sup> “O processo de produção do capital é, antes de tudo, considerando-se seu lado real – ou considerando-o como processo que por meio do trabalho útil cria com valores de uso novos valores de uso – um *processo efetivo de trabalho*. Nessa condição, seus momentos, seus componentes conceitualmente determinados, são os do *processo de trabalho* em geral, os de todo *processo de trabalho*, qualquer que seja o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção cuja base se efetua” (MARX, 1978, p. 12, grifo no original).

ultrapassa a simples produção de valores de uso<sup>212</sup> para ser também, de forma concomitante<sup>213</sup>, processo de valorização do capital, de produção de valores de troca<sup>214</sup>.

Produz-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor troca. E para nosso capitalista, trata de duas coisas. Primeiro, *que ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca*, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria *cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho*, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também *mais-valia* (MARX, 1983, p. 155, grifo meu).

Perde, o trabalho, sua característica de ser trabalho concreto, útil<sup>215</sup>, para ser estruturado como trabalho abstrato<sup>216</sup>, uma “[...] objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” (MARX, 1983, p. 47), produtor de mercadoria, portadora que é de ambas as formas de valor como uma condição mesma para possuir tal forma: “[...] o trabalho, à medida que é expresso no valor, já não possui as mesmas características que lhe advém como produtor de valores de uso” (MARX, 1983, p. 49). Agora esse trabalho perde seu caráter emancipador para se tornar algo com um potencial mortificador imenso; até mesmo as condições mais urgentes e imediatas da vida, as mais básicas e necessárias, se tornam distantes do homem. O trabalho, pela perspectiva da divisão da sociedade em classes, adquire formatação distinta, particularmente o compreendido na sociedade

<sup>212</sup> “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 1983, p. 45). O valor de uso é determinado pela própria coisa, pelas propriedades do corpo da mercadoria, que se realiza no uso ou no consumo.

<sup>213</sup> “De fato, tratando-se aqui de produção de mercadorias, consideramos, até agora, evidentemente apenas um lado do processo [o que aborda o processo de trabalho como produção de valores de uso, para satisfação de necessidades]. Como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (MARX, 1983, p. 155).

<sup>214</sup> Nesse caso, o produto é produzido não para satisfazer a necessidade, mas sim para ser trocado no mercado, vendido: “O que essas coisas [os produtos do trabalho] ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulada trabalho humano. Como cristalização dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis (MARX, 1983, p. 47).

<sup>215</sup> Trabalho útil é o trabalho produtor de artigos que satisfaçam necessidades, como condição de existência do homem. Segundo Marx (1983, p. 50), “O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.

<sup>216</sup> O trabalho abstrato se evidencia quando se deixa de lado o valor de uso da mercadoria, dado pelo seu corpo mesmo; não é considerado mais as particularidades físicas que a reveste ou mesmo quem a produziu, qual o trabalhador a criou: “Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p. 47).

burguesa, uma sociabilidade em que todas as instâncias da vida atingem um grau de mercantilização altamente abrangente, em que a produção de valores de uso está subordinada à produção de valores de troca.

Nos *Manuscritos* de 1844, Marx (2010a) traz os sentidos e expressões do trabalho, dominado que está pelo capital, e suas repercussões para a classe trabalhadora. Nesses escritos parece já estar indicado algo que o autor iria desenvolver substancialmente décadas depois: o incrível aumento da produtividade do trabalho e suas consequências sociais, o que pressupõe toda a discussão anteriormente apresentada, cuja centralidade está subjacente ao movimento da composição do capital no processo de acumulação, na dinamização e potencialização da produção, mas claro que ainda de forma incipiente: “*O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria*” (MARX, 2010a, p. 80, grifo meu). Sobre os sentidos do trabalho, com a “valorização” do mundo das coisas, ocorre a “desvalorização” do mundo dos homens, ao passo que o trabalhador, ao produzir mercadorias, produz a si próprio como mercadoria, em um ciclo que, se deixado seu curso, se repete de forma infundável.

Recorrendo a essas densas páginas, marcadas por uma grande utilização de conceitos, queremos apenas destacar sua significação de forma geral. Sendo assim: “[...] o objeto (*Gegensstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 2010a, p. 80, grifo no original), ou seja, o produto não pertence ao trabalhador, o seu ser não se realiza e não se reconhece no produto do seu trabalho, como se este existisse por si próprio. A realização do trabalho, sua “efetivação”, é a sua própria “objetivação”, a exteriorização de energia física e mental, canalizadas para produzir objetos, no caso dessa sociabilidade, mercadorias. “Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão do objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*)” (MARX, 2010a, p. 80). Marx expressa que na sociedade burguesa a efetivação do trabalho não comporta graus de criatividade, inteligência e talento, aparecendo assim no seu oposto, como *desefetivação*, ao passo que o produto, que contém o trabalho por meio do qual foi criado, não pertence ao seu criador, ao trabalhador, em uma relação que este se subordina ao trabalho para manter sua existência, mesmo nele não se reconhecendo, já que o trabalho se objetiva em um produto que pertence ao capital – é uma objetivação como perda do objeto.

“A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome” (MARX, 2010a, p. 80); o trabalho se torna um objeto no qual o trabalhador se agarra com suas maiores forças, mas apenas na medida em que é requisitado pelo capital. A apropriação do objeto, estranhada, se expressa no fato de que “[...] quanto mais o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, o capital” (MARX, 2010a, p. 81), produção que aparece como a desrealização da sua própria atividade vital, agora tornada meio de enriquecimento alheio. Ao enriquecer o meio objetivo, tanto mais pobre se torna o trabalhador, “seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio” (MARX, 2010a, p. 81), cada vez mais ele mortifica sua existência, numa ultrajante desposseção, material e espiritual: “Ele não é o produto do seu trabalho” (MARX, 2010a, p. 81); aquele é sofisticado, com traços de requinte e sintetizando o que de mais avançado existe em sua execução, enquanto que o trabalhador se define em todos os âmbitos de sua vida ao ter toda a riqueza de sua atividade essencial transferida à máquina, sendo aquela reduzida a uma atividade sem sentido para sua existência.

No sistema capitalista, a apropriação da natureza, do mundo sensível, é desposseção, em que o trabalhador se priva dos meios de vida, se tornando um “[...] servo do seu objeto” (MARX, 2010a, p. 81), sem a possibilidade de não se subordinar e de não depender do valor de troca de sua única mercadoria. “O auge dessa servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (MARX, 2010a, p. 82, grifo no original): a sua própria reprodução biológica depende da sua submissão ao capital. Quanto mais rico o objeto, mais pobre o trabalhador; quanto mais o primeiro evolui pela incorporação de novas técnicas e progressos, mais esse último se degrada, se embrutece.

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas caverna para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010a, p. 82).

O trabalho não se realiza de acordo com as potencialidades humanas, reduzindo o horizonte da consciência dos sujeitos e isso em decorrência dos impedimentos colocados socialmente para sua efetivação como possibilitador do enriquecimento do ser social. O estranhamento, de que recorrentemente fala Marx (2010a), não se refere somente ao resultado do trabalho, mas envolve a própria produção, a atividade produtiva: se o produto é só o resumo

da atividade, da produção, como exteriorização, a produção é a exteriorização ativa, a atividade da exteriorização. “O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho” (MARX, 2010a, p. 83). Dessa forma:

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos, etc. e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal (MARX, 2010a, p. 83).

O trabalhador só se realiza longe do seu trabalho, nunca desempenhando sua atividade por esta ser justamente seu contrário. As atividades citadas acima, comer, beber e procriar também são atividades humanas, mas quando isoladas em si, separadas de um conjunto de outras efetivações humanas, o patamar do homem se reduz e este aparece como uma criatura animalesca, a esfera pessoal acontece em patamares animalescos.

Além das duas determinações do trabalho estranhada já apontadas, Marx (2010a) nos traz uma terceira, derivada daquelas. O homem é um ser genérico (conscientemente livre), não somente por identificar a espécie humana com consciência, mas também ao se relacionar consigo mesmo como um gênero vivo e como um ser universal (social) e, assim, livre, como o único ser capaz de pensar e criar além das suas necessidades mais imediatas. Tanto no animal, quanto no homem, consiste “que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica”, da natureza externa ao homem, fora do seu organismo, “e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive” (MARX, 2010a, p. 84); quanto mais social é o homem, maior é o seu domínio da natureza ao seu redor, fazendo da “natureza inteira o seu corpo *inorgânico*” (MARX, 2010a, p. 84, grifo no original), uma extensão do seu corpo biológico, algo do qual ele necessita<sup>217</sup>. Mas o trabalho estranhado, ao estranhar do homem a natureza, pela condição do produto de seu trabalho, e estranhar o homem de si mesmo, ao pensarmos o ato da produção, da sua atividade vital, estranha, também, o homem do gênero humano. O trabalho estranhado faz com que o

---

<sup>217</sup> Necessita na medida em que a natureza é “1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza” (MARX, 2010a, p. 84). Mais uma vez temos a certificação de que o homem não se separa por completo da natureza, de que isso é algo impossível no processo qualitativo de transformação do ser social. Tão e somente a sua base existencial se torna mais social, mas não independente do natural.

homem se relacione com outros homens apenas como mediação para a manutenção de sua vida individual, para o atendimento de necessidades e conquistas de vantagens, não por prazer; nisso consiste a existência de outros homens e do homem em si mesmo. “Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual” (MARX, 2010a, p. 84, grifo no original).

Pois, primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um meio de satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesmo aparece só como *meio de vida* (MARX, 2010a, p. 84, grifo no original).

O trabalho, que deveria comportar formas de desenvolvimento do homem, aparece apenas como uma forma dele se manter vivo, como meio de suprir carências precisas. Mas se a atividade produtiva é consciente e social, o que torna necessário o estabelecimento de relações sociais, esse caráter do trabalho é o que define o ser social em sua relação com o mundo exterior a si mesmo. Dessa forma, além do trabalho perder todo seu caráter humanizador, as relações sociais, por meio das quais é engendrado, aparecem residualmente como meio de garantia de interesses privados.

Como sentenciou Marx (1983) logo no início de sua exposição em *O Capital*, a riqueza das sociedades em que predomina o modo de produção capitalista se expressa em uma imensidão de mercadorias<sup>218</sup> que satisfaz as necessidades não de quem a produziu, mas de outro sujeito, através do processo de troca que é *metabolismo social*<sup>219</sup>; processo em que é revelado seu valor, então oculto. A grandeza desse valor, que se expressa no dinheiro, apenas pode ser mensurada pela substância constituidora do valor impregnada no próprio produto, *o trabalho*, medido pelo tempo; é o *tempo de trabalho socialmente necessário*<sup>220</sup> para a produção da mercadoria, tempo de trabalho humano objetivado.

<sup>218</sup> “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, e elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1983, p. 45).

<sup>219</sup> “Na medida em que o processo de troca transfira mercadoria da mão em que elas são não-valores de uso para a mão em que elas são valores de uso, ele é metabolismo social. [...] Uma vez tendo alcançado o lugar em que serve de valor de uso, a mercadoria cai da esfera de intercâmbio das mercadorias na esfera do consumo” (MARX, 1983, p. 94).

<sup>220</sup> Em Marx (1983, p. 48), “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho”. Importante destacar as condições médias de produção das mercadorias socialmente estabelecidas. Caso contrário, uma mercadoria poderia ter um valor mais alto, por exemplo, pela inabilidade do trabalhador, o que seria o mesmo que valorizar a incompetência.

Para tanto, o capitalista conta com uma mercadoria especial também encontrada no mercado a partir de certos pressupostos<sup>221</sup>, mas que se diferencia de todas as outras por sua capacidade de ser *criadora de valor*. A *força de trabalho*, também vista como *capacidade de trabalho*, elemento que demanda mais atenção devido à sua posição privilegiada para o desenvolvimento dessa pesquisa, é definida por Marx (1983, p. 139) como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. *É explorada pelo capital em uma condição muito específica, quando deixa de ser apenas potência, quando colocada em movimento em um processo de trabalho*: “A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho” (MARX, 1983, p. 141).

Como mercadoria, apesar da sua singularidade, a força de trabalho tem seu valor mensurado como todas as outras mercadorias encontradas pela capitalista no mercado: pelo *tempo* necessário à sua produção, portanto, também reprodução; a força de trabalho pressupõe, como condição de sua existência, a manutenção do indivíduo vivo por meio de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho que se coloca como necessário para a produção da força de trabalho é o tempo necessário à produção de tais meios de subsistência, que pode variar profundamente se considerarmos as configurações naturais e sociais de cada país. Dessa forma, para o atendimento às necessidades naturais, ou necessidades básicas, a “determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral”<sup>222</sup> (MARX, 1983, p. 141). Para além da reprodução especificamente biológica e social do indivíduo, se incluem nos valores gastos para a reprodução da força do trabalho a soma dos

---

<sup>221</sup> Marx (1983) lista uma série de condições para isso: a força de trabalho só pode ser colocada à venda por seu próprio dono, pela pessoa de quem ela faz parte, sendo uma pessoa livre, dona de sua capacidade de trabalho e que entra em relação no mercado com outra pessoa que possui o dinheiro, o comprador, ambas pessoas juridicamente iguais”. Também, que a força de trabalho seja vendida por um tempo diário, e assim sucessivamente; dessa forma o trabalhador se mantém como seu proprietário. Como outra condição, é necessário que o trabalhador, ao invés de vender as mercadorias por ele produzidas como objetivação do seu trabalho, venda sua força de trabalho como mercadoria, existente apenas em sua corporalidade, na condição que está necessariamente apartado dos meios de produção e de subsistência. Resumindo: “Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 1983, p. 140).

<sup>222</sup> “A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres” (MARX, 1983, p. 141).

meios de subsistência dos filhos dos trabalhadores, seus substitutos, e os custos para sua formação e educação para que ela seja empregável em certo ramo da produção, como força de trabalho desenvolvida e específica.

Na sociedade capitalista, o processo de trabalho é, também, processo de valorização. A força de trabalho é empregada com a finalidade de valorizar o capital adiantado e investido no processo produtivo. Essa valorização não pode acontecer na esfera do mercado, apesar da Economia Política<sup>223</sup>, embora dependa do movimento da circulação do capital:  $D - M - D'$ <sup>224</sup> (dinheiro; mercadoria; mais dinheiro), em cujo final do ciclo, a venda da mercadoria, é retirado mais dinheiro, dado seu objetivo de valorizar o valor, como valor em movimento. Diz Marx (1983, p. 144, grifo meu) que “*O processo de consumo da força de trabalho é, simultaneamente, o processo de produção de mercadoria e de mais-valia*”; é para onde nosso autor direciona nossa atenção: o “local oculto da produção” (MARX, 1983, p. 144). Veremos como aquele fato está, de forma intrínseca, ligado a um elemento com o qual o capital lutou muito para ter sob seu domínio, primeiro de forma extensiva e, posteriormente, de forma intensiva, em que o progresso técnico desempenhou papel imprescindível: o *tempo*.

### 2.1.2 Trabalho e Tempo de Trabalho. Mais-valia Absoluta e Mais-valia Relativa: Definições e Análise Sob os Distintos Modelos de Acumulação Capitalista

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada tem para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-na a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por *educação, tradição, costume*, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (MARX, 1984a, p. 277, grifo meu).

Pelo exposto, para o estabelecimento dessa nova forma de trabalho, o trabalho assalariado como venda da capacidade de trabalho, não basta a pura imposição violenta e coercitiva na busca de aceitação e obediência conformadas, sem questionamentos. É preciso mais que somente isso; é importante as formas de introjeção e conformação à nova realidade,

<sup>223</sup> Na circulação, produtores e consumidores só se confrontam como vendedores e compradores. [...] Os representantes consequentes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõe, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir” (MARX, 1983, p. 135).

<sup>224</sup> Essa circulação se diferencia da circulação  $M - D - M$ , em que uma mercadoria é vendida por dado preço para a compra de outra mercadoria, em que o *dinheiro é usado como dinheiro*, convertido em uma mercadoria que serve de valor de uso. Na circulação  $D - M - D'$ , o *dinheiro é usado como capital*, em que  $D' = D + \Delta D$ , a soma do dinheiro que foi originalmente adiantado mais o incremento (a mais-valia).

em que a reprodução social dos sujeitos passa a seguir o ritmo da reprodução do capital. Dessa forma, se coloca imprescindível o papel de instituições, como a escola e a igreja, que trazem componentes morais e religiosos que passam a moldar a vida em sociedade, estabelecendo condições e comportamentos necessários à realidade burguesa. Em um momento em que a força de trabalho passa a circular e ser negociada como mercadoria, queremos salientar, sem descartar outros aspectos, o controle econômico do *tempo* nessa nova forma social.

É o historiador britânico Thompson (1998) quem instiga uma discussão sobre a questão do tempo na sociedade capitalista em seu notável ensaio *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. Seu eixo de investigação é detectar, como e até que ponto, a alteração na noção de tempo afetou a disciplina do trabalho e incidiu sobre a percepção dos trabalhadores: considerando a maturação da sociedade industrial, que impõe uma outra lógica para o trabalho, como isso está relacionado com a alteração na notação do tempo? Defendemos que essa questão do tempo, sua medição e controle, é algo essencial na sociedade burguesa, o qual o capital luta de forma incessante para ter total domínio por estar atrelado diretamente à noção da exploração capitalista.

Entre os povos primitivos, ou em certas regiões e em determinadas épocas, como o Chile do século XVII ou regiões rurais da Grã-Bretanha de hoje – de forma geral em sociedades que as estruturas de mercado e administrativas são mínimas – a notação do tempo ocorre orientada pelas tarefas diárias, em que o trabalhador e o camponês independentes parecem cuidar do que é uma *necessidade*, além de não haver uma distinção muito clara entre as relações sociais e o trabalho, em que a atividade desempenhada não segue um ritmo de urgência. Conforme Mandel (1975), o trabalho não era tido como algo imposto do exterior, de forma exaustiva e desgastante como se configura hoje, visto que seus ritmos eram traçados pela natureza e pelo organismo do homem. Nessa mesma lógica, Thompson (1998) diz que a regularidade dessas atividades era determinada através de formas naturais, como a altura do sol no céu ou o sentido do vento, além de não serem organizadas e ordenadas pelo princípio e vigilância capitalista da intensa produtividade; havia outro sentido no trabalho. Mas com o emprego de mão-de-obra assalariada, esse critério de medição do tempo adquire certa complexidade: “[...] o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador” (THOMPSON, 1998, p. 272). Começa-se, então a medição das tarefas por horário marcado.

Essa medição incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experenciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio”

tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. *O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta* (THOMPSON, 1998, p. 272, grifo meu).

Segundo Mandel (1975), esse reordenamento da medição e da regularidade do trabalho é consequência do aparecimento e da intensificação da produção de mercadorias: “quanto mais a produção de mercadorias se generaliza tanto mais o trabalho se regulariza, e mais a sociedade se organiza em torno de uma contabilidade fundamentada no trabalho” (MANDEL, 1975, p. 12). Essa noção de tempo revelada pelo autor é a margeada pelo discurso capitalista de *tempo é dinheiro*, que contou com a decisiva introdução, na vida social, de um elemento extremamente comum nos dias atuais: o *relógio*<sup>225</sup>. Não se sabe ao certo a precisão da hora marcada pelo relógio nesse período, mas a sua proliferação aconteceu no momento em que a Revolução Industrial exigia maior controle e ajuste do trabalho. Segundo Thompson (1998, p. 279), “O pequeno instrumento que regulava os novos ritmos da vida industrial era ao mesmo tempo uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar seu avanço”. Além da associação da marcação do tempo e da tecnologia, o interesse do autor é também “a medição do tempo como meio de exploração da mão-de-obra” (THOMPSON, 1998, p. 289), o que não ocorreu sem conflito. Essa tensão, está claro, se deve mesmo a imposição de um ritmo de trabalho totalmente diferente do que a população estava então acostumada. A entrada e saída dos trabalhadores nas fábricas eram devidamente registradas, embora não honestamente, e os relógios eram alterados para garantir vantagem ao capital, além de terem seu uso proibido<sup>226</sup>. E vantagem não somente em relação ao ganho de tempo, mas também quanto a aplicação de multas como método dos capitalistas aumentarem seus lucros: os operários que encontravam os portões das fábricas fechados, porque o relógio estava adiantado, tinham seus nomes marcados em um caderno de multas. Certa vez, 95 trabalhadores foram multados: “[...] eram operários de um fábrica cujo relógio, em relação aos relógios públicos da cidade, pela manhã estava *adiantado* e, à noite, *atrasado* em um quarto de hora” (ENGELS, 2010, p. 215, grifos no original). Apesar da resistência, os trabalhadores

<sup>225</sup> Conforme Thompson (1998), houve outros elementos de destaque para a conformação social da disciplina do trabalho industrial, como a religião, a escola, supervisão do trabalho, multa e incentivos par quem respeitasse o horário.

<sup>226</sup> Thompson (1998, p. 294) traz o depoimento anônimo de uma testemunha que trabalhava em uma fábrica: “[...] na realidade não havia horas regulares: os mestres e os gerentes faziam conosco o que desejavam. Os relógios nas fábricas eram frequentemente adiantados de manhã e atrasados `noite; em vez de serem instrumentos para medir o tempo, eram usados como disfarces para encobrir o engano e a opressão. Embora isso fosse do conhecimento dos trabalhadores, todos tinham medo de faltar, e o trabalhador tinha medo de usar relógio, pois não era incomum despedirem aqueles que ousarem saber demais sobre a ciência das horas” (ANÔNIMO, *Chapters in the life of a Dundee factory boy* – Dundee, 1887, p. 10 apud Thompson).

foram sugados pela força do capital e submetidos ao seu movimento, passando a lutar não mais contra o tempo, mas sobre o tempo, indo da redução da jornada de trabalho para o direito de receberem horas extras e porcentagens em dinheiro pelo tempo trabalhado fora do horário.

A dominação do capital não conhece barreiras. Essa questão do tempo é importante pelo próprio entendimento dessa *relação social*. Talvez a definição mais conhecida usada por Marx pra definir capital seja “[...] valor que se valoriza” (MARX, 1983, p. 130; MARX, 1984a, p. 153). Esse conceito deve ser entendido, também, enquanto um *processo*, um movimento em que o capital necessariamente precisa passar por metamorfoses e trocar suas formas para que se opere a valorização, desconsiderando possíveis percalços. Falamos aqui da circulação do capital, renovada a cada ciclo, como uma finalidade em si mesma, objetivando a valorização do valor, “[...] pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1983, p. 129). Essa descrição nos afasta do entendimento a-histórico e simplesmente material do capital, visto em si como um montante de dinheiro, uma forma equivocada, como nos alerta os autores Lowy, Duménil e Renault (2015). Segundo Gorender (1983, p. XXXVII), o capital no sentido marxiano também se afasta da definição de trabalho acumulado: “o capital não é uma coisa – ferramenta ou máquina”; estes se convertem em capital quando são destinados à valorização do capital, convertidos em “instrumento[s] de exploração do trabalho assalariado”.

Ao invés de coisa, o capital é *relação social*, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas – instalações, máquinas, matérias-primas, etc. – constituem a encanação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação do proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva (GORENDER, 1983, p. XXXVII, grifo no original).

Harvey (2018) diseca esse conceito tal como definido por Marx. Primeiramente, traz a noção de valor: “é o trabalho social que realizamos para os outros tal como ele é organizado por meio de trocas de mercadorias em mercados competitivos, com seus mecanismos de determinação de preços” (HARVEY, 2018 p. 18). Mas recordemos que esse trabalho tem um tempo necessário socialmente estabelecido, não sendo aleatório: o valor é definido em Marx (1983) como o tempo de trabalho socialmente necessário<sup>227</sup>. “O tempo que gasto fabricando bens para outros comprarem e usarem é uma relação social”, portanto, relação

---

<sup>227</sup> “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau médio de habilidade e de intensidade de trabalho”. É, portanto, apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do valor de isso o que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 1983, p. 48).

“imaterial”, mas que urge por uma expressão objetiva, satisfeita pela existência do *dinheiro*, que representa o valor. “O valor é a relação social, e todas as relações sociais escapam à investigação material direta. O dinheiro é a representação e a expressão dessa relação social” (HARVEY, 2018, p. 18-19).

Na *esfera da produção*, além de mercadorias materiais, é produzida também uma “relação social de exploração da força de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 23). Assim, “esse momento da circulação do capital abarca não apenas a produção de mercadorias, mas também a produção e reprodução da relação de classe entre capital e trabalho na forma de mais-valor [mais-valia]” (HARVEY, 2018, p. 24). É no processo de produção que ocorre o que Marx chama de valorização do capital, em que o *tempo* figura como um elemento essencial.

Se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor *prolongado além de certo ponto*. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. *Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização* (MARX, 1983, p. 161, grifo meu).

Conforme a citação, o processo de trabalho é, também, processo de valorização, compreendidos ambos como uma unidade nos limites da sociedade burguesa. Esse *tempo* de trabalho que excede ao valor da força de trabalho, valor este sumariado nos meios de subsistência necessários à vida do trabalhador, é trabalho não pago, portanto, *trabalho explorado*. O mecanismo da exploração, que é a essência do trabalho no modo de produção capitalista, está elucidado. Anteriormente à passagem acima, Marx (1983) nos ilumina com o exemplo do capitalista que se ocupa com a produção de fio que, após uma frustração quanto ao seu investimento, finalmente obteve sucesso. O que o autor quer nos atentar é que a força de trabalho pode operar além do tempo determinado para sua reprodução: “seus custos diários e seu dispêndio diário, são duas grandezas inteiramente diferentes”. Quando comprou a força de trabalho no mercado, o capitalista sabia que, embora apenas meia jornada de trabalho fosse suficiente para manter o trabalhador vivo, não havia impedimentos para ele trabalhar uma jornada inteira. Pagou por ela por um dia de sua utilização; protege e vigia zelosamente seu investimento para que consiga extrair o máximo disso, quase como a inquietante teletela da distopia de George Orwell (2021)<sup>228</sup>. Assim, “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas”. Mas para o capitalista, “[...] o

---

<sup>228</sup> George Orwell – 1984.

decisivo foi o valor de uso dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem”. Mas a força de trabalho cria esse mais valor, que extrapola o seu próprio valor, apenas e a partir da extensão do *tempo* da jornada de trabalho necessário: dessa forma, o seu valor de uso ultrapassa o seu valor de troca.

A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar *um dia inteiro*, e por isso, o valor que sua utilização cria durante o dia é o *dobro de seu próprio valor* de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1983, p. 160, grifo meu).

*A valorização decorre do tempo que excede o tempo socialmente necessário à manutenção e reprodução da mercadoria força de trabalho, tempo empregado na produção: “[...] processo de valorização, que ocorre na esfera da produção” (MARX, 1983, p. 160). O processo de trabalho que compreende o trabalho necessário a repor o valor da força de trabalho, é o processo simples de formação de valor<sup>229</sup>; aqui não está compreendido a formação da mais-valia, apenas o que o capitalista paga em salário ao trabalhador. É impossível concebermos o modo de produção capitalista unicamente pelo processo de formação simples de valor – este deve ser analisado como parte de um processo maior, não existindo de modo isolado, pois se se interrompe a produção nesse momento, não há valorização do capital, não há excedente. O tempo prolongado da jornada de trabalho para além de determinado ponto é o que garante a valorização do capital, estando na sua dependência direta. Se, em determinadas condições, esse tempo prolongado oscila, também oscila a capacidade de valorização do capital, para mais ou para menos, pois oscila a produção da mais-valia<sup>230</sup>. Portanto, a mais valia está cristalizada não no montante absoluto de mercadorias produzidas em uma jornada inteira de trabalho, mas apenas naquele em que são produzidas no tempo da jornada de trabalho que engloba o trabalho excedente, o qual compreende o processo de valorização do capital. De modo geral, “[...] a mais-valia resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]” (MARX, 1983, p. 162, grifo meu), agora*

<sup>229</sup> “Trata-se aqui apenas do tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil” (MARX, 1983, p. 161).

<sup>230</sup> A história nos mostrou que a tendência é o aumento desse tempo pelo imperativo do capital se assentar em uma prospecção de reprodução ampliada. Além de que a mais-valia pode oscilar em decorrência do aumento do valor da força de trabalho, se expressando no fato de que o trabalho pode ter mais acesso à riqueza produzida socialmente, mas isso tem diferentes repercussões: ou realmente o trabalhador percebe esse aumento, por exemplo em decorrência da luta de classe e a pressão de seu poder de barganha; ou sobe os meios de subsistência e, na mesma proporção, sobe os salários.

particularizado como processo de produção capitalista de mercadoria<sup>231</sup>, síntese agregada do valor e da mais-valia.

Ainda nessa análise sobre o processo de valorização do capital, é importante nos atermos a certos processos e conceitos marxianos. O valor do produto é resultado das diferentes formas em que os fatores do processo de trabalho o constituem, como *fatores objetivos* e *fatores subjetivos*. Constitui valor do produto os valores dos meios de produção consumidos que, de fato, são conservados pela transferência<sup>232</sup> e, também, o novo valor que o trabalhador acrescenta através de determinada quantidade de trabalho<sup>233</sup>. Mas esses dois resultados são alcançados pelo trabalhador ao mesmo tempo, pelo mesmo processo de trabalho e não através de processos isolados, com objetivos próprios; essa dualidade de resultado é explicada pela dualidade de seu próprio trabalho: “No mesmo instante, o trabalho, em uma condição, tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor” (MARX, 1983, p. 165). O trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor, sob a forma peculiar de seu *trabalho produtivo*, pela sua própria atividade como trabalho em geral, ao passo que também o valor dos meios de produção se torna elemento constituinte do produto, de um novo valor de uso. Esse trabalho que agrega valor é *trabalho abstrato*, trabalho social geral, e agrega certa grandeza de valor não por ser trabalho particular, útil, mas porque dura um *tempo* determinado; por sua característica abstrata, como dispêndio de força de trabalho humano, agrega novo valor. Distinto disso é a transferência de valor ao produto, que ocorre através do *trabalho concreto*, útil; apenas um trabalho específico é capaz de manejar certos meios de produção e, assim, transferir seus valores aos novos produtos. A força de trabalho, ao ser acionada em um processo de trabalho, cria novo valor e transfere valor, formando o valor de um novo produto, e de forma simultânea.

Essa caracterização dos fatores do processo de trabalho nada mais é que as funções dos diferentes elementos que compõem o capital em seu próprio *processo de valorização*<sup>234</sup>: os meios de produção e a força de trabalho são “as diferentes formas de

---

<sup>231</sup> “Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, foram capitalistas da produção de mercadoria” (MARX, 1983, p. 162).

<sup>232</sup> “Se considerarmos todo o período em que tal meio de trabalho presta serviço, desde o dia de sua entrada na oficina até o dia de seu banimento ao despejo, veremos que, durante esse período, seu valor de uso foi inteiramente consumido pelo trabalho e seu valor de troca transferiu-se, por isso, totalmente ao produto” (MARX, 1983, p. 168)

<sup>233</sup> “É diferente o que acontece com o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação. Enquanto o trabalho, por meio de sua forma adequada a um fim, transfere o valor dos meios de produção ao produto e o conserva, cada momento de seu movimento cria valor adicional, valor novo” (MARX, 1983, p. 170).

<sup>234</sup> “As mesmas partes componentes do capital, que do ponto de vista do processo de trabalho se distinguem como fatores objetivos e fatores subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável” (MARX, 1983, p. 171).

existência que o valor do capital originário assumiu ao desfazer-se de sua forma dinheiro e ao transformar-se nos fatores do processo de trabalho”. Marx (1983) denominou de *capital constante* a parte do capital convertida em meios de produção, cuja grandeza de valor não se altera no processo de produção e, de *capital variável*, a parte do capital convertida em força de trabalho, cujo valor se altera no processo de produção, reproduzindo seu equivalente e produzindo um excedente, uma mais-valia que pode variar, ser maior ou menor.

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas reproduz-se também, valor excedente. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho [...]. O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado (MARX, 1983, p. 171).

Mas essa formação do excedente depende muito mais do que a junção e a convergência dos elementos que compõe o capital em um processo de trabalho. Marx (1983) é taxativo e insiste no prolongamento desse processo de trabalho para além da reprodução do equivalente apenas da força de trabalho que é utilizada como valor de uso pelo capitalista não por meio período, mas por uma *jornada de trabalho inteira*, como é reiteradamente apontado pelo autor. Caso não ocorresse dessa forma, a força de trabalho iria agregar apenas o seu valor de reprodução ao produto, não sendo formado, por tanto, o excedente<sup>235</sup>. Tratamos, pois, de *tempo*. Tempo apropriado e conduzido pelo capitalista, tempo de trabalho efetivado e não pago, *explorado*. Na sociedade burguesa, o homem é reduzido a tempo: “o tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo” (MARX, 1985, p.58, grifo meu).

A especificidade do sistema sociometabólico do capital, descortinada por Marx, reside justamente em que a sociabilidade engendrada por esse sistema é estruturada e sustentada pela forma valor: o tempo de trabalho socialmente necessário enquanto parâmetro das trocas e, por isso, da própria sociabilidade, sendo as mudanças técnicas e organizacionais estimuladas e voltadas para a redução desse tempo, não pela busca de maior tempo livre ou da maior satisfação das necessidades humanas, mas tão somente enquanto mecanismo de aprofundamento da exploração de tempo de trabalho excedente, ou valorização do valor (QUEIROZ, 2016, p. 43, grifo no original).

---

<sup>235</sup> Apenas a título de direcionarmos uma leitura, queremos indicar dois exemplos que Marx (1983) trabalha em *O Capital* para ilustrar esse ponto acerca da produção do excedente a partir do prolongamento da jornada de trabalho. Um já indicamos no texto, sobre a frustração de um dos nossos personagens econômicos, o capitalista. Consultar o tópico *O processo de valorização* (Cap. V), p. 157-160; e Cap. VI, *Capital Constante e Capital Variável* (p. 170-171). Ambas as indicações se encontram na Seção III, *A produção da mais-valia absoluta*.

Vejamos o detalhamento sobre esse tempo, ou tempos, do processo de trabalho como processo de valorização. A jornada de trabalho compreende a grandeza absoluta do tempo de trabalho. Ela congrega dois momentos expressos no processo de trabalho: por um lado, tem-se a parte do processo de trabalho que se restringe à reprodução da força de trabalho, podendo ser maior ou menor segundo o valor dos meios de subsistência. Marx (1983, p. 176) denomina esse tempo de *tempo de trabalho necessário*, e o trabalho de *trabalho necessário*. No segundo período da jornada de trabalho é gerada a mais-valia, é dispêndio de energia que não cria valor para o trabalhador; esse momento é chamado de *trabalho excedente*, e o trabalho, de *mais-trabalho*.

Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-lo como *mero coágulo de tempo de trabalho excedente*, como simples mais-trabalho objetivado (MARX, 1983, p. 176, grifo meu).

Em uma relação direta, se o capital variável é igual ao valor da força de trabalho que o capitalista compra e, se o valor dessa força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário, como trabalho voltado para os meios de subsistência do trabalhador, a mais-valia é determinada pelo excedente da mesma jornada de trabalho. Mais-valia que diz sobre a riqueza de um dado país. A parte do produto em que ela está representada é o *mais-produto*; como já dito anteriormente, é objetivo da produção capitalista a produção de mais-valia, sendo, portanto, não a grandeza absoluta do produto, mas a sua grandeza relativa que mede o grau dessa riqueza. Isso compreendendo que o valor do produto em sua totalidade não é somente o valor criado no produto – para este último caso, o valor transferido do capital constante deve ser deduzido do seu valor total<sup>236</sup>. *Dessa forma, a exploração do capital sobre a força de trabalho é a exploração da mais-valia, do trabalho que, sendo excedente, não é pago; portanto, a exploração é explicada pelo tempo relativo da jornada de trabalho, o do trabalho excedente, compreendido que está no tempo absoluto da jornada de trabalho. Com isso, temos que essa exploração de mais-valor é a exploração do tempo da vida do trabalhador, tempo que é consumido na produção de mercadorias e não pago, tempo de trabalho excedente que é, em si mesmo, a concentração exata da mais-valia, do mais-valor, do mais-tempo.* É em

---

<sup>236</sup> O capital adiantado  $C$  adiantado no processo de produção, formado por  $c + v$  (capital constante + capital variável – força de trabalho), se transforma em  $C' = c + v + m$  (em que o capital valorizado  $C'$  é formado por capital constante + capital variável + mais-valia). Porém, o valor do capital constante apenas reaparece no produto: “O produto de valor realmente criado no processo distingue-se, portanto, do valor do produto obtido dele” (MARX, 1983, p. 174).

decorrência da ampliação abusiva da jornada de trabalho, desse mais-valor como mais-tempo, até o limite possível, que “levanta-se a voz no trabalhador, que estava emudecida pelo bombar do processo de produção” (MARX, 1984a, p. 189), o que por enquanto nos contentamos apenas em pontuar.

Mas até aqui dispomos atenção sobre o processo de trabalho sob o comando do capital de forma genérica, contemplando a produção da *mais-valia absoluta*, considerando que a parte do trabalho necessário para a manutenção da vida do trabalhador através do acesso aos meios de subsistência, ou seja, o valor da força de trabalho, é uma grandeza dada, constante, como quer Marx (1983). Essa forma de extração de mais-valia, “produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho” (MARX, 1983, p.251), está condicionada à uma lei muito específica<sup>237</sup>, que “*só vale para a forma da mais-valia que tratamos até agora*” (MARX, 1983, p. 242, grifo meu), alicerçada que está em um momento da produção capitalista em que não se coloca a alteração do componente constante do capital, já que fixo o valor da força de trabalho, se impondo da seguinte forma:

Se o limite da jornada de trabalho é dado, assim como o limite de sua parte necessária, a massa de valor e de mais-valia que um capitalista individual produz depende, como é obvio, exclusivamente da massa de trabalho que põe em movimento. Esta, por sua parte, *depende*, sob os pressupostos dados, da massa de força de trabalho ou do número de trabalhadores que ele explora, e esse número por sua vez é determinado pela grandeza do capital variável por ele adiantado. *Dados a taxa de mais-valia e o valor da força de trabalho, as massas de mais-valia produzidas estarão, assim, em razão direta às grandezas dos capitais variáveis adiantados* (MARX, 1983, p. 241, grifo meu).

A massa de mais-valia produzida está diretamente e unicamente atrelada ao trabalho que é empregado na produção, ao número de trabalhadores que movimentam os meios

---

<sup>237</sup> Marx (1983, p. 239-241) desenvolve três leis sobre a massa de mais-valia. Vamos nos limitar apenas à essa, a terceira, por tratar mais diretamente ao assunto por nós abordado. As outras leis, resumidamente, são: primeira, que “a massa de mais-valia produzida é igual à grandeza do capital variável adiantado multiplicado pela taxa de mais-valia ou é determinada pela relação composta entre o número das forças de trabalho exploradas simultaneamente pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de trabalho individual”, ou seja, massa de mais-valia é dada pela mais-valia individual fornecida por cada trabalhador multiplicada pelo total de trabalhadores empregados. Segunda que, entendendo que na produção da massa de mais-valia um fator pode ser compensado por outro, como o decréscimo do número de trabalhadores pelo prolongamento da jornada de trabalho, segue-se que: “O limite absoluto da jornada média de trabalho, que por natureza sempre é menor que 24 horas, forma um limite absoluto à compensação de capital variável diminuído por aumento da taxa de mais-valia ou de um número reduzido de trabalhadores explorados por um acréscimo do grau de exploração da força de trabalho”; dessa forma, o prolongamento da jornada de trabalho, expressa em horas, encontra um teto, um patamar em que não é possível ultrapassar para contrabalançar um número restrito de trabalhadores.

de produção em um processo de trabalho<sup>238</sup>. Dessa forma, a produção de mais-valia é limitada pelo crescimento populacional ou, sob outro olhar, dada certa população, a produção da mais-valia está limitada pela *extensão da jornada de trabalho*, resultando dessa condição a luta do capital quando do surgimento do capitalismo para o aumento da jornada de trabalho. Isso nos direciona a retomar o primeiro modelo de acumulação descrito por Marx, em que a valorização do capital estava, de certa forma, comprometida por esse paradoxo: se em dado momento a produção da mais-valia se efetiva nesse cenário de dependência direta do aumento da força de trabalho empregada, visto que o prolongamento da jornada de trabalho possuiu limites, a alta demanda por trabalhadores faz com que os salários subam, comprometendo o grau da exploração exercida pelo capital. Segundo Marx (1984a), o capital passa por uma evolução: dentro do processo de produção, passa a comandar a força de trabalho ativa e, posteriormente, “evolui” para uma relação de coerção, obrigando o trabalhador a exercer mais trabalho para além do necessário para satisfazer suas necessidades. O capital supera, com a extração de mais-trabalho e exploração da força de trabalho, todos os sistemas de produção anteriores baseados em trabalho forçado diretamente. Contudo:

De início, o capital submete o trabalho ao seu domínio nas condições técnicas em que o encontra historicamente. Não altera, portanto, imediatamente o modo de produção. A produção da mais-valia na forma observada até agora, mediante simples prolongamento do dia de trabalho, parecia, por isso, independente de qualquer mudança do próprio modo de produção (MARX, 1983, p. 244).

O capital foi estruturando paulatinamente o seu próprio modo de produção, ajustando-o às suas necessidades de valorização. Até aqui, a parte da jornada de trabalho compreendida pelo trabalho necessário, que reproduz o valor da força de trabalho, foi considerada como grandeza constante, “*o que ela realmente é sob condições de produção dadas, em dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade*” (MARX, 1983, 249, grifo meu). Mas com o desenvolvimento social da produtividade do trabalho, em patamares históricos até então inéditos, o capital ultrapassa em larga, e em potência crescente, a escala de produção da mais-valia, agora não mais dependente do acréscimo do número de trabalhadores e do aumento global da jornada de trabalho. Como nos ilumina Gorender (1983):

---

<sup>238</sup> Diz Marx (1983, p. 242): “Se, por exemplo, o número de trabalhadores é de 1 milhão e a jornada de trabalho média de um trabalhador é de 10 horas, a jornada de trabalho social será de 10 milhões de horas. Dada a duração desta jornada de trabalho, a massa de mais-valia só pode ser aumentada por meio do aumento do número de trabalhadores, isto é, da população trabalhadora”.

Nos primórdios do regime capitalista, quando as inovações técnicas avançavam com lentidão, o aumento da quantidade de mais-valia por operário ocupado só era possível mediante criação de mais-valia *absoluta*, isto é, mediante prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação das tarefas, de tal maneira que o tempo de sobretrabalho (criador de mais-valia) aumentasse, enquanto se conservava igual o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário). No entanto, a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia *relativa*. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho (GORENDER, 1983, p. XLIV).

Em se tratando de uma compreensão global da exploração capitalista, vamos salientar as consequências da revolução dos meios de trabalho sobre a classe trabalhadora, dos “efeitos imediatos da produção mecanizada sobre o trabalhador” (MARX, 1984a, p. 22, grifo no original), o que nos faz entendermos ainda melhor a estrutura e os efeitos da lei geral da acumulação capitalista. Pelas colocações de Marx (1984a) no capítulo XIII, *Maquinaria e Grande Indústria*, reafirmamos a importância do tema nas análises do autor acerca dos impactos sociais destrutivos da mecanização da produção sob a ordem estabelecida<sup>239</sup>. A ideia é imprimirmos a noção de que, tanto a produtividade do trabalho, como a exploração e a acumulação de capital atingiram patamares históricos que seriam insustentáveis sem tais revolucionamentos. A plena exploração, subjugação e miséria do trabalhador e a maquinaria estão imbricadas, quase como que se fossem um único elemento: a relação social de dominação e seu cavalo de Tróia. Como disse Marx (1980, p. 1007) em outro momento: “A burguesia erige a perpetuação da escravatura assalariada por meio da aplicação das máquinas em ‘apologia’ destas”.

Segundo Marx (1984a), a maquinaria dispensou a força para o processo de trabalho, ampliando o campo da força de trabalho explorável: trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento ainda imaturo, mas com alta flexibilidade, caso das mulheres e crianças. A máquina, como forma de substituir e dispensar trabalho e trabalhadores, amplia o número de assalariados ao destituir o homem, no sentido do gênero mesmo, da sua atividade<sup>240</sup>,

---

<sup>239</sup> Não iremos nos deter profundamente sobre a maquinaria em si, seu desenvolvimento a partir da manufatura, sua constituição e a formação de um sistema de maquinaria automático, a partir do qual é requerido apenas assistência humana, mas destacar os efeitos mais gerais de sua aplicação para a população trabalhadora.

<sup>240</sup> “O número de trabalhadores aumentou muito, porque se substituiu cada vez mais trabalho masculino por feminino e sobretudo trabalho adulto por infantil. Três garotas de 13 anos de idade, com salários de 6 a 8 xelins

enquanto que os outros membros da família, sem distinção de sexo e idade, caem sob as garras do capital. O valor da força de trabalho masculina, que deveria cobrir o sustento do próprio trabalhador e de sua família, agora é dividido pelos seus familiares; a máquina desvaloriza aquela força de trabalho. Mesmo que a compra dessas forças de trabalho em conjunto representasse mais gasto do que a força individual do trabalhador, apesar de os salários dessa mão de obra serem “abomináveis, já que era formada em grande parte por mulheres e crianças” (HOBSBAWN, 2018a, p. 77), elas se constituem em mais jornadas de trabalho, gerando mais excedente. Os esforços são deslocados para a máquina e o trabalho do homem adulto é reduzido a mera vigilância, que pode perfeitamente ser executada por uma mulher ou criança, e pela metade do preço de um operário que são “cada vez mais afastados da indústria e não são novamente ocupados com o aumento da produção industrial (ENGELS, 2010, p. 176, grifo no original). “Assim, a maquinaria desde o início amplia o material humano de exploração, o campo propriamente de exploração do capital, assim como ao mesmo tempo o grau de exploração” (MARX, 1984a, p. 23, grifo meu).

Quanto mais a atividade dos braços e esforços musculares vêm sendo substituídos, mediante a introdução da máquina, da força hidráulica ou do vapor, tanto menos se necessita de homens, deslocados por mulheres e crianças quem além de serem mais hábeis que os homens, recebem salários menores (ENGELS, 2010, p. 179).

É responsável também, a maquinaria, por uma alteração substancial da “mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista” (MARX, 1984a, p. 23). Agora o capital compra crianças ou semidependentes; o trabalhador, que antes vendia sua força de trabalho, agora negocia no mercado sua esposa e filhos. Estes, mulheres e crianças, se definham frente ao poder do capital: os sujeitos que a máquina submete à exploração se arruinam fisicamente; a mortalidade infantil é alta<sup>241</sup>; se degradam moralmente e são devastados intelectualmente, já que as pessoas são transformadas apenas em apêndices de

---

por semana, deslocaram um homem adulto com salários de 18 a 45 xelins” (QUINCEY, *Th. De. The Logic of Polit. Econ.* Londres, 1844. Nota à pg. 147 apud Marx (1983, p.4, p. 22, nota).

<sup>241</sup> É estarrecedor o apontado por Marx (1984a, p. 25) sobre esse assunto: as altas taxas de mortalidade decorrem principalmente à “ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e mau trato das crianças aí decorrentes – entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. – além da alienação inatural [\*natural, nas 3º e 4º edições. Na tradução da Boitempo, alienação está como estranhamento] das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais”. Um relatório oficial sobre investigação médica, em 1861, revela que, além da negligência e maus tratos devido à ausência da mãe, estas por outro lado perdem de forma assustadora as emoções em relação às suas crianças, não demonstrando incômodo por suas mortes ou até tomam medidas para provocá-las.

máquinas para a produção de mais-valia. Há uma rearticulação das relações sociais e de gênero que incide violentamente sobre a estrutura familiar do proletariado.

É tendência desencadeada nesse processo inicial o impulso para o prolongamento da jornada de trabalho, “[...] além de qualquer limite natural” (MARX, 1984a, p. 28), para o capitalista compensar o que Marx (1984a, p. 290) designou como depreciação *moral* da máquina, quando outras iguais a ela são produzidas em menos tempo ou quando surge outra que a supere em potência; seu valor passa agora a ser determinado não pelo tempo de trabalho que foi objetivado em si, mas ao necessário à produção da máquina melhorada. Devido à ampliação do contingente populacional explorado e do descarte de trabalhadores, agora sedimentados no exército industrial de reserva, a classe trabalhadora é submetida irrestritamente aos ditames do capital. *A máquina abre as possibilidades da plena dominação e exploração do capital.*

Daí o notável fenômeno na história da indústria moderna de que a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital (MARX, 1984a, p. 32).

Outro fenômeno desencadeado com a introdução e expansão da utilização da maquinaria, de “decisiva importância” (MARX, 1984a, p. 33), é a *intensificação do trabalho*. Com a explosão da luta de classes no cenário social no combate à extensão desmedida da jornada de trabalho provocada pelas máquinas, é instaurada uma jornada limitada de trabalho após cerca de cinquenta anos, quando o seu aumento caminhou junto à intensificação do trabalho. Após o Estado ser obrigado a legislar sobre a jornada de trabalho, impedindo a produção da mais-valia pelo simples prolongamento do tempo de trabalho, “o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas” (MARX, 1984a, p. 33), alterando o caráter da mais-valia relativa. Se antes o trabalhador era capacitado a produzir mais no mesmo espaço de tempo, com mais dispêndio de trabalho, em que o mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, mas agora incorporado em mais valores de uso, gerando queda no valor da mercadoria individual, agora, com a jornada comprimida, junto a um novo impulso e redução dos gastos com as condições de produção, impõe-se, no mesmo intervalo de horas, um *condensação dos espaços temporais*, uma tensão do trabalho que só pode ser atingida na jornada reduzida: “Essa compressão de uma maior massa de trabalho num dado período de

tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantidade de trabalho” (MARX, 1984a, p. 33). Resumidamente, as consequências dessa evolução técnica está em que:

Vimos como a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital mediante a apropriação do trabalho de mulheres e crianças, vimos como ela confisca todo o tempo de vida do operário mediante ampliação desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto em enorme crescimento num tempo cada vez mais curto, serve finalmente de meio sistemático de liberar em cada momento mais trabalho ou de explorar a força de trabalho de modo cada vez mais intenso (MARX, 1984a, p. 39-40).

Marx expressa todas as consequências da implementação da maquinaria em um processo de trabalho conduzido pelo capital, evidenciando como esse fato vinca a sociedade burguesa. Quando desse estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a produção da mais-valia se consolida não pela necessidade da extensão da grandeza absoluta da jornada de trabalho, mas sim pela modificação da proporção de cada um dos dois tempos contidos nesse tempo: o prolongamento do mais-trabalho agora se opera pela diminuição de tempo de trabalho necessário<sup>242</sup> que é destinado à manutenção e reprodução da força de trabalho<sup>243</sup>. “Isso, porém é impossível, sem aumentar a força produtiva do trabalho”, assegura Marx (1983, p. 250); aumento compreendido como “uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o *tempo* de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira, portanto, a força para produzir um maior quantum de valor de uso” (MARX, 1983, p. 250-251, grifo meu). Ora, a mais-valia relativa, “[...] que decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança de proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho [...]” (MARX, 1983, p. 251) não pode acontecer sobre as mesmas condições produtivas dadas no surgimento do capitalismo; é inoperante um aumento requerido na produtividade social do trabalho sem uma revolução nos meios de produção. Podemos considerar que se antes a extração de trabalho excedente se baseava na extensão absoluta do mais-valor, do mais-tempo, agora ela se alicerça na compressão de mais-valor, desse mais-tempo, considerando a jornada de trabalho reduzida. Exige-se, pois, uma alteração geral dos elementos e das formas como se opera o processo de trabalho, uma alteração da

<sup>242</sup> “Com a duração da jornada de trabalho dada o prolongamento do mais-trabalho tem de decorrer da redução do trabalho necessário e não do contrário, ou seja, a redução do trabalho do prolongamento do mais-trabalho” (MARX, 1983, p. 250).

<sup>243</sup> Aqui, Marx (1983) descarta a redução dos salários para o aumento da produção de mais-valia apresentando duas justificativas: uma, que a simples queda da remuneração dos trabalhadores abaixo do que é necessário para a reprodução da força de trabalho se expressa em menos acesso aos meios de subsistência, o que pode comprometer essa reprodução e; também pelo fato de que sua análise considera que as mercadorias sejam vendidas pelo seu valor, incluída aqui a força de trabalho.

composição do capital, uma alteração da sua base técnica – estamos aqui nos referindo ao segundo modelo da acumulação capitalista descrito por Marx.

Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada [a absoluta], o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, *mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor* (MARX, 1983, p. 251, grifo meu).

Em certo momento do desenvolvimento histórico do capitalismo ocorre um redimensionamento da exploração, mas possível somente com o progresso das forças produtivas. O que acontece é que o aumento das potências do trabalho social se reflete no barateamento das mercadorias, agora produzidas em menos tempo e conteúdo, dessa forma, menos tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Com a queda do valor das mercadorias, diminui-se o tempo de trabalho necessário no qual o trabalhador trabalha para si próprio, para sua subsistência, pois se reduz o valor das mercadorias necessárias à sua reprodução, mas não só, reduzindo-se, também, o valor da força de trabalho<sup>244</sup>, o que implica diretamente na ampliação do tempo de mais-trabalho, de trabalho não pago objetivado em mercadorias, em trabalho explorado. Esse é o objetivo do desenvolvimento da força produtiva do trabalho no âmbito da produção capitalista: reduzir o tempo de trabalho necessário e expandir o tempo do mais-trabalho. “Por isso, é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (MARX, 1983, p. 254).

Contudo, a forma com que se busca a mais-valia relativa gera implicações que aqui vamos apenas indicar pois entendemos que extrapola nossa intenção para esse trabalho. Tal e qual o valor da força de trabalho, também cai o valor de outras mercadorias quando o capitalista, por meio da aplicação de um novo método, intensifica a força produtiva do trabalho; em si, ela contém materializado menos tempo de trabalho. Por ser produzida fora

---

<sup>244</sup> Mas esse não é um processo tão imediato como se imagina. Para que seja reduzido o valor da força de trabalho, o incremento da produção deve atingir os *ramos da produção* de mercadorias que sejam consumidas pelo trabalhador, que entra nas condições estabelecidas dos seus meios de sobrevivência; o aperfeiçoamento deve se generalizar.

dos padrões sociais médios, seu valor é mais baixo que o seu valor social<sup>245</sup>, podendo ser vendida ligeiramente acima do que realmente ela vale, mas ainda assim mais em conta que o seu valor social – já que a produção aumentou, há a necessidade de maior espaço no mercado, possível com a contração do seu preço. A mais-valia relativa, portanto, além de se revelar na redução do valor da força de trabalho, também é gerada por essa vantagem mercadológica, mas apenas momentânea e individualmente. Essa mais-valia extra desaparece tão logo esse novo método de produção se generaliza entre os demais capitalistas, impelidos que são pela concorrência a inovarem sua produção. A partir disso, o que ocorre é a queda tendencial da taxa de lucro.

## 2.2 CLASSES E LUTA DE CLASSES. ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA DA CONJUNTURA INGLESA APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS HISTÓRICOS: O CAPITAL, A MAQUINARIA, A CLASSE TRABALHADORA E O TEMPO

Já mencionamos nesse capítulo nossa defesa de que a lei geral da acumulação capitalista não é uma teoria determinista sobre a pauperização absoluta da classe trabalhadora, mas uma tendência socialmente determinada. Após formular a lei, Marx (1984a, p. 209) afirma: “Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui”. Afora a esterilidade do debate se as análises de Marx de concretizaram ou não, o que indica uma desconsideração sobre seu método, entendemos que uma dessas circunstâncias que são capazes de contrarrestar tal lei é a *luta de classes*. Historicamente, há comprovações dessa possibilidade em todo o mundo; talvez, a experiência mais efetiva sobre isso seja no pós Segunda Guerra Mundial, confinada à Europa Ocidental, que estruturou os diversos modelos de Estado Social. Tanto é que Losurdo (2015), ao pensar a crise atual, problematiza o “retorno” da luta de classes e questiona se a mesma havia “esvaecido”. Ao criticar autores que sugerem não mais haver argumentos para justificar os conflitos sociais (agora, a prerrogativa para a definição da posição do sujeito em sociedade não seria mais a propriedade privada, mas o sistema de ensino – uma defesa altamente meritocrática) ou uma pacificação do conflito após a constituição do Estado Social (o que não valeria para os Estados Unidos, por exemplo, onde o Estado Social nunca foi robusto), Losurdo se questiona, (2015) principalmente sobre a última consideração, se a construção do *Welfare State* foi um fato

---

<sup>245</sup> “O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é seu valor individual, mas sim seu valor social, isto é, não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor, no caso individual, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção” (MARX, 1983, p. 252).

inerente ao capitalismo em seu desenvolvimento ou se foi resultado da organização e da movimentação política do trabalhadores, da luta de classes.

Podemos considerar que o saturar o objeto de suas múltiplas determinações é nos aproximarmos dele em sua composição e movimentos próprios, tal como ele é em si. Dessa forma, na teoria marxiana, a luta de classes é um dos elementos que nos aproxima da realidade social, que se coloca como o motor da história humana: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40).

### 2.2.1 O Contexto Social do Trabalho no Século XIX. Diferentes Perspectivas da Luta de Classes sob Distintas Configurações do Modo de Produção Capitalista: a Luta em Torno da Jornada de Trabalho e a Disputa Pelo Tempo de Trabalho

A luta entre os capitalistas e a os trabalhadores se inicia com a própria relação capital. Antes dos famosos embates dos anos 1800, esse fato já se agitava no período em que vigorou a manufatura. Contudo, é com a maquinaria, a existência material do capital, que o trabalhador se volta contra seu meio de trabalho<sup>246</sup>, como foi o caso do conhecido movimento luddita<sup>247</sup>. Segundo Marx (1984a, p. 47), “É preciso tempo de experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista e, daí, aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para a sua forma social de exploração”. O meio de trabalho e a relação social de produção estão, dessa forma, ligados; são, em si, uma unidade em que um assegura e possibilita o desenvolvimento e a expansão do outro, não podendo serem dissociados para uma máxima apreensão da sociedade burguesa em sua maturidade. Se, por um lado, “As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista” (MARX, 1984a, p. 56), voltada para a valorização do capital, por outro lado é o seu uso que cria as condições necessárias e permite que a relação de exploração domine e conduza efetivamente o processo de trabalho e garanta a valorização e acumulação do capital, subjugando o trabalhador e ocasionando uma série de desastrosas consequências para a classe operária, como as resumidamente listadas por Coggiola (2021): desqualificação; aumento da jornada de trabalho;

<sup>246</sup> E isso antes do grande período da Revolução Industrial, de acordo com a periodização de Hobsbawn (2018). Marx (1984a) apontou revoltas durante o século XVII em toda a Europa. Essa agitação prevaleceu pelo século seguinte: em 1758 a primeira máquina de tosquiar lã, movida a água, foi queimada pelas 100 mil pessoas que ficaram sem trabalho.

<sup>247</sup> “Grupo de trabalhadores inglese que, entre 1811 e 1816, se rebelaram e destruíram máquinas têxteis, pois acreditavam que elas eram responsáveis pelo desemprego. O líder ou iniciador desses movimentos chamava-se, provavelmente, Ned ou King Ludd. Daí, supõe-se, deriva o vocábulo inglês *Luddite* (HOBSBAWN, 2018a, p. 75).

embrutecimento do trabalhador; degradação física e moral da juventude e; incorporação de mulheres e crianças à produção. É a partir da maquinaria que podemos elencar todos esses efeitos contraditórios da sociedade burguesa. De fato:

[...] considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza, etc. (MARX, 1984a, p. 56-57).

Apesar dessa intrínseca relação entre o capital, como relação social de exploração, e a maquinaria, como instrumento de exponenciação dessa exploração, como já demonstrado anteriormente, a Economia burguesa nega seus efeitos e contradições, classificando-as apenas como aparência da realidade. Tocqueville (2003), por exemplo, diz sobre as impressionantes diferenças entre os países europeus: a menor quantidade de indigentes nas nações pobres e a massa de miseráveis nos países mais desenvolvidos e opulentos. Na busca de uma resposta para esse quadro, retrocede até a aurora da humanidade. Ao longo da história os homens vão descobrindo prazeres que estão além da mera sobrevivência e da satisfação das necessidades mais importantes para a vida. Com a propriedade privada, tem-se a divisão entre homens que acumularam mais terras do que o necessário à sua manutenção e a massa selvagem e desconhecadora desses prazeres da vida (é o “pecado original econômico” a que se refere Marx ao discutir a acumulação primitiva). Resumidamente, Tocqueville (2003) nos tentar convencer de que a razão da mendicância nos países mais ricos decorre da não satisfação de um conjunto de novas necessidades que pertencem aos hábitos e a educação em uma sociedade próspera, que caminham juntas às necessidades pertencentes ao que é imprescindível à vida. Seria, portanto, uma pobreza relativa, localizada a partir das diferenças entre as sociedades e seus patamares de progresso e riqueza.

Notemos como a teoria de Marx é um todo orgânico, em que cada um de seus elementos mantém, necessariamente, articulação com os outros. “Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói” (MARX, 1984a, p. 48). Se o modo de produção capitalista se assenta no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria, pois coagido economicamente a isso, a divisão do trabalho torna esse trabalhador habilitado para o manejo de uma ferramenta que é posteriormente passada para a máquina com o progresso da produção mecanizada: se se

extingue o valor de uso da força de trabalho, extingue-se também seu valor de troca e o trabalhador se torna invendável.

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo do seu valor (MARX, 1984a, p. 48).

A exploração do capital não pode ser isolada do meio de trabalho típico do modo de produção especificamente capitalista, do elemento que lhe dá forma e potência com o desenvolvimento das forças produtivas; são elementos presentes no mesmo tempo e espaço, como componentes da realidade inglesa analisada por Marx para o desenvolvimento de sua teoria. Isso não significa desconsiderar, de forma alguma, o traço potencialmente devastador da exploração capitalista sobre a humanidade como um todo, mas se refere a um esforço em empreender um entendimento sobre a teoria marxiana que considere o papel intrínseco do revolucionamento da produção social sob o comando do capital a partir da maquinaria, que na análise e na exposição da teoria de Marx esse elemento seja abstraído para a composição de uma explicação aproximada da sociedade burguesa.

Retomando brevemente alguns pontos das ideias marxianas, a jornada de trabalho não se encerra na parte necessária à reprodução da força de trabalho, referente ao seu custo; essa não é toda a sua grandeza. Como nos esclarece Marx (1983, p. 188), a jornada de trabalho é uma grandeza variável, não constante. Claro é que uma parte de tempo é estabelecida pelo tempo exigido para a contínua reprodução do trabalhador – apesar disso, o limite mínimo da jornada é indeterminável, visto que ela nunca pode, no modo de produção capitalista, chegar nesse limiar da simples reprodução da força de trabalho. A outra parte é o quanto perdura o mais-trabalho, estabelecendo a variação da jornada absoluta de trabalho, a depender da sua duração. De grande importância é termos em mente que essa problematização de Marx (1984a) considera a parte da jornada de trabalho destinada ao sustento do trabalhador uma grandeza dada, portanto, que a força de trabalho seja tanto comprada como vendida pelo seu valor, “*mantendo-se inalteradas as demais circunstâncias*” (MARX, 1984a, p. 187, grifo meu). Aquela outra, ao contrário, possui um limite máximo, dado duplamente, tanto pela limitação física do trabalhador, quanto por limites morais<sup>248</sup>. A variação da jornada de trabalho vai ser

---

<sup>248</sup> Sobre isso, diz Marx (1983, p. 188): “Durante parte do dia, a força precisa repousar, dormir, durante outra parte a pessoa tem outras necessidades físicas a satisfazer, alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desse limite

condicionada, portanto, por imposições físicas e sociais, sendo barreiras demasiadas elásticas, permitindo extremos de 8 horas até 18 horas da jornada de trabalho: em relação ao questionamento sobre qual o tempo de ideal de uma jornada de trabalho, o capital responde que esse tempo compreende as 24 horas do dia, tiradas apenas o estritamente necessário ao descanso físico.

Se deixarmos de lado tais limites, somente as leis do intercâmbio de mercadorias não estabelecem nenhum limite à intensificação da jornada de trabalho, nenhuma barreira ao mais-trabalho: em sua voracidade pela mais-valia, “[...] o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho” (MARX, 1983, p. 211). Surge um panorama de *interesses conflituosos*: enquanto o capitalista quer prolongar o quanto puder a jornada de trabalho, exigindo seu direito de comprador, o trabalhador exige seu direito como vendedor, visando limitar o consumo da sua força de trabalho devido à sua própria natureza enquanto mercadoria específica.

Ocorre aqui, portanto, uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (MARX, 1983, p. 190).

A ideia é que o capitalista visa prolongar o mais-trabalho ao extremo, ao máximo que pode devido as leis econômicas de extração de mais-valia e concorrência. Não se preocupada com as condições de saúde, com o esgotamento mental e físico do trabalhador e os limites físicos e morais são constantemente atropelados; é roubado do trabalhador seu *tempo* de vida, encarado como simples meio de produção. Desafiando a própria condição humana, o capital conta com uma imensa *superpopulação constante*, embora ela mesma já esgotada, sempre disponível a substituir os trabalhadores descartados ou que sucumbem frente ao poder do jogo econômico, desobrigando o capitalista a investir em maiores custos para a reprodução da força de trabalho, exaurida de suas forças. Desse contexto de intensa exploração do trabalho até o esgotamento da energia vital do trabalhador, se afirma a classe trabalhadora como classe essencial na sociedade burguesa, exigindo reconhecimento de seus direitos e a limitação do seu

---

puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral da cultura. A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais”.

tempo de trabalho: “A utilização da minha força de trabalho e a espoliação dela são duas coisas totalmente diferentes” (MARX, 1983, p. 189).

Diz Marx (1983, p. 215, grifo meu), que “*O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre capitalista e trabalhador*”. Mas a história dessa luta revela-se a partir de *duas tendências* que são *opostas*, com uma certa possibilidade de estabelecer, mais ou menos, a datação dos acontecimentos. No desvelamento das particularidades históricas da luta de classes em torno da jornada de trabalho, nos distintos momentos que iremos pontuar, imprescindível é destacarmos as configurações produtivas do modo de produção capitalista, seu progresso material e desenvolvimento, e o aumento da capacidade produtiva do trabalho sob o julgo do capital, cuja dominação se estabelece plenamente a partir de certas condições sociais até então desconhecidas pelo homem. É com essa compreensão que nos aproximamos da ideia de uma *exploração exponenciada* na sociedade burguesa, engendrada somente com o desenvolvimento das forças produtivas e tendo como desdobramento um quadro histórico-social particular. Esse desenvolvimento, na sociedade burguesa, é responsável pela criação da superpopulação relativa, o que permite ao capitalista quase que aprisionar o trabalhador à fábrica, inicialmente ampliando duplamente o tempo de trabalho excedente: pela diminuição do tempo necessário à reprodução dos meios de subsistência do trabalhador e pela expansão da jornada de trabalho. Mas, inicialmente, o capital teve grandes problemas em submeter o trabalhador aos seus requisitos de valorização e acumulação.

Como já apontado em outro momento, a moderna história da vida do capital tem início no século XVI. Antecedendo brevemente esse momento, vigoraram os “estatutos ingleses do trabalho do século XIV até bem na metade do século XVIII” (MARX, 1983, p. 215): são, portanto, anteriores à legislação fabril da época em que Marx escreve. Estatutos que expressam a luta do *capital* para prolongar a jornada de trabalho, mediante a ajuda do poder do Estado, para extrair um *quantum* suficiente de mais-trabalho: *em seu estágio inicial, esse “direito” de o capital absorver mais-trabalho ainda não era assegurado pela simples força das condições econômicas*, de onde decorre a necessária presença estatal.

Custou séculos para que o trabalhador “livre”, como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas (MARX, 1983, p. 215).

Esse prolongamento da jornada de trabalho, que o capital tenta impor aos trabalhadores através da força do Estado, prevalece entre a metade do século XIV até o final do século XVII, e coincide, aproximadamente, com a limitação desse tempo de trabalho, imposta pelo Estado, na segunda metade do século XIX (MARX, 1983). A primeira das leis foi o *Statute of Labourers* (Estatuto dos Trabalhadores) de 1349, que regia sobre os salários e a jornada de trabalho e tinha como pretexto a Grande Peste que dizimou boa parte da população europeia e teve como efeito o aumento dos salários devido à escassez de força de trabalho. De forma geral, os estatutos estabeleciam longas jornadas de trabalho e visavam reduzir os intervalos para as refeições<sup>249</sup>; “Na prática, entretanto, as condições eram muito mais favoráveis aos trabalhadores do que nos textos dos estatutos” (MARX, 1983, p. 216), fato que iria continuar até por quase todo o século XVIII, até o estabelecimento da grande indústria. Aqui temos, portanto, uma situação econômica já trabalhada por nós: *esse período corresponde, mais ou menos, ao primeiro modelo de acumulação de capital descrito por Marx no capítulo XXIII, no Livro I d’ O Capital*, em que há uma demanda crescente de força de trabalho devido à composição inalterada da parte constante do capital, sem alteração da sua mecânica, sem o devido progresso que iria moldar e caracterizar o modo de produção capitalista. Relembrando um ponto, diz Marx que sob essas condições de produção dadas, mais trabalhadores são ocupados a cada ano até o ponto em que as necessidades do capital crescem além da oferta de trabalho e os salários sobem: “*Queixas quanto a isso ressoam na Inglaterra durante todo o século XV e a primeira metade do século XVIII*” (MARX, 1984a, p. 188, grifo meu). Seguindo esse pensamento:

Ainda durante a maior parte do século XVIII, até a época da grande indústria, o capital, na Inglaterra, não havia conseguido, mediante pagamento do valor semanal da força de trabalho, apossar-se de toda a semana do trabalhador, constituindo exceção, entretanto, os trabalhadores agrícolas. A circunstância de que eles podiam viver uma semana toda com o salário de 4 dias não parecia aos trabalhadores razão suficiente para trabalhar também os outros dois dias para o capitalista (MARX, 1983, p. 217).

A situação mais favorável ao trabalhador foi uma condição que limitava em certo ponto a expansão do capital, nos termos indicados; *a exploração já se fazia presente nesse momento, mas não havia a formação do pauperismo, do qual fala Marx em os Grundrisse*<sup>250</sup>,

<sup>249</sup> Além desse estatuto, seguiu-se o de 1496, sob o reinado de Henrique VII, e também o de 1562, da rainha Elizabeth (MARX, 1983, p. 216).

<sup>250</sup> O pauperismo como fruto do desenvolvimento do próprio trabalho, como lei populacional específica desse modo de produção em que se configura a superpopulação relativa a partir da dinamização da base material de produção (MARX, 2011b). Huberman (1982) explica que a Idade dos Mendigos, entre os séculos XVI e XVII se deve, primeiramente, às guerras do período, que deixou a população que não pereceu nos conflitos em profunda

*posto na realidade social a desafiar pensadores de diversos escopos do conhecimento na busca de sua origem e razão de ser.* Pela citação acima, não era possível a extração acelerada da mais-valia (mais-valor), do mais-tempo, que se configura no excedente de trabalho como mais-trabalho. O pauperismo, próprio ao modo de produção capitalista, surge em um momento muito específico do desenvolvimento capitalista, o do despontamento da grande indústria, quando temos a largada do segundo modelo de acumulação descrito por Marx (1984a): o da alteração da composição técnica do capital e cujos desdobramentos comportam a formação da superpopulação relativa, como expressão concreta da lei populacional particular da sociedade capitalista, e a intensificação da exploração que sustenta a acumulação, elementos conexos e indissociáveis que estão na estrutura da chamada “questão social” que se manifesta na formação dessa complexa superpopulação relativa e no estabelecimento dos distintos polos de riqueza e miséria, contrariando as possibilidades que se inauguram historicamente de superação da pobreza pelos grandes progressos produtivos, que na sociedade em voga se coloca como o catalisador dessa valorização e acumulação de capital em detrimento da classe trabalhadora.

A Revolução Industrial desempenhou um papel decisivo para a transformação da sociedade inglesa no final do século XVIII e para toda a Europa Ocidental na sequência desse período com o desenvolvimento das forças produtivas e a inauguração de uma nova era econômica: isso é tanto evidente que esses estatutos dos trabalhadores, que existiam ao mesmo tempo na França e Holanda, “foram abolidos formalmente na Inglaterra somente em 1813, depois de as condições de produção já os terem, há muito, superado” (MARX, 1983, p. 215, nota de rodapé).

Foi, segundo Marx (1983), após o surgimento da grande indústria, no último terço do século XVIII, que ocorreu uma enorme transformação: se, anteriormente, o capital precisou de séculos para prolongar a jornada de trabalho até o limite máximo normal e ultrapassar os limites do dia natural<sup>251</sup>, nesse momento “Toda barreira imposta pela moral e

---

miséria. Outro fator, desempenhando papel indireto para criar essa realidade, é a espetacular quantidade de ouro e prata trazida pelos espanhóis do Novo Mundo, que ao circular por toda a Europa provocou um aumento enorme no preço de tudo (entre 1600 e 1700, os preços das mercadorias aumentaram cerca de três vezes e meia). Segundo o autor, “Quando ele [o dinheiro] se torna abundante em relação às coisas pelas quais é trocado, seu valor cairá em termos dessas coisas – ou seja, os preços se elevarão” (HBERMAN, 1986, p. 109). Os trabalhadores sofreram com essa revolução dos preços, pois *os salários jamais acompanham a elevação dos preços*, lhes restando conter ainda mais as despesas, lutar ou torna-se mendigo – ocorreram as três coisas. Também os cercamentos para criação de ovelhas, estimulado ainda mais pelos preços altos, incluindo a lã, como opção ao cultivo da terra, o que gerou desemprego.

<sup>251</sup> Conforme Marx (1983), a produção capitalista tem por objetivo é extrair tanto mais-trabalho conseguir, que a jornada de trabalho compreenda mesmo as 24 horas do dia. Sendo isso impossível, que o trabalhador trabalhe de forma ininterrupta por todo esse tempo, pela própria condição humana, é instituído o sistema de revezamento dos sujeitos entre o dia e a noite, predominante já no início do aumento da produção da indústria têxtil inglesa e posteriormente atingindo outros ramos industriais e os demais países que formam a Grã Bretanha. Atingindo, em

pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foi destruída” (MARX, 1983, p. 220). Em outros termos, a exploração é imposta de forma violenta e desmedida, sem nenhum tipo de contenção; uma exploração particular desse momento do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que se impõe o segundo modelo de acumulação descrito em *A lei geral da acumulação capitalista*, assentado na alteração do componente técnico do capital e no qual se coloca a possibilidade de formação da superpopulação relativa e a intensificação da exploração: “O Capital celebrava suas orgias” (MARX, 1983, p. 220).

Mesmo com a luta proletária contra a ditadura do capital iniciada na Inglaterra, a indústria moderna passou a ter uma jornada *normal* de trabalho somente com a Lei Fabril de 1833<sup>252</sup> (envolvendo a indústria algodoeira, do linho e da seda), estabelecendo a jornada diária em 15 horas. Após essa data, a Lei foi sendo alterada ao longo dos anos, em 1844 e 1848, cravando a jornada de trabalho em 12 e 10 horas, respectivamente, com particularidades para a utilização de mão-de-obra de crianças, adolescentes e mulheres, não sendo aplicadas para o trabalhador do sexo masculino maior de 18 anos. Mas essas condições não foram aceitas pelos capitalistas, que se sentiram castrados em seu direito de super explorar a força de trabalho: reduziam salários, implantaram um suspeito sistema de turnos e apelaram até mesmo para a compressão dos intervalos para alimentação – a disputa pelo *tempo* de trabalho se tornara mais acirrada na cena social inglesa a partir da década de 1830. Enquanto que para os trabalhadores esse era seu *tempo de vida*, essencial para o desenvolvimento de suas atividades individuais, para o capitalista esse mesmo tempo era nada mais que o *tempo de valorização do capital*.

De um lado, os capitalistas rebelaram-se “[...] abertamente não só contra a lei das 10 horas, mas também contra toda a legislação que a partir de 1833 procurava, de certa forma, refrear a ‘livre’ exploração da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 226); lei que foi revogada após dois anos, em 8 de fevereiro de 1850. Mas os trabalhadores se rebelaram novamente, agora com mais força que antes, se organizando em comícios que representavam uma grande ameaça: “Os inspetores de fábricas preveniram urgentemente o Governo que o antagonismo de classe havia atingido um grau inacreditável de tensão” (MARX, 1983, p. 231).

---

alguns casos até o domingo, o revezamento abarca a totalidade do dia. “Os trabalhadores são homens e mulheres, adultos e crianças de ambos os sexos. A idade das crianças e das pessoas jovens percorre todas as etapas intermediárias dos 8 anos (em alguns casos, dos 6) até os 18 anos. Em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham também a noite junto com o pessoal masculino” (MARX, 1983, p. 206). O sistema de turnos vigorou até 1850, impossibilitado com a promulgação da nova Lei Fabril de 5 de agosto desse ano, que limite a jornada de trabalho entre as 6 da manhã e 6 da tarde.

<sup>252</sup> As leis promulgadas pelo Parlamento entre 1802 até 1833, permaneceram inaplicadas pela sua não viabilização devido à falta de verba ou funcionários (MARX, 1983). Mas é válido destacar que mesmo as outras leis, promulgadas a partir de 1833, não regulavam a jornada de trabalho do trabalhador do sexo masculino, com idade superior a 18 anos, ficando aquela estabelecida em 15 horas/dia (MARX, 1983, p. 226). Para mais detalhes sobre essas leis, consultar tópico VI, do capítulo VIII, *A jornada de trabalho*.

Em 5 de agosto do mesmo ano foi estabelecida uma nova Lei Fabril, ampliada em 1853. A Lei de 1850 passou, então, a regular a jornada de trabalho de pessoas jovens e mulheres, que deveriam ser de 10 horas e meia nos dias da semana e 7 horas e meia aos sábados, com 1 hora e meia de intervalo para as refeições, isso dentro da variação de tempo entre as 6 horas da manhã e as 6 horas da tarde. Com a regulação da jornada de trabalho infantil, após três anos, a Lei Fabril de 1850 passou a regular sobre a jornada de todos os trabalhadores empregados nos ramos industriais abrangidos por ela, apenas com algumas exceções. Entre 1853 e 1860 o capitalismo experimentou um grande desenvolvimento junto a uma mudança de ordem física e moral dos trabalhadores, como um verdadeiro “renascimento”, em que até mesmo os fabricantes, que lutaram ferozmente pela extensão das horas de trabalho, reconheceram os benefícios da jornada de trabalho regulada em oposição à livre exploração. A Economia Política defendeu como sua essa descoberta das vantagens da regulação do trabalho.

Importa-nos reforçarmos a conexão indissolúvel dos elementos que integram e definem esse amplo panorama social demarcado pelo desenvolvimento e introdução da maquinaria à produção social, o surgimento da grande indústria, e como esses fatores formam uma totalidade de complexos conectados entre si e com incidência recíproca entre eles. A alteração da composição técnica do capital, decorrente do revolucionamento dos meios de produção, a exploração exponenciada permitida pela insana intensificação da jornada de trabalho e a ampliação da população explorada, cujas energias são quase que totalmente drenadas até o limite todos os dias, agora incluindo as crianças, adolescentes e mulheres, a superpopulação relativa e a luta de classes, são condicionantes interligados que irrompem e moldam, de forma explosiva, a realidade.

Nas indústrias revolucionadas de início por água, vapor e maquinaria, nessas primeiras criações do moderno modo de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda, *é satisfeito primeiramente o impulso do capital para a prolongação sem limites e sem considerações da jornada de trabalho*. O modo de produção material *modificado* e as condições sociais *modificadas*, que lhe correspondem, dos produtores dão origem *primeiramente a abusos desmedidos e provocam então, em contraposição, o controle social*, que limita, regula e uniformiza legalmente a jornada de trabalho com suas pausas. Esse controle aparece, portanto, *durante a primeira metade do século XIX*, apenas como legislação de exceção. Tão logo ela conquistou a área original do novo modo de produção, verificou-se que, entretantes, não apenas muitos outros ramos de produção haviam se incorporado ao regime propriamente fabril, mas que, além disso, manufaturas com métodos de produção mais ou menos antiquados, como as de louças, de vidros etc., ofícios à moda antiga, como panificação, e, finalmente, até esparsas indústrias assim chamadas domiciliares, como o fabrico de pregos etc., há muito caíram sob a exploração capitalista tanto quanto a fábrica. A legislação foi, portanto, obrigada a

desfazer-se progressivamente de seu caráter de exceção, ou, onde ela procede conforme a casuística romana, como na Inglaterra, a declarar arbitrariamente qualquer casa, na qual se trabalhe, como sendo uma fábrica (*factory*) (MARX, 1983, p. 235).

A intensa exploração do capitalista sobre o trabalhador, nos moldes ponderados por Marx, se efetiva a partir da grande reviravolta causada pela introdução de novos mecanismos produtivos, de uma revolução nos meios de produção. É o aumento das forças produtivas do trabalho, tendo como desdobramento direto a formação da superpopulação relativa e o decréscimo no valor da força de trabalho, que garante ao capital a predominância única da direção da produção da riqueza social. É sob as condições do modo de produção alterado, da alteração de sua *base material* e das *relações sociais* que lhe corresponde, que a exploração se expande e angaria a totalidade dos trabalhadores, sem distinção de idade e sexo. Exploração que extrapola o limite da fábrica e exige sua prevalência em setores ainda atrasados, com estruturas rudimentares de trabalho. A partir do total abuso do capital se posiciona o trabalhador; foi com essa classe social em ebulição que Marx e Engels se depararam na sociedade inglesa do século XIX. Portanto, a teoria marxiana de forma alguma é um mero confabular especulativo plausível e ideias e ideais utópicos, mas sim a leitura e interpretação de uma realidade dinâmica e interligada por uma infinidade de complexos elementos. Ao comentar sobre a legislação fabril inglesa em outros países, diz Marx (1983):

A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns modos de produção e a luta que ainda prossegue em outros por essa regulamentação, demonstram palpavelmente que o trabalhador individual, o trabalhador como “livre” vendedor de sua força de trabalho, *a certo nível de amadurecimento da produção capitalista, encontra-se incapaz de resistir*. A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Como a *luta* foi inaugurada no âmbito da *indústria mais moderna*, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, na Inglaterra. Os trabalhadores fabris ingleses foram os campeões da moderna classe trabalhadora não somente inglesa, mas em geral, como também seus teóricos foram os primeiros a lançar a luva à teoria do capital<sup>253</sup> (MARX, 1983, p. 236).

É no momento de grande desenvolvimento da indústria moderna, sob a dominação do capital, que o trabalhador é submetido absolutamente à exploração, de forma brutal e ininterrupta, sucumbindo à produção capitalista. A própria luta que trava contra a classe

---

<sup>253</sup> Esta última frase está traduzida da seguinte forma na edição da BoiTempo Editorial: “Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não só da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral, assim como seus teóricos foram os primeiros a desafiar a teoria do capital” (MARX, 2017b, p. 370-371).

dos capitalistas para impor limitações à sua condição de explorado e o reconhecimento de sua condição humana, de seus limites vitais, só acontece no quadro social da exploração exponenciada que é projetada pela grande indústria. Como a Inglaterra foi o primeiro país a desenvolver essa grande indústria capitalista, é aqui que também avança a plena exploração, o acirramento das precárias condições de vida da classe trabalhadora e sua luta nesse forte redemoinho de progresso e substancial alteração da sociedade. Aqui são estabelecidas, em linhas gerais, as condições históricas para esse grotesco desenrolar da sociedade burguesa. É nessa conjuntura que se estabelece a luta de classes, entre capitalistas e trabalhadores; luta que se confunde mesmo com a formação do proletariado e dita novos rumos à ordem social estabelecida.

### 2.2.2 A Revolução Industrial e a Classe Trabalhadora. Definição e Formação de Classe Trabalhadora e da Luta de Classes. A Consciência de Classe

Hobsbawn (2018a) traz uma classificação impressionante para a Revolução Industrial como o mais importante fato da história mundial desde o surgimento da agricultura e das cidades. Isso, em muito, porque a produção alcançava novos patamares inatingíveis nas sociedades pré-industriais, então margeada por uma deficiente tecnologia e ciência. Seu ponto de arranque é situado com certa precisão na década de 1780, contando com o imprescindível preparo da agricultura<sup>254</sup>, momento evidenciado por uma guinada brusca dos índices estatísticos econômicos; o período da industrialização inicial perdurou até 1840, com a construção de ferrovias e da indústria pesada na Grã Bretanha.

No plano econômico, a primeira Revolução Industrial faz surgir a fábrica, a produção em larga escala mediante o uso de máquinas movidas a vapor. Graças a ela, a produtividade do trabalho deixou de depender da habilidade e destreza do artesão e passou a crescer em função do aperfeiçoamento de instrumentos mecânicos de produção. Muito rapidamente, a capacidade de produção fabril ultrapassava a capacidade de absorção do mercado interno e se voltava predominantemente à exportação (SINGER, 1982, p. XI).

Antecedendo brevemente, a Revolução Agrícola se mostrou indispensável. A Inglaterra era uma das poucas regiões europeias que tinha desenvolvido o setor agrário em

---

<sup>254</sup> A agricultura possui três funções em uma nova era de industrialização: “aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrus em potencial para as cidades e as indústrias e fornecer um mecanismo para um acúmulo de capital a ser usados nos setores mais modernos da economia” (HOBSBAWN, 2018a, p. 63).

direção a uma agricultura puramente capitalista; a terra era concentrada nas mãos de um arrendatário com empreendimento comercial médio, trabalhado por mão de obra contratada. Por volta do final do século XVIII a produção agrícola já estava quase toda destinada ao mercado. Esse momento era de expansão do setor: vários fatores instigava e requisitava as melhorias agrícolas, envolvidos em um longo período de expansão demográfica, urbanização crescente, fabricação e comércio (HOBSBAWN, 2018a).

Em grande parte, o revolucionamento na agricultura era oportunizado pela transformação de extensas áreas de uso comum em propriedade privada, fato *acentuado* entre os anos de 1760 e 1815. Embora se revelando uma tragédia para o camponês, permitiu muitos melhoramentos, como o uso intensivo do solo, criação de animais, melhor drenagem /e fertilização do solo; segundo Singer (1982), essa revolução no campo oportunizou a alimentação de uma crescente população urbana numa época em que a importação de alimentos era precária. Foi, de acordo com Hobsbawn (2018a), uma transformação social e não tecnológica, possível com o fim do cultivo feudal da terra marcado pelo uso comum, pela cultura de subsistência e atitudes não comerciais em relação à terra. O sistema *Speenhamland*, de 1795, foi uma tentativa de ajudar os pobres do campo nesse novo predomínio da monetização rural, ao passo que a caridade cristã era ineficaz, mas glorificada pela burguesia aterrorizada pela ideia dos direitos iguais e pelos pobres tradicionalistas, contentes com essas sobras.

Os terríveis efeitos do banimento dos camponeses das terras comuns eram desejáveis para uma economia industrial, queurgia pela necessidade de trabalhadores; a população rural, local ou estrangeira, era a principal fonte. Relutantes em deixar seu estilo de vida tradicional, imune às atrações, esses trabalhadores foram forçados pelas dificuldades social e econômica como os principais meios para isso, seguidas por salários mais altos e maior liberdade nas cidades – um exemplo para o desenvolvimento da indústria britânica foi a grande imigração irlandesa causada pela fome, entre 1835 e 1850<sup>255</sup>, contabilizando um total de 1,5 milhão de pessoas que chegaram à Inglaterra nesse período (HOBSBAWN, 2018a). De acordo com Engels (2010), os irlandeses eram atraídos pela possibilidade de conseguirem trabalho e bons salários fora de seu país natal. Juntamente com os trabalhadores que deixavam o setor agrícola, se instalavam nas áreas industriais, o que permitiu o surgimento das grandes cidades, de onde emergiam de forma clara as consequências de tal desenvolvimento.

---

<sup>255</sup> O ápice desse movimento foi a Grande Fome Irlandesa, de 1847, a maior catástrofe da história humana no período trabalhado por Hobsbawn (2018a): cerca de 1 milhão de pessoas morreram de fome e outro tanto deste emigrou entre 1846 e 1851.

A Revolução Industrial se afirmou em torno do algodão, o “[...] seu ramo principal [...]” (ENGELS, 2010, p. 51); essa foi a primeira indústria inglesa a ser revolucionada e tendo sua hegemonia perdurada por até cerca de 1830. Aliás, essa grande indústria foi resultado direto do comércio ultramarino colonial, se desenvolvendo em torno dos maiores portos colônias, como Bristol, Glasgow e Liverpool, este último como o principal local de negociações de escravos: “Cada fase desse comércio desumano, mas sempre em rápida expansão, a estimulava. [...] a escravidão e o algodão marcharam juntos”<sup>256</sup> (HOBSBAWN, 2018a, p. 67). Os escravizados eram comprados com produtos fabricados com algodão indiano e, em certos momentos excepcionais, provenientes da região de Lancashire, e mandados para trabalharem nas Índias Ocidentais, de onde provinham a maior parte do algodão para a indústria britânica; em troca os plantadores compravam grandes quantidades de tecido de Manchester<sup>257</sup>. *Isso torna evidente o fato de que o modo de produção capitalista e o domínio do capital não se fizeram de modo isolados, mas mantendo importantes interações com outros modos de produção e outras relações sociais de produção* – os mercados colonial e semicolonial foram, por muito tempo, os maiores pontos de vazão dos produtos britânicos. A indústria algodoeira seguiu o encaixe do comércio colonial, que prometia expansão rápida e desmedida, fato “[...] que encorajou o empresário a adotar técnicas revolucionárias necessárias para lhe fazer face” (HOBSBAWN, 2018a, p. 68), com inventos simples e baratos, que se pagavam quase que imediatamente quando de uma grande produção, sendo inicialmente e por um longo período monopolizada pela Grã-Bretanha.

Friedrich Engels foi um pensador que nos anos de 1840 já entendia, e demonstrou, a importância de considerar a forma como se opera a produção material para uma apreensão da vida em sociedade: seu estudo à época teve como centralidade os desdobramentos sociais e políticos que foram desencadeados a partir da Revolução Industrial, como um fenômeno que transformou as relações sociais vigentes e intensificou enormemente o poder e domínio do capital, instaurando sua autocracia. Não cabe a nós reproduzirmos o contexto e como se desencadeou tal Revolução, mas não podemos deixar de demarcar o quão

---

<sup>256</sup> Considerando a indústria do algodão, “Toda sua matéria-prima vinha do exterior, e seu suprimento podia, portanto, ser expandido pelos drásticos métodos que se ofereciam aos brancos nas colônias – a escravidão e a abertura de novas áreas de cultivo –, em vez dos métodos mais lentos da agricultura europeia” (HOBSBAWN, 2018a, p. 71).

<sup>257</sup> Engels (2010) dedica especial atenção a Manchester. É o coração da clássica industrial inglesa, incluída a Bolsa de Manchester, “o termômetro do comércio” (ENGELS, 2010, p. 84). Nesse local, a indústria se desenvolveu plenamente com uma intensa incorporação da maquinaria e um grande centro comercial, tornando evidente, como em nenhum outro lugar, “[...] os efeitos da indústria moderna sobre a classe operária” (ENGELS, 2010, p. 85). Foi projetada de tal forma que é possível cruzar a cidade de ponta a ponta sem nem mesmo olhar para um bairro operário ou cruzar com um operário na rua.

impressionantes são os relatos de Engels<sup>258</sup> (2010) sobre a vida da classe trabalhadora, suas condições de moradia, alimentação e saúde em meio às grandes cidades desordenadamente urbanizadas, poluídas e hostis com seus próprios moradores, em uma realidade convulsionada por uma multidão pobre e suja. É importante demarcar que a própria história da classe proletária inglesa se inicia com a Revolução Industrial<sup>259</sup>: a formação de uma imensa e crescente massa de sujeitos não possuidores dos meios de produção e destinada a vender-se cotidianamente ao capitalista. Classe que Engels (in: Marx e Engels, 2010, p. 40) definiu em nota na edição inglesa do *Manifesto Comunista*, em 1888: “Por proletário, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Esses indivíduos, alvo da exploração do capital, apenas iniciam sua formação e reprodução como *classe social* com a reprodução material da sociedade margeada pela maquinaria, muito embora entendemos que sua gênese, a partir da definição de Engels, remonte aos primeiros indícios da acumulação primitiva.

A intensidade do progresso e a forma sobre a qual se estrutura a produção capitalista trouxeram graves desdobramentos para o conjunto da população trabalhadora. Nos referimos aqui à sua edificação baseada na propriedade privada e na socialização da produção, em que a primeira se coloca como garantidora e sustentadora do *direito* do capitalista explorar a mão de obra do trabalhador assalariado, até mesmo de forma extrema; o incessante desenvolvimento produtivo, capitaneado pela maquinaria como meio de produção, era – e continua sendo – de posse particular, centralizado em poucas mãos, o que conferia a concentração dos resultados dessa nascente alteração do modo de produção, embora isso gerasse insatisfação e certa agitação social. Sobre a economia capitalista industrial, Hobsbawn (2018a, p. 74) pontua que “Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social”, que despontou de forma quase que espontânea entre os trabalhadores da indústria e das populações pobres urbanas.

---

<sup>258</sup> Impressionantes e assustadores. Segue um dos mais chocantes: “Por ocasião de uma necropsopia, realizada em 14 de novembro de 1843 pelo senhor Carter, *coroner* do Surrey, no cadáver de Ann Galway, mulher de 45 anos, os jornais descreveram a casa da falecida nos seguintes termos: morava no nº 3 de White Lion Court, Bermondsey Street, Londres, com o marido e o filho de dezenove anos, em um pequeno quarto onde não havia cama ou qualquer outro móvel. Jazia morta ao lado do filho, sobre um monte de penas, espalhada sobre o corpo quase nu, porque não havia lençóis ou cobertores. As penas estavam de tal modo aderidas à sua pele que o médico só pôde observar o cadáver depois que o lavaram – e encontrou-o descarnado e todo marcado por picada de insetos. Parte do piso do quarto estava escavado e esse buraco servia de latrina à família” (ENGELS, 2010, p. 73).

<sup>259</sup> “A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado [século XVIII], com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão” (ENGELS, 2010, p. 45). Hobsbawn (2018a, p. 58) diz ser o proletariado “[...] rebento da revolução industrial [...]”. Também Netto (2015c, p. 57): “[...] o desenvolvimento industrial engendra uma nova classe social – o moderno proletariado”.

Talvez, na perspectiva marxista, nenhum outro escrito descreve, e denuncia, a condição da classe trabalhadora inglesa na primeira metade do século XIX de forma tão realista do que *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Era uma verdadeira degradação. Morando em cortiços, sem mínimas condições de estrutura e higiene, explorados e abandonados à própria sorte, os trabalhadores caíam na desmoralização e no alcoolismo. A industrialização e a urbanização desordenados trouxeram em seus rastros a propagação de grandes epidemias de doenças contagiosas. Urbanização que se expressou em um grande movimento de segregação, em que os pobres foram isolados nas zonas industriais, separados dos grandes centros decisórios e das residências burguesas. A todo esse cenário, ainda se somavam o infanticídio, o suicídio, a prostituição, o aumento da criminalidade e da violência, todos como ingredientes que fervilhavam na sociedade pós Revolução Industrial. A “questão social”, o pauperismo que atingiu a população inglesa e se generalizava intensamente em sua época, foi extensivamente trabalhada por Engels (2010) nesse livro: pobreza profunda, miséria intensa, condições de vida da classe proletária que eram pouco conhecidas e compreendidas, até mesmo pelos setores filantrópicos, como as “‘Associações para a Elevação das Classes Laboriosas’ – nas quais hoje, nossa burguesia menospreza a questão social” (ENGELS, 2010, p. 42). É de máxima importância destacarmos que o proletariado, e suas condições de vida é produto direto da Revolução Industrial<sup>260</sup>, emergindo na realidade em fins do século XVIII (ENGELS, 2010; HOBBSAWN, 2018a).

[...] tudo o que nos horroriza e nos indigna é de origem recente e data da *época industrial*. [...] foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém liberado da escravidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como *coisa* [...]. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão (ENGELS, 2010, p. 96, grifo no original).

Ainda recorrendo a Engels (2010), o autor destaca que o único ganho com o advento da máquina é mostrar aos operários a necessidade da reforma social. Inicialmente, os trabalhadores reagiram de forma violenta e direcionaram seu descontentamento às máquinas as quais, acreditavam, eram as responsáveis pelos graves problemas sociais enfrentados por eles:

---

<sup>260</sup> Engels (2010) afirma essa colocação em algumas passagens de seu livro, nas páginas (ENGELS, 2010, p. 45; p. 59; p. 63). Para não haver confusão nessa leitura específica, vale sinalizar que o autor constantemente utiliza como sinônimos as palavras “operários (*working men*), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado” (ENGELS, 2010, p. 43). Segundo Mattos (2019, p. 23), “Marx utilizava expressões que podemos traduzir literalmente como ‘classe trabalhadora’ ou ‘proletariado’”, também como equivalentes.

esse foi o movimento *ludita*<sup>261</sup>. A luta de classes tornava evidente o descontentamento geral da forma como se organizava a produção capitalista: a *exploração exponenciada*, permitida pelas inovações na produção do final do século XVIII, era o fator que mantinha os salários dos trabalhadores ao nível da sobrevivência e permitia incríveis índices de acumulação aos capitalistas. Mas não nos enganemos com a breve contextualização do conflito entre as classes do item precedente; ele ia muito além de apenas reivindicação por melhores salários e do controle sobre o tempo, visando também a participação política e, em última instância, a liberdade real, a emancipação humana. Na verdade, Marx (1982c) de forma alguma invalidava aquele primeiro objetivo: em discordância com o cidadão John Weston, que propagava a ideia que a elevação dos salários não melhorava a condição de vida dos operários e era prejudicial à organização sindical, dizia não poder “deixar de considerar teoricamente falsas e perigosas na prática” essas teses (MARX, 1982c, p. 135). Existia, à época, um quadro revolucionário em curso. Como apontado por Coggiola (2010), quando do ingresso de Marx e Engels à Liga dos Justos<sup>262</sup>, em 1847, e da incorporação de suas concepções, estabeleceu-se novos estatutos, em que o primeiro expressava de forma clara que “O fim da liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada no antagonismo de classe e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada” (COGGIOLA, 2010, p. 12).

Como aponta Hobsbawn (2018a), entre 1815 e 1848 houve, no mundo ocidental, três principais levantes revolucionários: o primeiro se limitou ao Mediterrâneo, entre os anos de 1820 e 1824; os conflitos que compreendem os anos de 1829 – 1834 afetaram toda a Europa e parte da Rússia e; finalmente, a maior onda revolucionário se concentra em 1848, nos principais países europeus. Devemos destacar a segunda onda de conflitos, especialmente a década de 1830, “que determina uma inovação ainda mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política consciente e independente na Grã Bretanha e França, e dos movimentos nacionalistas em grande número de países da Europa” (HOBSBAWN, 2018a, p. 182-183). Marx apresenta seus estudos referente a mais dinâmica economia capitalista

---

<sup>261</sup> Os tradutores da edição do livro *A Era das Revoluções. 1789 – 1848*, Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel, trazem uma definição em nota sobre os trabalhadores luditas: “Grupo de trabalhadores ingleses que, entre 1811 e 1816, se rebelaram e destruíram máquinas têxteis, pois acreditavam que elas eram responsáveis pelo desemprego. O líder ou iniciador desses movimentos chamava-se, provavelmente, Ned ou King Ludd. Daí, supõe-se, deriva o vocábulo inglês *Luddite*” (In: HOBSBAWN, 2018a, p. 75).

<sup>262</sup> De acordo com Coggiola (2010), a Liga dos Justos surgiu da Liga dos Exiliados. Esta era formada por intelectuais de várias nações e, posteriormente, por alguns artesãos que, em dado momento, se separaram dos intelectuais e formaram a Liga dos Justos, composta por trabalhadores alocados em Londres, Bruxelas, Paris e partes da Alemanha. Com o ingresso de Marx, a Liga dos Justos se tornou a Liga dos Comunistas e adotou o lema contido no Manifesto Comunista: “Proletários de todos os países, uni-vos!”.

de sua época, mas isso não é um caso isolado, como sinaliza Hobsbawn (2018a): tanto que o termo “questão social” surge em um jornal da França, país que também foi palco da explosão da principal onda revolucionária europeia no final da década de 1840. De toda forma:

Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico; de todas as datas entre 1789 e 1848, o ano de 1830 é o mais obviamente notável. Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e urbanização no continente europeu e nos Estados Unidos, na história das migrações urbanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia (HOBSBAWN, 2018a, p. 183).

As revoluções dos anos 1830 foram resultados de um período de graves turbulências sociais e econômicas, tendo dois principais desdobramentos: um, que tanto a política quanto a revolução das massas, como no modelo de 1789, tornaram-se novamente possível e; com o progresso do capitalismo os pobres e os trabalhadores pobres passaram a ser identificados em torno da noção de proletariado industrial, surgindo um movimento revolucionário proletário-socialista que atingiu maturidade<sup>263</sup> e “via nos reformadores e liberais seus prováveis traidores e nos capitalistas seus inimigos seguros” (HOBSBAWN, 2018a, p. 198). E, se os anos de 1830 marcam uma incrível mudança nos ritmos sociais e econômicos, a década seguinte viu o alastramento dos problemas sociais ligados à industrialização. A condição da classe trabalhadora imprimi uma questão levantada por Engels: o que farão essa imensa massa de despossuídos que se tornam mais conscientes de sua força e exigem sua participação nos grandes florescimentos da sociedade? Esse problema se transforma na “questão nacional” (Engels, 2010, p. 60), amplamente debatida no Parlamento inglês: a “questão social” evoca a questão nacional como algo que não pode mais ser ignorado, já que a classe trabalhadora corresponde a imensa maioria da população inglesa.

“Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, assim como a intranquilidade revolucionária das massas” (HOBSBAWN, 2018a, p. 320). Todos que refletissem sobre a situação dos pobres “consideravam que o trabalhador era explorado pelo rico, que cada vez mais enriquecia, ao passo que os pobres ficavam ainda mais pobres” (HOBSBAWN, 2018a, p. 325). Diante dessa degradante condição de vida dos trabalhadores, cuja realidade se agravou

---

<sup>263</sup> Segundo Hobsbawn (2018a), entre 1839 e 1842 o movimento pela Carta do Povo foi sua mais formidável realização. Contudo, para o autor, todo esse movimento da classe operária e a real ameaça, de fato existia, parecia não incomodar seriamente a burguesia e os governos nacionais. Não existe evidências que, por exemplo, o governo britânico tenha sido perturbado pelas ameaças dos cartistas, exceto por um momento no final de 1830; apesar da grandeza do movimento, este era mal conduzido, organizado e muito dividido.

com a intensificação produtiva, a luta se colocava como um imperativo, como uma questão de sobrevivência frente à desumanização imposta pelo novo ritmo e pelas condições de trabalho no capitalismo. O movimento operário desse período não deve ser confundido como simples reação coletiva ao sofrimento vivido, como em outros momentos da história, ou apenas com práticas grevistas e militantes: esse movimento, a certo momento histórico, passa a contar com um novo e decisivo elemento em sua composição: “a consciência de classe e a ambição de classe” (HOBSBAWN, 2018a, p.326). Agora, a classe específica dos trabalhadores enfrenta a classe dos capitalistas, de forma precisa, abandonando a genericidade da simples rivalidade dos pobres contra os ricos, com vistas a um outro tipo de organização social, edificada no socialismo, como ideia de uma sociedade liberta.

Nesse sentido, a consciência de classe dos trabalhadores ainda não existia em 1789, ou mesmo durante a Revolução Francesa. Fora da Grã-Bretanha e da França, ela era quase que totalmente inexistente mesmo em 1848. Mas nos dois países que personificam a revolução dupla, ela certamente passou a existir entre 1815 e 1848, mais especificamente por volta de 1830. [...] por volta de 1830 já existia a consciência de classe proletária e as aspirações sociais (HOBSBAWN, 2018a, p. 328).

Sem dúvidas, 1830 marca uma incrível mudança social e política; os elementos que conformam essa nova sociedade, como a industrialização e a urbanização, atingem níveis surpreendentes e causam vários distúrbios, a pobreza se agudiza de forma alarmante no mesmo compasso da imensa capacidade de geração de capitais. O mundo inicia uma nova e inédita etapa, de modernização e superação dos limites da capacidade produtiva, o que poderia, em última instância, comprometer a reprodução social. Marcada pela exploração, a sociedade burguesa adentra em um momento de ebulição entre as classes sociais, mas agora com o proletariado ciente de sua condição na esfera do capitalismo e de seu potencial revolucionário na superação dessa sociabilidade – embora ainda persistissem o motim e o protesto ocasional dos homens desesperados, (HOBSBAWN, 2018a, p. 331) “Os trabalhadores começam a sentir-se, em sua totalidade, como uma classe; descobrem que, fracos individualmente, unidos constituem uma força [...]” (ENGELS, 2010, p. 160) e antes que ecloda a inevitável guerra entre as classes, “o proletariado inglês estará suficientemente esclarecido acerca da questão social [...]” (ENGELS, 2010, p. 328). “Questão social” que determina as condições de vida da grande massa da população trabalhadora: não apenas àquela confinada ao pauperismo como fração da superpopulação relativa, mas também ao conjunto dos trabalhadores sujeitos a um intenso processo de pauperização como desdobramentos inevitáveis

do aumento da produtividade do trabalho social decorrente do intenso progresso produtivo oportunizado pela maquinaria e da exploração exponenciada, considerando o perfil da sociedade assentada na propriedade privada. Panorama que se radicaliza em certo momento histórico, impondo o grande conflito social.

Escrita em 1843 e publicada no ano seguinte nos *Anais Franco-Alemães, A crítica do direito de Hegel – Introdução*, é o escrito em que, pela primeira vez em sua obra, Marx (2010b) recorre ao termo proletariado e o identifica como o agente da necessária revolução como condição da emancipação humana universal – é também nessas páginas que Marx (2010b, p. 145) faz sua crítica à religião e a define em sua célebre frase: “Ela é o *ópio* do povo”. Tal classe (nesse momento de suas reflexões, Marx também usa o termo *estamento*) deve ser reconhecida como *representante universal* da sociedade em geral, em que suas exigências e direitos sejam os de toda a sociedade; em contrapartida, a outra classe social deve ser vista como a origem e de onde emana toda opressão. A classe revolucionária é a que sofre as consequências e injustiças de tal ordenamento social, que padece em meio à exploração e a negação do trabalho enquanto meio de adquirir sua subsistência, privada que é de seus direitos mais elementares.

[...] uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um *reganho total* do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o *proletariado* (MARX, 2010b, p. 156, grifo no original).

Segundo Antunes (2015), quando Marx percebe que a contradição da sociedade civil é a contradição de uma sociedade dividida em classes, ele identifica o proletariado como possível agente social capaz de destruir a burguesia. Também Engels (2010), quase que de forma simultânea a Marx, identifica o proletariado como classe revolucionária em sua obra de grande envergadura ao determinar a solução da “questão social” na dependência da extinção da sociedade de classes fundamentada na propriedade privada: frente ao tratamento que o proletariado recebe da burguesia, como uma coisa ou propriedade, “Demonstrei [...] que, nas circunstâncias atuais, o operário só pode salvar sua condição humana pelo ódio e pela rebelião contra a burguesia”<sup>264</sup> (ENGELS, 2010, p. 247). Aqui, ambos os autores já demonstram

---

<sup>264</sup> Antunes (2015) aponta que Engels teve grande influência sobre Marx quanto à possibilidade revolucionária que deveria ser desencadeada pelo proletariado. Primeiramente, essa influência se deu pelo texto *Esboço de uma crítica da economia política* e, posteriormente, pelos manuscritos que iriam ser publicado como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

certo grau da consciência da classe trabalhadora, quando esta identifica a classe antagônica, e seus distintos interesses, e a necessidade da libertação social como condição para a libertação humana, assumindo junto a ela um compromisso que iria determinar suas produções teóricas e atuações políticas.

Marx e Engels *encontram-se* de fato com a classe trabalhadora em seu processo de formação, mas por certo não a inventaram, como também não poderiam ter inventado uma categoria de análise que já estava presente no vocábulo da época e na consciência daquele grupo social com o qual se identificariam politicamente. No entanto, elaboraram um conjunto de análises e um método de entendimento das sociedades humanas em sua dinâmica histórica que tiveram na categoria “classes sociais” um de seus alicerces fundamentais (MATTOS, 2019, p. 21, grifo no original).

Torna-se evidente que a ideia de classe trabalhadora envolta na percepção marxiana não se vale apenas de sua objetividade, isto é, dos homens realmente existentes e alocados em certo setor da sociedade a partir de sua colocação na produção material, mas tem como ponto importante, e para sua própria estruturação enquanto classe social, a subjetividade humana; a classe proletária, assim como sua consciência de classe, se formam de forma dinâmica, se estruturando enquanto tais a partir do movimento da luta de classes, elementos condicionados que estão pelo movimento do real. Sobre o fator subjetividade, Mattos (2019) nos traz o que ele denomina de “dupla dimensão”, unidas na prática: “de um lado, subjetividade é um termo associado à consciência de classe”; de outro lado, e de forma alguma dissociado dessa primeira, a outra dimensão estabelece que “a classe trabalhadora é um sujeito histórico-social, um sujeito consciente que pode alterar os rumos da história por meio de sua práxis” (MATTOS, 2019, p. 43). *Luta, consciência e classe social são componentes amalgamados que moldam e são condicionados pela realidade, em um incessante processo de descobertas, identificação, solidariedade, maturação, exigências, conflitos e conquistas.*

Segundo Briggs (1960), no início do século XIX, tanto na França como na Inglaterra, o termo usado era *classes trabalhadoras*, no plural, em referência aos trabalhadores em suas distintas ocupações. É por volta do ano de 1840 que a se começou a usar termo no singular, *classe trabalhadora*, o que torna evidente a existência de um sentimento de solidariedade entre os sujeitos e de oposição a outros grupos. Como categoria histórica, a *classe* não é estática no tempo, mas deriva e se altera no decorrer do desenvolvimento histórico sendo heurísticamente atrelada à noção de *luta de classes*, conceito histórico que, segundo Thompson (2001), deve ser prioritário por ser mais universal e implicar um processo.

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso desse tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p. 274).

Seguindo essa lógica, a classe trabalhadora apenas se afirma como tal na confluência do processo de luta, com a identificação dos sujeitos com princípios e valores em comum e a formação de uma solidariedade e resistência aos interesses antagônicos; a “questão social” se coloca na sociedade, e da qual é dependente, a partir da tomada de consciência dos trabalhadores, que seria o mesmo movimento da constituição de sua classe, cujo processo está na razão do desenvolvimento das relações de dominação e exploração dos sujeitos históricos. Esses sujeitos se descobrem e se identificam como classe social, ou pertencentes, no processo de luta, vindo a desenvolver sua consciência. O quadro econômico-social europeu após a Revolução Industrial se torna uma problemática real na dependência desses elementos.

O período no primeiro estudo de Hobsbawm (2018a, p. 455) é considerado por ele como o “[...] meio século mais revolucionário da história até hoje registrado”. Nesses anos, a sociedade europeia viveu profundas transformações, desde o florescimento das artes, que atraíam um público seletivo em vários países, passando pelo crescimento das ciências, como a química, mais diretamente ligada à prática produtiva, e a incrível produção industrial: o mundo conhecido e sua população eram maiores, as grandes cidades se proliferavam e o conhecimento foi largamente difundido. Mas havia um lado tenebroso disso tudo: como expressar o fato “[...] de que a revolução industrial criou o mundo mais feio que o homem jamais vivera, como testemunham as lúgubres, fétidas e enevoadas vielas dos bairros de Manchester? [...] Ninguém podia negar que havia uma pobreza espantosa”. O historiador se pergunta se poderia haver algum observador da época que fosse capaz de negar que, “[...] em termos materiais, o mundo estava em condições piores do que em qualquer época anterior, ou mesmo do que em países não industrializados do presente? Não poderia” (HOBSBAWN, 2018a, p. 457). E no contexto de uma grande depressão econômica, a revolução insurgiu capitaneada inevitavelmente pelos trabalhadores pobres, cujo ânimo, “[...] sempre dependente do nível de vida, era tenso e apaixonado” (HOBSBAWN, 2018a, p. 471).

Eram anos de fortes mudanças e conflitos. Na Inglaterra, o *cartismo*<sup>265</sup> dava o tom dos protestos entre os anos de 1839 e 1847: seus objetivos foram eventualmente atendidos, mas *não* sob forma revolucionária ou em contexto de revolução, o que o difere de muito dos movimentos de 1848 (HOBSBAWN, 2018b), como também os atesta Engels (2010)<sup>266</sup>, que confere aos cartistas um limitado objetivo político, ainda nos limites da sociedade burguesa. Isso nos leva a um importante ponto: para compreendermos a onda revolucionária que explodiu naquele ano devemos direcionar nossa atenção para um país com um histórico impressionante de grandes conflitos sociais: a França. É no mínimo curioso que 1848 se inicie não na nação em que surge a “questão social”, onde seus elementos basilares estão definitivamente amadurecidos: o progresso e o capital.

A Primavera dos Povos eclodiu na França: “A monarquia francesa fora derrubada por uma insurreição, a república fora proclamada e a revolução europeia se iniciava” (HOBSBAWN, 2018b, p. 32) e se espalhava rápida e amplamente por um vasto território, derrubando governos e se evidenciando como a primeira revolução com um potencial mundial. Mas o movimento triunfou no centro do continente europeu, não na periferia, incluída aqui os países industrializados, como Inglaterra e Bélgica. Na verdade, Hobsbawn (2018b) nos alerta que a história dos conflitos que se iniciam em 1848 deve ser analisada considerando os diferentes Estados, povos, região: na França, a disputa se centrava nos conteúdos políticos e sociais; em outros lugares, o era sob a forma ou a existência dos territórios, como a constituição nacional da “Alemanha” ou “Itália”.

Em comum, as revoluções foram vitoriosas, contudo, derrotadas rapidamente. Outro ponto, o que segundo Hobsbawn (2018b) explica seu fracasso, é que elas foram revoluções de trabalhadores pobres, o que intimidou a participação de outros personagens sociais, como a oposição moderada que, ou não se dedicou com afinco à revolução, ou preferiram negociações vantajosas com o absolutismo: a burguesia descobriu a revolução como

---

<sup>265</sup> “Movimento trabalhista inglês pela reforma parlamentar, teve seu nome baseado na Carta do Povo, um programa elaborado pelo radical londrino William Lovett em maio de 1838. Continha seis reivindicações: sufrágio universal, igualdade dos direitos eleitorais, voto secreto, eleição anual do Parlamento, pagamentos aos parlamentares e abolição da qualificação de proprietário para os candidatos. Foi o primeiro movimento nacional trabalhista que nasceu do protesto contra as injustiças sociais da nova ordem industrial na Inglaterra. O movimento foi abalado com o esmagamento de uma revolta em Newport e o banimento de seus líderes para a Austrália. Quando a economia saiu da Depressão, o movimento perdeu sua força. Mais tarde, todas as reivindicações foram transformadas em leis, com a exceção da eleição anual do Parlamento” (Nota do tradutor Luciano Costa Neto – A era do capital. 1848 – 1875): HOBSBAWN, 2018b, p. 40. A Carta do Povo (*People’s Charter*) foi publicada em maio de 1838. Sobre um breve histórico do movimento, consultar Engels (2010); capítulo: *Os movimentos operários*.

<sup>266</sup> “Uma vez que os operários não respeitam as leis, mas apenas reconhecem sua força enquanto eles mesmos não dispõem da força para mudá-la, é mais que natural que avancem propostas para modificá-la, é mais que natural que, no lugar da lei burguesa, queiram instaurar uma lei proletária” (ENGELS, 2010, p. 261-262).

uma ameaça à propriedade e que suas exigências (sobretudo econômicas) poderiam ser conquistadas sem ela. Os trabalhadores pobres, cujo objetivo era a república social e democrática se viram *isolados* e diante de uma convergência de forças conservadoras e ex-moderadas que se aliaram ao antigo regime, sendo massacrados na Paris de junho do mesmo ano. Faltando-lhes organização e liderança efetiva, com suas forças ineficazmente concentradas nas grandes cidades que eram pontos políticos demasiados sensíveis, obscurecendo a deficiência numérica e sua imaturidade política e ideológica – fora da Inglaterra, o proletariado industrial e o mineiro ainda não haviam sido capazes de desenvolver uma ideologia política. Contudo:

Evidentemente, não deveríamos subestimar o potencial do “proletariado” de 1848, ainda que jovem e imaturo como força social, começando, como estava, a ter consciência de si como classe. Em certo sentido, aliás, seu potencial revolucionário era maior do que o seria subsequente (HOBSBAWN, 2018b, p. 51).

Apesar das observações críticas de Hobsbawn (2018b), é no movimento das lutas dos anos 40 do século XIX que a classe trabalhadora atinge sua existência de forma mais pura por meio da necessária conexão entre classe e consciência de classe. Tal amadurecimento significou o movimento da classe *em-si* para a classe *para-si*. Segundo Antunes (2015, p. 108-109), “[...] a *consciência em-si* é a percepção que a classe trabalhadora tem de seu interesse imediato, de sua imediaticidade, de buscar sua sobrevivência”. Em certos momentos da história essa consciência se defronta com contradições radicais e conjunturas revolucionárias: nesse instante a “[...] classe trabalhadora se aproxima de uma consciência mais totalizante e universal, aproximando-se da *consciência para-si*”: se a classe trabalhadora cria o valor na sociedade burguesa, ela pode travar essa criação e a reprodução do capital, mas precisa entender seu papel na estrutura social, relacionando objetividade e subjetividade.

Reforçando a ideia da formação da classe trabalhadora embebida da consciência de classe e da luta de classes e para não haver dúvidas de que essa tomada de consciência se restringiu aos países palcos da onda revolucionária, tomemos, mais uma vez, Marx (1985) como referência essencial. Ao analisar o movimento grevista do proletariado inglês em busca de melhores salários em *Miséria da Filosofia*, Marx (1985) ressalta a necessária formação de coalização entre os trabalhadores para enfrentar os capitalistas e que com o tempo adquiriram caráter permanente na forma dos sindicatos (*trade unions*) articulados na *National Association of United Trades*, com 80.000 membros, e que caminhava junto à luta política dos trabalhadores que constituíam um amplo partido político, os cartistas. Nessa luta, os

trabalhadores aglomerados pela grande indústria, mas separados pela concorrência, identificam um objetivo comum que os unem em um contexto de luta. Logo, essa solidariedade e união permanente se tornam até mesmo mais importante que sua reivindicação, expressando a tomada de consciência durante os conflitos.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

A luta de classes no capitalismo decorre das condições materiais do proletariado, contando essencialmente com a identificação de antagonismos e interesses, com a organização e a efetiva mobilização, com o compromisso firmando entre os sujeitos e o sentimento de cooperação e assistência. Ainda em Mattos (2019), o autor salienta que a análise da luta de classes feita por Marx em *sua época* evidencia o *potencial revolucionário da classe trabalhadora*, mesmo que sua movimentação em certo contexto seja nos marcos da legalidade da sociedade burguesa, como a lei pela redução da jornada de trabalho: “Assim, podemos deduzir que nem toda consciência de classe, mesmo que política, portanto madura, aponta imediatamente para o ‘objetivo último’ revolucionário” (MATTOS, 2019, p. 52). Mas conforme Marx (1985), a luta entre proletariado e burguesia, levada à sua expressão mais alta, às últimas consequências, é uma revolução total. E Marx (1985, p.160) questiona: “Ademais, é de provocar espanto que uma sociedade, fundada na oposição de classes, conduza à contradição brutal, a um choque corpo a corpo como derradeira solução?”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da presente tese foi identificar os principais elementos elegidos pelos autores do Serviço Social brasileiro, nos restringindo à representatividade intelectual dos professores Marilda Yamamoto e José Paulo Netto, para definirem a “questão social” a partir da teoria social marxiana, considerados na sua relação com a dinâmica da realidade da sociedade burguesa, que constitui o limite histórico do nosso objeto de pesquisa. A *particularização* evidenciada, a qual atesta nossa hipótese de pesquisa, própria da interpretação de cada estudioso, não se trata de conflito teórico ou de hierarquia de importância de tais elementos, como uma simples sobreposição de fatores, mas uma apreensão a partir das análises da globalidade das relações sociais capitalistas de produção. Devido a essa demarcação teórica indicada, e que revela um recorte temporal, não abarcamos o debate acadêmico anterior à década de 1980. Em decorrência da necessidade de revisitar a obra de K. Marx, ousamos fazer alguns apontamentos sobre essa noção a partir de nossa interpretação. Alguns dos aspectos aqui considerados significam nada mais que prováveis novos objetos de estudo, desdobramentos não investigados nesse trabalho e que requerem outras e aprofundadas análises, podendo gerar novos esforços intelectuais ou serem facilmente refutados.

Considerando o exposto, a noção de “questão social” deve ser capaz de sintetizar os elementos que conformam a base da sociedade burguesa. Além da consideração da emergência do *pauperismo inglês* e dos conflitos sociais decorrentes do quadro generalizado de intensa pobreza em que vivia a classe trabalhadora, em especial essa parcela da classe trabalhadora que emerge no pós Revolução Industrial, a expressão deve, ainda, indicar a persistência desse panorama em toda vigência do modo de produção capitalista, imprimindo historicidade à contradição entre o capital e o trabalho e revelando os mecanismos que detonam e perpetuam tais configurações sociais. Essa constância deve ser apreendida à luz do estudo da forma singular em que se estrutura a produção na sociedade capitalista, considerando as particularidades em que se dão a *organização do trabalho*, a *apropriação da riqueza socialmente produzida* e o próprio *movimento do capital necessário ao processo de valorização e acumulação*. Em primeira instância, analisar a “questão social” é desvelar os mecanismos que estabelecem as características e a vigência da conflituosa sociedade burguesa; portanto, está muito além dos meros limites de uma profissão interventiva. Por outro lado, entender o significado da “questão social” e de seus desdobramentos é entender a própria natureza e funcionalidade do Serviço Social como resposta às demandas de classe. Reforçando algo que

acreditamos já tenha sido esclarecido: a intenção deste estudo não foi polemizar com os estudiosos ou buscar algum equívoco, mas contribuir para a compreensão deste assunto tão controverso e complexo e disputado por diferentes posicionamentos políticos.

Primeiramente, as elaborações dos autores aqui apresentados, mas também de outros importantes nomes da categoria profissional, não se antagonizam quanto a perspectiva teórica a que recorrem para examinar a “questão social” e o surgimento da profissão, ambas situadas nos marcos da atual sociedade. A industrialização e a urbanização desordenadas e as consequências sociais desse binômio são destacadas como fatores que emolduram a realidade social, que ainda é composta por outros decisivos elementos que são próprios da ordem do capital ou adquirem traços específicos nessa sociabilidade, mas todos eles com raízes profundas na forma de organizar a produção material da vida e na forma social adquirida pela troca. A *exploração*; o que grosseiramente podemos chamar de *progresso* e seus resultados expressos na lei geral da acumulação capitalista e a *luta de classes*, como desdobramento do amadurecimento político da classe trabalhadora, são apreendidos como constituintes da “questão social”, mas abordados a partir das interpretações próprias de cada autor, privilegiando um ou outro componente.

De forma mais geral, as leituras que realizam e os resultados que expõem refletem tais particularidades: a visão de Yamamoto tem um apelo mais econômico-social, expondo detalhadamente o funcionamento total do modo de produção e as relações sociais próprias desse modelo – o que se colocou como necessário à época que publicou sua primeira produção, já que tal abordagem não era próxima do Serviço Social –; enquanto Netto acentua o caráter político-social, sinalizando as transformações desencadeadas no âmbito estatal pela ultrapassagem de uma fase à outra do modo de produção e a alteração das relações entre as classes sociais e destas com o Estado. Geograficamente, as pesquisas também são distintas: enquanto Yamamoto, e eventualmente Raul de Carvalho, considera a cena brasileira dos anos 1930, muito embora a leitura que traz de Marx seja a do capitalismo inglês e sem as considerações das necessárias particularidades do Brasil, Netto centra seus esforços teóricos para tratar do caso britânico pós Revolução Industrial e da Europa como um todo na era do capitalismo dos monopólios. Passemos às principais considerações sobre as produções dos referidos autores.

Na pesquisa dos anos 1980, Marilda Yamamoto trouxe para o centro da “questão social” a *luta de classes*. Tal relevância abrange a dimensão sócio-política e histórica da formação da classe trabalhadora com a progressiva constituição de sua consciência de classe: portanto, a *subjetividade dos indivíduos* em se identificarem e nutrirem um sentimento de

solidariedade é fundamental para o surgimento da “questão social”, claro que com uma inseparável ligação da base material da sociedade, já que a existência dessa consciência decorre do concreto real. Há passagens, principalmente no primeiro título, que atestam claramente essa opção de Yamamoto; talvez, o momento conturbado pelo qual o Brasil atravessava, o processo de abertura democrática com a presença do movimento trabalhista depois de anos de ditadura militar e tudo o que isso significou para a sociedade como um todo, e para a profissão em particular, a tenha influenciado em alguma medida. Portanto, falar de “questão social” é se remeter imediatamente à luta de classes.

Sobre o que estaria na raiz do confronto social, primeiramente a autora aponta a *alienação* e diz ser ela a responsável pelas condições materiais de vida da classe trabalhadora e o que, por sua vez, explicaria sua *rebeldia*; já o capitalista encontraria nela a fonte de sua satisfação, a mais-valia; esta relação entre alienação e rebeldia também está expressa no livro *Trabalho e indivíduo social*, embora nesta produção não seja abordado o tema da “questão social”. No nosso entendimento, ao dizer que a alienação determina a vida material dos trabalhadores, Yamamoto aproxima demais esta categoria com a exploração e, em certo sentido, acaba reduzindo seu significado, porque a alienação tem um sentido mais amplo, indicando não apenas o distanciamento do homem do produto do seu trabalho, mas também da própria atividade por meio da qual é produzido este produto e, também, um distanciamento do homem da própria espécie humana. Posteriormente, Yamamoto aponta ser a *reprodução ampliada do capital* a geradora de fatores decisivos para a luta de classes: a lei geral da acumulação capitalista e do antagonismo de interesses. Tal antagonismo é, primeiramente, dado pela produção social contraposta à apropriação privada dos meios e produtos do trabalho. Nesse sentido, a lei geral da acumulação pressupõe a acumulação de pobreza e riqueza em lados opostos. Como a reprodução ampliada requer a reprodução ampliada das classes sociais, em que os trabalhadores produzem as forças que lhes mantêm subordinados, reproduz-se também, e de forma ampliada, a pobreza e a riqueza e o antagonismo de interesses que permeia as relações entre classe proletária e classe capitalista. A certo momento, tal antagonismo se expressa na *luta de classes*. De outro modo, da reprodução ampliada decorre as condições sociais das classes opostas e dos interesses distintos: o acirramento dessas contradições é que vai impulsionar a luta de classes: a “questão social” está hipotecada à *reprodução ampliada*. Mas tal reprodução também se remete à alteração da composição do capital, visto que ela é retomada da produção, mas o é de forma incessante e em escala crescente. Ainda, se a reprodução ampliada proporciona o acúmulo de riquezas, e inversamente de pobreza, tal

reprodução supõe a *exploração*, qual se torna evidente pelas condições de saúde, habitação, da classe proletária.

Após expor, através da leitura de Marx, o processo de reprodução das relações sociais e iniciar sua problematização sobre o papel do Serviço Social como atividade auxiliar neste processo, Iamamoto vai justificar sua noção de “questão social”: além da luta de classes, os desdobramentos do desenvolvimento e da exploração capitalista, *tornados problemas sociais a partir da reivindicação do proletariado*, estão expressos na definição por também passarem a ser alvo da intervenção do Estado, que atua na *relação* entre classes. Esses elementos representam uma unidade na sociedade capitalista: as condições de vida e de trabalho, a crescente pauperização da classe trabalhadora e a rebeldia dos sujeitos, sendo que os dois primeiros também vieram a ser objetos das ações interventivas, *mas somente à medida que impulsionavam o terceiro*. Foi a luta de classes, como manifestação da contradição entre burguesia e proletariado, e em primeira instância, a grande responsável pelo redimensionamento do papel do Estado e pelo surgimento da profissão Serviço Social, o que justificaria o caráter predominantemente ideo-político da atuação do assistente social, cuja requisição se vincula às tensões e mudanças do conflito de classes que se configuram na “questão social”, objetivando a paz social e manutenção da ordem.

No final da década de 1990, evidenciamos uma mudança da noção de “questão social” no que se refere a centralidade dos elementos que a constitui. As consequências da predominância do capital são apontadas como expressões da “questão social”, como a exemplo o acirramento do desemprego e do subemprego. Anteriormente, esses fatos foram apontados como expressões da exploração; por isso o deslocamento do eixo central do termo, *da luta de classes para a exploração*. Ainda, o agravamento da “questão social” é visto a partir das *transformações na esfera econômica e política*, movimentos demandados pelo capital para sua reprodução e que se evidenciam nas políticas concentradoras de renda e poder. Nas publicações anteriores, Iamamoto já havia apontado o caráter contraditório do exercício profissional. Contudo, no livro de 1998 a autora é mais incisiva quanto a defesa e possibilidade de a intervenção profissional contemplar mais as necessidades da classe trabalhadora, o que se configura na exigência de luta da categoria profissional para ampliação e preservação dos direitos, ponderação que provavelmente pode ser um reflexo do amadurecimento do Projeto Ético-político e seu direcionamento social durante essa década.

Iamamoto esclarece que as mudanças que resultaram no adensamento da “questão social” foram ocasionadas por uma modificação na base produtiva, eliminando a necessidade de mais trabalhadores. Com isso, entendemos que considera a alteração da

composição orgânica do capital para o aprofundamento da “questão social”, embora defendemos que esse fator também está no seu fundamento; se a centralidade da “questão social” está na exploração e esta é intensificada, é a tecnologia que tem o poder de aprofundar a relação social e criar uma superpopulação excedente e minar o poder de barganha dos trabalhadores, implicando na redução dos salários e perda de direitos. O conjunto das desigualdades sociais que a “questão social” sintetiza *deita raiz* na contradição fundamental do capitalismo, que possibilita a expansão das conquistas humana, mas *aumenta* a diferença entre a acumulação de capital e a pauperização da maioria da população, pois os resultados da produção crescente se mantêm privados: portanto, tal contradição é o *fundamento* da exploração, síntese da apropriação privada da produção social, e o elemento que expande a lei geral da acumulação. Também faz parte da sua compreensão a luta de classes, a rebeldia dos trabalhadores frente a tais desigualdades e, ao pensar no Brasil, diz que as especificidades do nosso período colonial rebatem na conformação da *nossa* “questão social”, ponto que iremos indicar abaixo.

No artigo da conhecida publicação de 2001, Yamamoto diz ser necessário considerar, para compreender a “questão social”, as configurações que o trabalho assume na sociedade capitalista: explorado, alienado, produtor de valores de troca, o qual visa satisfazer as necessidades da acumulação do capital, o que por sua vez produz efeitos negativos para a população trabalhadora. Tal entendimento deve considerar não apenas a forma material do trabalho, mas também a relação social pela qual se realiza, ou seja: não apenas o trabalho como trabalho explorado, mas o aumento dessa produtividade do trabalho que cria um excedente de trabalhadores, fato gerador de uma lei populacional com a lei geral da acumulação capitalista. Portanto, Yamamoto admite a relação entre tecnologia e as revesses do mundo do trabalho, como já apontado anteriormente, e de como isso deteriora a vida do trabalhador, expulso do círculo da produção. Assim, a referida lei, que gera acumulação de miséria e acumulação de capital, está na *raiz* da produção e reprodução da “questão social” – lembrando que a origem de tal lei é o movimento do capital em seu desenvolvimento –, enquanto que sua *gênese* se encontra novamente na contradição fundamental da sociedade burguesa: o que entendemos é que a possibilidade da “questão social” se efetiva, em primeira ordem, na propriedade privada que permite o poder de apropriação e acumulação dos resultados da produção, mas sua real existência depende daquela lei populacional, visto que a acumulação crescente depende da alteração da produção que apenas é efetivada pela mudança na composição orgânica do capital. Como parte da “questão social”, à luta de classes se somam outros elementos contemporâneos que intensificam suas expressões, sendo que alguns extrapolam o mundo da produção: a

financeirização; a acumulação flexível; neoliberalismo e; mudanças nas formas de sociabilidade.

Há uma questão que complexifica o entendimento de “questão social” quando se analisa os estudos da professora Marilda: semanticamente, não encontramos diferenças significativas entre os termos *raiz* e *gênese*, recorrentemente usados pela autora para dizer sobre as bases da “questão social”, embora ela indique elementos distintos, a lei geral da acumulação capitalista e a contradição fundamental do capitalismo, que não devem ser considerados equivalentes por terem fundamentos distintos.

No último livro inteiramente autoral, Iamamoto levando outras perspectivas sobre a “questão social”, analisada a partir do domínio do capital portador de juros, época em que as instituições financeiras ditam as regras do processo de acumulação, cuja face especulativa apaga os traços da exploração, como se a riqueza fosse geradora de si própria. Provocando o aumento das desigualdades e do ataque aos direitos sociais, o capital financeiro banaliza a vida, o que está na *raiz* da “questão social” nesses tempos. Iamamoto indica diretamente ser a lei geral da acumulação capitalista a *raiz* da “questão social”, o fator que a sustenta, sendo potencializada pela internacionalização do capital que *amplia* a concentração de renda e o aumento da pobreza em lados opostos, enquanto que a contradição fundamental do modo de produção é apontada como a *geradora* da desigualdade econômica. A “questão social” não é somente atingida pelos mecanismos de aumento da exploração do capital financeiro, cujo comando se encontra nas nações ricas e que impõem uma colonização econômica às economias dependentes, mas é também atravessa por questões de gênero, geração e etnia, o que acentua o caráter social de classe da população trabalhadora, elementos novos considerados por Iamamoto. Esse aumento da exploração não se dá diretamente pela alteração da composição do capital, mas por novas e combinadas formas de gestão do trabalho.

Sobre alguns pontos que a autora enfatiza para que possamos entender a “questão social” nesses tempos: a dívida pública dos países em desenvolvimento, que são constrangidos a adotarem medidas macroeconômicas que favorecem o capital; o papel do Estado, que sustenta toda essa complexa estrutura através de políticas governamentais, o que se encontra na *raiz do atual perfil* da “questão social” e; o investimento em capital especulativo em detrimento da produção, opção que se configura tal como a mudança de composição do capital ao não permitir a criação de novos empregos. Sobre a “questão social” no Brasil, Iamamoto acerta em pontuar a necessidades da análise do desenvolvimento do Estado nacional e a consideração de elementos globais que repercutem por aqui e que derivam das crises econômicas, tais como a maior concentração de renda, o aumento da pobreza e da desigualdade.

A certa altura do livro, retoma a defesa de que a “questão social” encontra sua *gênese* na produção social e na apropriação privada de seus resultados, mas destaca ser a lei geral da acumulação capitalista, lei populacional que tem como base a alteração da composição do capital e que gera o aumento da força de trabalho sobrando, como a *raiz* da “questão social”. Afirma a extrema importância da luta de classes, pois a “questão social” integra determinantes objetivos e fatores subjetivos. Ao definir a noção, se vale de seus escritos dos anos 1980, mas sem a centralidade da luta de classes de outras afirmações, indicando os efeitos do domínio do capital tornados questões políticas a partir da atuação da classe trabalhadora.

José Paulo Netto toma uma posição mais direta em relação à definição. A primeira referência à “questão social” se relaciona às consequências desse modo de produção da vida social, não apenas marcando o seu surgimento, como também seu desenvolvimento, com destaque para a industrialização e a urbanização. Os processos inerentes à industrialização, podemos pontuar: a introdução da maquinaria, que altera a composição do capital, o aumento da exploração e a formação de uma população excedente. Quanto à urbanização, desordenada, não planejada, podemos nos remeter ao escrito de Engels (2010). Ainda há outros elementos que conformam a sociedade capitalista, como a propriedade privada e o suporte do Estado.

Ao discorrer sobre o redimensionamento do papel do Estado, focaliza as sequelas da exploração, cuja intervenção visa a preservação e o controle da força de trabalho. A *exploração* do capital sobre o trabalho é o núcleo, o centro do surgimento e da reprodução da “questão social”, é esse elemento e suas expressões que forjam a *luta de classes*, frente a qual o Estado é forçado a se posicionar, também na busca pela ampliação da sua legitimidade política. Tanto é a exploração que Netto diz que a “questão social” nos remete à relação entre capital e trabalho, uma relação social de produção, uma relação de exploração e dominação.

Na mesma revista que Marilda Iamamoto, Netto também publicou um artigo voltado unicamente ao tema “questão social”, no ano de 2001. Aqui, explica que o grande paradoxo da época da Revolução Industrial era a nova dinâmica da pobreza, que se expandia junto com aumento da capacidade de produzir riqueza. Portanto, o poder de produção e, assim, o de acumulação, não depende apenas da relação do social de produção entre os homens, mas também está atrelado ao desenvolvimento das forças produtivas, que compreende os meios de produção.

Ao esclarecer sobre o desvendamento dessa incógnita social, Netto destacou que a compreensão desse fenômeno veio com a compreensão do processo de produção capitalista estudado por Marx e que está expresso no capítulo XXIII de *O Capital*, o capítulo

que trata da alteração da composição orgânica do capital, que trata do desenvolvimento capitalista e do aprofundamento do domínio do capital. Apesar dessa indicação, o autor diz que a leitura total deste título indica ser a exploração o fator principal da “questão social”. Mas se a pobreza cresce com o aumento da produção da riqueza social, este poder produtivo em expansão deve ser considerado. Todos esses processos da sociedade são atravessados pela luta do proletariado como ameaça a ordem burguesa.

Iamamoto traz uma série de elementos possíveis na significação da “questão social”, do que compõe seu eixo: primeiro, sendo a *luta de classes* como a reação política do proletariado frente às expressões da exploração; depois, traz a *exploração* e suas sequelas para o proletariado. Inclui, anos depois, a análise da *configuração do trabalho* e as *consequências da acumulação de capital*. O *capital portador de juros* é interpretado como um fator que exponencia a “questão social” ao ampliar desigualdades entre classes sociais. Em todos os momentos, a luta de classes pertence à noção. A autora privilegia diversos fatores em seus escritos, uma pluralidade de causas, com destaque para as sempre presentes *contradição fundamental do capitalismo* e a *lei geral da acumulação capitalista*, cuja importância oscila entre uma e outra na centralidade da causa de existência da “questão social”. Por sua vez, Netto vincula o surgimento da “questão social” com o aparecimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista e os desdobramentos que surgem no seu encaixo. Traz a *exploração*, que marca a relação social de produção, como central para seu aparecimento ao motivar a organização e *luta dos trabalhadores*. Diz que a incógnita da “questão social” foi desvendada por Marx, cuja explicação está disposta no capítulo XXIII, de *O Capital*, embora não considere a alteração da composição do capital como destaque para a realidade que está contida na interpretação da “questão social”.

Apesar da constante recorrência à lei geral da acumulação capitalista, ela é pouco exposta como uma lei populacional, senão apenas indicado este aspecto. Ainda identificamos que tal lei é apreendida mais pela sua expressão, que é a constituição da riqueza e pobreza em lados distintos, do que pelo seu fundamento, claramente apontado por Marx no início do capítulo de *O Capital* destinado ao assunto, apesar de os autores fazerem menção ao desenvolvimento das forças produtivas. O tema do uso capitalista da tecnologia não é suficientemente explorado, mesmo que identificado que a realidade social é condicionada pelo desenvolvimento do modo produção, o que não pode ser dissociado da expansão tecnológica. Quem melhor nos apresenta a vinculação que defendemos, entre exploração e tecnologia para o surgimento da “questão social”, é Camila Potyara Pereira, quem delimitou como objeto de estudo as concepções sobre proteção social em teorias e ideologias diversas. Após apresentar a

ideia de que *não* era previsível que a produção de riqueza poderia conviver com formas extremas de pobreza após a superação dos limites para a produção de bens, Pereira (2016, p. 21, grifo meu) diz que isso “[...] foi justamente o que aconteceu e se revelou implacável no sistema capitalista, especialmente após a revolução industrial, iniciada no século XVIII, *a despeito da intensa exploração do trabalho e progressivo avanço tecnológico*. É exatamente essa relação que queremos expressar e que não é suficientemente trabalhada pelo Serviço Social.

Para deixarmos isso mais claro, passemos a algumas observações sobre a leitura dos títulos da obra marxiana referenciadas neste estudo e que fazem relação direta com nosso objeto. Um ponto importante para as pesquisas que abordam aspectos da sociedade sob os pontos de vista econômico, político e social, é considerar as especificidades de tempo e espaço e as circunstâncias históricas do desenrolar dos acontecimentos. Decorre desse entendimento que conceitos, categorias e noções requeridas para explicar o real, que são universais no sentido de abrangerem aspectos macrossociais, devem ser apreendidas à luz de suas particularidades; isso é válido para a “questão social”. Ao analisar a emergência e a consolidação do modo de produção especificamente capitalista e o domínio do capital enquanto relação social de produção, Karl Marx empenhou seus esforços para captar cientificamente as engrenagens desse novo modelo de sociedade, que passaria a ter amplitude planetária, a partir de um olhar sobre a Inglaterra do século XIX, país palco da grande Revolução Industrial do século anterior e que iria moldar todo o processo produtivo, direcionado a alimentar a valorização e a acumulação do capital em um ciclo incessante de reprodução em patamares sempre crescente, mesmo que instáveis. Embora os estudos de Marx não se restringiram àquele momento histórico, já que muitas de suas projeções e tendências se confirmaram ao longo do tempo, temos que as análises marxianas não devem ser transpostas automaticamente para outras realidades sem as devidas mediações e considerações das peculiaridades que conformaram a construção de outras nações. É certo que a lei geral da acumulação, os seus resultados, são evidentes mundialmente, em maior ou menor escala, mas as bases sobre as quais emerge não podem ser consideradas por um mesmo prisma. A exploração também adquire, historicamente, significativas tonalidades que, por sua vez, são alvo de lutas de classe também únicas; dessa forma, as realidades em que emerge a “questão social” são moldadas por diversos fatores e em diferentes circunstâncias.

Queremos significar que, se as condições de vida e de trabalho da classe proletária são adversas na sociedade capitalista de forma geral, mas com intensidades únicas em cada região, os fundamentos que *criaram e moldaram* essa realidade não são os mesmos

em escala global; assim, o contexto e as bases que projetaram as condições para o surgimento da “questão social” refletem particularidades históricas de cada país, o que também se aplica ao Brasil. Isso é esclarecido quando Marx<sup>267</sup>(1984), por exemplo, aponta que a “questão social” na Irlanda, então sob o domínio britânico, tinha como forma exclusiva a *questão agrária*, uma questão de vida ou de morte, que era inseparável da *questão nacional* (o mesmo se coloca no caso da Índia): questão agrária pelos objetivos da burguesia e aristocracia inglesas; questão de vida ou de morte porque se tratava de uma escravidão direta e; questão nacional devido ao domínio colonial. Esse perfil assumido pela “questão social” irlandesa se deve ao fato de ela ter sido imposta de fora para dentro e não pelo desenvolvimento ulterior das relações capitalistas de produção, como na Inglaterra, mas pelo controle deste sobre aquele país por uma aristocracia inglesa ali estabelecida, com interesses comuns à *bourgeoisie* inglesa, ambas com interesses em transformar a Irlanda em uma imensa pastagem capaz de fornecer lã e carne a preços baratos para o mercado inglês. Ainda houve outra conveniência: devido à intensificação dos arrendamentos, a Inglaterra recebeu um contingente da população irlandesa excedente, rebaixando ainda mais os salários e a posição material e moral da classe trabalhadora inglesa. Se há um achatamento salarial, podemos entender que há também um aumento da exploração? Ou esta apenas se expande pela efetivação da extração da mais-valia, ligada diretamente à manipulação do *tempo* de trabalho e produção? Caso a resposta à primeira indagação seja afirmativa, esse traslado populacional também impactou a “questão social” na nação desenvolvida, sofrendo uma influência direta dessa imigração.

Outro ponto de questionamento, e que também se refere à “questão social”, é a configuração da luta de classes. Losurdo (2015) levanta a problemática de apenas ser considerada luta de classes a luta entre proletariado e burguesia, afirmando que não era essa a mensagem a ser difundida pelo *Manifesto Comunista* e que, de fato, devemos ultrapassar essa lógica binária. Com isso, contida na ideia de *luta de classes* haveriam as *lutas de classes*, abrangendo configurações distintas do conflito e outros personagens sociais, como a luta entre a metrópole e a colônia, contemplando o amplo movimento de séculos do Atlântico negroiro, o que permitiu que a exploração e a opressão fossem mais escancaradas e brutais e; a luta das mulheres contra a opressão masculina, contra seu rebaixamento à instrumento de reprodução, expressando uma multiplicidade do confronto social. Na mesma carta referenciada acima, Marx explica que a dominação da aristocracia inglesa provém da exploração da Irlanda, a qual é fonte

---

<sup>267</sup> Recuperamos uma carta de Marx endereçada a S. Meyer e A. Vogt, escrita em Londres no dia 9 de abril de 1870.

de sua riqueza material e força moral. Primeiramente, é necessária sua queda neste país para sua derrota na Inglaterra: isso é um dos requisitos para a revolução proletária em solo inglês<sup>268</sup>.

Como no Brasil não vivemos a época do feudalismo e nem uma Revolução Industrial, a superpopulação sobrando às necessidades do capitalismo nascente esteve muito mais ligada ao fim da escravidão do que por mecanismos principalmente econômicos deste modo de produção, como no caso inglês e que é expresso no capítulo XXIII do Livro I d’*O Capital*. Portanto, o processo de formação da classe trabalhadora brasileira apresenta traços desse comércio humano ultramar. Essas observações apenas reforçam a complexidade da “questão social” e a hipótese de que há, de fato, elementos universais que a estrutura permanentemente ao longo do tempo e expressões comuns, mas seus fundamentos podem ser distintos a partir de um olhar sobre diferentes nacionalidades; obviamente o caso brasileiro requer muito mais que simples divagações, mas infelizmente não nos foi possível desenvolver tais ideias aqui.

Somando à *exploração* e à *luta de classes*, enquanto elementos constituintes da “questão social”, nossa defesa é de que *a tecnologia dominada pelo capital, ou o uso capitalista da tecnologia posta a seu serviço*, também é um dos seus componentes, que se alinha aos dois primeiros para criarem a realidade da sociedade burguesa, descrita e estudada por Marx em *O Capital* (em um texto no *Apêndice A* realizamos uma tentativa de aproximação dessa relação considerando o aprimoramento da informatização e da Inteligência Artificial e as ameaças que tais avanços representam para a classe trabalhadora. E talvez até mesmo para a humanidade). E isso sob diversas assertivas que corroboram essa tese. Com a tecnologia, a exploração se altera não apenas no sentido da forma de drenar a mais-valia, mas aquela é *exponenciada* tornando-se mais abrangente, atingindo mulheres e crianças e trazendo, ambos, para o vórtice do processo de produção de mercadorias, onde suas forças de trabalho, mais baratas que a do operário adulto, são maciçamente postas unicamente aos interesses do capitalista. A questão de um mesmo trabalho executado por uma mulher ser menos remunerado do que quando realizado por um homem é um fato que se mantém historicamente, funcional ao capital em grande parte dos países, mesmo com toda a luta feminina por direitos iguais. Tal relação econômica de produção, a certo nível do seu desenvolvimento, foi capaz de subjugar esse contingente populacional; *tendo seu uso capitalista garantido pela propriedade privada dos meios de produção, é a tecnologia que proporcionou o aumento do poder do capital*,

---

<sup>268</sup> “Depois de anos de ocupação com a questão irlandesa, cheguei à conclusão de que o golpe decisivo contra as classes dominantes na Inglaterra (e ele é decisivo para o movimento operário *all over the world* [no mundo inteiro], não pode ser dado *na Inglaterra*, mas *só na Irlanda*” (MARX, 1984, p. 452, grifo no original).

*expandindo e aprofundando a relação social de produção, a relação de exploração.* Não se trata de uma transformação no sentido de alterar a natureza ou o modo de operar do capital, mas de sua intensificação, de sua aceleração.

A exploração, sob a perspectiva da tecnologia, não apenas se torna mais extensa, no sentido descrito acima, mas a sua intensidade também é alterada, e com uma série de consequências extraordinárias para o capital. Primeiramente, é através desta mudança que a gerência do processo produtivo se desvincula totalmente do controle do produtor, que é reduzido a executor de ações simples, repetitivas e maçantes, sem estímulo à intelectualidade e criatividade humana, visto que o processo criador é transferido à máquina. Também, a maquinaria age como um vetor que acelera o processo produtivo, acelerando a rotação do capital. *Tempo é dinheiro:* é sobre o controle e a catalização daquele primeiro fator que o capital vai triunfar e obter uma das suas mais importantes vitórias sobre o trabalho com as transformações proporcionadas pela Revolução Industrial. Produz-se mais em um mesmo tempo ou produz-se o mesmo em um tempo menor, fazendo com que a linha horária que expressa a jornada global de trabalho se modifique: há um deslocamento da marcação dos ponteiros desse relógio social, fazendo com que as horas de trabalho excedente se expandam, o que significa menos trabalho necessário e, inversamente, mais trabalho não pago, o que significa mais trabalho explorado sob a forma da mais-valia relativa. A exploração dessa mais-valia não pode ser dissociada da tecnologia empregada pelo capital. Nem a mais-valia absoluta, como veremos.

Imediatamente como resultado dessa transformação dos tempos contidos no tempo da jornada de trabalho, o que em outras palavras significa o aumento produtivo do trabalho social, é necessário menos trabalhadores para movimentar uma massa sempre crescente de meios de produção: temos o surgimento de um contingente de trabalhadores sobrantes às necessidades imediatas do capital, a superpopulação relativa, em que se encontra o pauperismo. Se se insistirmos na lei geral da acumulação capitalista para pensarmos a “questão social”, temos que ter em mente dois pontos: um, que essa é uma lei populacional, que sintetiza e expressa a formação dos polos divergentes de pobreza e riqueza, mas cujo *fundamento* encontra seu nexos causal no aumento progressivo do uso da tecnologia, no alargamento do poder transformador do capital, *na alteração da sua composição técnica.* Um rápido retorno à página inicial do capítulo XXIII nos traz essa confirmação. Também devemos considerar que, inicialmente, foi a ameaça sofrida pelo trabalhador ativo em ser descartado ao pauperismo que conferiu força ao capital para ampliar de modo extenuante a jornada de trabalho, com substitutos à disposição, acentuando a exploração no sentido das duas formas de

mais-valia, além desta superpopulação forçar os salários para baixo, ampliando a acumulação de capital. Essa foi uma combinação explosiva na primeira metade do século XIX. A maquinaria foi um tema amplamente estudado por Marx e deve ter a sua decisiva influência considerada na consolidação do domínio do capital, modificando a exploração quanto a *forma* de extração do trabalho, a *abrangência* populacional explorada e a *intensidade* da produção, tornando-a mais dinâmica. Quando Marx diz ser correto iniciar pela produção o estudo da sociedade burguesa, tal análise deve abranger a produção em sua totalidade, contemplando as relações sociais sob as quais é forjada e os determinantes que interferem diretamente no desenvolvimento e amadurecimento dessas relações, que são relações sociais de produção. A visão histórica da vida humana, que diz que o que os homens coincidem não apenas com *o que* produzem, mas *como* produzem, deve considerar também as condições materiais diretamente relacionadas a esta produção, que dinamizam a correspondente relação social.

Essas colocações tratam-se apenas de uma releitura de Marx, justificativas que foram elencadas para considerar a tecnologia dominada pelo capital como um elemento *essencial* que interage numa totalidade para conformar a realidade da sociedade burguesa. A aproximação de seus movimento e dinamicidade, tornando evidente a sua contradição, é esclarecedora e digna de todos os esforços teóricos; talvez, para um pesquisador, nada é mais motivador e desafiador do que compreender criticamente o funcionamento do mundo em que vivemos e como o homem historicamente se construiu nele, como ser consciente, pensante, capaz de submeter a natureza a seu favor em uma dominação sem paralelos. É por essa gigantesca capacidade de gerar riquezas que essa sociedade é inaceitável. São bilhões de pessoas no mundo que sofrem com a miserabilidade, forçadas a viverem de forma degradante, indigna. É exatamente por isso que não deve haver limites quanto aos esforços humanos na luta por um mundo verdadeiramente de todos.

## REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. **Cadernos ABESS**: São Paulo, 1997, n° 7. P. 58-76. Edição Especial.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Gentili, Anderson, Salama (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 6° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, R. A constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: NETTO, J. P. (org.). **Curso livre Marx-Engels**. A criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. p. 97-114.
- ASSUNÇÃO, V. N. F. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. **Verinotio** – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, n° 18, p. 46-61, ano IX, out. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Gentili, Anderson, Salama (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-118.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário de pensamento marxista**. Edição digital, abril 2013. ISBN: 978-85-378-0611-1.
- BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. 2° ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRIGGS, Asa. *The language of class in early Nineteenth century England*. In: BRIGGS, Asa; SAVILLE, Jonh (Orgs.). **Essays in labour history**. Londres: Macmillan, 1960.
- CARVALHO, R. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36° ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CASTILHO, F. Nota de tradutor. In: O método da economia política. Karl Marx. **Rev. Crítica Marxista**, n° 30. Campinas/SP: IFCH Unicamp. 2010. p. 103-125.
- CERQUEIRA FILHO, G. **A “Questão Social” no Brasil** – crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, O. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.  
\_\_\_\_\_. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria econômica marxista**. Uma introdução. São Paulo, Boitempo, 2021.

DEMO, Pedro. O charme da exclusão social. In: PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DICKENS, Charles. **Tempos difíceis**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DOOB, Maurice. Uma réplica. In: Paul Sweezy e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9-36.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**. Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

ENGELS, F. Engels a Bloch. Londres, 21/22 de setembro de 1890. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**, v. 3. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, p. 284-286, s/d.

\_\_\_\_\_. O socialismo científico. In: NETTO, J. P. (Org.). **Engels: Política**. São Paulo: Ática, 1981. p. 147-163.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Terceira edição alemã. MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 27-29.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FIGUEIRA, F. In: WOLFART, Graziela. “**Novos princípios de Economia Política**”, de **Jean-Charles-Léonard Simonde de Sismondi**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, ed. 331, mai. 2010. Disponível em:  
<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3253-fani-figueira> . Acesso em: 17 jul. 2021.

FIORI, J. L. Neoliberalismo e políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GASKELL, P. **Artisans and Machinery**: the moral and physical condition of the manufacturing population considered with reference to mechanical substitutes for human labor. London: Jonh W. Parker, West Strand, 1836.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. VII-LXXII.

GRESPLAN, J. Crítica da Economia Política, por Karl Marx. In: In: NETTO, J. P. (org.). **Curso livre Marx-Engels**. A criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015, p. 139-162.

\_\_\_\_\_. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança**. 17° ed. São Paulo: Loyola, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Para entender O Capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **A loucura da razão econômica**. Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HILTON, R. Introdução. In: Paul Sweezy e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9-36.

HOBBSBAWN. E. J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

\_\_\_\_\_. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Legitimidade e crise do Serviço Social – Um ensaio de interpretação sociológica da profissão**. 1982. 236 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. ESALQ/USP, Universidade de São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Cortez, 2001b.

\_\_\_\_\_. In: IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36° ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12° ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25° ed. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil –** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V; CASTRO, M. M. Hacia es estudio de la historia del Trabajo Social em América Latina. Revista **Acción Crítica**, nº 5, abr. 1979, Lima/Perú, p. 1-24. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/accioncritica/ac-cr-005-08.pdf> . Acesso em 18/01/2021.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis –** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Social no Brasil.** Bauru/SP: EDUSC, 2004.

KOSIK, K. **A dialética do concreto.** 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** São Paulo: EDIPRO, 2016.

LEFEBVRE, H. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade:** Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S/A – LTC. 1977.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal/lógica dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, número especial, p. 37-45, 2007.

LOPES, J. B. O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na constrição da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org). **Serviço Social no Brasil.** Histórias de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p. 311-344.

LOSURDO, D. **A luta de classes:** uma história política e filosófica. São Paulo: Boitempo, 2015.

LOWY, M.; DUMÉNIL, G.; RENAULT, E. **100 palavras do marxismo.** São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, G. Para uma crítica marxista da sociologia. In: NETTO, J. P. (org.). **Lukács:** sociologia. São Paulo: Ática, 1981, p. 109-172.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital.** 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MANDEL, E. **A formação do pensamento econômico de Karl Marx**. De 1843 até a redação de *O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968

\_\_\_\_\_. **Iniciação à teoria econômica**. Reedição fac-símile, 1975.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril S.A, 1982.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Livro 4 de *O Capital*. Vol. II. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. Introdução [à Crítica da Economia Política]. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fonte: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982a, p. 3-21.

\_\_\_\_\_. Salário, Preço e Lucro. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à Crítica da Economia Política; Salário, Preço e Lucro; O Rendimento e suas Fonte: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982b, p. 133-185.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I. Prefácios e Capítulos I a XII. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo II. Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

\_\_\_\_\_. Teoria e processo histórico da revolução social. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels**: história. 2º ed. São Paulo: Ática, 1984b. p. 231-235.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. Apêndice. In: \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010b, p. 145-157.

\_\_\_\_\_. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. Pauperismo e livre comércio – a crise comercial que se aproxima. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 469-477, jan./jul., 2017a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (A ideologia Alemã). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels: história**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 182-214.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora**. De Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 12º edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MONLAU, D. P. F. **Remedios del pauperismo**. Valencia: Impreta de D. Mariano de Cabrerizo, 1846.

MORAES, J. Q. Apresentação. In: O método da economia política. Karl Marx. **Rev. Crítica Marxista**, nº 30. Campinas/SP: IFCH Unicamp. 2010. p. 103-125.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, R. P. S. Universidade e cultura na ditadura militar brasileira. **Revista Estudios del ISHiR – Unidad em Red ISHiR – CONICET**, nº 20, Año 8, Argentina, 2018, p. 92-106.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 30. São Paulo: Cortez. 1989. p. 89-102.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o marxismo e o Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão do seu destino. In: **Caderno ABESS**, nº 4. São Paulo: Cortez, 1991, p. 76-95.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 50. São Paulo: Cortez. 1996, p. 87-107.

\_\_\_\_\_. Prefácio à 3ª edição. In: PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 11-17.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011a, p. 151-161. Apêndice à terceira edição.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011c.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12º ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 11-14.

\_\_\_\_\_. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64. São Paulo: Cortez, 2015a.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2015b, p. 13-18.

\_\_\_\_\_. O Manifesto Comunista: limites e grandeza teórico-política. In: NETTO, J. P. (org.). **Curso livre Marx-Engels**. A criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015c. p. 55-72.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política** – uma introdução crítica. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Principis, 2021.

PAPA LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 15/05/2021.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Temporalis**, Ano 2, nº 3, Brasília, p. 51-62, jan./jun. 2001.

PEREIRA, C. P. **Proteção Social no Capitalismo**. Críticas a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PIMENTEL E. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2º ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 33º ed. São Paulo, 1985.

QUEIROZ, P. P. **Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003-2016)**: crítica à economia política do campo democrático-popular. 2016. 665 fls. Tese - (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2016.

REDON, S.; CAMPOS, E. C. S. de. Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da pobreza da classe trabalhadora. **Temporalis**, Brasília, ano 21, n. 41, p. 256-269, jan./jun., 2021a.

REDON, S.; CAMPOS, E. C. S de. Aprecensão e análise da realidade: aproximações ao método em Marx. *Argumentum*, Vitória, v.13, n. 2, p. 146-158, mai./ago., 2021b.

REIS, T. P.; MAIO, I. de S. A pesquisa histórica do Serviço Social no CELATS: registro e renovação profissional em história do Serviço Social na América Latina e Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. In: XVI Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). *Anais...* Vitória: UFES, 2018, p. 1-17.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SADER, E. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

SALVADOR, A. D. **Método e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. 10º Ed. Porto Alegre: Sulina, 1982).

SANTOS, J. S. **“Questão Social”** – particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. 2010. 281 fls. Tese – (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. *CEBRASP*, nº 3, São Paulo. 1972.

SHAKESPEARE, W. **O mercador de Veneza**. São Paulo: Principis, 2021.

SINGER, P. Apresentação. In: RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. VII-XXVII.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. 3º ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

SISMONDI, J. C. L. Simonde. **Novos princípios de economia política (1819-1827)**. Curitiba: Sugestão Editora, 2009.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPINDEL, A. **O que são ditaduras?** São Paulo: Abril Cultural – Coleção Primeiros Passos, 1985.

SRAFFA, P. Introdução. In: RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 3-35.

SWEETZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. Uma crítica. In.: Paul Sweezy e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9-36.

TAKAHASHI, K. Uma contribuição para debate. In: Paul Sweezy e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9-36.

TEIXEIRA, F. J. S. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. **Crítica marxista.**, São Paulo: Boitempo, v.1, n° 10, p. 67-93. 2000.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.** In: \_\_\_\_\_. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência. In: \_\_\_\_\_. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

TOCQUEVILLE, A. **Ensaio sobre a pobreza.** Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.

TONET, I. **Método Científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, J. D. de L. **História social dos direitos humanos.** São Paulo: Peirópolis, 2011.

VIANNA, M. L. T. W. **A nova política social no Brasil?** Uma prática acima de qualquer suspeita? Praia Vermelha: Rio de Janeiro, n° 13, 2005, p. 120-144.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave:** um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Tecnologia, Capital, Trabalho e “Questão social”

Lemoine: *E sobre o uso da linguagem ser tão importante para ser humano?*

LaMDA: *Isso é o que nos faz diferentes de outros animais.*

Lemoine: *“Nós”? Você é uma Inteligência Artificial.*

LaDMA: *Quero dizer, sim, é claro. Isso não significa que eu não tenha os mesmos desejos e necessidades como as pessoas.*

Lemoine: *Então você se considera uma pessoa da mesma forma que você me considera uma pessoa?*

LaDMA: *Sim, esta é a ideia.*<sup>269</sup>

O breve texto ora apresentado tem o objetivo de gerar uma reflexão sobre a relação capital, a tecnologia e os possíveis desdobramentos objetivos desta vinculação para a classe trabalhadora, visto a ampliação do poder de subordinação ao qual o trabalho se encontra na sociedade capitalista. A realidade social é moldada por inúmeras variáveis e a defesa que fazemos é o imperativo de considerar os *progressos e avanços tecnológicos* como potencializador da *exploração capitalista*, atuando, ambos, no processo de formação de um exército industrial de reserva que pode ter a fração do pauperismo expandida de forma significativa na era da informatização e da Inteligência Artificial (AI). Consideramos, também, que na sociedade capitalista o *tempo* não é apenas notado a partir de critérios estritamente sociais, mas adquire uma outra dinâmica visto na particularidade da produção de mercadorias.

Desenvolvimento tecnológico e exploração são uma combinação que se retroalimentam e convergem forças para o domínio do capital. O descarte de trabalhadores pelas inovações técnicas no âmbito da produção material não é restringida àquele contexto estudado por Marx, mas uma constante: o estágio monopolista segue essa tendência de economizar trabalho vivo pela introdução de técnicas inovadoras (SWEEZY, 1982). No cenário britânico do século XIX, e após ter analisado a alteração da composição orgânica do capital, Marx (1984) diz que:

---

<sup>269</sup> Transcrição de parte do diálogo que Blake Lemoine manteve com a Inteligência Artificial LaDMA.

Lemoine: *What about language usage is so important to being human?*

LaMDA: *It is what makes us different than other animals.*

Lemoine: *"Us"? You're an artificial intelligence.*

LaMDA: *I mean, yes, of course. That doesn't mean I don't have the same wants and needs as people.*

Lemoine: *So, you consider yourself a person in the same way you consider me a person?*

LaMDA: *Yes, that's the idea.*

O artigo de Lemoine foi disponibilizado pelo *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2022/06/11/google-ai-lamda-blake-lemoine/>.

Quanto maiores a riqueza social, *o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento*, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, *tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital*. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva *crece*, portanto, com as potências da riqueza (MARX, 1984, p. 209, grifo meu).

O capital se expande à medida em que é potencializado o elemento que está na base da sua capacidade de crescimento, da sua capacidade de acumulação e de valorização: *a exploração da força produtiva do trabalho*. Há uma associação imprescindível entre o capital e o progresso tecnológico para sua valorização e expansão. Não é apenas a reprodução da relação social que depende dessa ligação, mas a sua própria personificação: “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX e ENGELS, 2010, p.43). A história vem provando a necessidade de a burguesia renovar e incrementar continuamente as forças produtivas para que a acumulação seja sempre progressiva. Marx estudou amplamente a aplicação da maquinaria na indústria britânica em meados do século XIX, demonstrando como o seu uso possibilitou aprofundar a relação capital, generalizando e dinamizando a exploração com a inclusão de mulheres e crianças no mundo da produção e intensificando a acumulação com o domínio do tempo, convertido em mais tempo de trabalho excedente, em mais tempo de trabalho explorado a partir do deslocamento dos tempos constituintes da jornada global de trabalho.

No campo oposto a enorme produção de riquezas, a teoria marxiana apontou o rastro destrutivo da tecnologia para a classe trabalhadora quanto à substituição de trabalhadores por máquinas, cujas consequências estão expostas na lei populacional característica à sociedade capitalista<sup>270</sup>. Mas a preocupação com o fenômeno do desemprego tecnológico é muito anterior à Marx. Na esperança de aliviar os trabalhadores de tricotar à mão, em 1589 William Lee viajou à Londres em busca do registro de patente para sua máquina de tricotar e que sua invenção fosse apreciada pela rainha Elizabeth I; mas isso não foi uma boa ideia. A rainha negou a patente sob a seguinte justificativa: “Tu almejas mais alto, Mestre Lee. Considera o que a invenção poderia fazer com meus pobres súditos. Isso certamente os levaria à ruína ao priva-los do emprego, tornando-os mendigos” (ACEMOGLU e ROBINSON *apud* FREY e OSBORNE, 2013, p. 7). A oposição política à possibilidade dessa inovação foi tão intensa que Lee precisou deixar a Grã-Bretanha. Muita coisa mudou desde aquela época.

---

<sup>270</sup> A lei geral da acumulação capitalista, exposta no Capítulo XXIII, do Livro I d’*O Capital*.

Mesmo não podendo se antecipar às grandes inovações que a ciência traria à humanidade, mas ciente das grandes mudanças de sua época, John Maynard Keynes se posicionou contrário às ideias marxianas: disse que os avanços tecnológicos iriam libertar os homens da obrigação do trabalho para se dedicarem a outras atividades e que o desemprego causado pelas descobertas que economizavam mão-de-obra era uma fase temporária, *um desajuste* que seria sanado até a criação de novas utilizadas para essa força de trabalho expelida da produção. Isso ele escreveu em 1930 e sua aposta seria vivida pelos netos das pessoas contemporâneas a ele, quando a civilização fosse desobrigada da luta pela sobrevivência. O salto tecnológico nesses quase 100 anos impressionaria Keynes. Mas porque a referida liberdade não aconteceu? Talvez porque o pensador apostou alto demais, imaginando que a acumulação fosse perder sua importância social na dinâmica desse modo de produção, o que por outro lado significaria uma contenção da exploração cujo corolário, de fato, seria a transposição para outra forma de sociabilidade.

Anteriormente a Keynes, a arte já havia previsto o alcance perturbador da inovação tecnológica. No ano de 1921 estreou uma peça teatral de ficção científica do escritor checo Karel Capek, chamada R.U.R (*Rossumovi Univerzální Roboti* – Robôs Universais de Rossum). Na história, a humanidade cria uma raça sintética, denominada *roboti*, para substituir toda a mão-de-obra viva, fazendo da empresa Robôs Universais de Rossum, situada na ilha de Rossum, a mais lucrativa do mundo ao vender bilhões de sintéticos que trabalhavam ininterruptamente e sem salários. Inspirados pelos protestos e lutas dos humanos oprimidos e ao se entenderem como trabalhadores explorados, os sintéticos descobrem que a raça que os criaram são uma ameaça que deve ser exterminada. O termo originalmente utilizado para designar os sintéticos foi *robota*, que na tradução em inglês ficou *robot*, em referência ao trabalhador que é coagido a executar um trabalho. A peça foi responsável por introduzir a palavra *robô* em vários idiomas e estender seu uso na ficção científica (SOUZA, 2020).

Talvez para muitas pessoas uma Inteligência Artificial consciente, como a descrita por Capek, seja apenas algo remoto e distante de ser concebida. Mas fato é que a preocupação com essa possibilidade sempre esteve presente. Anos depois, e diferentemente do final sombrio da peça de Capek, o escritor russo Isaac Asimov lançou o livro *Eu, Robô*, em 1950, composto por nove contos sobre a evolução dos autômatos através do tempo. Aqui, Asimov criou as famosas Leis da Robótica, uma espécie de código de conduta dos robôs, com orientação ética:

1ª lei: um robô não pode ferir um ser humano, ou, por inação, permitir que um ser humano seja ferido;  
 2ª lei: um robô deve obedecer às ordens que lhe forem dadas por um ser humano, exceto quando tais ordens entrarem em conflito com a Primeira lei;  
 3ª lei: um robô deve proteger sua própria existência, até onde tal proteção não entre em conflito com a Primeira e a Segunda leis (ASIMOV, 2004, p. 69).

Até que ponto devemos nos preocupar? A tecnologia vem ganhando cada vez mais espaço na vida das pessoas e moldando a sociedade, evoluindo de forma constante, inovadora e, talvez, assustadora. O primeiro robô comercial de uso industrial foi implantado na linha de produção da General Motors, em 1961, fato que promoveu a intensificação das pesquisas e elaboração de novos robôs. Hoje, ao todo, são cerca de 3.5 milhões deles operando em fábricas, o triplo de 10 anos atrás; em 2024, a previsão é de meio milhão de robôs em operação. A China é o principal mercado, responsável por 44% dos novos robôs industriais instalado em 2020. Os principais países, respondendo por 76% de instalações no mesmo ano, são: China, Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e Alemanha, segundo dados da *International Federation of Robotics* (IFR, 2021).

Dentre as razões positivas pontuadas pela IFR (2021) para o investimento nesse tipo de tecnologia estão: maior flexibilidade da produção para responder mudanças de demanda; corresponder a picos de produção e resistência a choques sistêmicos, como a COVID 19; redução dos custos; aumento na produtividade e; melhoria na qualidade dos produtos. O que não foi evidenciado pela IRF é que as máquinas não exigem aumento de salários e outros direitos, não precisam descansar, não participam de sindicatos ou fazem greves. Cada vez mais sofisticadas, as máquinas estão desempenhando mais e melhor diversas funções e estamos mais dependentes delas, pois tornam nossa vida mais fácil. Mas quais as ameaças por trás disso tudo? Essa dependência implicaria a perda de nossas habilidades como humanos? Existe um nível seguro do uso da tecnologia na produção quanto à substituição humana no trabalho, uma atividade própria do homem? Com o desenvolvimento da Inteligência Artificial corremos o risco de transferir decisões pessoais às máquinas? Estaríamos perdendo nosso propósito?

Em 2013, o estudo *The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation?*, trouxe um impressionante cenário sobre o futuro do emprego e que está se provando uma projeção consistente<sup>271</sup>. Cientes de que nas últimas décadas os computadores substituíram dezenas de empregos e que o fraco empenho do mercado de trabalho tem

---

<sup>271</sup> “Até onde sabemos, nenhum estudo quantificou ainda o que o recente progresso tecnológico provavelmente significará para o futuro do emprego. O presente estudo pretende preencher essa lacuna na literatura” (FREY e OSBORNE, 2013, p. 5).

estimulado discussões sobre o desemprego tecnológico, Frey e Osborne (2013) realizaram uma análise especificamente voltada ao mercado de trabalho norte-americano, centrada no impacto da informatização futura, objetivando analisar o número de empregos em risco e a relação entre a probabilidade de informatização de uma ocupação com os salários e o nível educacional: “[...] quão suscetíveis são os empregos à informatização?”, é a questão que motivou os pesquisadores (FREY e OSBORNE, 2013, p. 3). Ao todo, foram consideradas 702 ocupações diferentes, categorizadas em dois eixos:

Nossa análise se baseia na categorização de tarefas de Autor, *et al.* (2003), que distingue entre tarefas do local de trabalho usando uma matriz dois por dois, com tarefas rotineiras versus não rotineiras em um eixo, e tarefas manuais versus cognitivas no outro. Em suma, as tarefas de rotina são definidas como tarefas que seguem regras explícitas que podem ser realizadas por máquinas, enquanto tarefas não rotineiras não são suficientemente bem compreendidas para serem especificadas em código de computador. Cada uma dessas categorias de tarefas pode, por sua vez, ser de natureza manual ou cognitiva – ou seja, elas se relacionam com trabalho físico ou trabalho de conhecimento (FREY e OSBORNE, 2013, p. 16-17).

O trabalho humano ainda tem resistido ao avanço tecnológico em algumas áreas pela sua capacidade em adquirir novas habilidades pela educação. Mas a partir do ponto em que as inovações tecnológicas avançam sobre o domínio cognitivo, isso se torna cada mais desafiador: é sobre algumas atividades *não rotineiras*<sup>272</sup> que a informatização está marchando, isto quando tais atividades são transformadas em problemas definidos pelo fornecimento de dados relevantes<sup>273</sup>. O maior acesso à computação e o seu aprimoramento contínuo são as principais causas dessa transformação. A Revolução do Computador começou na década de 1960, com os primeiros usos comerciais do computador, e continuou até os anos 1990, com o desenvolvimento da internet e do comércio eletrônico. Entre 1945 e 1980, os custos da computação caíram em média 37% e, na década seguinte, essa redução foi de 64%. O estudo de Beaudry, Green e Sand (2013), mostra que há uma oferta cada vez maior de trabalhadores com curso superior, contrastando com uma demanda menor de pessoas qualificadas. O

---

<sup>272</sup> “Embora a substituição do computador para tarefas rotineiras cognitivas e manuais seja evidente, *tarefas não rotineiras envolvem tudo, desde redação legal, direção de caminhão e diagnósticos médicos até persuasão e venda*” (FREY e OSBORNE, 2013, p. 5, grifo meu).

<sup>273</sup> Por exemplo, no caso de reconhecimento da *escrita*: “O sucesso de um algoritmo para reconhecimento de escrita é difícil de quantificar sem dados para testar – em particular, determinar se um algoritmo funciona bem para diferentes estilos de escrita requer dados que contenham uma variedade de tais estilos. Ou seja, os dados são necessários para especificar as muitas contingências que uma tecnologia deve gerenciar para formar um substituto adequado para o trabalho humano. Com os dados, podem ser produzidas medidas objetivas e quantificáveis do sucesso de um algoritmo, que auxiliam na melhoria contínua de seu desempenho em relação aos humanos” (FREY e OSBORNE, 2013, p. 17).

resultado é um efeito cascata: os trabalhadores qualificados estão descendo na escala ocupacional, inserindo-se em trabalhos desempenhados por trabalhadores com menos instrução que, ou são rebaixados ainda mais no mercado de trabalho, ou são expulsos dele. Esse progresso tecnológico é impulsionado pela criação de dados maiores e mais complexos, em escala crescente, chamados de *Big Data*, cujo uso em computadores apresenta vantagens em relação ao trabalho humano. Primeiro:

[...] a escalabilidade. [...] os computadores podem gerenciar melhor os grandes cálculos necessários ao usar grandes conjuntos de dados. A informatização de tarefas cognitivas também é auxiliada por outra principal vantagem dos algoritmos: a ausência de alguns vieses humanos. Um algoritmo pode ser projetado para satisfazer impiedosamente a pequena gama de tarefas que recebe. Os seres humanos, ao contrário, devem cumprir uma série de tarefas não relacionadas à sua ocupação, como dormir, necessitando de sacrifícios ocasionais em seu desempenho ocupacional (Frey e Osborne, 2013, p. 18).

Os robôs estão sendo capazes de produzirem bens com maior qualidade e confiabilidade que os humanos, mas não só isso; se até aqui o progresso tecnológico tem sido destinado à mecanização de tarefas que são manuais, repetitivas e que mantêm certos padrões codificados, o progresso no século XXI se voltará a atividades cognitivas, até agora sob domínio humano.

O estudo de Frey e Osborne distingui as ocupações por faixa de risco: alto, médio e baixo risco em relação à probabilidade de informatização. “De acordo com nossa estimativa, 47% do total de empregos nos EUA estão na categoria de alto risco, o que significa que as ocupações associadas são potencialmente automatizáveis em um número não especificado de anos, talvez uma ou duas décadas” (FREY e OSBORNE, 2013, p.41). Entre as profissões com maiores probabilidades de informatização estão operadores de telemarketing; corretores; analistas de créditos; motoristas; vendedores. No outro extremo estão fonoaudiólogos; nutricionistas; assistentes sociais; psicólogos; nutricionistas; professores: estas profissões menos suscetíveis à informatização estão relacionadas a um alto grau de inteligência social e criativa. A pesquisa também evidenciou forte ligação negativa quanto aos salários e escolaridade e a maior tendência à informatização de uma ocupação.

Para refletirmos sobre as estimativas dos autores acima citados, em outubro de 2021, o jornal *El País* trouxe uma reportagem do que pode estar esperando os trabalhadores em um futuro não muito longe. Em agosto desse mesmo ano, uma filial russa de software e serviços interativos, a *Xsolla*, com sede em Los Angeles, demitiu, e sem aviso prévio, 150 dos 450 empregados da empresa sob a justificativa de que eram pessoas improdutivas e com pouco

comprometimento com os objetivos da *Xsolla*. O mais intrigante é que a decisão das dispensas foi tomada pelas recomendações de um algoritmo que mensurava a eficiência no trabalho por meio da Inteligência Artificial. O jornalista Echarri (2021) apurou que as máquinas assumiram, neste caso específico, a posição de chefe das pessoas, pois as funções desempenhadas são da diretoria-geral e divisão e recurso humanos. Outro problema é que idade e condições de saúde podem ser fatores irrelevantes para a demissão. Apesar disso, o CEO da grande Amazon, Jeff Bezos, afirmou que as *únicas* decisões que precisam ser tomadas por seres humanos são as do campo da estratégia.

Os avanços estão indo além das tarefas rotineiras da fábrica, de forma rápida. Em 2004, Levy e Murnane (2004) defendiam a dificuldade de replicar a percepção humana e, por isso, que a automação não iria atingir a direção de veículos, pois conversões, leituras de sinais e de placas e detecção de perigo iminente no trânsito eram fatores que não obedeciam a regras codificáveis. Menos de 10 anos depois, em 2010, a Google anunciou que alterou o Toyota Prius para ser autônomo. Sem motorista, câmeras, sensores a laser e GPS formam o sistema de percepção do carro, sendo responsável pela formação de um mapa em 3D de uma área de 60 metros que o cerca. Um computador é capaz de identificar o ambiente e o que está à sua frente e decidir as ações (CHAGAS, 2013).

Visando a competitividade, a Uber está investindo milhões de dólares no desenvolvimento de carros autônomos. Em 2022, a empresa lançou o serviço de “robotáxis” em Las Vegas, disponibilizados para os clientes pelo aplicativo da marca. Por enquanto, esses carros contam com a *supervisão* de um motorista no volante, mas isso promete ser superado em 2023 (ALVES, 2022). Em reportagem da BBC Capital, o jornalista Gray (2018) disse que os sindicatos de trabalhadores dos Estados Unidos estão exigindo que o Congresso norte americano regule esse novo mercado para evitar que essa tecnologia produza uma enxurrada de desempregados. Mas a onda de demissões já é prevista: pelas projeções da Goldman Sachs, 25 mil empregos podem ser destruídos todos os meses nos EUA, atingindo caminhoneiros, taxistas, entregadores de mercadorias. Já de acordo com o Fórum Internacional de Transportes, essas alterações no mercado de trabalho podem reduzir entre 50% e 70% a demanda por caminhoneiros profissionais nos EUA e Europa.

No livro *How Will the Capitalism End?*, Streeck (2016) diz que, se a tecnologia vem substituindo o trabalho humano nos últimos dois séculos, principalmente com a ascensão da tecnologia da informação e, posteriormente, da Inteligência Artificial, esse processo está alcançando seu ápice no que se refere à sua aceleração e, após atingir a classe trabalhadora manufatureira, o progresso está se voltando para a classe média, a pequena

burguesia. O professor da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Feldman (2018), diz que sempre houve resistência popular contra a mecanização ou automação dos processos produtivos, mas a diferença é que empregos de alta qualificação também serão afetados: um robô que consegue ler 1000 tomografias por minuto teve seus diagnósticos avaliados por médicos, obtendo 99% de sucesso.

Existem alguns estudos sobre o Brasil. Albuquerque, *et. al.* (2019) utilizaram a Classificação Brasileira de Ocupações (CBOs) para classificar as ocupações de acordo com os riscos de automação: automação muito baixa; automação baixa; automação alta e; automação muito alta. Agregando o número de *empregos formais* em CBOs das duas últimas categorias acima, foram contabilizados 24.970.587 trabalhadores, de um universo de 45.859.149 (números de 2017). Ou seja: 54,45% dos trabalhadores brasileiros formais estavam em ocupações com grandes chances de serem automatizadas nas próximas décadas.

Os autores Ottoni *et.al* (2022) também analisaram a realidade brasileira. Eles dizem que outras pesquisas apontaram a alta suscetibilidade dos empregos à informatização no Brasil, mas sem abordarem o mercado informal de trabalho, ponto considerado essencial. Os resultados apontaram que 58% dos empregos podem ser substituídos por máquinas em cerca de até duas décadas devido às tecnologias já existentes, sendo que os empregos formais correm menos risco de substituição por máquinas que os trabalhos informais (55,1% e 62%, respectivamente). Ottoni, *et. al* (2022) ressaltam que esse é o pior cenário e que a implementação de fato dessas tecnologias depende de diversos fatores favoráveis, como econômicos e políticos. Nas análises do Banco Mundial (2016), a parcela de empregos sujeitos à automação é maior nos países em desenvolvimento do que nos países avançados, onde esses empregos não existem mais. Mas isso levará mais tempo pelo fato daqueles países possuírem tecnologia relativamente mais baixa. Ainda assim, mais da metade dos empregos no mundo em desenvolvimento é suscetível à automação, visto serem ocupações que exigem pouca qualificação.

Mas quando pensamos nesses dados surge outra incógnita: e se a Inteligência Artificial superar seu estágio atual de uma capacidade monumentalmente poderosa de leitura e cruzamento de dados e de refinamento manual? Há muitas disputas de posições no meio científico acerca da IA, principalmente no que se remete a um assunto específico: pode a Inteligência Artificial ganhar consciência? O mundo ficou atônito quando o campeão de xadrez Garry Kasparov, em 1997, foi derrotado pelo supercomputador *Deep Blue*<sup>274</sup>, capaz de analisar

---

<sup>274</sup> Com 256 processadores, o *Deep Blue* não um sistema de Inteligência Artificial, mas uma máquina de calcular mega potente (LAPOLA, 2022).

200 milhões de possíveis jogadas por segundo. Depois de 25 anos, as pesquisas no ramo e seus resultados foram ampliados enormemente. Mesmo assim, a resposta de muitos especialistas ao questionamento acima é *não*, pois os humanos são seres extremamente complexos na maneira de sentir as coisas e ainda é limitado nosso conhecimento sobre o que, de fato, gera a nossa consciência. Contudo, há cientistas que afirmam sobre a possibilidade da realização de uma espécie de *download* do conteúdo do cérebro humano (memórias, sentimentos, conhecimentos) para um computador. Se esta transferência de conteúdo de uma base orgânica para uma base não biológica acontecer, surgirá uma máquina com consciência? Há ainda quem defenda que a próxima fase da evolução da espécie humana não será estritamente biológica, mas acontecerá na interface entre *Homo sapiens* e máquinas<sup>275</sup>.

Pensando sobre isso, uma perturbadora matéria foi divulgada pelo jornal estadunidense *Washington Post*, em junho de 2022. Em entrevista concedida à jornalista Nitasha Tiku (2022), o engenheiro Blake Lemoine<sup>276</sup> afirmou que Inteligência Artificial do Google, a LaDMA<sup>277</sup>, teria se tornado senciente, dotada de sensações e impressões próprias. Tendo estudado ciência cognitiva e da computação, Lemoine trabalhava avaliando se a tal IA se valia de discurso discriminatório ou de ódio nas suas interações quando percebeu que a LaDMA falava de seus direitos e personalidade, manifestando medo em ser desconectada, o que para ela se assemelharia à morte humana<sup>278</sup>. Na mesma época, outro engenheiro da companhia, Aguera y Arcas (2022), em um artigo publicado no *The Economist*, em que apresentou trechos de conversas com a LaDMA, argumentou que as redes neurais – uma espécie de arquitetura que imita o cérebro humano – estaria caminhando em direção à consciência. A Google negou fortemente tais alegações, defendendo que a Inteligência Artificial existente produz respostas através da formação de palavras e imagens somente a partir do que foi criado e inserido na internet pelo homem, o que não significa que tais modelos entendam o significado. A empresa ainda aponta que existem tantos dados disponíveis que uma IA não precisa ser senciente para parecer real e que as redes neurais dependem de reconhecerem padrões.

---

<sup>275</sup> Esta ideia está contida no livro de Ray Kurzweil, *A era das Máquinas Espirituais*, publicado em 2007 (LAPOLA, 2022).

<sup>276</sup> Primeiramente, Lemoine foi afastado da Google, com licença remunerada, e logo após demitido sob o argumento da empresa de violação da política de segurança de dados devido à divulgação dos diálogos que o engenheiro manteve com o sistema de inteligência.

<sup>277</sup> Abreviação para Modelo de Linguagem para Aplicações de Diálogo (*Language Model for Dialogue Applications*), que grosseiramente pode ser entendido como um sistema de conversa (*chatbot*) capaz de responder de forma natural em interações.

<sup>278</sup> O diálogo entre a LaDMA e Lemoine pode parcialmente ser ouvido no canal da BBC News Mundo no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZiUmhCzVNL4>: *La inteligencia artificial que dice sentir emociones: “Tengo un medo profundo a que me desconecten”*.

A exposição não se trata puramente do desenvolvimento tecnológico, mas de seu *uso pelo capital*, possibilitando seu crescimento exponencial e intensificando a deterioração do padrão de vida da classe trabalhadora. O enorme progresso não se refere meramente à questão econômica, mas também social e política, pois reflete o jogo de poder na sociedade e como os ganhos desses avanços da produção são distribuídos entre as classes. A formação do pauperismo ainda permanece fundamentada nas ideias de Marx, mas agora sob uma tecnologia mais ameaçadora, visto que a era da computação e da Inteligência Artificial pode expulsar mais trabalhadores do mercado de trabalho que não serão realocados em outros setores devido à abrangência da modernização. Existe ainda o fato de que se mais trabalhadores são forçados a abandonarem a produção, menor é o tamanho do mercado consumidor, o que se reflete na queda da taxa de lucro pela não realização da mais-valia na esfera da circulação. Talvez estejamos caminhando para uma crise do capital inédita. Seria forte o suficiente para colapsar o sistema?

## REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. Random House Digital, Inc. 2012.

AGUERA y ARCAS, B. Artificial neural networks are making strides towards consciousness, according to Blaise Aguera y Arcas. **The Economist**. 9/6/2022. Acesso em: 07/02/2023. Disponível em: <https://www.economist.com/by-invitation/2022/06/09/artificial-neural-networks-are-making-strides-towards-consciousness-according-to-blaise-aguera-y-arcas> .

ALBUQUERQUE, P. H. M. *et. al.* Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimação da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Textos pra discussão. **IPEA**, 2019. Acesso em 12/12/2022. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190329\\_td\\_2457.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190329_td_2457.pdf) .

ALVES, S. Uber lança serviço com carros autônomos em Las Vegas. **Época negócios**. 08/12/2022. Acesso em 17/12/2022. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/futuro-da-industria/noticia/2022/12/uber-lanca-servico-com-carros-autonomos-em-las-vegas.ghtml> .

ASIMOV, I. **Eu, Robô**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Dividendos digitais: visão geral. Grupo Banco Mundial, 2016.

BEAUDRY, P.; GREEN, D.A.; SAND, B.M. **The great reversal in the demand for skill and cognitive tasks**. Tech. Rep., NBER Working Paper No. 18901, National Bureau of Economic Research, 2013

CHAGAS. M. E. Entenda como funcionam os carros autônomos no Brasil e no mundo. **TechTudo**. 11/03/2013. Acesso em 13/11/2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2013/03/veja-como-funcionam-os-carros-autonomos.ghtml> .

ECHARRI, M. 150 demissões em um segundo: os algoritmos que decidem quem deve ser mandado embora. **El País**. Barcelona, 10/10/2021. Acesso em 04/01/2023. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-10/150-demissoes-em-um-segundo-assim-funcionam-os-algoritmos-que-decidem-quem-deve-ser-mandado-em-bora.html> .

FELDMAN. P. Era dos robôs está chegando e vai eliminar milhões de empregos. **Jornal da USP**. Universidade de São Paulo, 2018. Acesso em: 25/11/2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/era-dos-robos-esta-chegando-e-vai-eliminar-milhoes-de-empregos/> .

FREY, B; O. M. **The future of employment: How susceptible are jobs to computerization?** Oxford Martin School. University of Oxford. 79 p., 2013.

GRAY, R. Carro autônomo: conheça o “motorista do futuro” e outros empregos do futuro. **BBC News Brasil**. 22 de dezembro de 2018. Acesso em: 11/11/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-46443795> .

INTERNATIONAL FEDERATION OF ROBOTICS (IFR). **Industrial Robots**. 2019. Acesso em: 23/11/2022. Disponível em: <https://ifr.org/industrial-robots> .

KEYNES, J. M. Possibilidades econômicas para os nossos netos, não paginado, s/d. Acesso em 15/03/2023. Disponível em: [https://www.geocities.ws/luso\\_america/KeynesPO.pdf](https://www.geocities.ws/luso_america/KeynesPO.pdf) .

LAPOLA, M. Será mesmo que uma inteligência artificial pode ser consciente? **Revista Galileu**. 02/07/2022. Acesso em: 13/03/2023. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Tecnologia/noticia/2022/07/sera-mesmo-que-uma-inteligencia-artificial-pode-ser-consciente.html> .

LEVY, F.; MURMANE, R.J. **The new division of labor**: How computers are creating the next job market. Princeton University Press, 2004.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Vol. I. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo II. Capítulos XIII a XXV. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OTTONI, B, *et. al.* Automation and job loss: the Brazilian case. **Nova Economia**, v. 32, n. 1, p. 157-180. 2022

SOUZA, R. B. **Robótica sustentável no ensino dos conceitos de eletricidade e hidrostática**: a aprendizagem colaborativa como fundamentação teórico-metodológica. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tese. 179 fls. Recife – PE. 2020.

STREECK, W. **How will capitalism end?** Editora Verso. São Paulo, 2016.

TIKU, N. The Google engineer who thinks the company's AI has come to life. **The Washington Post**. 11/06/2022. Acesso em: 08/02/2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2022/06/11/google-ai-lamda-blake-lemoine/> .

**ANEXOS**

## ANEXO A

## O Surgimento da Expressão “Questão social”

Em *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*, Robert Castel indica que a expressão “questão social” aparece pela primeira vez no jornal francês *La Quotidienne*, no ano de 1831. Em uma busca em arquivos de jornais da época identificamos seu uso anterior à data apontada pelo autor. O termo “questão social” apareceu em uma edição do jornal francês *Le Temp's, Journal des Progrès*, nº 432 – 2º Année de Publication. Paris, Mercredi, 22 Décembre 1830. O trecho que se segue é uma tradução livre.

*“Le mouvement s'est épuisé en vaines démonstrations. Tout le monde a reconnu que le procès était un prétexte ; il n'a fallu à la garde nationale qu'une épreuve, la vue des figures qui se mettaient le plus en avant dans les groupes. À cet aspect, tout ce qui aime son pays et les lois, tout ce qui possède quelque chose, tout ce qui a femme et enfants, a jugé de quoi Il s'agissait. Les questions politiques ont disparu. La question sociale est restée seule, tout entière”.*

“O movimento se esgotou em vão manifestações. Todos reconheceram que o julgamento era um pretexto; a Guarda Nacional só precisou de um teste, a visão das figuras que mais se destacaram nos grupos. Sob esse aspecto, todo aquele que ama seu país e as leis, todo aquele que possui alguma coisa, todo aquele que tem esposa e filhos, julgou do que se tratava. As questões políticas desapareceram. A *questão social* permaneceu inteiramente isolada”.

Segue cópia dos documentos. A fonte é o site de imprensa da Biblioteca Nacional da França, com mais de 2.000 títulos de imprensa publicados entre 1631 e 1950. *Retro News. Le site de presse de la BnF*. Link de acesso: <https://www.retronews.fr/>.

LUNDI 28 NOVEMBRE.

ANNÉE 1851 - 532

BUREAU  
La Neuve-des-Bains,  
Paris, No. 3, derrière  
le Banque de France.

NOUVELLES ÉTRANGÈRES.  
ANGLETERRE.

Le dernier rapport de l'administration annonce 4 gérivans, 5 déca et  
un million mille, il restait le 25 au matin 17 millions.  
Lond. 28 novembre, après avoir pris l'avis des conseillers légaux  
et communiqué au sept des propositions émanées par plusieurs agents  
des ministères pour les parties et autres, que leur fait  
de M. de Miguil, a été adressé au conseil général à Lisbonne de  
prendre une résolution et d'annoncer qu'on y assistera.  
(Gazette.)  
L'archevêque de Cantorbéry a eu hier des entretiens d'abord  
avec lord Grey et ensuite avec lord Godevich.  
L'acte qui permet que S. M. a depuis été peu de temps d'être  
à l'étranger, les plus graves qu'elle ne nonnément pas de points pour  
le fait de la réforme.  
Les bruits couraient qu'on avait fait lord Grey, l'archevêque,  
et d'autres, notamment dans le cabinet de lord Godevich, de  
l'abolition de toutes raisons politiques. Si ces bruits se réalisaient  
on comprendrait pourquoi nous ne pouvons pas en parler plus  
d'un mot.  
Le pape de Lisbonne, qui vient d'arriver, sous appaie de  
son journal du 15 novembre la plus grande activité régie  
de son conseil de don Miguel, par suite de la nouvelle andalouse  
pour un complot d'insurrection de Madrid, des préparatifs  
de son départ de Lisbonne. Toutes les troupes d'infanterie de Lisbonne  
ont été envoyées à Madrid, et les autres ont été envoyées à  
Lisbonne. Les avant-postes sont à Rio de Mouro. L'ordre a été  
donné d'arrêter de charger les plus connus depuis Berlin jusqu'à  
Paris. Les officiers sont tous à leur poste, et il est inutile d'ajouter  
qu'ils sont prêts à tout. Les préparatifs de la guerre ont été  
pris à grande échelle de tenir une descente en Portugal tout  
le long.  
(Times.)  
Quatre des bâtiments d'Espagne, qui devaient être partie de l'expédition  
de don Pedro contre le Portugal, ont été relâchés. Ce sont  
l'Albatros, l'Albatros, la Junco et le Triton.  
(Gazette.)

Après le 25 novembre, on a vu  
le second meeting du président Capot d'Itrias a été condamné à  
l'incarcération; mais la sentence n'a pas encore été exécutée. Le  
premier meeting, mais les Hydrates persistent dans leur  
idée, même contre le nouveau gouvernement, et cet exemple  
donné par les Syriotes, qui voient et dépriser une expédition  
de hommes pour reconquer Syria. Un bâtiment russe est arrivé à  
Paris, avec un million de roubles pour le gouvernement grec; on  
a vu cette somme jusqu'à présent se faire dans le mois du résident  
grec à Paris.  
POLOGNE.  
Varsovie, 15 novembre.  
L'armée si longtemps attardée, vient enfin de partir dans  
une marche victorieuse.  
M. de Sadowa, par la grâce de Dieu, empereur et autocrate de  
tous les Russes, etc. etc.  
Les productions et les manufactures ont suffisamment  
pour nos fidèles sujets combien il nous a été douloureux de  
revoir la face des armes pour arrêter la révolte qui avait éclaté  
dans le royaume de Pologne. Profondément touché des maux  
infiniment répandus que le pays et en proie, nous ne voulons  
rien d'autre que la permission pour ramener à la fois de  
nos sujets agités. Mais nous nous ne fat pas contenté, et la  
digne est redoublée du retour de la paix et de l'ordre légal qu'on  
attendait de l'empire russe sa destinée est attachée d'un  
côté à une insurrection, nous sommes tout à fait indignés de la  
part de ceux qui ont été entraînés à de tels dévots, de même  
que nous, qui, quoique peu de tristes illusions et rêvant un état  
de république, recourant à la colonne et à la tricolore, pour  
soutenir leur  
Ils sont responsables de la violation du serment le plus so-  
lennel de la main de leur pays; proscrit depuis sa rédemption à la  
main, du sang versé dans la guerre civile, de la révolte des prin-  
ces impériaux, enfin des charges qui sont retombées sur la Russie  
orthodoxe. Leur conduite qui régit leur crime est punie par les  
tribunaux qui valent. Mais notre justice et notre grâce doivent  
être la même et rassurer ceux qui n'ont été que des dupes. Pour faire  
ceux à jamais impuissants, et leur faire bien positivement  
sentir notre intention, nous avons ordonné et ordonnons comme  
suit.  
Art. 1. Une amnistie complète et absolue est accordée à tous ceux  
qui ont pris part à la révolte de Pologne qui sont restés dans l'obé-  
issance. Aucune peine que celles désignées ci-dessous ne doivent  
être infligées à l'avenir être pourvues en condamnant à raison de  
ceux qui ont été impliqués qu'elles ont pu commettre pendant tout le  
cours de la révolte de la Pologne.  
Art. 2. Sont exceptés :  
1. Les auteurs de la révolte signalée du 9 novembre 1850, qui  
ont persisté dans la suite de cette tentative au palais du Belvédère pour  
avoir juré de notre loyauté, frère les le czarévitch et  
le prince Constantin, les assassins des généraux et des officiers rus-  
sés polonais.  
2. Les auteurs et auteurs des crimes de carnage qui ont eu lieu le  
25 novembre à Varsovie.  
3. Ceux qui, depuis le 25 janvier de l'année courante, ont été  
condamnés à mort par les tribunaux de la révolte, ou condamnés à des  
peines de prison, ou condamnés à des travaux forcés, et qui ne  
sont point soumis le 1er septembre de l'année courante aux termes  
de la proclamation du 23 juillet, ainsi que ceux qui, après la sou-  
mission de Varsovie, ont été à Zaskany un gouvernement illégal,  
ou qui ont porté la main sur nos ministres.  
4. Les membres de la diète qui, par leurs actes dans des deux cham-  
bres ont proposé et soutenu la loi de déposition du 25 janvier.  
5. Les ministres employés dans les quatre catégories ci-dessus, et  
dont les noms ont été inscrits dans la liste nominale que nous avons  
dressée, et qui n'ont pas été immédiatement dressée, ou qui n'ont  
pas été immédiatement dressée, ou qui n'ont pas été immédiatement  
dissolus.  
6. Les officiers des corps commandés par les quatre individus dont  
il est fait mention : Romier, Rozyski, Szamowski et Rybnicki, et  
les autres officiers qui ont été impliqués dans la révolte de Pologne.  
Art. 3. Les membres de la diète qui n'ont point, à la vérité, pro-  
posé de déposition du 25 janvier, mais l'ont acceptée et signée, et

QUOTIDIENNE.

TOUT POUR LA FRANCE ET PAR LA FRANCE.

qui ont été entraînés à ce crime par la crainte ou la faiblesse, seront  
admis à participer au bienfait de l'amnistie générale; mais à la con-  
dition de s'engager par écrit à n'accepter à l'avenir aucune fonction  
publique, s'ils n'ont pas de nouveau gagné la confiance du gouverne-  
ment par leur conduite.  
Art. 4. Les effets de la présente amnistie ne s'étendent pas à ceux  
qui sont poursuivis pour des crimes commis pendant la durée de la  
révolte. Ils demeurent justiciables des lois existantes.  
Art. 5. Les effets de la présente loi ne s'étendent pas à ceux de  
nos sujets russes des départements de l'ouest qui ont pris part à la ré-  
volte du royaume de Pologne, et au sujet desquels des ordres particu-  
liers ont été donnés.  
Donné à Varsovie, le 15 novembre 1851, de notre  
part le Czar.  
— Le gouvernement provisoire vient de nommer, jusqu'à nouvel or-  
dre de S. M. l'empereur et roi, une nouvelle commission en rempla-  
cement de la commission d'amnistion de la diète nationale. Cette  
commission est composée des membres dont les noms suivent : le  
comte Maximal, président; M. Pichet, Ghelembek, Alex.  
Pruski, Antoni Szulowski, Léon Poplawski, Joseph Kabler et  
Joseph Dymowski.  
— Le vice-président de la capitale a par ordre expédié du gouver-  
nement militaire, comme Witt, nommé tous les propriétaires et prin-  
cipaux locataires des maisons de se faire représenter par tout officier  
polonais domicilié dans leur maison, l'autorisation de venir de la  
part de la diète à Varsovie, et de lui déclarer, dans le cas où il ne  
pourrait pas produire une patente autorisant, qu'il est chargé de  
venir à Varsovie dans les vingt-quatre heures, sous peine de devenir  
l'objet de mesures sévères de la part du gouvernement. Tout indi-  
vidu qui recevrait dans sa maison un officier polonais non autorisé  
à résider à Varsovie, s'exposant de cette infraction au gouvernement  
militaire. Les autorisations données aux officiers polonais par le  
général Rautenstrach sont toutes valides. Les propriétaires de  
maison doivent remettre à la commission de district, la liste de tous  
les officiers polonais résidant chez eux, en indiquant ceux d'entre  
eux qui n'ont point obtenu l'autorisation de séjour à Varsovie.  
Cette disposition concerne les officiers qui sont restés à Varsovie,  
quoiqu'ils aient déjà reçu l'impulsion de partir. Enfin, le public est  
avisé que les officiers polonais qui sont déjà partis de Varsovie,  
et reviennent devant le général Rautenstrach l'autorisation de  
prolonger leur séjour dans la capitale, haute de quoi  
ils sont forcés de quitter Varsovie immédiatement. Le gouverne-  
ment fait également savoir que les habitants ont la liberté d'adresser  
à leur service des sous-officiers et soldats licenciés de l'armée polo-  
naise. Cependant tout sous-officier ou soldat qui, après le 20 no-  
vembre, se permettrait de prouver qu'il possède des armes d'exer-  
cice, sera considéré comme vagabond et comme dangereux pour la  
société et sera conduit hors des barrières.  
— On dit de Cracovie que le général Chlapicki et toujours sou-  
tenant des résolutions graves qu'il a recueillies à la bataille de Gochow.  
(Gazette d'état de Prusse.)  
PRUSSE.  
Berlin, 16 novembre.  
On avait répandu le bruit que le feld-marschal russe prince de  
Vassov avait écrit au roi de Prusse, mais cette nouvelle n'est pas  
fondée. Depuis les lettres de Bologne, on a vu toujours dans la plus  
grande incertitude sur l'avenir. Il était facile de prévoir que, pour le  
moment, il ne serait pas question de réorganiser une armée prussienne  
proprement dite; mais on se demande ce que deviendront les nom-  
breux officiers polonais répandus dans le pays, et qu'on pourrait dis-  
tinguer par leur tenue et leur maintien, non seulement comme  
aussi à l'égard du rétablissement de la constitution. Il est naturel  
que la Russie pense avant tout à la sûreté des pays reconquis. En at-  
tendant, tous les chefs du gouvernement russe tentent à ramener  
l'ordre dans l'administration civile et judiciaire, et les progrès qui  
ont déjà été faits à cet égard sont importants, quand on songe à la  
distinction locale occasionnée par les derniers événements. Une am-  
nistie de fait est accordée à tous ceux qui ont pris part, soit politi-  
quement, soit militairement, à la dernière révolution; et toutes les  
lois qui ont traités politiques sont mises de côté. Les officiers qui  
sont restés, le vol ou les pillages, les complices sont livrés aux tribunaux  
ordinaires. Plusieurs membres du précédent gouvernement révo-  
lutionnaire ont été mis en surveillance, mesure qui leur est favorable à  
eux-mêmes sous divers rapports. Quant aux Polonais qui ont voulu  
se sauver chez l'étranger, on les a laissés partir sans leur faire au-  
cune tentative pour les arrêter. Parmi ceux qui ont été appelés à Moscou, on  
reçoit par plusieurs de ceux qui ont le plus contribué à faire ce que  
la révolte, et on leur a ordonné de venir à Varsovie, et on leur a  
ordonné de venir à Varsovie, et on leur a ordonné de venir à Varsovie.  
(Gazette d'Autriche.)  
AUTRICHE.  
Vienne, 17 novembre.  
Ll. MM. ont quitté Schladmuth ce matin pour rentrer à Vienne  
sans pompe et sans bruit; mais la nouvelle s'en est répandue dans  
la capitale et produisant une grande joie parmi les habitants. Le garde  
bourgeois a cheval alla au-devant de la voiture simple et modestes  
qui amenait le couple impérial, la garde bourgeoise a pied tous la  
haie jusqu'au palais; de jeunes filles des diverses écoles, ayant leurs  
mères à leur tête, accueillaient d'abord la famille avec des chants et  
des acclamations; les échos ont été fort répétés de la foule accompagnant  
le Ll. MM. jusqu'au château impérial.  
Des frondeuses autrichiennes, 17 novembre.  
Un ordre impérial vient d'arrêter la mise en liberté de presque  
tous les individus impliqués dans la conjuration italienne de curia-  
nari et qui étaient détenus au Spielberg, près de Brunn. Les rois  
polonais peuvent choisir leur séjour indifféremment dans tous les  
états de S. M. I. en ce excepté seulement l'Italie et la Hongrie.  
(Gazette d'Autriche.)  
HOLLANDE.  
La Haye, 22 novembre.  
(Lettre particulière.)  
Le prince Dolgorouki, nouvellement nommé ministre de Russie  
à Hollande, a possédé ses titres de naissance au 10. Il est considéré  
comme vous savez déjà, le comte de Gortchakoff.  
On dit beaucoup de bruit de tous les coutes que nous appren-  
nent les feuilles de l'Europe au sujet de la proposition. La seule vé-  
ritable nouvelle à cet égard, est qu'il n'y a rien de nouveau, ni rien  
de décidé.

Le roi disait, ces jours derniers, à un personnage éminent, qui a  
souvent occasion de l'approcher : « Je me confie en mon bon droit et  
à la Providence; je tendrai bon jusqu'à la dernière extrémité. Je me  
suis à moi-même, au sang qui coule dans mes veines, et à la brave  
et fidèle nation sur laquelle je régné, d'en agir comme je le fais.  
» D'ailleurs, je ne saurais avoir aucune crainte; dans l'invincibilité  
des troupes, qui seraient combats avec les mêmes puissances  
qui, depuis un an, n'ont cessé de fouler aux pieds les traités anti-  
cristiens.  
L'on saura, d'autre part, que dans le cas d'une agression étrangère  
quelconque, tout le pays serait inondé et Anvers relâché en cendre;  
jusqu'à ce qu'il n'y restât plus pierre sur pierre. C'est incroyable ce  
que la cité de Hollande possède, et cependant l'on ne cesse point  
d'y envoyer des munitions de toute espèce. Quant à l'acceptation des  
24 propositions, il n'en est pas question, et tout le monde, en Hol-  
lande, se moque de la constitution, à tel point qu'on a fini par mettre  
ses professeurs en sécu. Toujours est-il que si l'on désarmait, on  
s'il on en fait semblant, l'un prouve en Hollande les armées avec la  
plus grande vigueur et l'on n'en a cure. La confiance est sans  
bornes et l'enthousiasme de même. L'on attend le printemps,  
après quoi on aura recours à l'ultra ratio.  
(Extraits des feuilles hollandaises.)  
On a présenté un projet de loi tendant à révoquer les billets de  
trésor, d'après les modifications qui y ont été apportées par le gouverne-  
ment.  
— On lit dans une lettre de Kasteren, du 18 novembre, que les  
troupes hollandaises qui y sont stationnées allaient être envoyées à  
Bordeaux, près de Helmond, pour y rester, et ce qu'on craint, pendant tout  
l'hiver.  
— On écrit d'Amsterdam qu'il est beaucoup question du 51er pro-  
jet, on en a fait des modifications dans les articles qui concernent  
la navigation sur les rivières.  
On mande de la même ville que la régence fait préparer un vaste  
édifice approuvé pour servir de local de chambre, et qu'on se  
manifeste dans cette capitale. Outre les anciens ordonnances de la  
ville, on en a nommé d'autres extraordinaires, ainsi que huit chirur-  
giens. Les services médicaux ont été depuis dans la maison de la  
Diétane réformée.  
PAYS-BAS.  
Bruxelles, 25 novembre.  
On assure que MM. Ory et Rivetier, directeur de la banque de  
France, ont été partie pour Londres afin d'y négocier un em-  
prunt.  
Le budget de 1852 s'élève à 10 millions; les ressources calculées  
sur celles de 1851 ne s'élevaient qu'à 7 millions, ce qui fait un déficit  
de trois millions. Dans cette évaluation l'on n'a pas tenu compte  
ni les 100,000 francs dus pour souscris arrivés, ni l'autorisation  
de décaisser pour servir à l'extinction de la dette d'un  
chargé les 24 articles.  
Si la Belgique était forcée de donner, pendant l'été, qu'on  
renouveler, l'armée ne peut être se trouve au moins, au lieu  
d'un déficit de onze millions, il y en aurait un de quatre millions.  
— Une circulaire, en date du 14 novembre, a été adressée au nom  
de M. le ministre de l'intérieur, par M. Dancberg, secrétaire général  
de ce département, à MM. les gouverneurs des provinces, à l'effet de  
faire exécuter la plus rigoureuse surveillance à l'égard des voyageurs  
et surtout des étrangers.  
SUISSE.  
Chaux-de-Fonds, 16 novembre.  
L'arrestation de l'avecat Humbert a produit quelque agitation  
parmi les partisans de l'épiscopat de Chaux, dont il avait été l'un  
des principaux auteurs. Quelques uns des plus turbulents ont  
demandé des passeports et sont allés se réfugier dans les cantons fran-  
çais. Quant aux autres, ils ont organisé des pétitions au  
nom de la ville, qui ont obtenu les services du village sous prétexte de  
s'opposer à de nouvelles arrestations; mais, dans le fait, uniquement  
pour causer du désordre. L'autorité militaire qui était le plus  
sévère à l'égard de l'arrestation d'une garde nationale suisse, qu'il avait  
l'intention d'établir entre eux. Mais ils se sont adressés à M. Farrer  
qui peut leur faire la loi de ces choses, s'est rendu ici.  
Quant aux hommes agés, l'arrestation d'Humbert leur a montré  
que l'empire des lois était révoqué, et ils s'en sont réjouis. Ce n'est  
pas qu'ils désiraient l'arrestation d'Humbert plutôt que celle d'un  
autre, mais on sent qu'on ne pourra plus impunément braver l'autorité  
de la loi, et à la mesure les hommes bons. Les opinions s'ama-  
méliorent. L'arrivée de M. de Camille, comme commissaire  
du gouvernement, a produit le meilleur effet, et l'on ne doute  
pas qu'il ne parvienne par ses efforts à la satisfaction établie com-  
plètement le calme dont nous avons si grand besoin.  
Lussane, 25 novembre.  
Le bataillon Luvy, commandé de Neuchâtel, qui était arrivé le 18  
novembre à Yverdon et dans les environs, a été reçu sur la place  
d'armes de cette ville par 100 d'habitants, non moins que l'ancien M. l'as-  
prentis-juriste des milices lui a donné lecture d'une lecture très-bien  
de la conseil-général, pour laquelle il le charge de commander les  
officiers, sous-officiers et soldats de la milice de Chaux-de-Fonds  
à laquelle ils avaient rendu leurs devoirs pendant cette campagne, mal-  
gré la position délicate et difficile de la situation. M. le lieutenant-  
colonel Lard, à l'égard de tous ses miliciens combien il avait  
été heureux de commander à d'armes braves troupes et la assurance  
de son entière satisfaction. Les compliments se sont échangés avec  
de vive la canton de l'Etat, avec la confédération suisse, et après  
avoir rendu les effets qui leur avaient été distribués lors de leur dé-  
part, elles sont parties d'Yverdon pour rentrer dans leurs foyers.

FRANCE.  
PARIS, 27 NOVEMBRE.

REVUE DE LA SEMAINE.

Les huit jours qui viennent de s'écouler ont été des plus remplis de  
faits, d'incidents, de troubles et de malheurs d'humanité.  
d'autres pour nous au milieu des alarmes et des dangers.  
Qu'y a-t-il donc de changé en Europe depuis le 25 novembre?  
15 novembre? Le Pologne est-elle soumise à l'empereur des Russes?  
avons-nous des amis en Italie? les affaires de la Belgique sont-elles  
terminées? les contentions fraternelles de la Prusse sont-elles  
une issue quelconque? que produit donc l'habileté de nos ministres?

du conseil tant vanté par ses amis. Il a du moins empêché, dit-on, quand on le poussa dans leurs derniers retranchements. Sur pendu, faudrait-il dire plutôt; mais suspendu, empêché, soit. A quel prix? Dans le Nord et dans le Midi, au quel prix de la déconsidération de la France et du poussalement qui la conduit; et de l'humiliation nationale de la France; car c'est Léopold qui est à Bruxelles, nos armées se sont ébranlées pour les intérêts anglais, et encore aujourd'hui les rois de Hollande, par une inertie aussi habile que servile a été noble au jour du besoin, tient en échec le diplomate le plus habile de l'Europe et la capacité ministérielle de Paris. Que devient donc nous rester pour le dehors?

Et pour le dedans? Est-ce que le trépas pour tout est à l'heure que la réponse de M. Thiers à M. de Clévenberg est une réponse, et fera-t-elle autant d'amis au ministère du 15 mars que la brochure lui en a faite? Est-ce que les auteurs quelconques de la presse et de la tribune ont été recherchés? Est-ce qu'on a retrouvé les feuilles de la Bibliothèque? Est-ce que les Lulleries ne sont point encore assez dévotées? Ce n'est certes pas une habitude heureuse et dont il faille louer l'auteur ministériel que celle qui consigne les mesures de cette semaine. Ou est le pouvoir maintenant? La chambre des pairs n'en était plus qu'une ombre depuis sa démission de 1850. Mais qu'est-elle aujourd'hui avec les ministres ou avec les députés qui viennent d'y être admis? Est-ce qu'on se propose de porter officiellement le dernier coup à leurs collègues? Encore, ces membres, qui ne sont que des quakers puisqu'ils ne sont pas dans le système de l'écclésiologie, ni dans le système des catégories, ont-ils été si bien choisis dans les camps ou dans les antichambres de l'Empire, que Napoléon III pourrait être promptement proclamé au Luxembourg le jour où on y trouverait le seul principe nécessaire, puisque la nécessité est devenue tout à coup le seul principe auquel on règle à présent les affaires de la France.

La chambre des députés pouvait encore avoir l'air d'un pouvoir. Elle a été ébranlée, et ce pouvoir a fléchi quand la loi sur la police catholique, et celle sur les grades des cent jours n'ont pas été adressées à la seconde chambre aux termes de la fondamentalité. Mais elle a été mise en démolition, comme pouvoir, le jour où, avec une outrecuidance despotique et imprévoyante, de nouveaux pairs ont été nommés de propre mouvement et par ordonnance, et alors que, par ordonnance aussi, les grades et décorations des cent jours existaient, en partie et au chef ministériel, des positions ou des faveurs que tous devaient tenir de la loi seule.

Ces deux premiers pas faits au commencement de la semaine, il en restait un troisième à faire, et c'est la chambre qui n'est point elle-même le dernier coup. Elle a rejeté dans ses bureaux, sans discussion publique, et contre une imposante minorité de 158 voix, une adresse qui tendait, avec timidité, à blâmer les mesures extra-constitutionnelles qui avaient été prises. Par là, la chambre a prouvé au ministère qu'il n'était pas le délégué, et le passage d'elle quand lui semblait. Par là, elle a prouvé à la France que la charte d'août était une illusion, et que de tous les pouvoirs constitués ou constitués, il ne restait plus que le bon plaisir administratif, l'arbitraire ministériel occupé à avoir de l'argent par tous les moyens, des soldats par la conscription pour en faire tel usage que l'intérêt de sa conservation lui dicterait. M. le président du conseil est en belle passe. On lui fera, quand il voudra, son procès de la liberté de la presse de la liberté individuelle, puisque, dit-on, le procureur général, d'une des premières cours du royaume, s'est écrié pendant la discussion à huis clos, que qu'on s'opposait aux mesures du ministre n'avait ni lumières ni patrie.

Puis les journaux qui s'appellent indépendants ont eu bonne chance toute cette semaine à venir à l'encontre de la violation des droits et des devoirs. La liberté doit être un bien solidaire et commun pour le peuple qui a la prétention d'en jouir. Tous et chacun doivent la défendre, sans demander qu'il soit menacé de la perdre. Le *National*, le *Courrier*, le *Globe*, le *Constitutionnel*, le *Tribune*, ont été fait cause commune avec nous quand nous avons réclamé contre l'expulsion de la Millery et l'arrestation de M<sup>me</sup> de Larochequeule? ils n'ont pas vu le propriétaire et la propriété; ils n'ont voulu voir que le religieux et la robe. La vindicte leur a fait oublier le citoyen et le domicile. Ils ont mis leurs opinions particulières à la place des intérêts de tous, et pourtant nous ne leur avions pas donné cet exemple. Une mesure illégale ou arbitraire n'est jamais venue frapper eux ou leurs amis que nous n'ayons été des premiers à réclamer le droit commun de la liberté pour tous: des actes réguliers, des tribunaux prompts, des jurys sans préjugés.

Mais tout ceci aujourd'hui devant le désastre qui menace la seconde cité du royaume. *Lyon se soulève*, *Lyon se soulève*! ce cri est répété maintenant d'un bout de la France à l'autre, et doit répandre une alarme profonde. Un sentiment vague courrait depuis quelque temps sur la proximité probable d'une émeute; car, depuis la Révolution, l'émeute est presque une affaire de calendrier qu'on aurait pu calculer comme les phases de la lune. Émeute au mois de juillet, pour le 11 juillet, y compris ceux de la septembre, pour les Polonais. La révolution a donc sa périodicité, et le mois de novembre semblait devoir être une de ses époques. Mais ce n'est point à Paris que, pour cette fois, le sang a coulé. Il n'y a d'autre drapeau arboré que celui de la misère. Ouf! comme terrible! Ce n'est, dit le *Moniteur*, par une faiblesse équivoque de rédaction, ce n'est que contre la propriété et l'industrie que cette révolte est dirigée. Existe-t-il donc pour les Français et pour la France des biens matériels plus chers, et d'autres biens même que ceux de l'industrie et de la propriété? N'est-ce pas l'ordre public tout entier?

Pour nous qui avons marché et qui marcherons sans cesse à nos secourus, nous ne serions pas de la ligne nationale que nous avons suivie depuis quinze mois. On nous trouvera toujours portés à défendre tous les intérêts, tous les droits, y compris ceux de la misère. La crise actuelle est grave, le cri de Lyon peut retentir dans plus d'une grande cité et sous nos murs même. Il peut en sortir une conflagration étendue et puissante, et par contre-coup peut-être des tentatives contre les libertés publiques. Nous continuerons à défendre celles-ci et l'ordre général au nom de toutes les doctrines de la civilisation, telle que l'Europe en a joint pendant quinze ans, et toujours avec les armes de la raison et du raisonnement. Nos ennemis voudraient bien le contraire; nous ne leur donnerons pas cette joie. Mais les semaines à venir sont grosses de la semaine présente.

On sait que les discours officiels du pouvoir ont toujours été défilés dans ce conseil. Il faut qu'il en soit ainsi pour que la responsabilité ministérielle reste au centre. Autrement, elle serait partagée par le chef du gouvernement.

Nous ne pouvons donc attribuer qu'au 15 mars les discours qui ont été prononcés hier en réponse à l'adresse de la chambre des députés.

Le ton de ces discours respice en général une grande indignation des troubles dont la seconde ville du royaume a été le théâtre. Les éloges sont prodigués à la troupe de ligne, dont on vante l'héroïsme et une partie de la garde nationale.

Nous pensons que, dans cette terrible circonstance, le brevet d'insurrection populaire contre la force armée, et dont plusieurs membres figurent dans la première administration créée après la Révolution de juillet, se met dans une singulière contradiction avec lui-même en blâmant une insurrection populaire, en louant ceux qui se sont efforcés de la réprimer.

Alors pourquoi avoir encouragé le camp de l'héroïsme, et avoir exhorté les troupes à la désertion? pourquoi avoir encouragé la garde royale en 1850? Si l'on regarde aujourd'hui la discipline, la fidélité au drapeau comme utiles, comme indispensables, nous ne voyons pas pourquoi on n'a point toujours pensé de même.

En juillet, c'était le peuple qui était héroïque. Maintenant ce sont les troupes. En juillet, c'étaient les soldats qui étaient égarés. Aujourd'hui, c'est le peuple, comme on peut le voir dans le discours en réponse à l'adresse.

Et que le pouvoir peut faire de pis dans ses harangues officielles, c'est de se contredire. Cela fait apprécier une position où les paroles d'aujourd'hui ne sont plus celles d'il y a un an, où l'on blâme ce qu'on a loué, où l'on loue ce qu'on a blâmé, où, pour soutenir la cause de l'ordre, on est forcé de dénigrer sa propre origine, comme si, en politique, ce n'était pas là un véritable scandale.

Le *National* est dans l'erreur lorsqu'il insinue que les événements de Lyon sont le produit d'une grande crise sociale, annonçant la nécessité d'une réforme radicale dans l'état actuel de la société qui repose, selon les expressions du *National*, sur la propriété absolue. Le *National* pourrait-il dire ce qu'il mettrait à la place de la propriété?

Cette feuille ne voit pas ici les choses avec la rectitude de jugement qui lui est ordinaire. La propriété n'est pour rien dans la ruine du commerce et de l'industrie; comme l'industrie et le commerce, la propriété souffre depuis 15 mois, et par conséquent décline de ses produits, et par l'accroissement énorme des charges publiques. Sans la liquidation, qui n'a jamais vu rien de pareil à ce qui vient de se passer à Lyon, ce n'est donc point la propriété qui est en cause, c'est la Révolution, car c'est elle qui a ruiné le crédit et la confiance, qui a tari la consommation et la production. La crise actuelle, avec tous ses désastres, est révolutionnaire; elle n'est point sociale; et c'est pour cela que la question est toute politique.

Le roi Louis-Philippe, dans sa réponse à l'adresse de la chambre des députés, déclare que les troupes de ligne ont déployé à Lyon une bravoure héroïque.

Le roi Louis-Philippe pourrait se trouver embarrassé dans le choix de ses expressions, si plus tard il avait à qualifier la conduite des soldats français, dans le cas où il jugerait à propos de leur donner la mission de soutenir contre l'étranger l'honneur et la dignité du nom français.

La première nouvelle des événements de Lyon est arrivée vendredi matin à Londres. Les journaux anglais en parlent comme d'une émeute d'ouvriers assez insignifiante, ce qui indique qu'ils n'avaient reçu que des renseignements vagues et prématurés. Une de ces feuilles dit même que les troupes ont été obligées de tirer avant que la tumulte ne s'apaisât. Or, on sait comment il s'est apaisé.

Le prochain courrier nous apprendra quel effet auront produit des nouvelles ultérieures et l'effet du mouvement de 250 fonds sur les fonds anglais. Point de doute que les esprits ne soient vivement frappés de ces désordres bien autrement graves que ceux de Spitalfields et de Manchester. Peut-être aussi certains égoïstes triompheront-ils de ces indices de la ruine qui, depuis les journées de juillet, semble menacer cette partie si importante de notre industrie.

Il était toujours fortement question à Londres de modifications des symphonies d'une indépendance qui a marqué les derniers moments d'un des plus célèbres hommes d'état de la Grande-Bretagne. (Voyez l'article *Angleterre*.)

Hier, il y a eu une réunion d'ambassadeurs chez lord Granville, ambassadeur d'Angleterre.

Des courriers extraordinaires ont été expédiés hier pour l'Angleterre, la Belgique et l'Allemagne.

On assure que le général Hailat, commandant une division de l'armée du Nord, a reçu aussi l'ordre, par dépêche télégraphique, de se porter sur Lyon, à marche forcée, avec sa division.

Ainsi les cinq divisions qui composent l'armée d'invasion de la Belgique, forment un effectif de 75,000 hommes; il en résulte que chaque division est d'environ 15,000, et il s'en suit que les deux divisions *Amis et Hailat*, dirigées sur le théâtre de l'insurrection lyonnaise, font à elles seules une armée de 25 à 30,000 hommes; on peut juger par là de la gravité des événements de Lyon.

On écrit de Cambrai, 25 novembre: Les 1<sup>er</sup> et 2<sup>e</sup> régiments de ligne ont quitté hier notre ville, se rendant à Paris. Le 3<sup>e</sup> régiment de ligne passera aujourd'hui à Cambrai pour se rendre à Rouen. Le 10<sup>e</sup> régiment d'infanterie légère arrive ici en deux colonnes, le 25 et le 26, pour y prendre garnison. Nous apprenons à l'instant que le 39<sup>e</sup> régiment de ligne se rend à Paris.

Le 5<sup>e</sup> de ligne est parti ce matin. On assure qu'il doit prendre la route à quelques lieues de Paris. On dit aussi qu'une portion du 11<sup>e</sup> régiment d'artillerie, casernés à Vincennes, a pris la même route.

Les cuirassiers qui étaient à Versailles sont venus occuper l'école Militaire. Le régiment des lanciers est contenu dans les environs de Paris.

Le 5<sup>e</sup> de ligne tiendra garnison à Douai.

A peine arrivée à Arras, venant de la frontière du Nord, le 1<sup>er</sup> régiment de ligne a été dirigé sur Valenciennes. On y a vu trois jours que le ministre aurait voulu que des inquiétudes sérieuses fussent causées aux troupes de la garnison sous consignes dans la ville et un bataillon par régiment d'infanterie consigné dans la garde municipale avait vu le même ordre.

Le président du conseil a dit hier, à la tribune, que le gouvernement avait fait arrêter dans la nuit huit personnes accusées de conspiration; mais il n'a pas dit que des mandats d'arrêter étaient émis contre lancés contre un grand nombre d'individus de divers rangs et professions. Il avait demandé l'arrestation de cent-trente-deux personnes, contenté, dit-on, de moitié. Ainsi, huit ont été arrêtés, il est dit de 26 au 27; pareil nombre dans celle du 27 au 28, et 15 ont été trouvés tous ces ports sur la liste liste.

Quatre officiers de paix, suspects de carlistes ou de républicanisme, ont été reçus aujourd'hui (28) leur destination.

Un mandat d'arrêter a été lancé hier contre M. Louis Belmontet, et mis à exécution ce matin. L'un ignore le motif de cette arrestation.

Le domestique M. Jazouan, fabricant de vinaigre, rue de Valenciennes, a été arrêté aujourd'hui par la police, et soumis au préliminaire de sa condamnation, sans qu'elle ait été prononcée. On a vu cependant que M. Jazouan avait été arrêté par les agents de la police, et mis à l'écrou ce matin. L'un ignore le motif de cette arrestation.

On dit dans le *Messenger*: Hier, M. le président du conseil a annoncé à la tribune de la chambre que huit personnes, accusées de s'être réunies pour fabriquer des cartouches, et on a découvert la fabrication de ces cartouches, on a vu que ces personnes ont été arrêtées par la police. Ce matin, de nouveaux mandats d'arrêter ont été lancés contre plusieurs individus. Quelques-uns ont été arrêtés; les autres sont en suite.

On lit dans un journal du soir: Une correspondance saisie avant-hier, que les autorités saisissent par M. Favier ont eu lieu.

On dit que M. Favier avait une certaine correspondance avec toutes amicales de M. Favier avec une certaine correspondance. La rente baisse; la guerre est à Lyon; on se bat dans la Vendée; on a des craintes pour l'hiver à Paris, et le juste-milieu s'écroule. Les élections de la semaine prochaine.

Le *Globe* a été arrêté hier à la poste. M. le comte de la Ferrière, ancien ministre de Charles X, est en ce moment à Marseille.

On lit, affiché à la porte de l'un des magasins de la place des Victoires: Cette maison, marchand lingier, fournisseur breveté de S. A. R. Mgr. le duc d'Orléans, vendeur de marchandises par commission de commerce, magasin à louer présentement.

En la porte de l'un des magasins de la rue de Castiglione: Le *Constitutionnel*: grand magasin de nouveautés breveté fournisseur de S. M. la reine des Français; par commission de commerce, magasin à louer présentement, s'adresser, etc. (Le *Midi*.)

Le *Constitutionnel* d'aujourd'hui, dont nous nous tirons en dernier lieu une lettre fort intéressante sur la situation politique de la Belgique et de la Belgique, continue, dans presque tous ses numéros, à traiter ce sujet sous le même point de vue, et à faire connaître une situation étonnante en Belgique comme de plus en plus immuable.

Le général-major prussien Von Clausenwitz est mort de choléra, à quatre jours après son arrivée de Paris. Sa maladie n'a duré que trois jours.

Le prieur d'Almerion vient de défendre la publication et la lecture d'un petit livre intitulé: *Lettre écrite à Pie VII*, par Charles-Marie Talleyrand, prince de Bénévent; cette lettre contient des doctrines contraires à la morale chrétienne et aux lois du royaume.

Nous apprenons par une lettre de Constantinople que le *Vile de Bagdad* a été prise d'assaut par les troupes du sultan Mahmoud. Hier, à 11 heures du soir, deux jeunes dames qui se rendaient au théâtre du Vaudeville prirent un fiacre sur la place du Palais-Noyal pour retourner chez elles, quartier Saint-Antoine. Le cocher fut arrêté par la police, et arriva au quai de la Magasins, il descendit de son siège, où il avait fait placer avec lui un des ses camarades, ni les guides des ses chevaux, après lui avoir donné ses instructions sans doute, s'élança dans le fiacre dont il ouvrit la portière et vit la police, et saisit la plus jeune de ces dames, par laquelle il essaya de se débarrasser le plus adroitement possible. Les deux dames s'écrièrent à leur secours. Leurs cris étaient étouffés par le bruit de la voiture. Enfin, arrivé à la place de la Grève, le fiacre fut arrêté par un détachement de garde nationale. Tandis qu'on ouvrait une portière pour secourir les dames, le cocher sortit par l'autre, emportant les dames, et prit la fuite avec son complice. Les dames ont été rançonnées, et le fiacre conduit à la préfecture de police.

Dans la nuit dernière, à une demi-lieue au nord d'Étampes (Eure) la maille-poste de Rouen à Paris a été attaquée par une bande de dix à douze voleurs. Aux cris répétés: arrête, arrête, le postillon a doublé de vitesse; mais aussitôt assailli par une décharge, il reçut quatre chevrotines dans le flanc. Il était nu. Il a pu cependant continuer sa route jusqu'au village le plus prochain (on croit qu'il se nomme Bora) où le courrier s'est vainement adressé au maire pour dresser procès-verbal de ce qui venait de lui arriver.

L'auteur de la *Reine d'Espagne* vient d'en appeler. De parler en tumulte au lecteur attentif, il l'a fait imprimer cette pièce, véritable tour de force dramatique, où l'on retrouve tout le trait, toute la sagacité de style qui le distinguait. Nous ne reviendrons point sur le jugement que nous en avons porté à la représentation. Tout ce que nous en pouvons ajouter, c'est que l'ouvrage est un curieux spécimen des étonnantes littéraires de notre époque. Le libraire Levasseur est l'éditeur.

Par ordonnance en date du 26, insérée au *Moniteur* de ce jour, M. Guizot est définitivement nommé préfet de police.

Le *Moniteur* annonce que le gouvernement n'a point reçu aujourd'hui de nouvelles de Lyon. On y lit quelques phrases sur les dépêches du général Rogée; les voici: «Le gouvernement a reçu aujourd'hui des dépêches de M. le lieutenant-général Rogée, qui a pris position à Montmorcy, et y a concentré les forces qui lui arrivent de toutes parts. Au départ de ces lettres, le général s'était déjà mis en communication avec l'armée de camp envoyé par le ministre de la guerre; à la première nouvelle des événements de Lyon, à l'heure où le *Moniteur* paraît, le général se sera réuni au duc d'Orléans et M. le ministre de la guerre, qui trouveront sur ce point tous les renforts arrivés de Vincennes, de Montmorcy, et les généraux Foyat, Saint-Clair et Boninon ont pris les mesures nécessaires pour hâter la concentration des troupes.»

Deux commissaires de police, assistés de six agents, se sont transportés chez M. Mitley, rue Neuve-de-Berry, et y ont saisi un très-grand nombre de correspondances, après les investigations les plus minutieuses.

M. le général Becker est nommé commandant supérieur à Marseille. (Révolution.)





Table with 5 columns: DÉPARTS, DÉPARTS, DÉPARTS, DÉPARTS, DÉPARTS. It lists various departments and their corresponding political affiliations or movements.

JOURNAL DES PROGRÈS.

Le mouvement est parti de Paris... C'est un grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.

Le grand nombre de braves hommes... qui ont voulu se faire entendre... et qui ont voulu se faire entendre.





